

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, DA TERCEIRA EMISSÃO DA



Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 07.859.971/0001-30 - NIRE 33.3.0027843-5 - CVM n.º 2025-7
Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, salas 1002 e 1003
CEP 20010-010 – Rio de Janeiro, RJ

no montante de:

R\$ 2.160.000.000,00

(dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais)

Código ISIN da Primeira Série: BRTAEEDBS050 Código ISIN da Segunda Série: BRTAEEDBS068 Código ISIN da Terceira Série: BRTAEEDBS076

Classificação de Risco (rating) Fitch Ratings Brasil Ltda.: "AAA (bra)"

A TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) debêntures simples, onde a oferta base corresponde a R\$1.600.000,00 (um bilhão e seiscentos mil reais), acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar (conforme definidas abaixo), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, de sua 3ª (terceira) emissão, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de outubro de 2012 ("Data de Emissão" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo o montante total de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais) ("Emissão" e "Oferta", respectivamente).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do BANCO ITAÚ BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária líder ("Coordenador Líder"), integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), da Instrução da CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, conforme alterada ("Instrução CVM 471"), do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM/ANBIMA"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

A quantidade de Debêntures foi aumentada na data de conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimento, realizado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), a exclusivo critério da Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente ofertada ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. Adicionalmente, a Emissora concedeu ao Coordenador Líder, uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada ("Debêntures do Lote Suplementar"), a qual foi exercida em 15% (quinze por cento) pelo Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, exclusivamente para atender a excesso de demanda que veio a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar emitidas foram alocadas, a critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.

A Emissão e a Oferta são realizadas com base nas deliberações (i) das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 24 de agosto de 2012 e 10 de setembro de 2012, cujas atas foram arquivadas na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 11 de setembro de 2012 e 19 de setembro de 2012, sob os n.ºs 00002382851 e 00002386772, respectivamente, e publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Valor Econômico" em 19 de setembro de 2012 e 15 de outubro de 2012, respectivamente; e (ii) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012, cuja ata foi arquivada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784 e publicada no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 9 de outubro de 2012. A ratificação do Procedimento de Bookbuilding foi devidamente deliberada e aprovada por meio da Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 11 de outubro de 2012.

As Debêntures foram registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Este Prospecto Definitivo não deve, em qualquer circunstância, ser considerado como recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto Definitivo foi preparado com base nas informações prestadas pela Emissora, sendo que o Coordenador Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Emissora sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, sejam suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. Antes de tomar decisão de investimento nas Debêntures que venham a ser distribuídas no âmbito da Oferta, a Emissora e o Coordenador Líder recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto Definitivo.

Este Prospecto Definitivo deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência"). A versão mais recente do Formulário de Referência, encontra-se disponível para consulta nos websites indicados na seção "Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência", nas páginas 6 a 7 deste Prospecto Definitivo.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 84 A 89 DESTES PROSPECTO DEFINITIVO, BEM COMO OS QUADROS 4 E 5, DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À OFERTA, A AVALIAÇÃO DA CONDIÇÃO FINANCEIRA DA EMISSORA, DE SEUS ATIVOS E DOS RISCOS DECORRENTES DO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia.

Mais informações sobre a Emissora, as Debêntures e a Oferta poderão ser obtidas junto ao Coordenador Líder no endereço indicado na seção "Identificação da Emissora, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e dos Auditores" e à CVM, no endereço indicado na seção "Exemplares do Prospecto", nas páginas 40 e 46, respectivamente, deste Prospecto Definitivo.

A Oferta foi registrada na CVM em 23 de outubro de 2012, sob o número CVM/SRE/DEB/2012/032 para as Debêntures da Primeira Série, sob o número CVM/SRE/DEB/2012/033 para as Debêntures da Segunda Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2012/034 para as Debêntures da Terceira Série.

O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS NO ÂMBITO DA OFERTA.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

COORDENADOR LÍDER



A data deste Prospecto Definitivo é 24 de outubro de 2012

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA	6
DEFINIÇÕES	8
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES	22
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS <i>PRO FORMA</i> NÃO AUDITADAS	24
SUMÁRIO DA OFERTA	26
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	39
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES JURÍDICOS, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO MANDATÁRIO E DOS AUDITORES	40
<i>EMISSORA</i>	40
<i>COORDENADOR LÍDER</i>	40
<i>CONSULTORES JURÍDICOS</i>	40
<i>AGENTE FIDUCIÁRIO</i>	41
<i>AGENTE ESCRITURADOR</i>	41
<i>AUDITORES INDEPENDENTES</i>	42
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	42
APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER	43
EXEMPLARES DO PROSPECTO	45
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA	47
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	48
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	48
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	48
<i>Registro da Oferta e das Debêntures</i>	48
<i>Coleta de Intenções de Investimento (Procedimento de Bookbuilding)</i>	48
<i>Prazo e Forma de Subscrição e Integralização</i>	49
<i>Público Alvo</i>	48
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	49
<i>Objeto Social da Emissora</i>	49
<i>Número da Emissão</i>	50
<i>Séries</i>	50
<i>Valor Total da Emissão</i>	50
<i>Quantidade de Debêntures</i>	51
<i>Valor Nominal Unitário</i>	51
<i>Forma e Comprovação de Titularidade</i>	51
<i>Conversibilidade</i>	52
<i>Espécie</i>	52
<i>Data de Emissão</i>	52
<i>Prazo e Data de Vencimento</i>	52

<i>Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário</i>	52
<i>Amortização Programada</i>	55
<i>Remuneração</i>	56
<i>Pagamento da Remuneração</i>	61
<i>Repactuação Programada</i>	61
<i>Resgate Antecipado</i>	61
<i>Recompra Obrigatória</i>	61
<i>Aquisição Facultativa</i>	61
<i>Vencimento Antecipado</i>	62
<i>Atraso no Recebimento de Pagamentos</i>	65
<i>Garantias</i>	65
<i>Local de Pagamento</i>	65
<i>Prorrogação dos Prazos</i>	66
<i>Publicidade</i>	66
<i>Imunidade de Debenturistas</i>	66
<i>Assembleia Geral de Debenturistas</i>	66
<i>Destinação dos Recursos</i>	67
<i>Estabilização de Preço e Garantia de Liquidez</i>	68
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	68
<i>Procedimento de Colocação</i>	68
<i>Plano de Distribuição</i>	69
<i>Liquidação Financeira da Oferta</i>	69
<i>Remuneração do Coordenador Líder</i>	71
<i>Cópias do Contrato de Distribuição</i>	71
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	71
CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA	72
DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA	73
<i>Inadequação da Oferta a Certos Investidores</i>	73
<i>Manifestação de Aceitação à Oferta</i>	74
<i>Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta</i>	74
CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÕES DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA	74
CONTRATO DE FORMADOR DE MERCADO	75
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER	77
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	79
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	80
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	82
CAPITALIZAÇÃO	83

FATORES DE RISCO	84
<i>Fatores de Risco Relacionados à Oferta</i>	84
<i>Fatores de Risco Relacionados ao Ambiente Macroeconômico</i>	88
<i>Fatores de Risco Relacionados à Emissora</i>	89
ANEXOS	90
ANEXO A – ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA QUE APROVARAM A EMISSÃO.....	93
ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS DA EMISSORA QUE APROVOU A EMISSÃO.....	107
ANEXO C – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	165
ANEXO D – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES.....	193
ANEXO E – ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES, RATIFICANDO O PROCEDIMENTO DE <i>BOOKBUILDING</i>	245
ANEXO F – SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	309
ANEXO G – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER.....	315
ANEXO H – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	323
ANEXO I – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO REFERENTE AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	345
ANEXO J – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA NTE RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES	377
ANEXO K – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA UNISA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES E INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS TRIMESTRAIS DA UNISA RELATIVAS AO TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 RESPECTIVOS PARECERES DA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES.....	413
ANEXO L – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS SOCIEDADES DO GRUPO TBE (EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE E ERTE) RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA ERNST YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES.....	491
ANEXO M – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DAS SOCIEDADES DO GRUPO TBE (EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE E ERTE) RELATIVAS AO TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E RESPECTIVOS RELATÓRIOS DE REVISÃO DA ERNST YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES.....	755

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO DEFINITIVO POR REFERÊNCIA

As informações referentes à situação financeira da Emissora e outras informações a ela relativas, tais como histórico, atividades, estrutura organizacional, propriedades, plantas e equipamentos, composição do capital social, administração, recursos humanos, processos judiciais, administrativos e arbitrais e as informações exigidas no Anexo III, itens 4 a 7, e Anexo III-A, conforme aplicáveis, ambos da Instrução CVM 400, bem como: (a) a informação acerca da adesão ou não da Emissora, por qualquer meio, a padrões internacionais relativos à proteção ambiental, incluindo referência específica ao ato ou documento de adesão; (b) as informações acerca das políticas de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural adotadas pela Emissora, assim como dos principais projetos desenvolvidos nessas áreas ou nos quais participe; (c) a descrição dos negócios com empresas ou pessoas relacionadas com a Emissora, assim entendidos os negócios realizados com os respectivos controladores, bem como com empresas ligadas, coligadas, sujeitas a controle comum ou que integrem o mesmo grupo econômico da Emissora; (d) a descrição detalhada das práticas de governança corporativa recomendadas no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, adotadas pela Emissora; e (e) análise e comentários da administração da Emissora sobre suas demonstrações financeiras, nos termos solicitados pelo artigo 22 do Código ANBIMA para Atividades Conveniadas, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, que se encontra disponível para consulta nos seguintes websites:

- www.cvm.gov.br (Nesta página, no item “Cias Abertas e Estrangeiras” da seção “Acesso Rápido”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações”. No *link*, digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em continuar. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, selecionar “Formulário de Referência”. Acessar *download* da versão mais recente disponível).
- www.bmfbovespa.com.br (Nesta página, selecionar item “Empresas Listadas” e, no *link*, digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em “buscar”. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, clicar em “Relatórios Financeiros”. No item “Formulário de Referência”, acessar *download* da versão mais recente disponível).
- www.taesa.com.br/ri (Nesta página, selecionar o item “Informações Financeiras”, em seguida, acessar “Documentos Entregues a CVM”, selecionar “2012” e, no item “Outros Documentos”, acessar “Formulário de Referência 2012”).
- cop.anbima.com.br (Nesta página, clicar na opção “Acompanhar Ofertas em Análise”, posteriormente clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, em seguida, no item “Documentação”, acessar a versão mais recente do Formulário de Referência disponível).

Os seguintes documentos são incorporados por referência a este Prospecto Definitivo:

- as informações trimestrais da Emissora relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2012;
- as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010; e
- as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Essas informações trimestrais e demonstrações financeiras podem ser encontradas no seguinte *website*:

- www.cvm.gov.br (No item “Cias Abertas e Estrangeiras” da seção “Acesso Rápido”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e, no *link*, digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em “continuar”. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, selecionar “Dados Econômico-Financeiros”. Acessar *download* das demonstrações financeiras desejadas).

O Formulário Cadastral da Emissora, também incorporado por referência a este Prospecto Definitivo, encontra-se disponível nos seguintes *websites*:

- www.cvm.gov.br (No item “Cias Abertas e Estrangeiras” da seção “Acesso Rápido”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações” e, no *link*, digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em “continuar”. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, selecionar “Formulário Cadastral”. Acessar *download* da versão mais recente disponível).
- www.bmfbovespa.com.br (Nesta página, selecionar item “Empresas Listadas” e, no *link*, digitar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em “buscar”. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, clicar em “Relatórios Financeiros”. No item “Formulário de Referência”, acessar *download* da versão mais recente disponível).

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto Definitivo.

Abengoa	Abengoa Concessões Brasil Holdings S.A.
AGE	Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que aprovou a Emissão e a Oferta, realizada em 17 de setembro de 2012, registrada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784 e publicada no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 9 de outubro de 2012.
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda., responsável pela análise e atribuição da nota de classificação de risco das Debêntures.
Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, responsável pela escrituração das Debêntures, ou quem vier a sucedê-la.
Agente Fiduciário	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANEEL ou Órgão Regulador ou Poder Concedente	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, a ser publicado no DOERJ e no jornal Valor Econômico pela Emissora e pelo Coordenador Líder, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, publicado no DOERJ em 01 de novembro de 2012 e no jornal Valor Econômico pela Emissora e pelo Coordenador Líder, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400.

Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia geral de Debenturistas, a ser realizada nos termos da cláusula sétima da Escritura de Emissão.
ATE	ATE Transmissora de Energia S.A.
ATE II	ATE II Transmissora de Energia S.A.
ATE III	ATE III Transmissora de Energia S.A.
Atualização Monetária	Atualização monetária do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, a qual será calculada conforme item 4.5.2 da Escritura de Emissão e encontra-se descrita no item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” nas páginas 52 a 55 deste Prospecto Definitivo.
Auditores Independentes	KPMG e Deloitte, quando referidos em conjunto.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, publicado pela Emissora e pelo Coordenador Líder em 20 de setembro de 2012 no DOERJ e no jornal Valor Econômico, contendo determinados termos e condições da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha n.º 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, responsável pelas liquidações financeiras da Emissora.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG.

CEMIG GT	CEMIG Geração e Transmissão S.A.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código ANBIMA para Atividades Conveniadas	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas.
Código ANBIMA de Renda Fixa	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia, Emissora ou TAESA	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Conselheiros	Membros do Conselho de Administração.
Conselho de Administração	Conselho de administração da Emissora.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder em 21 de setembro de 2012.
Contrato de Formador de Mercado	Instrumento Particular de Prestação de Serviços de Formador de Mercado, celebrado entre a Emissora e o Formador de Mercado em 21 de setembro de 2012.
Controladas	ETAU, Brasnorte, UNISA e NTE, quando referidas em conjunto.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30.
Convênio CVM/ANBIMA	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA em 20 de agosto de 2008, conforme alterado.

COPOM	Comitê de Política Monetária.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CRI	Certificado de Recebíveis Imobiliários.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Amortização da Primeira Série	Data em que o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado, qual seja, a Data de Vencimento da Primeira Série.
Data de Amortização da Segunda Série	Cada uma das datas em que o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado, conforme indicado no item 4.8.2. da Escritura de Emissão e no subitem “Debêntures da Segunda Série” do item “Amortização Programada” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 55 deste Prospecto Definitivo.
Data de Amortização da Terceira Série	Cada uma das datas em que o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado, conforme indicado no item 4.8.3. da Escritura de Emissão e no subitem “Debêntures da Terceira Série” do item “Amortização Programada” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 56 deste Prospecto Definitivo.
Data de Aniversário	Todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.
Data de Emissão	15 de outubro de 2012.
Data de Integralização	Data em que as Debêntures forem subscritas e integralizadas.
Data de Liquidação	Data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures.
Data de Pagamento da Remuneração	Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série e a Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série, quando referidas em conjunto.

Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série	Cada uma das datas em que a Remuneração das Debêntures da Primeira Série forem pagas, conforme indicadas no item 4.10.1 da Escritura de Emissão e no subitem “Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série” do item “Pagamento da Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 61 deste Prospecto Definitivo.
Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série	Cada uma das datas em que a Remuneração das Debêntures da Segunda Série forem pagas, conforme indicadas no item 4.10.2 da Escritura de Emissão e no subitem “Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série” do item “Pagamento da Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 61 deste Prospecto Definitivo.
Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série	Cada uma das datas em que a Remuneração das Debêntures da Terceira Série forem pagas, conforme indicadas no item 4.10.3 da Escritura de Emissão e no subitem “Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série” do item “Pagamento da Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 61 deste Prospecto Definitivo.
Data de Vencimento da Primeira Série	15 de outubro de 2017.
Data de Vencimento da Segunda Série	15 de outubro de 2020.
Data de Vencimento da Terceira Série	15 de outubro de 2024.
Debêntures	Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série, quando referidas em conjunto.
Debêntures Adicionais	Debêntures que foram emitidas em razão do exercício da Opção de Debêntures Adicionais, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400.
Debêntures da Primeira Série	Debêntures da 1ª (primeira) Série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.

Debêntures da Segunda Série	Debêntures da 2ª (segunda) Série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures da Terceira Série	Debêntures da 3ª (terceira) Série da 3ª (terceira) emissão da Emissora, objeto da Oferta.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures da respectiva Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge.
Debêntures do Lote Suplementar	Debêntures que foram emitidas em razão do exercício da Opção de Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.
Debenturistas	Titulares das Debêntures.
Debenturistas da Primeira Série	Titulares de Debêntures da Primeira Série.
Debenturistas da Segunda Série	Titulares de Debêntures da Segunda Série.
Debenturistas da Terceira Série	Titulares de Debêntures da Terceira Série.
Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Dia Útil	Qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.
DOERJ	Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
Dólar	Moeda corrente dos Estados Unidos da América.
EATE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.
EBTE	Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
ECTE	Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
ENTE	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
ERTE	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 18 de setembro de 2012 e registrado na JUCERJA em 25 de setembro de 2012 sob o n.º ED33000357-4/000, e aditado em 11 de outubro de 2012 por meio do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., registrado na JUCERJA em 19 de outubro de 2012 sob o n.º ED33000357-2/001.
ESDE	Empresa Santos Dumont de Energia S.A.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
ETEP	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
ETSE	Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A.
Eventos de Vencimento Antecipado	Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos e os Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos, quando referidos em conjunto.
Eventos de Vencimento Antecipado Automático	Eventos de vencimento antecipado automáticos previstos no item 4.15.2 da Escritura de Emissão, bem como no subitem “Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos” do item “Vencimento Antecipado” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 62 deste Prospecto Definitivo.
Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático	Eventos de vencimento antecipado não-automáticos previstos no item 4.15.3. da Escritura de Emissão, bem como no subitem “Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos” do item “Vencimento Antecipado” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 62 deste Prospecto Definitivo.
E&YTERCO	Ernst & Young Terco Auditores Independentes.
Formador de Mercado	O Itaú BBA, na qualidade de formador de mercado secundário (<i>market maker</i>) para as Debêntures que estiverem registradas para a negociação na CETIP, de acordo com o Contrato de Formador de Mercado.

FIDC	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.
FIP Coliseu	Fundo de Investimento em Participações Coliseu.
Fitch	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, incorporado a este Prospecto Definitivo por referência, o qual poderá ser encontrado nos endereços indicados na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência” nas páginas 6 a 7 deste Prospecto Definitivo.
Governo Federal ou Governo	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo TBE	As seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica: EATE, ECTE, ENTE, ERTE, ETEP, STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e EBTE.
IAS	<i>International Accounting Standard</i> , ou normas internacionais de contabilidade.
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i> , organização internacional que publica e atualiza a IFRS.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , que são práticas contábeis internacionais, utilizando-se de um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo IASB.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
Instrução CVM 28	Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM 471	Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009.
IPCA/IBGE	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IR	Imposto incidente sobre a renda.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
KPMG	KPMG Auditores Independentes.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei n.º 6.385	Lei n.º 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lumitrans	Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia Elétrica.
Montante Devido Antecipadamente	Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, calculados <i>pro rata temporis</i> , e demais encargos devidos e não pagos desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, o qual será devido em virtude da declaração de vencimento antecipado das Debêntures.
Montante Mínimo	Montante mínimo correspondente a 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) Debêntures, a partir do qual a Oferta poderá ser concluída. Para maiores detalhes acerca do Montante Mínimo e da possibilidade de distribuição parcial da Oferta, consultar o subitem “Distribuição Parcial e Montante Mínimo” do item “Procedimento de Colocação” da seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Distribuição” na página 68 deste Prospecto Definitivo. Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o Valor Total da Emissão até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Emissão.
Notas Promissórias	Notas Promissórias da 4ª Emissão e Notas Promissórias da 5ª Emissão, quando referidas em conjunto.

Notas Promissórias da 4ª Emissão	234 (duzentas e trinta e quatro) notas promissórias comerciais da 4ª (quarta) emissão da Emissora, emitidas em 29 de novembro de 2011, no valor global de R\$1.170.000.000,00 (um bilhão e cento e setenta milhões de reais), as quais se encontram descritas na seção “Destinação dos Recursos” nas páginas 80 a 81 deste Prospecto Definitivo.
Notas Promissórias da 5ª Emissão	180 (cento e oitenta) notas promissórias comerciais da 5ª (quinta) emissão da Emissora, emitidas em 25 de maio de 2012, no valor global de R\$905.000.000,00 (novecentos e cinco milhões de reais), as quais se encontram descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 80 a 81 deste Prospecto Definitivo.
Novo Mercado de Renda Fixa	Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, regulado pelo Código ANBIMA de Renda Fixa.
NTE	NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A.
Oferta ou Emissão	A presente oferta pública de debêntures da 3ª (terceira) emissão
Opção de Debêntures Adicionais	Opção que a Emissora teve e decidiu por exercer de forma a aumentar, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> e com a prévia concordância do Coordenador Líder, a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento), com relação à quantidade originalmente ofertada, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , as Debêntures Adicionais foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.
Opção de Lote Suplementar	Opção que o Coordenador Líder teve e decidiu por exercer de forma a distribuir um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada, após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , exclusivamente para atender a excesso de demanda que veio a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , as Debêntures do Lote Suplementar foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.

Período de Ausência do IPCA	Prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro período de capitalização, ou na Data de Pagamento
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c). Para maiores informações consultar o item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco”, na página 84 deste Prospecto Definitivo.
PIB	Produto Interno Bruto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e regulamentos da CVM, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC.
Prazo de Colocação	Prazo de até 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Preço de Subscrição	Montante correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, e, para todas as Séries, da Remuneração incidente entre a Data de Emissão e a Data de Integralização.
Primeira Série	A 1ª (primeira) série da 3ª (terceira) emissão da Companhia.
Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores das Debêntures, conduzido pelo Coordenador Líder nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospectos	Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo, quando referidos em conjunto.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	O presente prospecto Definitivo da Oferta.

PwC	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
RCAs	Reuniões do Conselho de Administração da Emissora, que aprovaram a Emissão e a Oferta, realizadas em 24 de agosto de 2012 e 10 de setembro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCERJA em 11 de setembro de 2012 e 19 de setembro de 2012, sob os n.ºs 00002382851 e 00002386772, respectivamente, e publicadas no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 19 de setembro de 2012 e 15 de outubro de 2012, respectivamente.
RD	Reunião de Diretoria da Emissora que ratificou o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , realizada em 11 de outubro de 2012.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Remuneração	Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a Remuneração das Debêntures da Segunda Série e a Remuneração das Debêntures da Terceira Série, quando referidas em conjunto.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série	Remuneração a que fará jus as Debêntures da Primeira Série, prevista no item 4.9.1 da Escritura de Emissão e indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” do item “Informações Relativas à Oferta” nas páginas 56 a 59 deste Prospecto Definitivo.
Remuneração das Debêntures da Segunda Série	Remuneração a que fará jus as Debêntures da Segunda Série, prevista no item 4.9.2 da Escritura de Emissão e indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Segunda Série” do item “Informações Relativas à Oferta” na página 59 deste Prospecto Definitivo.
Remuneração das Debêntures da Terceira Série	Remuneração a que fará jus as Debêntures da Terceira Série, prevista no item 4.9.3 da Escritura de Emissão e indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Terceira Série” do item “Informações Relativas à Oferta” na página 60 deste Prospecto Definitivo.
Saldo do Valor Nominal Unitário	Valor Nominal Unitário remanescente após as amortizações, conforme previstas nos itens 4.8.2 e 4.8.3 da Escritura de Emissão.

SDT	Módulo de Distribuição de Títulos – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Segunda Série	A 2ª (segunda) série da 3ª (terceira) emissão da Companhia.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Séries	A Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série, quando referidas em conjunto.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
SND	Módulo Nacional de Debêntures – SND, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SRF ou Receita Federal	Receita Federal do Brasil.
STC	Sistema Catarinense de Transmissão S.A.
STE	STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
Súmula de Classificação de Risco	Súmula de classificação de risco elaborado pela Agência de Classificação de Risco, o qual segue anexo ao presente Prospecto Definitivo.
Taxa DI	Variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>over extragrupos</i> , expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.
Taxa Selic	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apuradas no SELIC.
Terceira Série	A 3ª (terceira) série da 3ª (terceira) emissão da Companhia.
Units	Certificados de depósito de ações emitidos pela Emissora, representando, cada Unit, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.
UNISA	União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (anteriormente denominada Abengoa Participações Holding S.A.).

Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Debêntures, correspondente a R\$1.000,00 (um mil reais), na Data da Emissão.
Valor Total da Emissão	Valor total da Emissão de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão, observado que a oferta base correspondente a R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) foi acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES

Este documento contém declarações prospectivas. As declarações que apresentem natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou que incluam palavras como “espera”, “prevê”, “pretende”, “planeja”, “acredita”, “estima”, “projeta” e expressões similares são declarações prospectivas. Embora a Emissora acredite que sejam baseadas em pressupostos razoáveis, tais declarações estão sujeitas a vários riscos e incertezas e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente a Emissora tem acesso.

Ademais, determinadas informações referentes ao Brasil e ao setor de energia elétrica incluídas neste Prospecto Definitivo foram compiladas de dados disponíveis ao público em geral.

As declarações prospectivas poderão ser influenciadas por certos fatores, incluindo os seguintes:

- conjuntura geral econômica, política, financeira e comercial nos mercados de atuação da Emissora e das demais empresas do grupo da Emissora, tanto no Brasil como no exterior, inclusive níveis de demanda e de preços;
- flutuações da taxa de juros, inflação e variações na taxa de câmbio do Real em relação ao Dólar;
- nível de endividamento e correspondentes exigências de serviço da dívida da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- a capacidade da Emissora e das demais empresas de seu grupo de obter financiamentos em termos satisfatórios;
- concorrência;
- medidas adotadas pelos principais acionistas da Emissora e das demais empresas de seu grupo;
- desfecho de processos de grande monta relativos à tributação, questões trabalhistas e outras questões legais;
- leis e regulamentos editados que afetem ou possam afetar a Emissora, as demais empresas de seu grupo econômico e atividades da Emissora; e
- outros fatores identificados ou discutidos nas seções “Fatores de Risco”, nas páginas 84 a 89 deste Prospecto Definitivo, no item “4. Fatores de Risco” e no item “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As declarações prospectivas da Emissora não constituem garantia de desempenho futuro, podendo os resultados ou acontecimentos efetivos diferir de forma relevante das expectativas expressas em razão da incerteza inerente às estimativas, previsões e projeções. Em vista dessas incertezas, as declarações prospectivas não devem ser utilizadas como um parâmetro objetivo.

Potenciais investidores deverão conduzir suas próprias investigações sobre tendências ou previsões discutidas ou inseridas neste Prospecto Definitivo, bem como sobre as metodologias e suposições em que se baseiam as discussões sobre tendências e previsões.

Nada previsto neste Prospecto Definitivo constitui, ou deve ser entendido como sendo, promessa ou garantia sobre resultados ou eventos futuros.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS

Foram anexadas ao presente Prospecto Definitivo as informações financeiras consolidadas *pro forma*, não auditadas da Emissora, que devem ser lidas em conjunto com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 e informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas que foram objeto de revisão, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2012 e respectivas notas explicativas e que foram incorporados por referência a este Prospecto Definitivo. Devem ser consideradas e lidas em conjunto, ainda, as demonstrações financeiras da NTE, da UNISA e das sociedades do Grupo TBE, anexas a este Prospecto Definitivo. As demonstrações financeiras consolidadas e as informações contábeis consolidadas intermediárias da Emissora, bem como as da NTE, da UNISA e das sociedades do Grupo TBE, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas do IFRS, conforme emitidas pelo IASB. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas envolvem as seguintes transações: (i) aquisição de participação nas sociedades NTE e UNISA pela Emissora; (ii) operação de consolidação de ativos de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE, os quais serão transferidos para a Emissora; (iii) amortização total da distribuição pública das Notas Promissórias da 4ª Emissão e parcial das Notas Promissórias da 5ª Emissão, e (iv) realização da presente Oferta.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas e não devem ser interpretadas como as demonstrações de resultado e/ou posição patrimonial e financeira efetiva consolidada da Emissora, caso as combinações de negócios acima mencionadas, as emissões de Notas Promissórias e a realização da presente Oferta tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 ou em 30 de junho de 2012, respectivamente.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não podem ser auditadas, pois a sua compilação, elaboração e formatação apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente os resultados das operações e a posição financeira da Emissora, caso as combinações de negócios com as empresas NTE, UNISA e sociedades do Grupo TBE, a emissão das Notas Promissórias e a realização da presente Oferta tivessem de fato ocorrido e, portanto, a Emissora não possuísse participação em tais empresas e tivesse captado os recursos das Notas Promissórias e das Debêntures desde 1º de janeiro de 2011, para as demonstrações de resultado consolidados *pro forma* não auditadas, e em 30 de junho de 2012 para o balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado. Por essa razão, as informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas foram objeto de relatórios de asseguuração limitada dos auditores independentes da Emissora, elaborados nos termos da NBC TO 3000 (ISAE) 3000 – Trabalho de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão emitida pelo CFC, os quais são incorporados a este Prospecto Definitivo. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas foram preparadas a partir das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas da Emissora (auditadas pela KPMG e revisadas pela Deloitte), da NTE (auditadas pela PwC), da UNISA (auditadas e revisadas pela PwC) e das sociedades do Grupo TBE (auditadas e revisadas pela E&YTERCO). Em consequência, os procedimentos realizados na revisão das

informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas a seguir descritos foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguração limitada, mas não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguração mais elevado ou uma auditoria, tendo consistido, principalmente, em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das demonstrações de resultados consolidadas *pro forma* não auditadas da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, e balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado em 30 de junho de 2012; (b) comparação das informações financeiras históricas da Emissora apresentadas em coluna nas demonstrações de resultados consolidadas *pro forma* não auditadas da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, e balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado em 30 de junho de 2012, com aquelas que constam das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas ou revisadas; (c) discussão com a administração da Emissora para entendimento dos ajustes procedidos na preparação das demonstrações de resultados consolidadas *pro forma* não auditadas da Emissora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, e balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado em 30 de junho de 2012, bem como somatório das respectivas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas.

SUMÁRIO DA OFERTA

*Esta seção é um sumário de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto Definitivo e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. **O Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco", nas páginas 84 a 89 deste Prospecto Definitivo, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nos itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.***

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Capital Social da Companhia	Na data deste Prospecto Definitivo, o capital social subscrito e integralizado da Emissora era de R\$3.067.535.193,28 (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos).
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Fiduciário	GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

O Agente Fiduciário da Emissão também atua, na data deste Prospecto Definitivo, na qualidade de prestador de serviços de agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora, na qual foram emitidas 8.150 (oito mil cento e cinquenta) debêntures em três séries, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures da primeira série, 2.450 (duas mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da segunda série e 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da quarta série, totalizando o valor de R\$815.000.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais). As debêntures da segunda emissão de debêntures da Emissora possuem vencimento em 15 de dezembro de 2015, para a primeira série, 15 de dezembro de 2017, para a segunda série e 15 de dezembro de 2017, para a quarta série. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures. Além da segunda emissão de debêntures da Emissora, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

Agente Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Autorizações Societárias	<p>A Oferta foi aprovada em (i) Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 24 de agosto de 2012 e 10 de setembro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCERJA em 11 de setembro de 2012 e 19 de setembro de 2012, sob os n.ºs 00002382851 e 00002386772, respectivamente, e publicadas no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 19 de setembro de 2012 e 15 de outubro de 2012, respectivamente; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012, cuja ata foi publicada no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 9 de outubro de 2012 e arquivada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>A ratificação do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> foi devidamente deliberada e aprovada por meio da Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 11 de outubro de 2012.</p>
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Oferta, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados, nesta ordem de alocação, ao (a) resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 4ª Emissão, (b) resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, caso não haja saldo suficiente para o resgate total, das Notas Promissórias da 5ª Emissão; e (c) ao reforço de caixa da Companhia, caso sobejem recursos após a realização dos itens (a) e (b) anteriores. Para maiores informações, consultar a seção "Destinação dos Recursos" na página 80 deste Prospecto Definitivo.
Prazo de Colocação	O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Foi realizado procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, por meio do qual foram fixadas as taxas de remuneração das Debêntures, bem como a alocação das Debêntures entre as Séries.

A alocação das Debêntures entre as Séries ocorreu com base em sistema de vasos comunicantes, sendo que os investidores puderam, quando da participação no Procedimento de *Bookbuilding*: (i) condicionar a validade de suas ordens por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série à manutenção do registro da respectiva Série no Novo Mercado de Renda Fixa, caso aplicável; e (ii) existindo a condição prevista no item (i) acima, solicitar a realocação de sua ordem por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série para a Série que mantiver o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, caso a Série originalmente demandada perca o registro no Novo Mercado de Renda Fixa.

Não foi verificado, no Procedimento de *Bookbuilding*, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures, sendo que as ordens de Pessoas Vinculadas foram integralmente aceitas. **O investidor deve ler o subitem “A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco”, na página 87 deste Prospecto Definitivo.**

Durante o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder e a Companhia apuraram a demanda de investidores pelas Debêntures, bem como suas respectivas taxas de juros e a alocação entre as Séries, e verificaram que não seria possível cumprir do requisito disposto no inciso II do artigo 4º do Código ANBIMA de Renda Fixa, tendo sido este fato informado à ANBIMA em 15 de outubro de 2012. Dessa forma, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série tiveram seu registro no Novo Mercado de Renda Fixa cancelado pela ANBIMA em 15 de outubro de 2012, de forma que não conferirão aos Debenturistas quaisquer direitos previstos no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa.

Tendo em vista o cancelamento do registro no Novo Mercado de Renda Fixa das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, nenhuma das Séries das Debêntures contará com o registro no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

**Prazo e Forma de
Subscrição e Integralização**

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, e, para todas as Debêntures, da Remuneração incidente entre a Data de Emissão e a data da efetiva integralização.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional.

Registro para Colocação e Negociação	As Debêntures foram registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT, e (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
Valor Total da Emissão	O Valor Total da Emissão será de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão, observado que a oferta base correspondente a R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) foi acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar.
Quantidade de Debêntures	<p>Foram emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) Debêntures, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) debêntures na primeira série ("<u>Debêntures da Primeira Série</u>"), 793.000 (setecentas e noventa e três mil) debêntures na segunda série ("<u>Debêntures da Segunda Série</u>") e 702.000 (setecentas e duas mil) debêntures na terceira série ("<u>Debêntures da Terceira Série</u>").</p> <p>A quantidade de Debêntures foi aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, a exclusivo critério da Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (Debêntures Adicionais), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas (Opção de Debêntures Adicionais). A critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, as Debêntures Adicionais foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.</p> <p>A Emissora concedeu ao Coordenador Líder uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada (Debêntures do Lote Suplementar), a qual foi exercida pelo Coordenador Líder em 15% (quinze por cento) após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, exclusivamente para atender ao excesso de demanda que veio a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (Opção de Lote Suplementar). Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. A critério da Emissora em conjunto</p>

	<p>com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, as Debêntures do Lote Suplementar foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.</p> <p>As Pessoas Vinculadas puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.</p> <p>A Emissora obrigou-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar.</p>
Valor Nominal Unitário	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.
Séries	A Emissão é realizada em 3 (três) Séries, quais sejam, a Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
Espécie	As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com garantias adicionais.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de outubro de 2012.
Prazo e Data de Vencimento	<p><i>Debêntures da Primeira Série:</i> As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 (Data de Vencimento da Primeira Série).</p> <p><i>Debêntures da Segunda Série:</i> As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2020 (Data de Vencimento da Segunda Série).</p> <p><i>Debêntures da Terceira Série:</i> As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024 (Data de Vencimento da Terceira Série).</p>
Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário	<p><i>Debêntures da Primeira Série:</i> O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.</p> <p><i>Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série:</i> O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o</p>

caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA/IBGE (Atualização Monetária), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, segundo a fórmula indicada no subitem “Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série” do item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures”, na página 52 deste Prospecto Definitivo.

Amortização Programada

Debêntures da Primeira Série: Não haverá amortização programada das Debêntures da Primeira Série, sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série devido integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observados os Eventos de Vencimento Antecipado.

Debêntures da Segunda Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2019 e na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série), conforme a tabela contida no subitem “Debêntures da Segunda Série” do item “Amortização Programada” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 55 deste Prospecto Definitivo.

Debêntures da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente a partir do 9º (nono) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2021, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2022, 15 de outubro de 2023 e na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série), conforme a tabela contida no subitem “Debêntures da Terceira Série” do item “Amortização Programada” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” na página 56 deste Prospecto Definitivo.

Remuneração

Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com a fórmula indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Primeira Série” do item “Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 56 deste Prospecto Definitivo.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Segunda Série – Características das Debêntures” do item “Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 59 deste Prospecto Definitivo.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula indicada no subitem “Remuneração das Debêntures da Terceira Série” do item “Remuneração” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures”, na página 60 deste Prospecto Definitivo.

Pagamento da Remuneração	<p>Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.</p> <p><i>Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:</i> A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Primeira Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Primeira Série).</p> <p><i>Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série:</i> A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Segunda Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Segunda Série).</p> <p><i>Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série:</i> A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Terceira Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Terceira Série).</p>
Repactuação Programada	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Resgate Antecipado	As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo total ou parcial.
Recompra Obrigatória	As Debêntures não serão objeto de recompra obrigatória.
Aquisição Facultativa	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário. Para maiores informações, consultar o item “Aquisição Facultativa” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” nas páginas 61 a 62 deste Prospecto Definitivo.</p> <p>As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação da mesma Série.</p>

Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Vencimento Antecipado que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para maiores informações, consultar o item “Vencimento Antecipado” da seção “Informações Relativas à Oferta – Características das Debêntures” nas páginas 62 a 65 deste Prospecto Definitivo.

O investidor deve ler o subitem “As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 84 deste Prospecto Definitivo.

Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

Atraso no Recebimento de Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item “Multa e Juros Moratórios” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

Garantias

As Debêntures não contarão com garantias.

Local de Pagamentos

Os pagamentos decorrentes das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem eletronicamente custodiadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Agente Escriturador das Debêntures ou na sede da Emissora.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto na Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, caso em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Quoruns de Instalação e Deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Exceto conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (vi) a alteração dos quoruns de deliberação previstos na cláusula sétima da Escritura de Emissão dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto Definitivo.

Pessoas Vinculadas

As Pessoas Vinculadas puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.

Não foi verificado, no Procedimento de *Bookbuilding*, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures, sendo que as ordens de Pessoas Vinculadas foram integralmente aceitas.

O investimento em Debêntures por investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover má formação da taxa final de *spread*, preço ou de liquidez das Debêntures no mercado secundário, **neste sentido ver o fator de risco “A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta”, da seção “Fatores de Risco”, na página 87 deste Prospecto Definitivo.**

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 84 a 89 deste Prospecto Definitivo, em conjunto com os itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, do Formulário de Referência.**

Regime de Colocação	<p>O Coordenador Líder realizará a distribuição pública da totalidade das Debêntures em regime de melhores esforços de colocação.</p> <p>Após o encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, o Coordenador Líder e a Emissora verificaram a demanda para as Debêntures de cada uma das Séries, sendo que coube à Emissora, em conjunto com o Coordenador Líder, decidir a efetiva emissão de cada uma das Séries e a alocação das Debêntures entre as Séries, com base no sistema de vasos comunicantes.</p> <p>As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar que foram emitidas também serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação.</p>
Prazo de Colocação	<p>O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início.</p>
Distribuição Parcial e Montante Mínimo	<p>A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, desde que haja colocação de um Montante Mínimo de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) Debêntures, em qualquer formato de alocação entre as Séries, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Emissora. Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o Valor Total da Emissão até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Emissão.</p> <p>Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.</p> <p>Na hipótese de não atendimento das condições referidas nos itens (i) ou (ii) acima, ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder ou da Emissora, caso os recursos decorrentes da integralização já tenham sido repassados pelo Coordenador Líder à Emissora, os montantes utilizados na integralização das Debêntures no prazo de 5 (cinco) dias contados da última Data de Liquidação ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora aos referidos investidores.</p>

Fatores de Risco

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados para a aquisição das Debêntures, consultar a seção "Fatores de Risco" nas páginas 84 a 89 deste Prospecto Definitivo e os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora, a Oferta ou as Debêntures poderão ser obtidas junto à Emissora ou ao Coordenador Líder nos endereços indicados na seção "Exemplares do Prospecto" nas páginas 45 a 46 deste Prospecto Definitivo.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA, sob o NIRE 33.3.0027843-5.
Sede	Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1.002 e 1.003 – Centro, CEP 20010-010 – Rio de Janeiro, RJ.
Registro de Companhia Aberta na CVM	Registro n.º 2025-7, concedido em 06 de setembro de 2006.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1002 e 1003. O responsável por esta diretoria é o Sr. Cristiano Corrêa de Barros. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (21) 2212-6000 e o e-mail é investor.relations@taesa.com.br .
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos Debenturistas é feito pelo Diretor de Relações com Investidores, o Sr. Cristiano Corrêa de Barros, na sede da Emissora, por meio do telefone (21) 2212-6000 e do e-mail investor.relations@taesa.com.br .
Auditores Independentes	<p>As demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.</p> <p>As informações financeiras da Emissora relativas ao primeiro e ao segundo trimestres de 2012 foram revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.</p>
Jornais nos quais a Emissora divulga suas informações periódicas	As informações referentes à Emissora são divulgadas no DOERJ e no jornal “Valor Econômico”.
E-mail e <i>website</i> para informações aos investidores e ao mercado	O <i>website</i> da Emissora é www.taesa.com.br/ri . As informações constantes do <i>website</i> da Emissora não são parte integrante deste Prospecto Definitivo, nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto Definitivo.
Declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400	As declarações da Emissora e do Coordenador Líder encontram-se no Anexo G, nas páginas 315 a 321 deste Prospecto Definitivo.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES JURÍDICOS,
DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DO BANCO MANDATÁRIO E DOS AUDITORES**

EMISSORA

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Diretoria de Relações com Investidores
Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1002 e 1003
20010-010 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros
Telefone: (21) 2212-6000
Fac-símile: (21) 2212-6040
E-mail: investor.relations@taesa.com.br
Website: www.taesa.com.br/ri

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar
04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sr. Rogério Assaf
Telefone: (11) 3708-2502
Fac-símile: (11) 11 3708-2533
E-mail: rogerio.assaf@itaubba.com
Website: www.itaubba.com.br

CONSULTORES JURÍDICOS

Para a Emissora

Souza, Cescon, Barrieu e Flesch Advogados

Rua Funchal, n.º 418, 11º andar
04551-060 – São Paulo, SP
At.: Sr. Alexandre Barreto
Telefone: (11) 3089-6500
Fac-símile: (11) 3089-6565
E-mail: alexandre.barreto@scbf.com.br
Website: www.scbf.com.br

Para o Coordenador Líder

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447, 6º andar

01403-001 – São Paulo, SP

At.: Sr. José Eduardo Carneiro Queiroz

Telefone: (11) 3147-7666

Fac-símile: (11) 3147-7770

E-mail: jeduardo@mattosfilho.com.br

Website: www.mattosfilho.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

GDC Partners Serviços Fiduciários Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, bloco 1, sala 317

22775-003 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2490-4305

Fac-símile: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcctvm.com.br

AGENTE ESCRITURADOR

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

São Paulo, SP

At.: Dalmir N. Coelho

Telefone: (11) 2797-4207

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

BANCO MANDATÁRIO

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100 – Torre Olavo Setúbal

São Paulo, SP

At.: Dalmir N. Coelho

Telefone: (11) 2797-4207

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

AUDITORES INDEPENDENTES

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Avenida Presidente Wilson, n.º 231, 22º andar

20030-021 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. José Carlos Monteiro

Telefone: (21) 3981-0500

Fac-símile: (21) 3981-0600

E-mail: jomonteiro@deloitte.com

Website: www.deloitte.com

KPMG Auditores Independentes

Avenida Almirante Barroso, n.º 52, 4º andar

20031-002 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Luiz Carlos Carvalho

Telefone: (21) 3515-9223

Fac-símile: (21) 3515-9000

E-mail: lccarvalho@kpmg.com.br

Website: www.kpmg.com.br

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto Definitivo, nas páginas 301 a 307, respectivamente.

APRESENTAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

BANCO ITAÚ BBA S.A.

O Banco Itaú BBA S.A, instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$208 bilhões e uma carteira de crédito de R\$150 bilhões, em 30 de junho de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai. A área de Investment Banking oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no Ranking Anbima de Distribuição no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% (dezenove por cento) e 46% (quarenta e seis por cento). Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos 3 (três) anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do BNDESPar (R\$2,0 bilhões), SulAmérica (R\$500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$1,2 bilhões), da BR Malls (R\$405 milhões), da Fleury (R\$450 milhões) e da Contax (R\$400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Natura (R\$400 milhões), Contax (R\$120 milhões), BR Malls (R\$200 milhões), da Autoban (R\$950 milhões) e da Contax (R\$230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), FIDC Intermedium (R\$150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2012 (até 31 de Julho) o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 20 ofertas de bonds de empresa Latino-americanas, cujo montante total alcançou mais de US\$16 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú BBA atuou como joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da Odebrecht (US\$1,0 bilhão), Embraer (US\$500 milhões), OGX (US\$1,0 bilhão), Braskem (US\$250 milhões), Minerva (US\$350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$300 milhões), Petrobras (US\$7,0 bilhões), Codere (US\$300 milhões), Banco Itaú (US\$550 milhões), Arauco (US\$500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$825 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência "*Institutional Investor*".

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,60% (oitenta e dois inteiros e sessenta centésimos por cento). No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed e floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,90% (vinte e oito inteiros e noventa centésimos por cento).

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA considera que oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 (trinta e oito) transações.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo antes de tomar qualquer decisão de investir nas Debêntures.

Os investidores interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta poderão obter exemplares deste Prospecto Definitivo nos endereços e nos websites da Emissora e do Coordenador Líder indicados na seção “Identificação da Emissora, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e dos Auditores”, nas páginas 40 a 42 deste Prospecto Definitivo, bem como nos endereços e/ou websites indicados abaixo:

EMISSORA

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Diretoria de Relações com Investidores

Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1002 e 1003

Website: www.taesa.com.br/ri (nesta página acessar “Prospecto Definitivo de Debêntures”).

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 4º andar

São Paulo - SP

Website: www.itaubba.com.br (nesta página clicar em “Ofertas Públicas” e em seguida acessar “TAESA – Prospecto Definitivo da 3ª Emissão de Debêntures”).

ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS

Website: cop.anbima.com.br (nesta página acessar “Acompanhar Análise de Ofertas” e, em seguida, acessar “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e então selecionar a última versão disponível do Prospecto Definitivo).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Centro de Consulta da CVM – RJ

Rua 7 de Setembro, n.º 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

e

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º a 4º andares

São Paulo – SP

Website: www.cvm.gov.br (nesta página acessar Cias Abertas e Estrangeiras” da seção “Acesso Rápido”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC, FR e outras Informações”. No *link*, buscar por “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e clicar em continuar. Em seguida, clicar em “Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.” e, na página seguinte, selecionar “Prospecto de Distribuição Pública”. Acessar *download* com a data mais recente).

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

e

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar

São Paulo – SP

Departamento de Valores Mobiliários

Website: www.cetip.com.br (nesta página acessar no item “Acesso Rápido”, o *link* “Prospectos”, em seguida acessar “Prospectos de Debêntures”, selecionar “2012”, clicar em buscar e, posteriormente acessar o *download* com a data mais recente do Prospecto Definitivo da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.)

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Oferta foi aprovada em (i) Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 24 de agosto de 2012 e 10 de setembro de 2012, cujas atas foram arquivadas na JUCERJA em 11 de setembro de 2012 e 19 de setembro de 2012, sob os n.ºs 00002382851 e 00002386772, respectivamente, e publicadas no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 19 de setembro de 2012 e 15 de outubro de 2012, respectivamente; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012, cuja ata foi publicada no DOERJ e no jornal Valor Econômico em 9 de outubro de 2012 e arquivada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784, em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

A ratificação do Procedimento de *Bookbuilding* foi devidamente deliberada e aprovada por meio da Reunião de Diretoria da Emissora realizada em 11 de outubro de 2012.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto Definitivo, o capital social subscrito e integralizado da Emissora era de R\$3.067.535.193,28 (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil e cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), dividido em 344.498.907 (trezentas e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil e novecentas e sete) ações, sendo 230.517.711 (duzentas e trinta milhões, quinhentas e dezessete mil e setecentas e onze) ações ordinárias e 113.981.196 (cento e treze milhões, novecentas e oitenta e uma mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Emissora poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), com ou sem a emissão de ações ordinárias ou preferências, por deliberação do Conselho de Administração, que deverá estabelecer as condições da emissão, inclusive o preço, prazo e forma de sua integralização.

A composição acionária da Emissora, na data deste Prospecto Definitivo, é a seguinte:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		Participante do Acordo de Acionistas
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT ⁽¹⁾	97.690.743	42,38	51.683.548	45,34	149.374.291	43,36	Sim
Fundo de Investimentos em Participações Coliseu ⁽²⁾	101.678.120	44,11	-	0,00	101.678.120	29,51	Sim
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	3.938.300	1,71	7.876.600	6,91	11.814.900	3,43	Não
Ações em Tesouraria	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Ações em Circulação ⁽⁴⁾	27.210.548	11,80	54.421.048	47,75	81.631.596	23,70	-
Total	230.517.711	100	113.981.196	100	344.498.907	100	-

⁽¹⁾ Cemig GT cujo principal acionista é a CEMIG, detentora de, aproximadamente, 100% (cem por cento) de suas ações.

⁽²⁾ Os principais quotistas do FIP Coliseu são a Fundação CEEE de Seguridade Social (25%), o Santander Participações S.A. (25%), a Forluz – Fundação Forluminas de Seguridade Social (22,56%) e o BB-Banco de Investimento S.A. (15,04%).

⁽⁴⁾ Excetuando-se a participação da Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda. e considerando Conselheiros e Pessoas Vinculadas.

Para informações adicionais sobre a composição do capital social da Emissora, consultar o quadro 15 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Registro da Oferta e das Debêntures

A Oferta foi devidamente registrada na CVM em 23 de outubro de 2012, sob o número CVM/SRE/DEB/2012/032 para as Debêntures da Primeira Série, sob o número CVM/SRE/DEB/2012/033 para as Debêntures da Segunda Série e sob o número CVM/SRE/DEB/2012/034 para as Debêntures da Terceira Série, na forma da Lei n.º 6.385, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400, da Instrução CVM 471, do Convênio CVM/ANBIMA e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

O pedido de registro da Oferta na CVM foi objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do Código ANBIMA para Atividades Conveniadas e do Convênio CVM/ANBIMA.

A Escritura de Emissão foi registrada na JUCERJA em 25 de setembro de 2012 sob o n.º ED33000357-4/000 e seus eventuais aditamentos serão devidamente arquivados na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e item 2.3. da Escritura de Emissão.

As Debêntures foram registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT, e (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

Coleta de Intenções de Investimento (*Procedimento de Bookbuilding*)

O Coordenador Líder organizou procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros (*Procedimento de Bookbuilding*), de forma a definir: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada Série; (ii) a taxa final da Remuneração da Primeira Série; (iii) a taxa final da Remuneração da Segunda Série; e (iv) a taxa final da Remuneração da Terceira Série.

A alocação das Debêntures entre as Séries ocorreu com base em sistema de vasos comunicantes, sendo que os investidores puderam, quando da participação no Procedimento de *Bookbuilding*: (i) condicionar a validade de suas ordens por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série à manutenção do registro da respectiva Série no Novo Mercado de Renda Fixa, caso aplicável; e (ii) existindo a condição prevista no item (i) acima, solicitar a realocação de sua ordem por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série para a Série que mantiver o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, caso a Série originalmente demandada perca o registro no Novo Mercado de Renda Fixa. Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo as Pessoas Vinculadas, as quais puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures. Não foi verificado, no Procedimento de *Bookbuilding*, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures, sendo que as ordens de Pessoas Vinculadas foram integralmente aceitas.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica ao Formador de Mercado, uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita pelo Formador de Mercado estão divulgados na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Formador de Mercado” na página 75 deste Prospecto Definitivo, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Durante o Procedimento de *Bookbuilding*, o Coordenador Líder e a Companhia apuraram a demanda de investidores pelas Debêntures, bem como suas respectivas taxas de juros e a alocação entre as Séries, e verificaram que não seria possível cumprir do requisito disposto no inciso II do artigo 4º do Código ANBIMA de Renda Fixa, tendo sido este fato informado à ANBIMA em 15 de outubro de 2012. Dessa forma, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série tiveram seu registro no Novo Mercado de Renda Fixa cancelado pela ANBIMA em 15 de outubro de 2012, de forma que não conferirão aos Debenturistas quaisquer direitos previstos no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa.

Tendo em vista o cancelamento do registro no Novo Mercado de Renda Fixa das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, nenhuma das Séries das Debêntures contará com o registro no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, e, para todas as Debêntures, da Remuneração incidente desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os procedimentos expressamente previstos neste Prospecto Definitivo.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social (i) a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão indicadas nas alíneas (i) a (vii) do artigo 3º do Estatuto Social; (ii) tendo em vista a realização do objeto

previsto no item (i) anterior, a promoção do estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras, prestando os relativos serviços que poderão incluir as atividades de transformação e transmissão de energia elétrica; (iii) a realização de estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (iv) a realização de estudos e análises químicas em materiais e equipamentos relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo, mas não se limitando a estudos e análises químicas em materiais como papel, cobre, óleo e gás; (v) a execução de serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo nesse rol os respectivos serviços auxiliares; (vi) a locação, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestruturas e instalações relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (vii) o oferecimento de suporte técnico no setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (viii) a prática de quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências empregados; (ix) a operação tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para a obtenção do objeto social; (x) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e (xi) a promoção da implementação de projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Número da Emissão

As Debêntures representam a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

Séries

A Emissão é realizada em 3 (três) séries, quais sejam, as Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série.

Valor Total da Emissão

O Valor Total da Emissão é de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais) na Data de Emissão, observado que a oferta base correspondente a R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) foi acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais) em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar.

Quantidade de Debêntures

Foram emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) Debêntures, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) debêntures na primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), 793.000 (setecentas e noventa e três mil) debêntures na segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e 702.000 (setecentas e duas mil) debêntures na terceira série ("Debêntures da Terceira Série").

A quantidade de Debêntures foi aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a exclusivo critério da Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida (Debêntures Adicionais), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 (Opção de Debêntures Adicionais), resultando na emissão de 320.000 (trezentas e vinte mil) Debêntures Adicionais. Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. A critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.

A Emissora concedeu ao Coordenador Líder uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada (Debêntures do Lote Suplementar), a qual foi exercida pelo Coordenador Líder após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender ao excesso de demanda que foi constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 (Opção de Lote Suplementar), resultando na emissão de 240.000 (duzentas e quarenta mil) Debêntures do Lote Suplementar. Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. A critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, conforme verificado no Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures do Lote Suplementar foram alocadas na Primeira Série, na Segunda Série e na Terceira Série.

A Emissora obrigou-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementares.

Valor Nominal Unitário

As Debêntures têm valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

Forma e Comprovação de Titularidade

As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela ou certificados.

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, sendo que, para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com garantias adicionais.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é o dia 15 de outubro de 2012.

Prazo e Data de Vencimento

As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 (Data de Vencimento da Primeira Série). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2020 (Data de Vencimento da Segunda Série). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024 (Data de Vencimento da Terceira Série).

Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário**Debêntures da Primeira Série**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

Debêntures da Segunda Série e Debêntures da Terceira Série

O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA/IBGE (Atualização Monetária), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

$$VN_a = VN_e \times C$$

Onde:

VN_a = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VN_e = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

Onde:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário. Após a Data de Aniversário, será o valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês “k”;

dup = número de Dias Úteis entre a última Data de Aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo “dut” um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas.

Caso, se até a Data de Aniversário, NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado, em substituição a NI_k na apuração do Fator “C”, um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”, respectivamente) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp}: = Número-Índice Projetado do IPCA/IBGE para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Sendo que,

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série quando da divulgação posterior do IPCA/IBGE que seria aplicável; e
- (ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA/IBGE, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA/IBGE, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado.

A Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA/IBGE divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Segunda Série e Terceira Série.

Caso o IPCA/IBGE venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA/IBGE a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.

Caso não haja acordo sobre o novo índice aplicável para a Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série ou os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e Remuneração respectiva devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração respectiva, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária, será utilizada para o cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA/IBGE.

O investidor deve ler o subitem “As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA/IBGE” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 88 deste Prospecto Definitivo.

Amortização Programada

Debêntures da Primeira Série

Não haverá amortização programada das Debêntures da Primeira Série, sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série devido integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observados os Eventos de Vencimento Antecipado.

Debêntures da Segunda Série

O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2019 e na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (Datas de Amortização das Debêntures da Segunda Série), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2018	33,3300%
2	15/10/2019	33,3300%
3	15/10/2020	33,3400%
		100,0000%

Debêntures da Terceira Série

O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente a partir do 9º (nono) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2021, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2022, 15 de outubro de 2023 e na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2021	25,0000%
2	15/10/2022	25,0000%
3	15/10/2023	25,0000%
4	15/10/2024	25,0000%
		100,0000%

Remuneração

Remuneração das Debêntures da Primeira Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com a fórmula abaixo.

As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

Onde

J	valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNe	Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n ;

n número total de Taxas DI consideradas da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

spread 0,7800;

DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Sendo que,

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação da Taxa DI. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, será convocada, pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, nos termos da cláusula sétima da Escritura de Emissão, para a deliberação sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série referida acima deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros aplicável às Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série. Referido resgate deverá ser realizado pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

Caso a Taxa DI volte a ser apurada e divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série de que trata o parágrafo acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série.

O investidor deve ler o subitem “A Taxa DI utilizada para a Remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula n.º 176 do Superior Tribunal de Justiça” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 85 deste Prospecto Definitivo.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo (Remuneração das Debêntures da Segunda Série):

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

J	valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

taxa	4,8500;
DP	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior e a data de cálculo.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série

A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento), conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item “Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário” acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo (Remuneração das Debêntures da Terceira Série):

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

J	valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
VNa	Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
FatorJuros	Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

taxa	5,1000;
DP	número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior e a data de cálculo.

Para fins de cálculo da Remuneração, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

Pagamento da Remuneração

Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Primeira Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Primeira Série).

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série

A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Segunda Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Segunda Série).

Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série

A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Terceira Série (Datas de Pagamento da Remuneração da Terceira Série).

Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Resgate Antecipado

As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo total ou parcial.

Recompra Obrigatória

As Debêntures não serão objeto de recompra obrigatória.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário.

As aquisições facultativas de Debêntures pela Emissora deverão, em qualquer hipótese, ser realizadas com observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação da mesma Série.

Vencimento Antecipado

As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o Montante Devido Antecipadamente, na ocorrência das hipóteses descritas abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis.

Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos

Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas (Eventos de Vencimento Antecipado Automáticos):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) (i) dissolução ou liquidação da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência pela Emissora; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; e
- (c) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados abaixo não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo (Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automáticos):

- (a) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (b) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento;
- (c) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido descumprimento;
- (e) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte, ainda que na qualidade de mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (f) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em redução de seu capital social, exceto (i) por determinação legal; (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas, em uma única operação ou em operações separadas;
- (g) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela CEMIG GT, exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG;
- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora;

- (i) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por suas controladas;
- (j) caso as declarações prestadas pela Emissora na Escritura de Emissão provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas; e
- (k) a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.

Os valores mencionados nos itens (a), (c) e (e) acima serão reajustados anualmente pelo IGP-M/FGV.

Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na qual deverão estar presentes Debenturistas de todas as Séries, conforme previsto na cláusula sétima da Escritura de Emissão, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, que será instalada observado o quorum previsto na cláusula sétima da Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva Série, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado. A decisão da Assembleia Geral de Debenturistas de uma das Séries é independente e não vincula as outras Séries.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, observado o prazo de cura aplicável, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (iii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido convidada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável.

Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e, conseqüentemente, devido o Montante Devido Antecipadamente, nos termos acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

O investidor deve ler o subitem “As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 85 deste Prospecto Definitivo.

Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

Atraso no Recebimento de Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item “Multa e Juros Moratórios” acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

Garantias

As Debêntures não contarão com garantias.

Local de Pagamento

Os pagamentos decorrentes das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem eletronicamente custodiadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Agente Escriurador das Debêntures ou na sede da Emissora.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto na Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, caso em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e/ou das Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no DOERJ e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Assembleia Geral de Debenturistas

Convocação

Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

Quorum de Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas da respectiva Série, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

Exceto conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado; e/ou (vi) a alteração dos quoruns de deliberação previstos na cláusula sétima da Escritura de Emissão dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na cláusula quinta da Escritura de Emissão; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na cláusula sexta da Escritura de Emissão; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas na cláusula sétima da Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados, nesta ordem de alocação, ao (a) resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 4ª Emissão, (b) resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, caso não haja saldo suficiente para o resgate total, das Notas Promissórias da 5ª Emissão; e (c) ao reforço de caixa da Companhia, caso sobejem recursos após a realização dos itens (a) e (b) anteriores. Para maiores informações, consultar a seção "Destinação dos Recursos" na página 80 deste Prospecto Definitivo.

Estabilização de Preço e Garantia de Liquidez

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

Procedimento de Colocação

Regime de Colocação

O Coordenador Líder realizará a distribuição pública da totalidade das Debêntures em regime de melhores esforços de colocação.

O investidor deve ler o subitem “O regime de melhores esforços de colocação das Debêntures não garante a total colocação das Debêntures” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 84 deste Prospecto Definitivo.

As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar que foram emitidas também serão colocadas em regime de melhores esforços de colocação.

Prazo de Colocação

O prazo máximo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início. Após a colocação das Debêntures, será publicado o respectivo Anúncio de Encerramento.

Distribuição Parcial e Montante Mínimo

A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, desde que haja colocação de um Montante Mínimo de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) Debêntures, em qualquer formato de alocação entre as Séries, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Emissora. Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o Valor Total da Emissão até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Emissão.

Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas, ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de não atendimento das condições referidas nas alíneas (i) ou (ii) acima, ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder ou da Emissora, caso os recursos decorrentes da integralização já tenham sido repassados pelo Coordenador Líder à Emissora, os

montantes utilizados na integralização das Debêntures no prazo de 5 (cinco) dias contado da última Data de Liquidação ou do cancelamento da Oferta, conforme o caso, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora aos referidos investidores.

Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no parágrafo acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

O investidor deve ler o subitem “Restrição de Negociação até o encerramento da Oferta e cancelamento da Oferta em caso de colocação parcial” do item “Fatores de Risco Relacionados à Oferta” da seção “Fatores de Risco” na página 85 deste Prospecto Definitivo.

Plano de Distribuição

Início da Oferta

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, o Coordenador Líder iniciará a colocação das Debêntures após a obtenção do registro da Oferta na CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do Anúncio de Início.

A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do sistema SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, bem como com o plano de distribuição descrito neste parágrafo.

Anteriormente à obtenção do registro da Oferta na CVM, o Coordenador Líder realizou o Procedimento de *Bookbuilding* junto a potenciais investidores e disponibilizou ao público investidor o Prospecto Definitivo, que foi precedido da publicação do Aviso ao Mercado.

A colocação das Debêntures será realizada publicamente, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejaram subscrever as Debêntures que apresentaram as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo consideradas como melhores as propostas que apresentaram as menores taxas de remuneração para o investidor.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder para tal fim.

Quando da participação no Procedimento de *Bookbuilding*, os investidores puderam: (i) condicionar a validade de suas ordens por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série à manutenção do registro da respectiva série no Novo Mercado de Renda Fixa, caso aplicável; e (ii) existindo a condição prevista no item (i) acima, solicitar a realocação de sua ordem por Debêntures da Segunda Série e/ou por Debêntures da Terceira Série para a série da Emissão que mantiver o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, caso a série originalmente demandada perca o registro no Novo Mercado de Renda Fixa.

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo as Pessoas Vinculadas, as quais puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures. Não foi verificado, no Procedimento de *Bookbuilding*, excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) das Debêntures, sendo que as ordens de Pessoas Vinculadas foram integralmente aceitas.

As Pessoas Vinculadas puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica ao Formador de Mercado, uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita pelo Formador de Mercado estão divulgados na seção “Informações Relativas à Oferta – Contrato de Formador de Mercado” na página 75 deste Prospecto Definitivo.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder deverá realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder para tal fim.

O plano de distribuição contempla as Debêntures Adicionais e as Debêntures de Lote Suplementar, observado que estas Debêntures também serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

O plano de distribuição a ser elaborado pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração sua relação com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégia, do Contrato de Distribuição.

As Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série tiveram seu registro no Novo Mercado de Renda Fixa cancelado em 15 de outubro de 2012, razão pela qual nenhuma das Séries das Debêntures contará com o registro no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

Forma de Colocação

A colocação das Debêntures será realizada publicamente, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

Liquidação Financeira da Oferta

A liquidação financeira da Oferta, com a respectiva prestação de contas e pagamentos, dar-se-á até a Data de Liquidação, qual seja, na data em que ocorrer a subscrição e integralização das Debêntures.

A liquidação financeira será realizada por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) e/ou crédito de recursos imediatamente disponíveis, na Data de Liquidação da respectiva Debênture, pelo Coordenador Líder, do valor total obtido com a distribuição das Debêntures, em conta corrente de titularidade da Emissora a ser por ela indicada ao Coordenador Líder em até 3 (três) Dias Úteis antes da primeira Data de Liquidação, conforme acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

Remuneração do Coordenador Líder

A Emissora pagará ao Coordenador Líder, em até 3 (três) Dias Úteis contados da primeira Data de Liquidação, a Comissão de Coordenação e Estruturação cujo percentual será equivalente a 0,01% (um centésimo por cento), incidente sobre o montante total da Emissão, calculado com base no Preço de Subscrição.

Além da Comissão de Coordenação e Estruturação, nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora ao Coordenador Líder, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência da Oferta, sem prévia manifestação da CVM, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

Cópias do Contrato de Distribuição

A cópia do Contrato de Distribuição estará disponível aos investidores, para consulta ou reprodução, na CVM, na sede da Emissora e do Coordenador Líder.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

A Emissora contratou a Fitch Ratings Brasil Ltda., como Agência de Classificação de Risco para a elaboração do relatório de classificação de risco para esta Oferta, a qual atribuiu o rating “AAA (bra)” às Debêntures. Para mais informações sobre a classificação de risco das Debêntures, ver Súmula de Classificação de Risco das Debêntures, conforme Anexo F na página 309 deste Prospecto Definitivo.

CRONOGRAMA DE ETAPAS DA OFERTA

Segue abaixo cronograma tentativo das principais etapas da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	10/09/2012
2.	Data de realização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora que aprovou a Emissão e a Oferta	17/09/2012
3.	Publicação do Aviso ao Mercado	20/09/2012
4.	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao Público Investidor	20/09/2012
5.	Período de <i>Roadshow</i>	20/09/2012 a 26/09/2012
6.	Finalização do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	11/10/2012
7.	Registro da Oferta pela CVM	23/10/2012
8.	Publicação do Anúncio de Início	1/11/2012
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo ao Público Investidor	1/11/2012
10.	Data de Liquidação	6/11/2012, 7/11/2012 e 8/11/2012
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento	9/11/2012

(1) As datas acima indicadas são meramente estimativas, estando sujeitas a atrasos e modificações.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, o cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver itens "Manifestação de Aceitação da Oferta", "Manifestação de Revogação à Aceitação da Oferta" e "Cancelamento, Suspensão, Revogação ou Alterações dos Termos e Condições da Oferta", na seção "Informações sobre a Oferta", na página 74 deste Prospecto Definitivo.

Exceto pelo Anúncio de Início, Anúncio de Encerramento, Aviso ao Mercado e eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal "Valor Econômico", todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados na forma de aviso exclusivamente no jornal "Valor Econômico", bem como, na página da Emissora na rede mundial de computadores (internet) (www.taesa.com.br/ri), sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado devendo o prazo para manifestação dos Debenturistas. A Emissora poderá alterar o jornal acima, por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no Valor Total da Emissão na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Descrição	Valor Total (R\$)	% do Valor Total da Emissão
Valor Total da Oferta	2.160.000.000,00	100,00%
Custo Total	2.954.450,56	0,14%
Comissão de Coordenação e Estruturação incluindo tributos incidentes sobre esta comissão	239.070,28	0,01%
Tributos incidentes sobre a Comissão de Coordenação e Estruturação	23.070,28	0,00%
Taxa de Registro na CVM	248.610,00	0,01%
ANBIMA	151.200,00	0,01%
Advogados	195.000,00	0,01%
Auditores	1.627.000,00	0,08%
Banco Mandatário ⁽³⁾	17.500,00	0,00%
Agente Fiduciário ⁽³⁾	3.000,00	0,00%
Agência de Classificação de Risco	250.000,00	0,01%
Outras ⁽²⁾	200.000,00	0,01%
Valor Líquido para a Emissora	2.157.045.549,44	99,86%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debênture corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Inclui despesas gerais, impressão de prospectos e publicações de anúncios e avisos.

⁽³⁾ Valor anual.

A tabela abaixo indica o custo estimado da Oferta por Debênture.

	Valor Nominal Unitário	Custo da Distribuição	Valor Líquido ⁽¹⁾
Por Debênture	R\$ 1.000,00	R\$ 1,37	R\$ 998,63

⁽¹⁾ Líquido de comissões e de todas as despesas da Oferta

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; (ii) necessitem de liquidez com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita; e/ou (iii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de energia. **Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 84 a 89 deste Prospecto Definitivo, em conjunto com os com os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência.**

Manifestação de Aceitação à Oferta

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos da CETIP.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão ao Coordenador Líder (i) até às 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e já tiver efetuado o pagamento do Preço de Subscrição, o mesmo será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

CANCELAMENTO, SUSPENSÃO, REVOGAÇÃO OU ALTERAÇÕES DOS TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início e do Aviso ao Mercado e o Coordenador Líder deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito, a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até às 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada, de forma direta ao investidor, por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da Oferta. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua manifestação.

CONTRATO DE FORMADOR DE MERCADO

O Itaú BBA atuará como formador de mercado secundário (*market maker*) para as Debêntures, mediante a celebração de contrato com a Emissora, na forma e nos termos da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, pelo prazo de, pelo menos, 12 (doze) meses após a Emissão.

A contratação do Formador de Mercado tem por finalidade realizar operações destinadas a fomentar a liquidez de valores mobiliários com registro para negociação e proporcionar um preço de referência para a negociação de tais valores mobiliários, de forma a tentar assegurar a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures.

Não haverá limite de quantidade de Debêntures que o Formador de Mercado poderá subscrever para qualquer das Séries, sendo que o Formador de Mercado deverá adquirir as Debêntures de qualquer das Séries observadas as taxas finais de remuneração estabelecidas durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida junto: (i) à Emissora, em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu *website*, conforme constante da seção “Informações Cadastrais da Emissora” na página 39 deste Prospecto Definitivo; (ii) ao Formador de Mercado, nos endereços físicos e eletrônicos indicados na seção “Identificação da Emissora, do Coordenador Líder, dos Consultores Jurídicos, do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário e dos Auditores” na página 40 deste Prospecto Definitivo; e (iii) à CETIP, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Além do relacionamento decorrente da Oferta, a Emissora e outras sociedades de seu grupo econômico mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder, inclusive serviços de *cash management*. Na data deste Prospecto Definitivo, o Coordenador Líder é credor da Emissora ou de outras sociedades integrantes de seu grupo econômico nas operações financeiras destacadas abaixo:

- Fiança outorgada em favor da Emissora, a qual totaliza, na data deste Prospecto Definitivo, aproximadamente R\$1.197.000,00 (um milhão, cento e noventa e sete mil reais). A fiança foi contratada em março de 2012 e possui prazo de vencimento em dezembro de 2020. A taxa contratual é de 1,00% (um por cento) ao ano sobre o valor afiançado;
- Debêntures da 2ª emissão da Emissora, conforme descritas no parágrafo abaixo, no volume aproximado de R\$367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais);
- Operações de repasse do BNDES com a ATE II que totalizam, na data deste Prospecto Definitivo, aproximadamente R\$46.665.000,00 (quarenta e seis milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil reais). A contratação se iniciou em abril de 2007 e o último vencimento ocorrerá em janeiro de 2020. Os *spreads* variam de 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano e 4,30% (quatro inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano. O Itaú BBA não recebeu qualquer comissão ou remuneração no âmbito desta operação. Os recursos obtidos nas referidas operações de repasse do BNDES foram destinados à implementação de operação e manutenção de linhas de transmissão localizadas nos Estados de Tocantins, Piauí e Bahia, bem como na implantação de uma subestação localizada no município de Ribeiro Gonçalves, no Estado do Piauí; e
- Operações de repasse do BNDES com a STE que totalizam, na data deste Prospecto Definitivo, aproximadamente R\$1.310.000,00 (um milhão, trezentos e dez mil reais). A contratação se iniciou em abril de 2011 e o último vencimento ocorre em junho de 2013 com taxa fixa de 9,80% (nove inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano. O Itaú BBA não recebeu qualquer comissão ou remuneração no âmbito desta operação. Os recursos obtidos nas referidas operações de repasse do BNDES foram utilizados para financiar obras de reforço da subestação localizada no município de Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, bem como para aquisição de equipamentos como reatores, transformador de correntes, pára-raios, dentre outros.

Além disso, o Itaú BBA foi a instituição intermediária líder da oferta pública de debêntures da 2ª (segunda) emissão da Companhia, no volume total de R\$815.00.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais), tendo sido emitidas 8.150 (oito mil cento e cinquenta) debêntures em 3 (três) séries, sendo (i) 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures da primeira série, com remuneração correspondente à variação positiva da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano e

vencimento em 15 de dezembro de 2015, (ii) 2.450 (duas mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da segunda série, com remuneração correspondente à variação positiva da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2017, e (iii) 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da quarta série, com remuneração correspondente à variação positiva da Taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano e vencimento em 15 de dezembro de 2017. Não foram dados bens em garantia no âmbito de referida emissão. O Itaú BBA realizou a distribuição pública de referidas debêntures em regime de garantia firme de colocação para a totalidade das debêntures, recebendo, em contraprestação aos serviços prestados uma remuneração total correspondente a R\$3.993.500,00 (três milhões, novecentos e noventa e três mil e quinhentos reais).

Na data deste Prospecto Definitivo, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora e suas controladas não tinha qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

Exceto pela remuneração na seção “Informações Relativas à Oferta”, no item “Demonstrativo de Custos da Oferta”, da seção “Informações Relativas à Oferta”, na página 73 deste Prospecto Definitivo, não há qualquer outro valor a ser pago pela Emissora ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Subscrição.

O Itaú BBA e sociedades integrantes de seu grupo econômico eventualmente possuem ações e/ou títulos e valores mobiliários de emissão da Emissora e/ou de sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, diretamente ou em fundos de investimento nos quais atuam como administradores e/ou gestores, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado a preços e condições de mercado e/ou em decorrência do exercício de bônus de subscrição – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingiram, nos últimos 12 (doze) meses, volume igual ou superior a 5% (cinco por cento) do capital social da Emissora.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

A seção “Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder”, na página 79 deste Prospecto Definitivo, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e o Coordenador Líder, além do proveniente da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora ao Coordenador Líder ou sociedades do seu respectivo conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta.

Não há Operações Vinculadas à presente Oferta com o Coordenador Líder.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados, nesta ordem de alocação, ao (a) resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 4ª Emissão, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$1.268.200.121,89 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos mil, cento e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), (b) resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, caso não haja saldo suficiente para o resgate total, das Notas Promissórias da 5ª Emissão, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$933.354.970,36 (novecentos e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos), conforme características descritas no quadro abaixo, e (c) ao reforço de caixa da Emissora, caso sobejem recursos após a realização dos itens (a) e (b) anteriores.

	VALOR NOMINAL UNITÁRIO	TAXA DE JUROS	PRAZO	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS
NOTAS PROMISSÓRIAS DA 4ª EMISSÃO	R\$5.000.000,00	Juros remuneratórios correspondentes à taxa de 105,50% (cento e cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, <i>over extra grupo</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.cetip.com.br). Os juros remuneratórios são calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, conforme os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais e Obrigações – CETIP21”, disponível para consulta na página da CETIP na rede mundial de computadores (http://www.cetip.com.br).	360 (trezentos e sessenta) dias contados da data da emissão, com vencimento final em 23 de novembro de 2012.	Aquisição, no curso regular dos negócios da Emissora, de (i) 50% (cinquenta por cento) das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das concessionárias de transmissão de energia elétrica STE, ATE, ATE II e ATE III, e (ii) 100% (cem por cento) das ações detidas pela UNISA e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no capital social da concessionária de transmissão de energia elétrica NTE. A Emissora adquiriu as participações referidas nos itens (i) e (ii) acima pelo valor aproximado de R\$1,136 bilhão. O saldo remanescente foi utilizado pela Emissora para capital de giro. Para maiores informações sobre as aquisições referidas nos itens (i) e (ii) acima, consultar quadro 6.5 do Formulário de Referência.

NOTAS PROMISSÓRIAS DA 5ª EMISSÃO	R\$5.000.000,00	Juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104% (cento e quatro por cento) da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, <i>over extra grupo</i> , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.cetip.com.br). Os juros remuneratórios são calculados de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> por Dias Úteis decorridos, conforme os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais e Obrigações – CETIP21”, disponível para consulta na página da CETIP na rede mundial de computadores (http://www.cetip.com.br).	360 (trezentos e sessenta) dias contados da data da emissão, com vencimento final em 20 de maio de 2013.	Pagamento do valor aproximado de R\$903,9 milhões, conforme acordado no Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 16 de março de 2012, entre a Emissora e a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para aquisição, no curso normal dos negócios da Emissora, de 50% (cinquenta por cento) do restante das ações de emissão da sociedade UNISA que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das concessionárias de transmissão de energia elétrica STE, ATE, ATE II e ATE III. Para maiores informações sobre a aquisição referida acima, consultar quadro 6.5 do Formulário de Referência.
---	-----------------	---	--	--

Caso os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures não sejam suficientes para a realização do resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 4ª Emissão e das Notas Promissórias da 5ª Emissão, a Emissora poderá (i) adicionar recursos próprios de modo a viabilizar o resgate antecipado integral das Notas Promissórias da 4ª Emissão e das Notas Promissórias da 5ª Emissão, ou (ii) resgatar antecipadamente parte das Notas Promissórias da 4ª Emissão e das Notas Promissórias da 5ª Emissão na proporção dos recursos captados por meio da presente Oferta, observada, em qualquer caso, a ordem de alocação de recursos prevista acima.

A realização da Emissão causará impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerando a utilização dos recursos de acordo com o previsto acima. Para informações adicionais e avaliação sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Emissora em decorrência da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Emissora, consultar as seções “Capacidade de Pagamento da Emissora” e “Capitalização” deste Prospecto Definitivo.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Emissora, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, a geração de caixa da mesma lhe confere margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes (considerando o endividamento líquido da Emissora, assim entendido como os passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora, nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2012 e em 30 de junho de 2011, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011:

	Seis meses findos em 30 de junho de 2012	Seis meses findos em 30 de junho de 2011	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2011	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2010
	(em R\$ mil)		(em R\$ mil)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	459.605	357.190	751.458	605.248
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(4.239)	60.419	(857.018)	(19.691)
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamentos	578.914	(476.175)	192.745	(290.274)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	1.034.280	(58.566)	87.185	295.283

Para mais informações sobre a capacidade de pagamento da Emissora consulte as demonstrações financeiras da Emissora incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência conforme instruções constantes da seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, na página 6, deste Prospecto Definitivo e o quadro 10.1 do Formulário de Referência, também incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre o endividamento consolidado de curto e de longo prazo e a estrutura de capital da Emissora em 30 de junho de 2012, ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da emissão de 27.000.000 (vinte e sete milhões) de Units, no valor de R\$65,00 (sessenta e cinco reais) por Unit, no âmbito da distribuição pública primária de Units de emissão da Emissora, encerrada em 24 de agosto de 2012, após dedução das comissões e despesas relativas àquela oferta. Adicionalmente, foi inserida uma coluna para refletir o efeito ajustado da emissão e colocação da totalidade das Debêntures, no endividamento da Emissora.

As informações descritas abaixo foram extraídas das informações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2012 da Emissora, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e o IFRS.

	Efetivo	% do Total	Ajustado ⁽²⁾	% do Total	Novamente Ajustado ⁽³⁾	% do Total
	(em milhares de R\$)		(em milhares de R\$)		(em milhares de R\$)	
Empréstimos e Financiamentos – Circulante⁽⁴⁾	2.310.695	35,48%	2.310.695	28,06%	153.649	1,87%
Empréstimos e Financiamentos – Não Circulante⁽⁴⁾	1.993.490	30,61%	1.993.490	24,21%	4.150.536	50,40%
Total do Endividamento	4.304.185	66,09%	4.304.185	52,27%	4.304.185	52,27%
Patrimônio Líquido	2.207.973	33,91%	3.930.206	47,73%	3.930.206	47,73%
Capitalização Total⁽¹⁾	6.512.158	100,00%	8.234.391	100,00%	8.234.391	100,00%

⁽¹⁾ A capitalização total corresponde a soma dos valores referentes a empréstimos e financiamentos, circulante e não circulante, e patrimônio líquido.

⁽²⁾ Ajustado para refletir o recebimento dos recursos da oferta pública de Units no montante de R\$1.755 milhões, decorrentes da emissão de 27.000.000 (vinte e sete milhões) de Units, no valor unitário de R\$65,00 (sessenta e cinco reais), líquido dos custos de emissão no montante de R\$32.767 mil.

⁽³⁾ Novamente ajustado para refletir: (i) o recebimento dos recursos da oferta pública de Units no montante de R\$1.755 milhões, decorrentes da emissão de 27.000.000 (vinte e sete milhões) de Units, no valor unitário de R\$65,00 (sessenta e cinco reais), líquido dos custos de emissão no montante de R\$32.767 mil; (ii) o recebimento dos recursos provenientes da emissão das Debêntures, no valor de R\$2.160 milhões, líquido dos custos de emissão no montante de R\$2.954 mil; e (iii) a utilização dos recursos a serem recebidos com a emissão das Debêntures na amortização total das Notas Promissórias de 4ª Emissão e na amortização parcial das Notas Promissórias da 5ª Emissão.

⁽⁴⁾ Composto por empréstimos e financiamentos e debêntures.

Os dados acima deverão ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência, o qual foi incorporado a este Prospecto Definitivo por referência e encontra-se disponível nos *websites* da Emissora, da CVM, da CETIP e da ANBIMA, nos endereços descritos na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, nas páginas 6 a 7 deste Prospecto Definitivo.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Emissora, as quais foram incorporadas a este Prospecto Definitivo por referência e encontram-se disponíveis no *website* da CVM, no endereço indicado na seção “Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto Definitivo por Referência”, nas páginas 6 a 7 deste Prospecto Definitivo.

FATORES DE RISCO

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Emissora e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto Definitivo e no Formulário de Referência, principalmente os fatores de risco descritos nos itens “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos itens 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência. A leitura deste Prospecto Definitivo não substitui a leitura do Formulário de Referência.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Emissora atualmente acredita que serão capazes de afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Emissora, ou que a Emissora atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Os fatores de risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, suas controladas, seus investidores e ao seu ramo de atuação estão disponíveis em seu Formulário de Referência, nos itens “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

O regime de melhores esforços de colocação das Debêntures não garante a total colocação das Debêntures.

O regime de colocação das Debêntures estabelecido no Contrato de Distribuição prevê a colocação das Debêntures em regime de melhores esforços de colocação, não havendo garantia de que as Debêntures serão efetivamente colocadas em sua totalidade. Caso a totalidade das Debêntures não seja subscrita e integralizada, o volume total captado pela Emissora por meio da Oferta será inferior ao volume de Debêntures inicialmente previsto e a Emissora não conseguirá financiar seu programa de investimentos conforme previsto na seção “Destinação dos Recursos”, na página 82 deste Prospecto Definitivo exclusivamente com os recursos obtidos por meio da Oferta. Nessa hipótese, caso a Emissora não encontre outras fontes de captação de recursos disponíveis para financiar seu programa de investimentos ou contrate financiamentos com taxas menos favoráveis do que as taxas atualmente obtidas, os resultados operacionais e a situação financeira da Emissora poderão ser afetados negativamente, o que poderá impactar sua capacidade de cumprir com as obrigações decorrentes das Debêntures.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às respectivas Debêntures. Não há certeza de que a Emissora disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações, afetando dessa forma a capacidade dos Debenturistas de receber pontual e integralmente os valores que lhes forem devidos nos termos das Debêntures.

A Taxa DI utilizada para a Remuneração das Debêntures da Primeira Série pode ser considerada nula em decorrência da Súmula n.º 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é nula a cláusula que sujeita o devedor ao pagamento de juros de acordo com a Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP. A referida súmula não vincula as decisões do Poder Judiciário e decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da Taxa DI divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas.

Há a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos Debenturistas da Primeira Série uma remuneração inferior à Taxa DI prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

Restrição de negociação até o encerramento da Oferta e cancelamento da Oferta em caso de colocação parcial.

A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, desde que haja a colocação de um Montante Mínimo, conforme descrito no item “Contrato de Distribuição – Procedimento de Colocação – Distribuição Parcial e Montante Mínimo” da seção “Informações Relativas à Oferta” na página 70 deste Prospecto Definitivo.

Caso não haja a colocação do Montante Mínimo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder ou da Emissora, caso os recursos decorrentes da integralização já tenham sido repassados pelo Coordenador Líder à Emissora, os montantes utilizados na integralização das Debêntures, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora, o que poderá frustrar os planos de investimento de referidos investidores.

Além disso, os investidores que adquirirem Debêntures não poderão negociá-las no mercado secundário até o término do Período de Colocação ou até que a Oferta seja encerrada, o que ocorrer primeiro, uma vez que só então poderá ser verificado se a Oferta atingiu o Montante Mínimo.

As Debêntures são da espécie quirografária, não contando com qualquer tipo de garantia adicional.

As Debêntures não contarão com qualquer espécie de garantia ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, tendo em vista que são de espécie quirografária. Sendo assim, em eventual liquidação da Emissora, todos os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Emissora, tendo preferência somente em relação aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures por seus titulares.

O mercado secundário brasileiro apresenta, historicamente, baixa liquidez para negociações de debêntures. Além disso, os subscritores das Debêntures não têm nenhuma garantia de que no futuro terão um mercado líquido em que possam negociar a alienação desses títulos, caso queiram optar pelo desinvestimento. Isso pode trazer dificuldades aos titulares de Debêntures que queiram vendê-las no mercado secundário. Não obstante, a liquidez das Debêntures poderá ser negativamente afetada por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures poderá dificultar a captação de recursos pela Emissora, bem como acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Emissora.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Emissora são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, as características das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Emissora e os fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira da Emissora. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, conseqüentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Emissora e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento de classificações de risco obtidas com relação às Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação no mercado secundário.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

A remuneração das Debêntures foi definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual foram aceitas intenções de investimento de investidores que eram Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que eram Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter promovido a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, não foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, de forma que investidores que sejam Pessoas Vinculadas puderam investir nas Debêntures, o que poderá afetar a liquidez esperada das Debêntures.

A Oferta será realizada em três Séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as Séries foi definida no Procedimento de Bookbuilding, com base em sistema de vasos comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da Série com menor demanda.

O número de Debêntures alocado em cada Série foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as Séries ocorreu por meio do sistema de vasos comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, o que poderá afetar a liquidez da Série com menor demanda.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto Definitivo podem não ser precisas.

Este Prospecto Definitivo contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há certeza de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos itens 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência, e em outras seções deste Prospecto Definitivo. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto Definitivo e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas pode gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA/IBGE.

Na hipótese de os Debenturistas da Primeira Série representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração da Primeira Série, em substituição à Taxa DI, caso esta se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescida da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

Igualmente, na hipótese de os Debenturistas da Segunda Série ou da Terceira Série, conforme o caso, representando no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e Remuneração respectiva devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração respectiva, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária, será utilizada para o cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA/IBGE.

Em decorrência do resgate das Debêntures em qualquer das situações acima, os titulares das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar aplicação de alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento original.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO AMBIENTE MACROECONÔMICO

Os Fatores de Risco relacionados ao ambiente macroeconômico estão disponíveis no Formulário de Referência da Emissora, nos itens “4.1 Fatores de Risco” e “5.1 Riscos de Mercado”, incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À EMISSORA

Os Fatores de Risco relacionados à Emissora, seus controladores, seus acionistas, suas controladas, seus investidores e ao seu ramo de atuação estão disponíveis em seu Formulário de Referência, nos itens “4.1 Fatores de Risco” e “5.1 Riscos de Mercado”, incorporado por referência a este Prospecto Definitivo.

[página intencionalmente deixada em branco]

ANEXOS

[página intencionalmente deixada em branco]

**ANEXO A – ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMISSORA QUE
APROVARAM A EMISSÃO**

[página intencionalmente deixada em branco]

14
1

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30
NIRE 33.3.0027843-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 24 de agosto de 2012, às 16 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Quinze de Novembro, 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro.

PRESENÇA E CONVOCAÇÃO: Cumpridas as formalidades de convocação, compareceram os conselheiros titulares Djalma Bastos de Moraes, Wilson Pereira dos Santos, Pedro Grossi Junior, John Michael Pimenta de Moraes Streithorst, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Antônio de Pádua Barbedo, Carlos Roberto Cafareli, Maurício Luis Luchetti, Ernesto Paulo da Silva Nepes, João Almeida dos Santos, Luiz Ricardo da Câmara Lima e os conselheiros suplentes Cristiano Correa de Barros, João Procópio Campos Loures Vale, Eliana Soares da Cunha Castello Branco, Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto, Luiz Henrique de Castro Carvalho e Jorge Galache Filho.

MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Djalma Bastos de Moraes, que convidou o Sr. Ari Cesar Paiva de Almeida para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (1) a eleição de membro da Diretoria da Companhia, em função da renúncia de um dos atuais diretores superintendentes; (2) a declaração do voto a ser proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da controlada São Gotardo Transmissora de Energia S.A., a ser convocada para deliberar a respeito da alteração do artigo 13 do seu Estatuto Social; (3) a declaração do voto a ser proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da controlada São Gotardo Transmissora de Energia S.A., a ser convocada para deliberar a respeito do contrato com a Cemig GT para prestação de serviços de engenharia do proprietário durante a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica vinculadas ao Leilão 05/2012-ANEEL; (4) a ratificação do voto proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito das Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE, ATE II e STE que deliberaram sobre a abertura de filiais; (5) a declaração do voto a ser proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da ATE II a ser convocada para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários; (6) a declaração do voto a ser proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da ATE II a ser convocada para deliberar sobre a Contratação da Abengoa Construção Brasil Ltda para executar a obra de reforço na SE São João do Piauí; (7) a captação de recursos, pela Companhia, através da 3ª emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações e da 6ª emissão de notas promissórias comerciais; (8) a ratificação do voto proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da ATE III convocada para deliberar sobre a contratação de nova linha de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento "BID"; (9) a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre (a) eleição, pelos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, de membro titular do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente, em função de renúncia, (b) aprovação da captação de recursos, pela Companhia, que poderá ser feita por meio da: (i) terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações,



16

da espécie quirografária, em até três séries ("Debêntures"), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; e/ou (ii) sexta emissão de notas promissórias comerciais pela Companhia, em série única, ("Notas Promissórias"), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, bem como aprovar as principais condições que deverão constar da escritura de emissão das Debêntures e/ou das cédulas das Notas Promissórias, conforme o caso; (c) delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Debêntures, nos termos do art. 59, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e/ou sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Notas Promissórias; (d) autorização da Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da captação de recursos por meio da emissão das Debêntures e/ou das Notas Promissórias; (e) alteração do art. 4º do Estatuto Social, de maneira a refletir a nova expressão do capital social da Companhia após os aumentos deliberados no âmbito das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de julho de 2012 e 20 de agosto de 2012; e (f) consolidação do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Após a discussão das matérias, foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração presentes, sem quaisquer restrições e por unanimidade:

(1) Em função da renúncia do Sr. Domingos Castro Sávio Horta ao cargo de Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, o qual deixa de exercer suas atribuições no âmbito da Diretoria da Companhia na data de hoje, conforme disposto em seu termo de renúncia, e eleger para referido cargo no âmbito da Diretoria da Companhia o Sr. Cristiano Correa de Barros, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da Carteira de Identidade nº MG-477965, expedida pela SSPMG, e do CPF nº 327.933.916-20, domiciliado na Praça XV de Novembro, 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro, Rio de Janeiro, RJ. Neste sentido, o mandato do novo Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia se estende até a primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2013. Após o término do seu mandato, o Sr. Cristiano Correa de Barros, caso não seja reeleito, permanecerá no cargo de Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia até a posse e investidura daquele que for eleito pelo Conselho de Administração para ocupar referida posição no âmbito da Diretoria da Companhia. O Sr. Cristiano Correa de Barros declarou, antecipadamente, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade e que não se acha incurso em quaisquer das hipóteses previstas por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como não se acha incurso em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. Assumiu – também antecipadamente – o compromisso solene de conhecer, observar e acatar os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais.

Neste sentido, fica composta a diretoria pelos Srs. José Aloíse Ragone Filho (Diretor Superintendente Geral), Cristiano Correa de Barros (Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores) e Marco Antônio Rezende Faria (Diretor Superintendente Técnico).



16

(2) Aprovar a declaração do voto favorável a ser proferido pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da São Gotardo Transmissora de Energia S.A., em relação à alteração do *caput* e do §1º do artigo 13 do seu Estatuto Social, passando a ter o seguinte teor:

"Artigo 13. Compete aos Diretores a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, com vistas à consecução de seus objetivos sociais, ainda que envolvam responsabilidade direta ou indireta da Companhia, respeitados os limites fixados por lei e por este Estatuto.

Parágrafo Primeiro. A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, mediante a assinatura dos 2 (dois) diretores ou 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou, ainda, por 1 (um) ou mais procuradores devidamente nomeados em conjunto por 2 (dois) diretores, os quais poderão praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos."

(3) Autorizar os representantes legais da Companhia, no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da São Gotardo Transmissora de Energia S.A., a votar favoravelmente à contratação da CEMIG GT para prestação de serviços de engenharia do proprietário necessários à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica vinculadas ao Leilão 05/2012-ANEEL, por um valor de até R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), com o prazo de 26 (vinte e seis) meses contado a partir da emissão da ordem de serviço.

(4) Ratificar o voto favorável proferido no âmbito das Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A. e STE - Sul Transmissora de Energia S.A. que aprovaram a abertura das seguintes filiais: (a) ATE: filiais nos Estados de São Paulo e Paraná nos seguintes endereços: Rodovia Washington Luiz, km 280, 66, Bairro Lageado, Araraquara, São Paulo- SP; Rodovia Raposo Tavares, km 438, Assis- SP; e, Rodovia PR 445, km 360, Distrito de Irerê, Londrina- PR; (b) ATE II - filiais nos Estados do Tocantins e Piauí nos seguintes endereços: BR 153, km 233, Zona Rural, Colinas do Tocantins- TO; Rodovia PI 392, km 2,5, Ribeiro Gonçalves- PI; e, BR 020 s/n, Bairro Vila Foca, São João do Piauí- PI; e, (c) STE - filiais no Estado do Rio Grande do Sul nos seguintes endereços: Rodovia RS 344, Estrada Santo Ângelo Buriti- Cruzamento Atafona, Santo Ângelo- RS; Rua São José s/n, Vila Santos, Santa Rosa-RS; Rodovia RS 529, km 32- SE Maçambará, Maçambará- RS; e, Rodovia BR 472, km 576, Distrito Industrial de Uruguaiana, Uruguaiana - RS.

(5) Autorizar os representantes legais da UNISA, no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária da ATE II, a votarem favoravelmente à distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$75.577.760,54 (setenta e cinco milhões quinhentos e setenta e sete mil setecentos e sessenta reais e cinquenta e quatro centavos), a serem pagos com recursos oriundos da reserva estatutária constituída com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida imposto pelos credores daquela companhia. Ressalta-se que os credores da ATE II dispensaram essa companhia da obrigação de observar o aludido índice.



4

17
1

A 10x10 grid of dots forming a stylized letter 'A'. The 'A' is composed of black dots on a white background. The top of the 'A' is a single dot at (1,5). The upper part of the 'A' is formed by dots at (2,2), (2,8), (3,3), (3,7), (4,4), (4,6), (5,5), (6,4), (6,6), (7,3), (7,7), (8,2), (8,8), (9,1), (9,9), and (10,5). The lower part of the 'A' is formed by dots at (10,2), (10,3), (10,4), (10,6), (10,7), (10,8), (10,9), (10,10), (9,10), (8,10), (7,10), (6,10), (5,10), (4,10), (3,10), (2,10), (1,10), (1,9), (2,9), (3,9), (4,9), (5,9), (6,9), (7,9), (8,9), (9,9), and (10,9).

[illegible]

18

cento), ou seja, em até 375.000 (trezentas e setenta e cinco mil) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Companhia ao Coordenador Líder, que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Companhia. A critério do Coordenador Líder e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série; **(h) Debêntures Adicionais:** nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a Companhia poderá aumentar a quantidade de Debêntures com relação à quantidade inicialmente ofertada, sem considerar as Debêntures Suplementares, em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 500.000 (quinhentas mil) Debêntures adicionais ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM. A critério do Coordenador Líder e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série; **(i) Valor Nominal Unitário:** será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário"); **(j) Garantias:** não contarão com nenhum tipo de garantia; **(k) Procedimento de Bookbuilding:** o Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), de forma a definir, de comum acordo com a Companhia: (1) a emissão ou não de cada uma das séries das Debêntures; (2) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada série da Emissão; (3) a taxa final dos Juros Remuneratórios da Primeira Série (caso sejam emitidas Debêntures da Primeira Série) nos termos da alínea (r) abaixo; (4) a taxa final dos Juros Remuneratórios da Segunda Série (caso sejam emitidas Debêntures da Segunda Série) nos termos da alínea (r) abaixo; e, (5) a taxa final dos Juros Remuneratórios da Terceira Série (caso sejam emitidas Debêntures da Terceira Série) nos termos da alínea (r) abaixo; **(l) Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente e o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a Data de Emissão (ou desde a data de amortização das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, imediatamente anterior, conforme aplicável) até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso; **(m) Conversibilidade, Tipo e Forma:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados; **(n) Espécie:** quirografária; **(o) Data de Emissão:** deverá ser definida na escritura de emissão das Debêntures ("Data de Emissão"); **(p) Prazo:** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Primeira Série"), as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Segunda Série") e as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Terceira Série"); **(q) Amortização:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em uma única parcela devida no prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, devidamente atualizadas pela Atualização Monetária, sendo



19

o primeiro pagamento devido no prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, o segundo pagamento devido no prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão e o terceiro e último pagamento devido no prazo de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, iguais e consecutivas, devidamente atualizadas pela Atualização Monetária, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 9 (nove) anos contados da Data de Emissão, o segundo pagamento devido no prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, o terceiro pagamento devido no prazo de 11 (onze) anos contados da Data de Emissão e o quarto e último pagamento devido no prazo de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão; (r) **Remuneração:** (1) sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo (“Taxa DI-Over”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de spread (ou sobretaxa) a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em todo caso, limitado a 1% (um por cento) ao ano, base 252 dias úteis (“Juros Remuneratórios da Primeira Série”), (2) sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, atualizado pela Atualização Monetária, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em todo caso, observarão taxas máximas equivalentes a 1,55% (um inteiro e cinquenta e cinco centésimos por cento) ao ano e 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, respectivamente, acrescidas à média aritmética das taxas internas de retorno anuais das Notas do Tesouro Nacional – Série B, com vencimento em 15 de agosto de 2024 (“NTN-B 2024”) e com vencimento em 15 de agosto de 2030 (“NTN-B 2030”), respectivamente, a serem apuradas nos 5 (cinco) dias imediatamente anteriores à data do Procedimento de Bookbuilding, conforme taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA (“Juros Remuneratórios da Segunda Série” e “Juros Remuneratórios da Terceira Série”, respectivamente, e, em conjunto com a Atualização Monetária, “Remuneração da Segunda Série” e “Remuneração da Terceira Série”, respectivamente); (s) **Pagamento da Remuneração:** os Juros Remuneratórios da Primeira Série serão pagos na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão e o último pagamento na Data de Vencimento da Terceira Série; (t) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, da Remuneração da Segunda Série, da remuneração da Terceira Série e do vencimento antecipado das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures relativamente a qualquer obrigação decorrente das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora compensatórios calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; e, multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago. Os encargos moratórios ora estabelecidos incidirão desde o efetivo descumprimento da obrigação respectiva até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (u) **Repactuação Programada:** as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (v) **Resgate Antecipado Facultativo:** as Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo; (w) **Resgate Antecipado Obrigatório:** na ocorrência de qualquer dos eventos de resgate antecipado obrigatório a serem previstos na escritura de emissão, os titulares de Debêntures da Segunda Série e/ou de Debêntures da Terceira Série que assim desejarem poderão



20
1

solicitar à Companhia o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série em circulação de sua titularidade, conforme o caso. As Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série deverão ser resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, calculadas pro rata temporis desde a Data de Emissão, ou data de pagamento da Remuneração da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado obrigatório das Debêntures, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série; (x) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá adquirir Debêntures em circulação, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observadas as regras expedidas pela CVM, o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa, datado de 1º de outubro de 2011, e os documentos da Oferta, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação da mesma série de emissão; (y) **Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data de efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data de efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Terceira Série, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data de efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição da Terceira Série"). As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de colocação a ser estabelecido pela Companhia e pelo Coordenador Líder, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição da Primeira Série, pelo Preço de Subscrição da Segunda Série ou pelo Preço de Subscrição da Terceira Série, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação e os procedimentos aplicáveis à CETIP; (z) **Vencimento Antecipado:** na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na escritura de emissão das Debêntures, e observados os termos lá estabelecidos, o agente fiduciário da Emissão deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, da Remuneração da Segunda Série e/ou da Remuneração da Terceira Série, conforme o caso, calculados pro rata temporis, desde a Data de Emissão, ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, da Remuneração da Segunda Série ou da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se for o caso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e, (aa) **Destinação de Recursos:** Os recursos captados com a Oferta serão utilizados para o refinanciamento de dívida da Companhia e aquisição de ativos;

e,
(2) sexta emissão, pela Companhia, de notas promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) ("Notas Promissórias"), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da



Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), sob o regime de garantia firme de colocação, com as seguintes características: (a) **Destinação de Recursos:** os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias serão utilizados para o refinanciamento de dívida da Companhia; (b) **Quantidade de Notas Promissórias, Valor Nominal Unitário, Subscrição e Integralização:** serão emitidas até 480 (quatrocentas e oitenta) Notas Promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na data de emissão, sendo que a data de emissão das Notas Promissórias será a data em que estas forem efetivamente subscritas e integralizadas, observado que a subscrição e integralização das Notas Promissórias ocorrerá no mesmo dia. A integralização das Notas Promissórias será realizada à vista e em moeda corrente nacional; (c) **Remuneração:** o valor nominal unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente. As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à taxa de 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração das Notas Promissórias"). A Remuneração das Notas Promissórias será incidente sobre o valor nominal unitário das Notas Promissórias, desde a data de emissão até a data de vencimento ou data do resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (ou, ainda, na data do vencimento antecipado das Notas Promissórias em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento que estejam descritos nas cédulas das Notas Promissórias) e será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, conforme os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Caderno de Fórmulas CETIP21"), e de acordo com a fórmula que deverá constar das cédulas das Notas Promissórias; (d) **Forma, Data de Vencimento, Amortização e Pagamento da Remuneração:** as Notas Promissórias serão emitidas fisicamente e terão prazo de vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de emissão. O valor nominal unitário das Notas Promissórias será integralmente pago na data de vencimento ou na data do resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (ou, ainda, na data do vencimento antecipado das Notas Promissórias em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento que estejam descritos nas cédulas das Notas Promissórias), acrescido da Remuneração das Notas Promissórias; (e) **Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos nas cédulas das Notas Promissórias, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, a partir de 30 (trinta) dias contados da data de emissão, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Notas Promissórias, desde que a CETIP e os titulares das Notas Promissórias sejam comunicados com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data prevista para o respectivo resgate, sem pagamento de qualquer prêmio aos titulares das Notas Promissórias. Observado o disposto no § 2º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990 (conforme alterada), o resgate antecipado será realizado mediante anuência expressa dos titulares de Notas Promissórias em circulação, anuência esta que constará das referidas cédulas das Notas Promissórias, de forma que, ao subscrever, integralizar ou adquirir as Notas Promissórias, os titulares automática e antecipadamente concederão sua anuência para o resgate antecipado; (f) **Registro para Distribuição e Negociação:** as notas promissórias serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e, (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP, observados os requisitos e procedimentos previstos na Instrução CVM 476, podendo ser negociadas apenas entre investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 476, somente após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da



22
1

Instrução CVM 476; e, (g) **Garantia e Aval:** as Notas Promissórias não contarão com qualquer tipo de garantia;

(B) que, sem prejuízo da Oferta de Debêntures, a emissão das Notas Promissórias somente deverá ocorrer na hipótese de a Oferta das Debêntures não ser registrada no prazo previsto no §4º do artigo 14 da Instrução CVM 400 para utilização das informações financeiras relativas ao 2º (segundo) trimestre de 2012; e,

(C) a Diretoria da Companhia negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis às Debêntures e/ou às Notas Promissórias, conforme o caso, bem como para praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da emissão das Debêntures e/ou das Notas Promissórias, conforme o caso, podendo decidir, inclusive, após consultado o Comitê de Finanças da Companhia, a taxa final de remuneração das Debêntures obtida por meio do Procedimento de Bookbuilding e a quantidade final de Debêntures e/ou de Notas Promissórias a serem emitidas no âmbito de suas respectivas emissões, conforme o caso, dentro dos limites aqui estabelecidos.

(8) ratificar o voto favorável proferido pelos representantes legais da Companhia no ~~quinto~~ da Assembleia da ATE III Transmissora de Energia S/A relativo à contratação, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de linha de crédito no montante de aproximadamente R\$19.206.000,00 (dezenove milhões e duzentos seis mil reais) para a construção do ~~refe~~ da subestação de Itacaiúnas;

(9) Aprovar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na segunda quinzena de setembro de 2012 para tratar dos seguintes assuntos: (a) eleição, pelos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, de membro titular do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente, em função de renúncia, (b) aprovação da captação de recursos, pela Companhia, que poderá ser feita por meio da: (i) terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries ("Debêntures"), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada; e/ou (ii) sexta emissão de notas promissórias comerciais pela Companhia, em série única, ("Notas Promissórias"), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, bem como aprovar as principais condições que deverão constar da escritura de emissão das Debêntures e/ou das cédulas das Notas Promissórias, conforme o caso; (c) delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Debêntures, nos termos do art. 59, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e/ou sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Notas Promissórias; (d) autorização da Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da captação de recursos por meio da emissão das Debêntures e/ou das Notas Promissórias; (e) alteração do art. 4º do Estatuto Social, de maneira a refletir a nova expressão do capital social da Companhia após os aumentos deliberados no âmbito das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de julho de 2012 e 20 de agosto de 2012; e (f) consolidação do Estatuto Social.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. (a.a) Secretário: Ari Cesar Paiva de Almeida; Presidente do Conselho de Administração: Djalma Bastos de Moraes; Membros Titulares: Wilson Pereira dos Santos, Pedro Grossi Junior, John

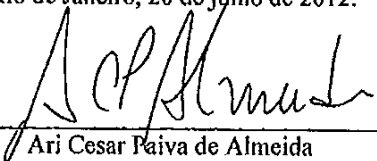




23



Michael Pimenta de Moraes Streithorst, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Antônio de Pádua Barbedo, Carlos Roberto Cafareli, Maurício Luis Luchetti, Ernesto Paulo da Silva Nunes, João Almeida dos Santos, Luiz Ricardo da Câmara Lima.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2012.


Ari Cesar Paiva de Almeida
Secretário

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/307853-9 - 03/09/2012
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 11/09/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
00002382851
DATA: 11/09/2012

Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/307853-9
CERTIFICO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
00002382851
DATA: 11/09/2012

Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL



43

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF 07.859.971/0001-30
NIRE 33.3.0027843-5

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 10 de setembro de 2012, às 8:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça Quinze de Novembro, 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro.

PRESENÇA E CONVOCAÇÃO: Cumpridas as formalidades de convocação, compareceram os conselheiros titulares Djalma Bastos de Moraes, Wilson Pereira dos Santos, Pedro Grossi Junior, John Michael Pimenta de Moraes Streithorst, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Antônio de Pádua Barbedo, Carlos Roberto Cafareli, Maurício Luis Luchetti, Ernesto Paulo da Silva Nunes, João Almeida dos Santos, Luiz Ricardo da Câmara Lima.

MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Djalma Bastos de Moraes, que convidou o Sr. Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a re-ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de agosto de 2012 ("RCA").

DELIBERAÇÕES TOMADAS: Após a discussão da matéria, os Conselheiros por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberam re-ratificar os termos da ata da RCA para alterar os seus itens 5 (A) (i) (a) e 5 (A) (i) (r), referentes ao valor total da emissão e à remuneração das Debêntures simples, não conversíveis em ações, em até três séries, todas nominativas e escriturais da terceira emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob o regime de melhores esforços de colocação, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas para distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 473, de 8 de agosto de 2008, conforme alterada, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Oferta", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), conforme a seguir:

"(a) **Valor Total da Emissão:** os Conselheiros deliberaram que a Emissão deverá perfazer, na data de emissão, o montante de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), sem considerar as Debêntures adicionais e as Debêntures do lote suplementar que poderão ser emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 e do artigo 24 da Instrução CVM 400, respectivamente"; e

(...)

“(r) **Remuneração:** os Conselheiros decidiram aprovar as seguintes remunerações para as Debêntures: (i) a partir da data de emissão, as Debêntures da primeira série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, limitada à sobretaxa máxima de 1,00% (um por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da primeira série; (ii) a partir da data de emissão, as Debêntures da segunda série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,00% (seis por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da segunda série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos; e (iii) a partir da data de emissão, as Debêntures da terceira série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,30% (seis inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da terceira série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, calculados, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos”.

Os Conselheiros deliberaram, ainda, ratificar todos os demais termos da RCA, os quais permanecem inalterados.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. (a.a) Secretário: Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto; Presidente do Conselho de Administração: Djalma Bastos de Moraes; Membros Titulares: Wilson Pereira dos Santos, Pedro Grossi Junior, John Michael Pimenta de Moraes Streithorst, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Antônio de Pádua Barbedo, Carlos Roberto Cafareli, Maurício Luis Luchetti, Ernesto Paulo da Silva Nunes, João Almeida dos Santos, Luiz Ricardo da Câmara Lima.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2012.

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Nire: 33.3.0027843-5

Protocolo: 00-2012/325511-2

CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº

00002386772

DATA: 19/09/2012

Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/325511-2 - 19/09/2012
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 19/09/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ABAIXO.
00002386772
DATA: 19/09/2012
Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS DA EMISSORA QUE APROVOU A EMISSÃO

[página intencionalmente deixada em branco]

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

NIRE 33.3.0027843-5

CNPJ/MF 07.859.971/0001-30

Companhia Aberta

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 17 dias do mês de setembro de 2012, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro nº 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

PRESENÇA: Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia com direito a voto, conforme se verifica pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: Editais de Convocação publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico" nos dias 31 de julho, 03 e 04 de setembro de 2012, conforme publicações constantes do Anexo I à presente ata.

MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. Maria Alice Souza Leal, representante do acionista Fundo de Investimento em Participações Coliseu, que convidou o acionista Carlos Henrique Cordeiro Finholdt, representante da acionista Cemig Geração e Transmissão S.A., para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (1) a eleição, pelos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, de membro titular do Conselho Fiscal e de seu respectivo suplente, em função de renúncia; (2) a captação de recursos, pela Companhia, que poderá ser feita por meio da: (i) terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária ("Debêntures"), em ~~em~~ três séries, todas nominativas e escriturais de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de

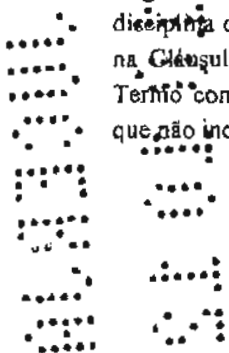


2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"); e/ou (ii) sexta emissão de notas promissórias comerciais pela Companhia, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("Notas Promissórias"), perfazendo, na data de emissão, o montante de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), bem como aprovar as principais condições que deverão constar da escritura de emissão das Debêntures e/ou das cédulas das Notas Promissórias, conforme o caso; (3) a delegação de poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Debêntures, nos termos do art. 59, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e/ou sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Notas Promissórias; (4) a autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da captação de recursos por meio da emissão das Debêntures e/ou das Notas Promissórias; (5) a alteração do art. 4º do Estatuto Social da Companhia, de maneira a refletir a nova expressão do capital social da Companhia após os aumentos deliberados no âmbito das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 19 de julho de 2012 e 20 de agosto de 2012; e (6) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES TOMADAS:

(1) os acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia presentes deliberaram, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, em observância ao disposto na alínea "a" do §4º do artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, eleger como MEMBRO TITULAR do Conselho Fiscal da Companhia o Sra. **ISABEL DA SILVA RAMOS KEMMELMEIER**, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade nº 05418374-4, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o número 016751727-90 e domiciliada na Rua Nascimento Silva, 426/501, Ipanema, Rio de Janeiro e como seu respectivo suplente o Sra. **DANIELA MALUF PFEIFFER**, brasileira, administradora, divorciada, identidade 08046911-7, expedida pelo Detran-RJ, CPF 018.613.777-03, residente e domiciliada na Av. Alda Garrido, 261/302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

O mandato dos membros do Conselho Fiscal ora eleitos se estende até a Assembleia Geral Ordinária de 2013. A posse e investidura ficam condicionadas à assinatura (i) do Termo de Posse a ser lavrado no livro de registro de atas e pareceres do Conselho Fiscal da Companhia, na forma da legislação aplicável, e (ii) do "Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal", nos termos do qual se responsabilizarão pessoalmente a se submeter e a agir em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, inclusive suas posteriores modificações, que disciplinam o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia, valendo ainda referido Termo como Cláusula Compromissória. Os Conselheiros eleitos declararam - antecipadamente - que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil.



Aur

G

de

de

Em função da deliberação acima, os membros do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2013, passam a ser os seguintes:

Conselho Fiscal	
(Vigência do mandato - 1 ano)	
Titulares	Suplentes
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
João Carlos Lindau	Cláudio Canalis Goulart
Clayton Ferraz De Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Isabel da Silva Ramos Kemmelmeier	Daniela Maluf Pfeiffer

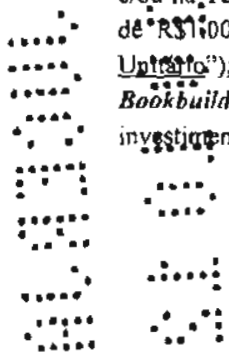
(2) os acionistas presentes, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, após examinarem a proposta encaminhada pela Administração da Companhia e o parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal da Companhia, deliberaram aprovar a captação de recursos, pela Companhia, que poderá ser feita por meio da:

(i) terceira emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em até três séries, todas nominativas e escriturais de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), para distribuição pública nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de melhores esforços de colocação, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas para distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008, conforme alterada, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”, “Oferta”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente). Os acionistas deliberaram que a Emissão deverá perfazer, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), o montante de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido) e as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido). A Oferta e as Debêntures terão as seguintes características: (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da emissão será de até R\$ 1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido) e/ou da Opção de Lote Suplementar (conforme abaixo definido); (b) **Número da Emissão:** a Emissão constitui a terceira emissão de Debêntures da Companhia; (c) **Número de Séries:** a emissão será realizada em até três séries (“Primeira Série”, “Segunda Série” e “Terceira Série”, e, em conjunto, as “Séries”); (d) **Regime de Colocação e Plano de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A. (“Coordenador Líder”). A Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de



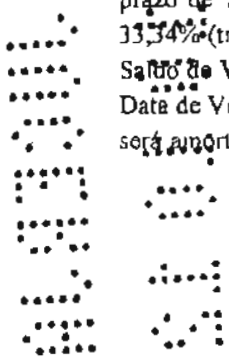
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

distribuição parcial das Debêntures, desde que haja colocação de um montante mínimo de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) Debêntures, em qualquer formato de alocação entre as Séries, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Companhia ("Montante Mínimo"). Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Companhia, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o valor total da emissão até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Emissão; (e) **Registro para Colocação:** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos; e (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (f) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas até 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) Debêntures, sendo que a emissão de cada uma das Séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será decidida de comum acordo entre a Companhia e o Coordenador Líder, após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), com base em sistema de vasos comunicantes, sem considerar as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido) e as Debêntures do Lote Suplementar (conforme abaixo definido); (g) **Debêntures Adicionais:** a quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a exclusivo critério da Companhia, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), sem a necessidade de novo pedido de registro à CVM. Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures Adicionais eventualmente emitidas poderão ser alocadas, a critério da Companhia em conjunto com o Coordenador Líder, na Primeira Série, na Segunda Série e/ou na Terceira Série; (h) **Debêntures do Lote Suplementar:** a Companhia concederá ao Coordenador Líder uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada, ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelo Coordenador Líder após consulta e concordância prévia da Companhia, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), exclusivamente para atender ao excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas. As Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas poderão ser alocadas, a critério da Companhia em conjunto com o Coordenador Líder, na Primeira Série, na Segunda Série e/ou na Terceira Série; (i) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário"); (j) **Garantias:** as Debêntures não contarão com garantias; (k) **Procedimento de *Bookbuilding*:** o Coordenador Líder organizará o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400,



Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'Aek', 'S', 'de', and a large 'h'.

sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), de forma a definir: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada Série; (ii) a taxa final da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), nos termos do item (r) abaixo (caso sejam emitidas Debêntures da Primeira Série); (iii) a taxa final da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo), nos termos do item (r) abaixo (caso sejam emitidas Debêntures da Segunda Série); e (iv) a taxa final da Remuneração das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) (caso sejam emitidas Debêntures da Terceira Série), nos termos do item (r) abaixo; (f) **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente e o Valor Nominal Unitário (ou o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série será atualizado, a partir da Data de Emissão (conforme definido abaixo) pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso; (m) **Conversibilidade, Tipo e Forma:** as Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (n) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com garantias adicionais; (o) **Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures deverá ser definida na escritura de emissão das Debêntures ("Data de Emissão"); (p) **Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Primeira Série"), as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Segunda Série") e as Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da Terceira Série"); (q) **Amortização Programada:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será devido integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observado os Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definido abaixo) listados nos itens (z.i) e (z.ii) abaixo. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, devidamente atualizado pela Atualização Monetária, sendo a primeira parcela, equivalente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série, devida no prazo de 6 (seis) anos contados da Data de Emissão, a segunda parcela, equivalente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme aplicável, devida no prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão e a terceira e última parcela, equivalente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série, devida na Data de Vencimento da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente a partir do 9º (nono) ano contado da Data de Emissão, em 4 (quatro)



Handwritten signatures and initials, including "A22" and a large stylized signature, are present in the bottom right corner.

parcelas consecutivas, devidamente atualizadas pela Atualização Monetária, cada uma equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Terceira Série, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 9 (nove) anos contados da Data de Emissão, o segundo pagamento devido no prazo de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, o terceiro pagamento devido no prazo de 11 (onze) anos contados da Data de Emissão e o quarto e último pagamento devido na Data de Vencimento da Terceira Série; (r) **Remuneração**: os acionistas decidiram aprovar as seguintes remunerações para as Debêntures: (i) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitada à sobretaxa máxima de 1,00% (um por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"); (ii) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,00% (seis por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"); e (iii) a partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,30% (seis inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização monetária, calculados, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série") e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração"; (s) **Pagamento da Remuneração**: a Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento da Primeira Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido no prazo de 1 (um) ano contado da Data de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento da Terceira Série; (t) **Multa e Juros Moratórios**: sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), os débitos em atraso vencidos e não pagos ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including what appears to be 'A.A.' and a large stylized signature.

convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; (u) **Repactuação**: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada; (v) **Resgate Antecipado**: as Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo total ou parcial; (w) **Recompra Obrigatória**: na ocorrência de qualquer dos eventos de recompra obrigatória a serem previstos na escritura de emissão, a Companhia obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série dos Debenturistas que venham a solicitar a recompra, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou última data de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ou da Remuneração das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. A obrigação de recompra obrigatória somente deverá ser assumida com relação às Debêntures da Segunda Série e/ou às Debêntures da Terceira Série na hipótese de as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, serem admitidas para registro no Novo Mercado de Renda Fixa, em conformidade com o disposto no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa, datado de 09 de março de 2012 ("Código ANBIMA de Renda Fixa"). Não havendo registro das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série no Novo Mercado de Renda Fixa, não haverá obrigação de recompra obrigatória das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso; (x) **Aquisição Facultativa**: a Companhia poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em circulação no mercado secundário, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM. Em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa (i) a aquisição facultativa das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série estará limitada a 5% (cinco por cento) do total das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso; e (ii) no caso de aquisição facultativa de Debêntures da Segunda Série e de Debêntures da Terceira Série, as mesmas deverão ser mantidas em tesouraria durante os 2 (dois) primeiros anos seguintes à Data de Emissão, somente podendo ser canceladas após esse prazo. As restrições à aquisição facultativa decorrentes do atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa somente deverão ser assumidas pela Companhia com relação às Debêntures da Segunda Série e/ou às Debêntures da Terceira na hipótese de as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira, conforme o caso, serem admitidas para registro no Novo Mercado de Renda Fixa, em conformidade com o disposto no Código ANBIMA de Renda Fixa. Não havendo registro das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série no Novo Mercado de Renda Fixa, não se aplicarão as limitações mencionadas nos itens (i) e (ii) acima no caso de aquisição facultativa das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à





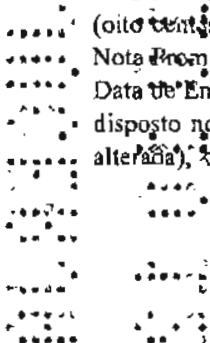
evento; (III) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto; (IV) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão das Debêntures, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido descumprimento; (V) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Companhia seja parte, ainda que na qualidade de mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda; (VI) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia que implique em redução de seu capital social, exceto (i) por determinação legal; (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Companhia, de qualquer de suas controladas, em uma única operação ou em operações separadas; (VII) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia exercida pela CEMIG Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; (VIII) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Companhia, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Companhia; (IX) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por suas controladas; (X) caso as declarações prestadas pela Companhia na escritura de emissão das Debêntures provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas; e (XI) a Companhia transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos da escritura de emissão das Debêntures, sem a prévia anuência dos Debenturistas; e (aa) **Destinação de Recursos:** Os recursos captados com a Oferta serão utilizados para refinanciamento da dívida da Companhia e reforço do caixa da Companhia; e/ou da

(ii) sexta emissão, pela Companhia, de Notas Promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), perfazendo, na Data de Emissão das Notas Promissórias (conforme definido abaixo), o montante de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com as seguintes características: (a) **Valor Total da Emissão:** o valor total da emissão será de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) na Data de Emissão das Notas Promissórias (conforme definido abaixo), (b) **Destinação de Recursos:** os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias serão utilizados para o refinanciamento da dívida da Companhia e



Handwritten signatures and initials.

reforço do caixa da Companhia; (c) **Quantidade de Notas Promissórias, Valor Nominal Unitário, Subscrição e Integralização:** serão emitidas até 120 (cento e vinte) Notas Promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões e de reais) ("Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias"), na Data de Emissão das Notas Promissórias (conforme definido abaixo), observado que a subscrição e integralização das Notas Promissórias ocorrerão no mesmo dia; (d) **Data de Emissão:** a data de emissão das Notas Promissórias será a data de subscrição e integralização das Notas Promissórias ("Data de Emissão das Notas Promissórias"); (e) **Remuneração:** o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente. As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à taxa de 100% (cem por cento) da Taxa DI-Over, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração das Notas Promissórias"). A Remuneração das Notas Promissórias será incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data de vencimento ou data do resgate antecipado, o que ocorrer primeiro (ou, ainda, na data do vencimento antecipado das Notas Promissórias em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento que estejam descritos nas cédulas das Notas Promissórias) e será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, conforme os critérios definidos no "Caderno de Fórmulas de Notas Comerciais e Obrigações - CETIP21", disponível para consulta na página da CETIP na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Caderno de Fórmulas CETIP21"), e de acordo com a fórmula que deverá constar das cédulas das Notas Promissórias; (f) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Notas Promissórias serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob regime de garantia firme de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder; (g) **Forma de Integralização:** as Notas Promissórias serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional; (h) **Forma, Data de Vencimento, Amortização e Pagamento da Remuneração:** as Notas Promissórias serão emitidas fisicamente de forma cartular e terão prazo de vencimento de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da Data de Emissão das Notas Promissórias. O Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias será integralmente pago na data de vencimento ou na data do resgate antecipado das Notas Promissórias, o que ocorrer primeiro (ou, ainda, na data do vencimento antecipado das Notas Promissórias em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento que estejam descritos nas cédulas das Notas Promissórias), acrescido da Remuneração das Notas Promissórias, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data do efetivo resgate das Notas Promissórias; (i) **Resgate Antecipado Facultativo:** a Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos nas cédulas das Notas Promissórias, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Notas Promissórias, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, acrescido (i) da Remuneração das Notas Promissórias, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data do seu efetivo resgate antecipado e, ainda, (ii) de prêmio de resgate antecipado de 0,080% (oitenta centésimos por cento), calculado em regime linear sobre o Valor Nominal Unitário de cada Nota Promissória, de forma *pro rata temporis*, a partir do 51º (quinqüagésimo primeiro) dia após a Data de Emissão das Notas Promissórias até a data do seu efetivo resgate antecipado. Observado o disposto no § 2º do artigo 7º da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990 (conforme alteração), o resgate antecipado será realizado mediante anuência expressa dos titulares de Notas



Handwritten signatures and initials, including a large stylized 'A' and other marks.

Promissórias em circulação, anuência esta que constará das referidas cédulas das Notas Promissórias, de forma que, ao subscrever, integralizar ou adquirir em mercado secundário as Notas Promissórias, os titulares automática e antecipadamente concederão sua anuência para o resgate antecipado de forma unilateral pela Emissora. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo, a Companhia deverá enviar notificação aos titulares das Notas Promissórias, à CETIP e ao banco mandatário com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência; **(j) Registro para Distribuição e Negociação:** as Notas Promissórias serão registradas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP, observados os requisitos e procedimentos previstos na Instrução CVM 476, podendo ser negociadas apenas entre investidores qualificados, conforme definidos na Instrução CVM 476, somente após decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476; **(k) Garantia e Aval:** as Notas Promissórias não contarão com qualquer tipo de garantia; **(l) Comprovação de Titularidade:** para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela cédula física. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido em nome do titular da Nota Promissória pela CETIP, quando a Nota Promissória estiver custodiada eletronicamente na CETIP; **(m) Prorrogação de Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nas Notas Promissórias até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Notas Promissórias, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos em que os pagamentos devam ser efetuados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo; e **(n) Prazo de Colocação:** o prazo de colocação e distribuição pública das Notas Promissórias será de até 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da data do registro para negociação e custódia eletrônica das Notas Promissórias no CETIP21.

Sem prejuízo da Oferta de Debêntures, a emissão das Notas Promissórias somente deverá ocorrer na hipótese de a Oferta das Debêntures não ser registrada perante a CVM no prazo previsto no §4º do artigo 14 da Instrução CVM 400 para utilização das informações financeiras relativas ao 2º (segundo) trimestre de 2012;

(3) os acionistas presentes, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, deliberaram delegar poderes ao Conselho de Administração da Companhia para deliberar sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Debêntures, nos termos do art. 59, §4º da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e/ou sobre qualquer modificação e/ou alteração em qualquer das condições da emissão de Notas Promissórias;

(4) os acionistas presentes, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, deliberaram autorizar a Diretoria da Companhia a negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis às Debêntures e/ou às Notas Promissórias, conforme o



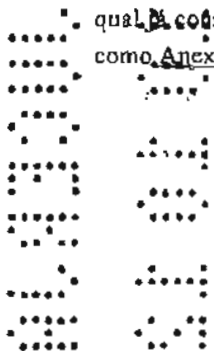
Ass

caso, bem como a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da emissão das Debêntures e/ou das Notas Promissórias, conforme o caso, podendo, inclusive, (i) negociar e decidir as hipóteses de vencimento antecipado aplicáveis às Debêntures e às Notas Promissórias; (ii) decidir, após consultado o Comitê de Finanças da Companhia, a taxa final de remuneração das Debêntures obtida por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, a emissão de Debêntures Adicionais e/ou de Debêntures Suplementares, e a quantidade final de Debêntures e/ou de Notas Promissórias a serem emitidas no âmbito de suas respectivas emissões, conforme o caso, dentro dos limites aqui estabelecidos; (iii) celebrar a escritura de emissão das Debêntures, aditamento à escritura de emissão das Debêntures para ratificar o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, cêntulas das Notas Promissórias, contrato de colocação das Debêntures, contrato de colocação das Notas Promissórias, cartas de manifestação encaminhadas à CETIP, à ANBIMA e à CVM, demais documentos relacionados à emissão das Debêntures e/ou à emissão das Notas Promissórias e eventuais aditamentos necessários aos referidos documentos; e (iv) contratar os prestadores de serviços inerentes às Debêntures e/ou às Notas Promissórias, conforme o caso, incluindo, sem limitação, o Coordenador Líder, os assessores jurídicos, a instituição prestadora dos serviços de banco mandatário e instituição depositária, a agência de classificação de risco, os sistemas de distribuição e negociação das Debêntures e/ou das Notas Promissórias nos mercados primário e secundário, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos.

(5) os acionistas presentes, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, deliberaram aprovar, sem quaisquer restrições, diante dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de julho de 2012 e 24 de agosto de 2012, ambos necessários à realização da oferta pública de distribuição de Units da Companhia iniciada em 20 de julho de 2012 e encerrada em 24 de agosto de 2012, a alteração do caput do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, cuja redação passa a ser a seguinte:

"Artigo 4º. – O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.067.535.193,28 (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), dividido em 344.498.907 (trezentas e quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e oito mil e novecentas e sete) ações, sendo 230.517.711 (duzentas e trinta milhões, quinhentas e dezessete mil e setecentas e onze) ações ordinárias e 113.981.196 (cento e treze milhões, novecentas e oitenta e uma mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(6) os acionistas presentes, por maioria, registradas as abstenções e votos contrários arquivados na sede da Companhia, deliberaram aprovar a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, no qual constam os reflexos das alterações ora aprovadas e torna-se parte integrante da presente ata como Anexo II.



16

Maria Alice Souza Leal
Presidente

Carlos Henrique Cordeiro Finholdt
Secretário

Acionistas:

Semig Geração e Transmissão S.A.
p. Carlos Henrique Cordeiro Finholdt

Fundo de Investimento em Participações Coliseu
p. Maria Alice Souza Leal

Cent. la. b. b. b.

TYLER FINANCE LLC; LS OC LLC; BARTHE HOLDINGS LLC; BEWETT INTERNATIONAL LLC; CONSTELLATION 90 FIC FIA; CONSTELLATION MASTER FIA; CONSTELLATION AÇÕES PPC FIC FIA; CONSTELLATION FIC FIA; CONSTELLATION LS FIC FIA; CONSTELLATION LS MASTER FIA; FCB 30 FIC FIA FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES C PARCERIA EXCLUSIVO; FUNDO FCB MASTER DE INVESTIMENTO DE AÇÕES; GC FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES

p. André Kinjo Kubota

Heale

HOUR-GLASS EMERGING MARKETS SHARES SECTOR TRUST; BLACKROCK KOREA
LATIN AMERICAN FUND-MASTER; TG INVESTMENT FUNDS PLC; FSS TRUSTEE
CORPORATION; JNL/BROOKFIELD GLOBAL; INFRASTRUCTURE FUND; MFS UTILITIES
FUND; SOUTHERN COMPANY SYSTEM MASTER RETIREMENT TRUST; STICHTING
DEPOSITARY APG EMERGING MARKETS EQUITY POOL; T. ROWE PRICE RETIREMENT
DATE TRUST; T. ROWE PRICE FUNDS SICAV; T. ROWE PRICE GLOBAL
INFRASTRUCTURE FUND; T. ROWE PRICE INTERNATIONAL DISCOVERY FUND;
..... T. ROWE PRICE INTERNATIONAL FUNDS; T. ROWE PRICE LATIN AMERICA FUND;
..... T. ROWE PRICE REAL ASSETS FUND, INC; THE PUBLIC EDUCATION EMPLOYEE
..... RETIREMENT SYSTEM OF MISSOURI; THE PUBLIC SCHOOL RETIREMENT SYSTEM OF
..... MISSOURI; UTILICO EMERGING MARKETS LIMITED; ALASKA PERMANENT FUND;
..... AMERICAN INVESTMENT TRUST - THE BIRCH TREE FUND; ARTHA MASTER ERISA
..... FUND LLC; ARTHA MASTER FUND LLC; ASHMORE EMERGING MARKETS EQUITY



492



[Signature]

h

00-20.21325506-6 08 out 2012 16:09
 JUCER A Guia: 100556599
 333002 R43-5 () tos: 301
 TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELETRICA S A
 Cumprir a es. Janela no Junta Calculado: 397,00 Pago: 397,00
 mesmo local a entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
 ULT ARO.: ED: 10000574000 29/12/2012 983

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELETRICA S A
 Nire: 33.3.0027843-5
 Protocolo: 00-2012/2325506-6
 CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº
 00002396784
 DATA: 10/10/2012
 Valéria G. M. Serra
 SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELETRICA S A
 Nire: 33.3.0027843-5
 Protocolo: 00-2012/2325506-6 18/09/2012
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 10/10/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
 E DATA ABAIXO
 00002396784
 DATA: 10/10/2012
 Valéria G. M. Serra
 SECRETARIA GERAL

FUND; AXA WORLD FUNDS; AXA WORLD FUNDS - FRAMLINGTON EMERGING MARKETS; BELL ATLANTIC MASTER TRUST; BMO GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND; BNY MELLON GLOBAL FUNDS, PLC; CITY OF NEW YORK DEFERRED COMPENSATION PLAN; COHEN & STEERS GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND, INC.; COHEN & STEERS INC.; COHEN & STEERS INFRASTRUCTURE FUND, INC.; COMMONWEALTH GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND 3; CORNELL UNIVERSITY; DELAWARE GROUP GLOBAL & INTERNATIONAL FUNDS - DELAWARE MACQUARIE GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND; DELAWARE POOLED TRUST - THE EMERGING MARKETS PORTFOLIO; EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH IN AMERICA BOARD OF PENSIONS; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; FRONTIERS EMERGING MARKETS EQUITY POOL; ING MFS UTILITIES PORTFOLIO; IOWA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD RE: STB EMERGING MARKETS HIGH DIVIDEND EQUITY MOTHER FUND; JOHN DEERE PENSION TRUST; JOHN HANCOCK VARIABLE INSURANCE TRUST UTILITIES TRUST; KODAK PENSION PLAN; LEGG MASON EMERGING MARKET TRUST (AUSTRALIA); LEGG MASON GLOBAL FUNDS FCP (LUXEMBOURG); MELLON BANK N.A EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN; MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MFS HERITAGE TRUST COMPANY COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; MFS INSTITUTIONAL TRUSTS (CANADA) - MFS EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MFS LATIN AMERICAN EQUITY FUND; MFS MERIDIAN FUNDS - EMERGING MARKETS EQUITY FUND; MFS MERIDIAN FUNDS - LATIN AMERICAN EQUITY FUND; MFS VARIABLE INSURANCE TRUST - MFS UTILITIES SERIES; MFS VARIABLE INSURANCE TRUST II - MFS EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; MFS VARIABLE INSURANCE TRUST II - MFS UTILITIES PORTFOLIO; NATIONAL GRID UK PENSION SCHEME TRUSTEE LIMITED; NATIONAL PENSION SERVICE; NEWTON GLOBAL HIGHER INCOME FUND; NEWTON GLOBAL OPPORTUNITIES FUND; NORTHWESTERN MUTUAL SERIES FUND, INC. - EMERGING MARKETS EQUITY PORTFOLIO; NUVEEN GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND; NUVEEN GLOBAL INVESTORS FUND, PLC - NUVEEN GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND; NUVEEN INTERNATIONAL FUND; NUVEEN INTERNATIONAL SELECT FUND; NUVEEN REAL ASSET INCOME FUND; ONTARIO PENSION BOARD; PACE INTERNATIONAL EMERGING MARKETS EQUITY INVESTMENTS; PICTET - EMERGING MARKETS; PICTET - HIGH DIVIDEND SELECTION; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL GROWING MARKET FUND; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL HIGH YIELD UTILITIES EQUITY FUND; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GLOBAL UTILITIES EQUITY FUND; PICTET GLOBAL SELECTION FUND - GUE CURRENCY HEDGED FUND; PRINCIPAL FUNDS, INC - DIVERSIFIED REAL ASSET FUND; PSP FOREIGN EQUITY FUND; REGIME DE RETRAITE DU PERSONNEL DES CPE ET DES GARDERIES PRIVEES CONVENTIONNEES DU QUEBEC; RENAISSANCE EMERGING MARKETS FUND; RENAISSANCE GLOBAL INFRASTRUCTURE FUND; SAN BERNARDINO COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION; STATE OF CONNECTICUT RETIREMENT PLANS AND TRUST FUNDS; STATE OF NEW JERSEY COMMON PENSION FUND D; STICHTING BLUE SKY ACTIVE EQUITY EMERGING MARKETS GLOBAL FUND; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; TEACHERS RETIREMENT SYSTEM OF THE STATE OF ILLINOIS; THE BARING EMERGING MARKETS UMBRELLA FUND, SUB FUND, THE BARING LATIN AMERICA FUND; THE DREYFUS/LAUREL FUNDS TRUST - DREYFUS GLOBAL EQUITY INCOME FUND; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. A TRUSTEE FOR PINEBRIDGE EMERGING MARKETS EQUITY MOTHER FD II; THE MASTER TRUST BANK OF JAPAN, LTD. AS TRUSTEE OF BNY MELLON GLOBAL

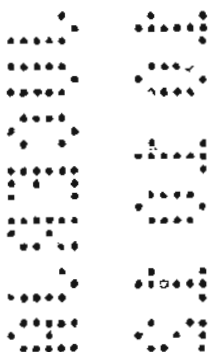


AKK

Handwritten signatures and initials, including a large 'C' and a stylized 'J'.

HIGHER INCOME EQUITY MOTHER FD; THE PENSION RESERVES INVESTMENT MANAGEMENT BOARD; TREASURER OF THE STATE OF NORTH CAROLINA EQUITY INVESTMENT FUND POOLED TRUST; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR GLOBAL HIGH YIELDING PURE INFRA MOTHER FUND; TRUST & CUSTODY SERVICES BANK, LTD. RE: GLOBAL INFRASTRUCTURE EQUITY MOTHER FUND; VERIZON MASTER SAVINGS TRUST; EDMOND DE ROTHSCHILD LATIN AMERICA; APOGEO VISÃO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; APOGEO DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI GAS CANOY FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FNAF FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; NABR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MISTYQUE TEENS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MISTYQUE; NAF ENIGMA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; CAIXA VINCI VALOR DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; CAIXA VINCI VALOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI GAS BLUE MARLIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI GAS DISCOVERY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; ADVENTURE INTERNATIONAL LLC; BRAZIL INTERNATIONAL LLC; DURIAN INVESTMENTS LLC; RESEARCH INVESTMENTS LLC; VINCI GAS LONG- ONLY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI GAS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES- FHS; VINCI GAS DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; CANTALOUPE INVESTMENTS LLC; VINCI GAS LONG- BIASED MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; VINCI RIO VERMELHO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES;

Anali Pentecado Buratin
p. Anali Pentecado Buratin



Me

[Handwritten signature]

ANEXO I
PUBLICAÇÕES

125



Nº
Q
R

ANEXO II**ESTATUTO SOCIAL DA
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.****Capítulo I – Nome, Prazo de Duração, Sede e Objeto**

Artigo 1º. A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores ("Lei das Sociedades por Ações").

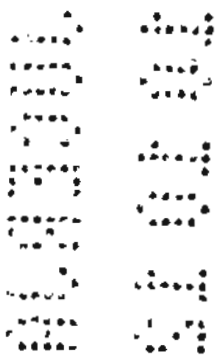
Parágrafo Primeiro – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("Regulamento do Nível 2").

Parágrafo Segundo - As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Praça Quinze de Novembro, 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro, na Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social, podendo praticar todas as atividades que sejam necessárias à sua consecução:

- (i) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), identificadas conjuntamente como INTERLIGAÇÃO NORTE SUL II, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Anexo 07 C do Edital de Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL ("ANEEL") nº 02/2000, consistentes (i) na Linha de Transmissão 500 kV entre as subestações Samambaia e Imperatriz, com extensão aproximada de 1.260 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Imperatriz; (ii) nas subestações Samambaia, Serra da Mesa, Gurupi, Miracema, Colinas e



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

Imperatriz; (iii) nas respectivas Entradas de Linha, Interligações de Barra e demais instalações necessárias às funções de medição, operação, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, bem como (iv) em eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente;

- (ii) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), identificadas conjuntamente como INTERLIGAÇÃO SUDESTE NORDESTE, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Anexo 07 C do Edital de Leilão da ANEEL nº 02/2000, consistentes (i) na Linha de Transmissão 500 kV entre as subestações Serra da Mesa, Rio das Éguas (Correntina), Bom Jesus da Lapa II, Ibicoara (Mucugê) e Sapeaçu (Governador Mangabeira II), com extensão aproximada de 1.050 km, com origem na subestação 500 kV Serra da Mesa e término na subestação 500 kV Sapeaçu; (ii) nas subestações Rio das Éguas (Correntina) – 500 kV, Bom Jesus da Lapa II – 500/230 kV, Ibicoara (Mucugê) – 500 kV, Sapeaçu (Governador Mangabeira II) – 500/230 kV; (iii) nas instalações de Entrada de Linha em 500 kV na subestação Serra da Mesa; (iv) no seccionamento das três Linhas em 230 kV Governador Mangabeira – Funil de propriedade da CHESF, incluindo a construção dos seis trechos de Linha de 230 kV, para conexão com a nova subestação 500/230 kV Sapeaçu (Governador Mangabeira II); (v) em duas interligações em 230 kV entre a subestação de Bom Jesus da Lapa II; (vi) nas respectivas Entradas de Linha, Interligações de Barra e demais instalações necessárias às funções de medição, operação, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, bem como (vii) em eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente;

- (iii) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Taquaruçu-Assis e Assis-Sumaré, em 440 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado de São Paulo, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 007/1999 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 40/2000 – ANEEL, firmado entre a sociedade incorporada pela Companhia, a ETEO-Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., e a ANEEL;

- (iv) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Goianinha-Mussurê, em 230 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações



Handwritten signatures and initials, including 'NCC' and a large stylized 'P'.

ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas nos Estados de Pernambuco e Paraíba, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 003/2001 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 001/2002 – ANEEL;

- (v) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Paraíso-Açu, em 230 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 003/2001 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 87/2002 – ANEEL;
- (vi) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Camaçari II-Sapeaçu, em 500 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado da Bahia, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 001/2003 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 006/2004 – ANEEL.
- (vii) Operar e explorar outras concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo as atividades de implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme especificado nos Editais de Leilão publicados pela ANEEL, ou na forma estipulada pelo Poder Concedente. Para tal fim a Companhia poderá participar de concorrências, isoladamente ou na forma de consórcio, e/ou adquirir participações majoritárias ou minoritárias no capital de outras sociedades concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, na forma prevista em lei;
- (viii) Tendo em vista a realização dos objetos previstos nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi) e (vii), a Companhia promoverá o estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras, prestando os relativos serviços que poderão incluir as atividades de transformação e transmissão de energia elétrica;
- (ix) Realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;



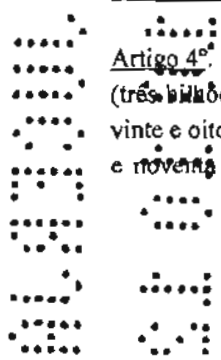
Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

- (x) Realizar estudos e análises químicas em materiais e equipamentos relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo, mas não se limitando a estudos e análises químicas em materiais como papel, cobre, óleo e gás;
- (xi) Executar serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo nesse rol os respectivos serviços auxiliares;
- (xii) Alugar, emprestar ou ceder onerosamente equipamentos, infra-estruturas e instalações relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;
- (xiii) Oferecer suporte técnico no setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;
- (xiv) Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências empregados;
- (xv) Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para a obtenção do objeto social; e
- (xvi) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único - Afora as atividades mencionadas, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos contratados, poderá a Companhia, ainda, promover a implementação de projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Capítulo II – Capital Social e Ações

Artigo 4º O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.067.535.193,28 (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), dividido em 344.498.907 (trezentas e quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e oito mil e novecentas e sete) ações, sendo 230.517.711 (duzentas e trinta milhões,



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

quinhentas e dezessete mil e setecentas e onze) ações ordinárias e 113.981.196 (cento e treze milhões, novecentas e oitenta e uma mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo. O aumento de capital da Companhia com emissão de ações pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei, bem como observando-se o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Artigo 5º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

Artigo 6º. As ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto quanto às matérias especificadas no Parágrafo Primeiro abaixo, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;
- (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária;
- (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

Parágrafo Primeiro. As ações preferenciais emitidas terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista



Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;

- (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (d) escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
- (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Parágrafo Segundo. Além das preferências e vantagens acima indicadas, a Assembleia Geral que deliberar a emissão das ações preferenciais poderá atribuir-lhes preferências e vantagens adicionais.

Parágrafo Terceiro. Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

Artigo 7º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, nominativas, mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada, em nome de seus titulares.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. Na proporção das ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

Parágrafo Único. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, inclusive ações a serem representadas por Units (conforme definido no Artigo 45 deste Estatuto Social), debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta



pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Artigo 11. As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social e serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da mesa será escolhido pela maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia, sendo secretariada por um dos acionistas presentes de livre escolha do Presidente.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no Artigo 123, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deve ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Terceiro. A ata da Assembleia Geral será arquivada no Registro do Comércio e publicada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua realização.

Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade, comprovante de sua respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora.

Artigo 12. As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, exceção feita aos casos em que a regulamentação aplicável



Handwritten signatures and initials, including "H4" and a large stylized signature.

17

Parágrafo Primeiro. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

I - a aprovação de quaisquer modificações do Estatuto Social da Companhia;

II - quaisquer reduções ou aumentos do capital social da Companhia, exceto conforme previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social, e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia;

III - a emissão de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou privadamente, exceto pelas emissões decorrentes do artigo 4º, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, de competência do Conselho de Administração, bem como a celebração de acordos, a outorga de opção de compra pela Companhia de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de emissão da Companhia;

IV - a aprovação (a) das demonstrações financeiras anuais da Companhia, (b) da mudança de critérios contábeis, (c) do relatório anual da administração; e, (d) da destinação do resultado do exercício;

V – eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

VI - aprovação e modificação dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

VII - a determinação ou modificação da política de dividendos da Companhia, bem como a distribuição de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;

- VIII – a aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como a distribuição de
- lucros e resultados;

• **✖** a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta;



28

X – a aprovação da descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2;

XI – a escolha da empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2;

XII – a incorporação de ações pela Companhia;

XIII – a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a reestruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia;

XIV – o início pela Companhia de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência ou lei similar, bem como a nomeação de liquidante ou síndico; e

XV – a associação da Companhia, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia em grupos de sociedades, ressalvadas as ações em estrito cumprimento a compromissos vigentes anteriormente assumidos.

Parágrafo Segundo. A aprovação das matérias abaixo depende do voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da Companhia, sem prejuízo das demais matérias previstas no Artigo 136 da Lei das S.A.:

I – a aprovação de quaisquer modificações no objeto social da Companhia;

II – a fusão, cisão ou sua incorporação em outra; e

III – a dissolução da Companhia.

Capítulo IV – Administração da Companhia

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.



RUC

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, dispensada garantia de gestão, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, a posse dos administradores nos respectivos cargos será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Após a eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente de referido órgão será escolhido entre os membros eleitos, devendo ser observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Superintendente Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. O Presidente do Conselho de Administração será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Terceiro. Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

.....
.....
.....
.....
.....



hell

☺

AL

Jo

excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafos Quarto e Quinto e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Artigo 16. Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro do Conselho de Administração por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pelo mesmo acionista que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

Parágrafo Único. Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, suas funções serão exercidas por outro membro que tiver sido indicado pelo mesmo acionista que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que, na primeira Assembleia Geral a se realizar após o evento, tal acionista terá o direito de indicar o membro substituído.

Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, ordinariamente, 1(uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada (i) na forma da lei; (ii) pelo Presidente do Conselho de Administração e (iii) por quaisquer de 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis antes da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a reunião em segunda convocação, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, sempre que o interesse social assim exigir.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 17, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração em exercício.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros ou em segunda convocação com a presença de, pelo menos, 7 (sete) membros.



Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião.

Parágrafo Primeiro. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros, física e remotamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que tenham se manifestado na forma do Artigo 18 *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo. Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de realização da reunião do Conselho de Administração, as respectivas atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes, exceção feita às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que dependerão, para sua implementação, da aprovação de, no mínimo, 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia:

I - a aprovação: (a) ao final do exercício social imediatamente anterior, do plano plurianual de negócios, compreendendo um período de 5 (cinco) anos, e do orçamento anual da Companhia para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais, no caso do plano plurianual de negócios e em bases mensais, no caso do orçamento anual: (i) as receitas, custos e despesas, (ii) os planos de investimentos de capital, (iii) as captações e amortizações de financiamentos, (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio, (v) os movimentos estratégicos; e, (vi) os programas de manutenção de suas instalações; e, (b) das modificações do plano plurianual de negócios e do orçamento anual, observando-se que a não aprovação do plano plurianual de negócios, a partir do exercício de 2009 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do impasse, da previsão de orçamento anual para cada exercício (cujo plano plurianual de negócios não tenha sido aprovado) contidos no plano plurianual de negócios que tenha sido aprovado pelos acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV;

II - quaisquer aumentos do capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social; *hlc*



Handwritten signatures and initials.

III - a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

IV - a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia;

V - a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia, bem como a concessão de garantias que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades-fins;

VI - a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição, em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea, excedam o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VII - a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou a assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de qualquer dos acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja parte relacionada a qualquer dos acionistas, qualquer que seja o valor;

VIII - a celebração, pela Companhia, de quaisquer acordos, negócios ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza e a celebração de quaisquer contratos ou acordos (e quaisquer subseqüentes modificações dos mesmos) com partes relacionadas, e a resolução dos mesmos pela Companhia, qualquer que seja o valor;

IX - a atribuição e delegação de poderes adicionais à Diretoria da Companhia;

X - a eleição e destituição da Diretoria da Companhia;

XI - a abertura e estabelecimento de filiais, escritórios, postos de serviço, agências ou depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Companhia;



XII – a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

XIII – a autorização à aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;

XIV – as declarações de voto em quaisquer assembleias gerais de qualquer sociedade da qual a Companhia seja acionista, bem como a orientação de voto em quaisquer reuniões dos conselhos de administração das tais sociedades, sendo que, ainda no âmbito de tais sociedades, não dependerão de declaração ou orientação de voto do Conselho de Administração da Companhia quaisquer deliberações envolvendo as matérias previstas nos itens III, V e VI do artigo 19 deste Estatuto Social quando o valor envolvido for inferior ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, valor esse que será atualizado no início de cada exercício social pela variação acumulada a partir de 1º de janeiro de 2011 pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M);

XV – a instituição de Comitês com funções técnicas e/ou consultivas, tais como Comitês de Remuneração e Auditoria da Companhia, sendo sua competência definir atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses Comitês; e

XVI – a manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Artigo 20 – Além das matérias elencadas no Artigo 19 acima, que dependem de *quorum* qualificado para a sua aprovação e, sem prejuízo das demais competências previstas em lei, caberá ao Conselho de Administração, pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes:

1 – a escolha e a destituição de auditores independentes da Companhia;



- II – a deliberação sobre o pedido de licença temporária de Diretores Superintendentes e a designação de seu(s) substituto(s), que cumulará(ão) interinamente as funções do substituído(s);
- III – a aprovação do Código de Ética da Companhia;
- IV – a definição do regimento interno da Companhia; e
- V – a fixação da lista tríplice de instituições a ser apresentada à Assembleia Geral para preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, para fins de saída do Nível 2 e cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

Seção III – Diretoria

Artigo 21. A Diretoria será composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Técnico, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretor Superintendente.

Parágrafo Segundo. O Diretor Superintendente Geral prestará contas de seus atos ao Conselho de Administração. Os demais Diretores Superintendentes prestarão contas de seus atos ao Diretor Superintendente Geral, sujeitos, ainda, à fiscalização pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Não obstante outras disposições na legislação aplicável, todo e qualquer membro da Diretoria da Companhia será destituído e substituído pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, desde que fique caracterizado que tal membro da Diretoria da Companhia: (a) deixou de empregar, no exercício de suas funções, a diligência e a diligência que um indivíduo deve empregar na administração dos seus próprios negócios; (b) pautou sua conduta em desacordo com a lei e este Estatuto Social; (c) faltou com o seu dever de lealdade à Companhia; (d) atuou contrariamente ao interesse social; (e) faltou com o dever de informar ao mercado; e/ou (f) demonstrou não possuir a formação necessária para o exercício do cargo.



Artigo 22 - Os Diretores Superintendentes da Companhia exercerão as funções conforme previsto neste Estatuto Social e, adicionalmente, de acordo com as atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus Diretores Superintendentes.

Artigo 24 - A Diretoria possuirá poderes de gestão interna e de representação da Companhia, observadas as disposições legais, bem como as deliberações e orientações do Conselho de Administração e demais disposições deste Estatuto Social.

Artigo 25 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, mediante a assinatura dos 2 (dois) diretores superintendentes ou 1 (um) diretor superintendente em conjunto com 1 (um) procurador ou, ainda, por 1 (um) ou mais procuradores devidamente nomeados em conjunto por 2 (dois) diretores superintendentes, os quais poderão praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos.

Artigo 26 - Compete, em especial, à Diretoria:

I - exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral;

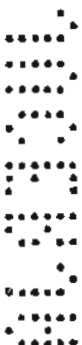
II - zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

III - elaborar e propor ao Conselho de Administração os planos de negócio e programas de investimentos, bem como os orçamentos anuais e plurianuais de capital e operacional da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração;

IV - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral;

V - autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VI - propor ao Conselho de Administração a abertura de filiais, agências, escritórios, postos de serviço ou depósitos da Companhia;



Handwritten signature or initials.

Handwritten signature or initials.

VII - constituir procuradores ad negocia e ad judicia;

VIII - autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia, bem como a concessão de garantias pela Companhia de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

IX - autorizar a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea seja de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

X - representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma deste Estatuto Social da Companhia;

XI - fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; e

XII - autorizar a prática, pelas sociedades da quais a Companhia seja acionista, dos atos previstos nos itens V, VIII e IX deste artigo, sempre que tais atos envolverem valor igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valores estes que serão atualizados no início de cada exercício social pela variação acumulada a partir de 1º de janeiro de 2011 pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGF-M).

Artigo 27. Sem prejuízo das atribuições da Diretoria previstas no Artigo 26 acima, compete:

I - ao Diretor Superintendente Geral:

- (i) presidir as reuniões da Diretoria, dirigindo os trabalhos;
- (ii) fazer cumprir as diretrizes, planos de atividades e normas gerais aprovados pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria;
- (iii) fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração;



ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Capítulo VI – Exercício Social e Lucros

Artigo 30. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

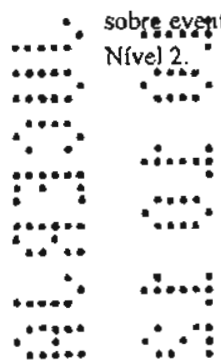
Parágrafo Segundo. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, determinar o levantamento de balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, que, se aprovados pela Assembleia Geral, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

Parágrafo Quinto. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 31. A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia, bem como enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados e contendo as informações exigidas pelo Regulamento do Nível 2.



Handwritten signatures and initials in the bottom right corner of the page.

Capítulo VII – Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Artigo 32. Sem prejuízo das disposições da Lei das Sociedades por Ações, a Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, observado o disposto no Artigo 6º, alínea (c) acima.

Parágrafo Único. Para os fins deste Estatuto Social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Poder de Controle” (bem como os seus termos correlatos “Controladora”, “controlada”, “sob Controle comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais de Acionistas, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

AMC



[Handwritten signature]

"Valor Econômico" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 33. A oferta pública referida no Artigo 32 acima também deverá ser efetivada:

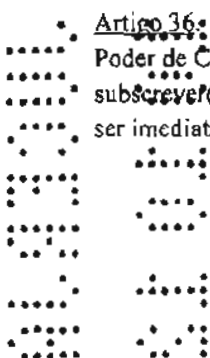
- (a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 34. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 32 deste Estatuto Social; e
- (b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 35. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não inscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA.




























Artigo 36. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não inscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores referido no Artigo 35 acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA.



hlc

Handwritten signatures and initials, including a large 'S' and a signature that appears to be 'Rafael'.

4

 	agg
 	resu
 	no b
  	reor
  	eee
  	eee
  	eee
  	eee
  	eee
  	eee

Artigo 39. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que as ações da Companhia passem a ter registro de negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa ou (b) a reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 41 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste Artigo 39 se a Companhia tiver saído do Nível 2 em razão da assinatura de contrato de participação da Companhia no segmento espacial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa estará, de toda forma, condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no caput deste Artigo. Neste caso, a Assembleia Geral que aprovar tal saída deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.



AL



Artigo 40. A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 41 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 41. O laudo de avaliação previsto nos artigos 38, 39 e 40 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Controladores, além de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo Sexto do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro. A escolha da instituição responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos



votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

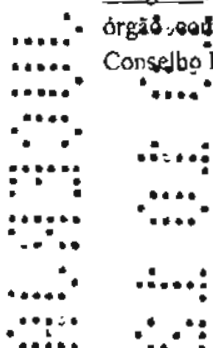
Capítulo VIII – Juízo Arbitral

Artigo 42. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, nos termos deste último.

Parágrafo Único. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento de Arbitragem.

Capítulo IX – Liquidação

Artigo 43. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante, bem como o Conselho Fiscal deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.



Handwritten signatures and initials, including a large 'R' and a stylized 'P'.

Capítulo X – Emissão de Units

Artigo 44. A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações (doravante designados como “Units” ou individualmente como “Unit”).

Parágrafo Primeiro. Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo. As Units serão emitidas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração e o disposto neste Estatuto Social, (a) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo Primeiro acima, (b) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; sendo que, neste caso, poderá o Conselho de Administração da Companhia permitir que na composição de tais Units sejam incluídas ações ordinárias existentes de titularidade de um acionista e que tal acionista fará jus a um terço do preço de venda da Unit, e (c) nos casos previstos no Artigo 45, Parágrafo Segundo deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Artigo 45. As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações subjacentes às Units somente será transferida mediante a transferência das Units.

Parágrafo Primeiro. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no § 1º deste artigo, na hipótese de início de oferta pública de distribuição de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro. As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 46. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações subjacentes.



ML

Handwritten signatures and initials.

Parágrafo Primeiro. O direito de participar nas Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações subjacentes às Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units.

Parágrafo Segundo. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reserva, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (a) Caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e
- (b) Caso ocorra a redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Unit em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares de Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem emissão de Units.

Capítulo XI – Disposições Finais e Transitórias

Artigo 47. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 48. Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, respeitado o Regulamento do Nível 2.



NG

00-2012/325506-6 27 set 2012 15:10
 Guia: 100556599
 JUCERJA Atos: 301
 3330027843-5 TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S A
 Junta » Calculado: 397,00 Pago: 397,00
 DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
 Cumprir a exigência no mesmo local de entrada. 25/09/2012 980
 ULT. ARO.: E0330003674000



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S A
 Nire: 33.3.0027843-5
 Protocolo: 00-2012/325506-6 - 18/09/2012
 CERTIFICAMOS QUE ESTE DOCUMENTO É PARTE INTEGRANTE DO REGISTRO Nº 00002398784 DE 10/10/2012 NÃO PODENDO SER UTILIZADO SEPARADAMENTE
 SECRETARIA GERAL

52
lu

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

O Sra. **Daniela Maluf Pfeiffer**, brasileira, divorciada, administradora, residente e domiciliada na Av. Alda Garrido, 261/302, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, portadora da carteira de identidade nº 08046911-7, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.613.777-03, declara, nos termos da lei, que:

- (I) não está impedida por lei especial, ou foi condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76;
- (ii) não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76;
- (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76, e
- (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do art. 147 da Lei nº. 6.404/76.

e, neste ato, às 11 horas do dia 17 de setembro de 2012, toma posse do cargo de membro suplente do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), conforme deliberação na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de setembro de 2012, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia. Nos termos do §6º do Artigo 161 da Lei 6.404/76, o mandato do membro do Conselho Fiscal ora eleito se encerra na data em que for realizada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2013. A Conselheira ora eleita informa à Companhia que receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço acima indicado.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2012.


Daniela Maluf Pfeiffer



[illegible]

53
h

TERMO DE POSSE DE MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

O Sra. **Isabel Da Silva Ramos Kemmelmeier**, brasileira, casada, engenheira, residente e domiciliada na Rua Nascimento Silva, 426/501, Ipanema, Rio de Janeiro, portadora da carteira de identidade nº 05418374-4, emitida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 016751727-90, declara, nos termos da lei, que:

- (i) não está impedida por lei especial, ou foi condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no parágrafo 1º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76;
- (ii) não está condenada a pena de suspensão ou inabilitação temporária aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que a torne inelegível para os cargos de administração de companhia aberta, como estabelecido no parágrafo 2º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76;
- (iii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 147 da Lei nº. 6.404/76; e
- (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do parágrafo 3º do art. 147 da Lei nº. 6.404/76.

e, neste ato, às 11 horas do dia 17 de setembro de 2012, toma posse do cargo de membro titular do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), conforme deliberação na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de setembro de 2012, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia. Nos termos do §6º do Artigo 161 da Lei 6.404/76, o mandato do membro do Conselho Fiscal ora eleito se encerra na data em que for realizada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia do ano de 2013. A Conselheira ora eleita informa à Companhia que receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão no endereço acima indicado.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2012.

12º

Isabel Da Silva Ramos Kemmelmeier

Isabel Da Silva Ramos Kemmelmeier

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREÇÃO GERAL DA JUSTIÇA
RECOMENDADO DE ARQUIVAMENTO
PLANTÃO: SK252895

Cartão de Registro de Notas - Tabelionato, Rua do Rosário, 134
Tabelião Pedro Castilho, Recôncavo
Assinatura e firma de: ISABEL DA SILVA RAMOS KEMMELEIER

Assinatura: 09 de setembro de 2012,
da verificação

Leonardo Menezes
CAD: 13297
Seruência : 1.28
SOL: 134FUNDOS : 5.61
Total

Felipe Oliveira Cidrim - Escrivão

COMMUNICADO DI AOS CLIENTES

1) Serviços Especiais e Treinagem

Nome do Beneficiário	Valor em Reais, com Dólar fixado em 1:660,00
1) Fátima Lúcia	229,53
2) Patrícia Lúcia	229,53
3) Patrícia Lúcia	229,53
4) Patrícia Lúcia	229,53
5) Patrícia Lúcia	229,53
6) Patrícia Lúcia	229,53
7) Patrícia Lúcia	229,53
8) Patrícia Lúcia	229,53
9) Patrícia Lúcia	229,53
10) Patrícia Lúcia	229,53
11) Patrícia Lúcia	229,53
12) Patrícia Lúcia	229,53
13) Patrícia Lúcia	229,53
14) Patrícia Lúcia	229,53
15) Patrícia Lúcia	229,53
16) Patrícia Lúcia	229,53
17) Patrícia Lúcia	229,53
18) Patrícia Lúcia	229,53
19) Patrícia Lúcia	229,53
20) Patrícia Lúcia	229,53
21) Patrícia Lúcia	229,53
22) Patrícia Lúcia	229,53
23) Patrícia Lúcia	229,53
24) Patrícia Lúcia	229,53
25) Patrícia Lúcia	229,53
26) Patrícia Lúcia	229,53
27) Patrícia Lúcia	229,53
28) Patrícia Lúcia	229,53
29) Patrícia Lúcia	229,53
30) Patrícia Lúcia	229,53
31) Patrícia Lúcia	229,53
32) Patrícia Lúcia	229,53
33) Patrícia Lúcia	229,53
34) Patrícia Lúcia	229,53
35) Patrícia Lúcia	229,53
36) Patrícia Lúcia	229,53
37) Patrícia Lúcia	229,53
38) Patrícia Lúcia	229,53
39) Patrícia Lúcia	229,53
40) Patrícia Lúcia	229,53
41) Patrícia Lúcia	229,53
42) Patrícia Lúcia	229,53
43) Patrícia Lúcia	229,53
44) Patrícia Lúcia	229,53
45) Patrícia Lúcia	229,53
46) Patrícia Lúcia	229,53
47) Patrícia Lúcia	229,53
48) Patrícia Lúcia	229,53
49) Patrícia Lúcia	229,53
50) Patrícia Lúcia	229,53
51) Patrícia Lúcia	229,53
52) Patrícia Lúcia	229,53
53) Patrícia Lúcia	229,53
54) Patrícia Lúcia	229,53
55) Patrícia Lúcia	229,53
56) Patrícia Lúcia	229,53
57) Patrícia Lúcia	229,53
58) Patrícia Lúcia	229,53
59) Patrícia Lúcia	229,53
60) Patrícia Lúcia	229,53
61) Patrícia Lúcia	229,53
62) Patrícia Lúcia	229,53
63) Patrícia Lúcia	229,53
64) Patrícia Lúcia	229,53
65) Patrícia Lúcia	229,53
66) Patrícia Lúcia	229,53
67) Patrícia Lúcia	229,53
68) Patrícia Lúcia	229,53
69) Patrícia Lúcia	229,53
70) Patrícia Lúcia	229,53
71) Patrícia Lúcia	229,53
72) Patrícia Lúcia	229,53
73) Patrícia Lúcia	229,53
74) Patrícia Lúcia	229,53
75) Patrícia Lúcia	229,53
76) Patrícia Lúcia	229,53
77) Patrícia Lúcia	229,53
78) Patrícia Lúcia	229,53
79) Patrícia Lúcia	229,53
80) Patrícia Lúcia	229,53
81) Patrícia Lúcia	229,53
82) Patrícia Lúcia	229,53
83) Patrícia Lúcia	229,53
84) Patrícia Lúcia	229,53
85) Patrícia Lúcia	229,53
86) Patrícia Lúcia	229,53
87) Patrícia Lúcia	229,53
88) Patrícia Lúcia	229,53
89) Patrícia Lúcia	229,53
90) Patrícia Lúcia	229,53
91) Patrícia Lúcia	229,53
92) Patrícia Lúcia	229,53
93) Patrícia Lúcia	229,53
94) Patrícia Lúcia	229,53
95) Patrícia Lúcia	229,53
96) Patrícia Lúcia	229,53
97) Patrícia Lúcia	229,53
98) Patrícia Lúcia	229,53
99) Patrícia Lúcia	229,53
100) Patrícia Lúcia	229,53

Indicador	Unidade	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412</
-----------	---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

LOAD MEASUREMENT	NO. OF TESTS	MEAN	STANDARD DEVIATION	COEFFICIENT OF VARIATION
1.00 MEASUREMENT	4	50.35	422.24	84.06
2.00 MEASUREMENT	4	54.75	447.76	81.78
3.00 MEASUREMENT	3	59.25	475.50	80.26
4.00 MEASUREMENT	2	63.50	500.15	78.76
5.00 MEASUREMENT	2	67.75	523.34	77.10
6.00 MEASUREMENT	3	72.00	546.59	75.63
7.00 MEASUREMENT	4	76.25	569.82	74.21
8.00 MEASUREMENT	5	80.50	593.22	72.83

5

1000 JOURNAL OF CLIMATE

do Sistema de Informação em Saúde, 22 (Formação em Meio Grupos do Sul) e 25 (Biotecnologia), 23 (Lecturas e Tópicos em Saúde), 24 (Formação em Meio Grupos do Sul) e 25 (Biotecnologia).

[illegible]

20,000 Minutes - 0.5 s / dB	dB SPL	dB HL
1	2.01	2.01
2	2.01	2.01
3	2.01	2.01
4	2.01	2.01
5	2.01	2.01
6	2.01	2.01
7	2.01	2.01
8	2.01	2.01
9	2.01	2.01
10	2.01	2.01
11	2.01	2.01
12	2.01	2.01
13	2.01	2.01
14	2.01	2.01
15	2.01	2.01

Valores Representados	Quantidade de Unidades Representadas	Valor em R\$
100 Milhões - R\$ 100.000.000,00	1	100.000.000,00
200 Milhões - R\$ 200.000.000,00	2	200.000.000,00
300 Milhões - R\$ 300.000.000,00	3	300.000.000,00
400 Milhões - R\$ 400.000.000,00	4	400.000.000,00
500 Milhões - R\$ 500.000.000,00	5	500.000.000,00
600 Milhões - R\$ 600.000.000,00	6	600.000.000,00
700 Milhões - R\$ 700.000.000,00	7	700.000.000,00
800 Milhões - R\$ 800.000.000,00	8	800.000.000,00
900 Milhões - R\$ 900.000.000,00	9	900.000.000,00
1 Bilhão - R\$ 1.000.000.000,00	10	1.000.000.000,00
2 Bilhões - R\$ 2.000.000.000,00	20	2.000.000.000,00
3 Bilhões - R\$ 3.000.000.000,00	30	3.000.000.000,00
4 Bilhões - R\$ 4.000.000.000,00	40	4.000.000.000,00
5 Bilhões - R\$ 5.000.000.000,00	50	5.000.000.000,00
6 Bilhões - R\$ 6.000.000.000,00	60	6.000.000.000,00
7 Bilhões - R\$ 7.000.000.000,00	70	7.000.000.000,00
8 Bilhões - R\$ 8.000.000.000,00	80	8.000.000.000,00
9 Bilhões - R\$ 9.000.000.000,00	90	9.000.000.000,00
10 Bilhões - R\$ 10.000.000.000,00	100	10.000.000.000,00
100 Bilhões - R\$ 100.000.000.000,00	100	100.000.000.000,00
200 Bilhões - R\$ 200.000.000.000,00	200	200.000.000.000,00
300 Bilhões - R\$ 300.000.000.000,00	300	300.000.000.000,00
400 Bilhões - R\$ 400.000.000.000,00	400	400.000.000.000,00
500 Bilhões - R\$ 500.000.000.000,00	500	500.000.000.000,00
600 Bilhões - R\$ 600.000.000.000,00	600	600.000.000.000,00
700 Bilhões - R\$ 700.000.000.000,00	700	700.000.000.000,00
800 Bilhões - R\$ 800.000.000.000,00	800	800.000.000.000,00
900 Bilhões - R\$ 900.000.000.000,00	900	900.000.000.000,00
1 Trilhão - R\$ 1.000.000.000.000,00	1.000	1.000.000.000.000,00
2 Trilhões - R\$ 2.000.000.000.000,00	2.000	2.000.000.000.000,00
3 Trilhões - R\$ 3.000.000.000.000,00	3.000	3.000.000.000.000,00
4 Trilhões - R\$ 4.000.000.000.000,00	4.000	4.000.000.000.000,00
5 Trilhões - R\$ 5.000.000.000.000,00	5.000	5.000.000.000.000,00
6 Trilhões - R\$ 6.000.000.000.000,00	6.000	6.000.000.000.000,00
7 Trilhões - R\$ 7.000.000.000.000,00	7.000	7.000.000.000.000,00
8 Trilhões - R\$ 8.000.000.000.000,00	8.000	8.000.000.000.000,00
9 Trilhões - R\$ 9.000.000.000.000,00	9.000	9.000.000.000.000,00
10 Trilhões - R\$ 10.000.000.000.000,00	10.000	10.000.000.000.000,00
100 Trilhões - R\$ 100.000.000.000.000,00	100.000	100.000.000.000.000,00
200 Trilhões - R\$ 200.000.000.000.000,00	200.000	200.000.000.000.000,00
300 Trilhões - R\$ 300.000.000.000.000,00	300.000	300.000.000.000.000,00
400 Trilhões - R\$ 400.000.000.000.000,00	400.000	400.000.000.000.000,00
500 Trilhões - R\$ 500.000.000.000.000,00	500.000	500.000.000.000.000,00
600 Trilhões - R\$ 600.000.000.000.000,00	600.000	600.000.000.000.000,00
700 Trilhões - R\$ 700.000.000.000.000,00	700.000	700.000.000.000.000,00
800 Trilhões - R\$ 800.000.000.000.000,00	800.000	800.000.000.000.000,00
900 Trilhões - R\$ 900.000.000.000.000,00	900.000	900.000.000.000.000,00
1 Quadrilhão - R\$ 1.000.000.000.000.000,00	1.000.000	1.000.000.000.000.000,00
2 Quadrilhões - R\$ 2.000.000.000.000.000,00	2.000.000	2.000.000.000.000.000,00
3 Quadrilhões - R\$ 3.000.000.000.000.000,00	3.000.000	3.000.000.000.000.000,00
4 Quadrilhões - R\$ 4.000.000.000.000.000,00	4.000.000	4.000.000.000.000.000,00
5 Quadrilhões - R\$ 5.000.000.000.000.000,00	5.000.000	5.000.000.000.000.000,00
6 Quadrilhões - R\$ 6.000.000.000.000.000,00	6.000.000	6.000.000.000.000.000,00
7 Quadrilhões - R\$ 7.000.000.000.000.000,00	7.000.00	

CODE	NAME	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

[illegible]

	7	6	5	4	3	2	1
10000 Mphree - PMS # 50	756.95	515.31	867.15	550.55	815.47	514.79	814.79
	833.43	571.22	754.92	772.21	781.06	781.06	781.06
	729.98	530.11	619.28	633.49	633.49	633.49	633.49
	730.51	638.46	710.20	730.51	730.51	730.51	730.51
	823.178	672.71	581.05	581.05	581.05	581.05	581.05
	820.848	681.72	681.72	681.72	681.72	681.72	681.72
	862.53	641.30	531.78	531.78	531.78	531.78	531.78

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
35,000 Miles Per Year	14,182	462.33	449.79	444.92	442.37	440.90	439.40	437.89	436.37	434.84	433.30
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	442.37	440.90	439.40	437.89	436.37	434.84	433.30	431.75	430.20	428.64	427.08
	433.30	431.75	430.20	428.64	427.08	425.51	423.94	422.36	420.78	419.19	417.60
	427.08	425.51	423.94	422.36	420.78	419.19	417.60	415.99	414.38	412.76	411.14
	411.14	409.52	407.89	406.26	404.62	402.98	401.34	399.69	398.04	396.39	394.73
	394.73	393.07	391.41	389.74	388.07	386.40	384.73	383.05	381.37	379.69	378.01
	378.01	376.33	374.64	372.95	371.26	369.56	367.86	366.16	364.45	362.74	361.03
	361.03	359.32	357.61	355.89	354.17	352.45	350.72	349.00	347.27	345.54	343.81
	343.81	342.08	340.34	338.60	336.85	335.11	333.36	331.61	329.86	328.11	326.35
	326.35	324.60	322.85	321.09	319.33	317.57	315.81	314.04	312.28	310.51	308.74
	308.74	306.97	305.20	303.43	301.65	299.87	298.09	296.31	294.52	292.74	290.95
	290.95	289.16	287.37	285.58	283.78	281.98	280.18	278.37	276.57	274.76	272.95
	272.95	271.14	269.33	267.52	265.70	263.89	262.07	260.25	258.43	256.61	254.79
	254.79	252.96	251.13	249.30	247.47	245.63	243.79	241.95	240.11	238.27	236.43
	236.43	234.58	232.73	230.88	229.03	227.18	225.32	223.47	221.61	219.76	217.90
	217.90	216.04	214.18	212.32	210.46	208.59	206.73	204.86	202.99	201.12	199.25
	199.25	197.38	195.51	193.64	191.76	189.88	188.00	186.12	184.24	182.35	180.47
	180.47	178.58	176.69	174.79	172.89	171.00	169.10	167.20	165.29	163.38	161.47
	161.47	159.56	157.65	155.74	153.82	151.91	150.00	148.08	146.16	144.24	142.32
	142.32	140.40	138.48	136.55	134.63	132.70	130.77	128.84	126.91	124.97	123.04
	123.04	121.11	119.18	117.24	115.31	113.37	111.43	109.49	107.55	105.61	103.67
	103.67	101.72	99.77	97.82	95.87	93.92	91.97	90.02	88.07	86.12	84.17
	84.17	82.22	80.27	78.31	76.36	74.40	72.45	70.49	68.53	66.58	64.62
	64.62	62.66	60.70	58.74	56.78	54.82	52.86	50.90	48.94	46.98	45.02
	45.02	43.06	41.10	39.14	37.18	35.22	33.26	31.29	29.33	27.37	25.41
	25.41	23.45	21.49	19.53	17.57	15.61	13.65	11.69	9.73	7.77	5.81
	5.81	3.85	1.89	-0.07	-2.11	-4.15	-6.19	-8.23	-10.27	-12.31	-14.35
	-14.35	-16.39	-18.43	-20.47	-22.51	-24.55					

[illegible]

TAPCA
TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

INVEST
 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 CNPJ 07.895.877/0001-30 - NIRE 333.1037645-3
 COMPANHIA ABERTA

[illegible]

19. O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, em 2008, o Parecer nº 12/2008, que estabelece as diretrizes curriculares para o ensino de História. De acordo com o parecer, o ensino de História deve ser organizado em torno de eixos temáticos, que devem ser abordados de forma integrada e interdisciplinar. Um dos eixos temáticos é o "Brasil: formação e desenvolvimento", que abrange a história do Brasil desde a colonização até o presente. De acordo com o parecer, o ensino de História deve ser organizado em torno de eixos temáticos, que devem ser abordados de forma integrada e interdisciplinar. Um dos eixos temáticos é o "Brasil: formação e desenvolvimento", que abrange a história do Brasil desde a colonização até o presente.

Procuradoria
do Estado do Rio
Grande do Sul
Rua da Assembleia
150 - 91020-000
Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3085-1000
Fax: (51) 3085-1001
E-mail: procuradoria@rs.gov.br
Site: www.rs.gov.br

[illegible][illegible][illegible][illegible]

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

COMUNICADO AOS CLIENTES

[illegible]

Plano Alimentar	Carb.	Índice de Massa Corporal (IMC) médio	Índice de Massa Corporal (IMC) mínimo	Índice de Massa Corporal (IMC) máximo
Plano Alimentar 1	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 2	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 3	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 4	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 5	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 6	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 7	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 8	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 9	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 10	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 11	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 12	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 13	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 14	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 15	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 16	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 17	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 18	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 19	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 20	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 21	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 22	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 23	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 24	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 25	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 26	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 27	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 28	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 29	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 30	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 31	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 32	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 33	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 34	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 35	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 36	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 37	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 38	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 39	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 40	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 41	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 42	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 43	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 44	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 45	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 46	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 47	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 48	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 49	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 50	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 51	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 52	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 53	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 54	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 55	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 56	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 57	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 58	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 59	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 60	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 61	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 62	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 63	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 64	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 65	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 66	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 67	100	21,6	19,0	24,2
Plano Alimentar 68	100	21,6	19,0	24,2

[illegible]

Adjusted R Squared	211.44	250.78	211.44	202.79
VC1: NN (Daily)	1.65259	1.08716	1.65259	1.19941
VC1: NN (Daily)	0.71181	0.71802	0.71761	0.83638
VC1: NN (Daily)	1.00331	1.00606	1.00560	1.06227
VC1: NN (Daily)	0.25968	0.27254	0.27380	0.26533

28. Os sinais acima estão em fluxos, com muitas setas e são perigosos, porque os dois sinais à esquerda indicam o sentido da circulação. Esse problema não tem solução satisfatória por parte do SPT, visto que não há a possibilidade de se colocar um sinal público alternativo.

29. Os sinais acima das placas devem, não só indicar, mas também, proporcionar, informações.

Empresas Infraestrutura

Entrada da Cosan, que aguarda aprovação da Arsesp, trará maior competitividade ao setor

Petrobras limita expansão em São Paulo

Mônica Seagrammazzo
De São Paulo

O mercado de gás canalizado no Estado de São Paulo ganhará novo rumo com a entrada da Cosan nesse segmento, após a compra dos 60,1% da Cosgas, que pertenciam à britânica BCI. Com malha atual de quase 112 mil quilômetros de gasoduto no Estado, explorada por três concessionárias — que incluem a Gas Brasileira, controlada pela Petrobras, e a Gas Natural Petrol, de capital espanhol — a expectativa de investimentos para expansão do atual malha é grande, podendo mais do que dobrar, mas a oferta limitada de gás natural no país é a principal barreira para o crescimento desse segmento.

A Petrobras, principal fornecedora de gás natural no país, não deverá elevar no curto prazo sua oferta de matéria-prima para as concessionárias, uma vez que a prioridade da estatal é alavancar o pré-sal, afirma fontes da estatal, ouvidas pelo Valor. A estatal, que tem participação em empre-sas de distribuição de gás canalizado na maioria dos Estados brasileiros, está com dificuldade para cumprir suas metas de expansão, afirmaram fontes do setor. Procuradas, a Petrobras e sua controladora, a Gaz Brasiliano, não comentaram o assunto.

Em entrevista ao Valor, Silvia Calou, presidente da Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo), reconhece que a limitação de oferta de matéria-prima é um dos principais entraves para a expansão de gás do Estado e que os preços não são competitivos — a Petrobras tira as regras,

No mercado, a expectativa é de que a Arsesp aprove nestes meses a mudança do controle de concessão da Cosgas — da BCI para a Cosan. Desde maio, quando a operação foi anunciada, a Cosgas — a maior distribuidora de gás canalizado do país — vive em uma espécie de "limbo". "A Cosan não pode assumir porque a aquisição ainda não foi aprovada pela Arsesp e a BCI já não se sente mais dona do negócio", afirma Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CIBI).

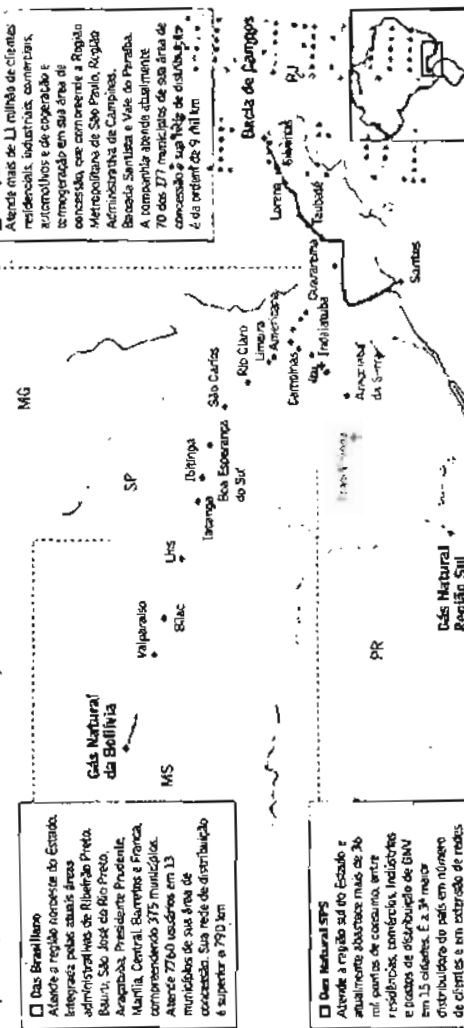
A entrada da Cosan dará uma dimensão maior a esse mercado, que está nas mãos da Petrobras, de acordo com Pires. "A estatal está em desacordo com todos os Estados como distribuidor e não tem feito grandes investimentos em expansão. A Cosan é a única empresa brasileira que poderia deslutar o monopólio da Petrobras e tentar forçar um diálogo com o governo na busca de um outro fornecedor".

Caetano, Silva Calou evita comentar a entrada da Cosan nesse setor, uma vez que a operação ainda está sob análise da agência reguladora. Já o fato de a Petrobras atuar em todos os elos da cadeia também não intimida a gestora. Ela explicou que há todo um cuidado para que a estatal não faça nenhuma ação discriminatória por conta da verticalização do negócio. "Se, por exemplo, eu tenho contratos e eles [Petrobras] apresentam perdas, mereço suas ações. Nós podemos dizer que não há problema de a Petrobras ser a dona do Gas Brasiliano", disse.

O Estado de São Paulo é considerado "inferno" nesse segmento. Na área onde a Cosgas atua, que compõe cerca de 1 milhão de metros

Expansão limitada

Mapa do Estado de São Paulo com a área de atuação das três concessionárias*



Arsesp força Gas Natural a investir

De São Paulo

A Gas Natural Petrol assinou em julho um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual se compromete a fazer investimentos para expansão de rede na região de Taubaté (SP), informou a Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo). Segundo a agência, como a companhia não cumpriu a meta



poliana de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, a malha de gasoduto saiu de 3.000 quilômetros, quando foi privatizada em 1999, para cerca de 9 mil quilômetros. Em 2011, o volume de gás comercializado totalizou 4,8 bilhões de metros cúbicos, um aumento de 3,8% sobre 2010. Nesse total está excluído o gás destinado à termogeração. O ciclo de expansão da companhia prevê investimento de 2010 a 2014, de R\$ 2,08 bilhões. Do total, o BNDES aprovou financiamento no valor de R\$ 1,135 bilhão, que será usado na expansão da rede de distribuição de gás natural entre 2012 e 2014. O Valor apurou que os novos gestores querem focar na expansão da rede residencial na região metropolitana de São Paulo e elevar os



Empresas: Indústria

Siderurgia Filial brasileira terá um aporte de US\$ 30 milhões da múlti

CDW investe para ampliar a Brasmetal

Vanessa Drexler
De São Paulo

Para enfrentar a retração do mercado global de produtos siderúrgicos, a multinacional alemã de laminação de aço CDW Weidholz (CDW) está focando sua estratégia nos mercados em crescimento e vai investir US\$ 30 milhões na unidade industrial de Diadema, na região metropolitana de São Paulo.

A companhia — que assumiu o controle da brasileira Brasmetal no início do ano passado — vai expandir a unidade, com capacidade atual de 100 mil toneladas de aço por ano, para 120 mil toneladas por ano. Os recursos, provenientes da matriz e do mercado, serão desembolsados ao longo de três a cinco anos.

"O foco da empresa é crescer no mercado doméstico. Esperamos que o setor automobilístico avance e queremos atendê-lo", afirmou ao Valor Rainer Thiele, presidente da subsidiária da alemã no Brasil, a Brasmetal Weidholz (BW).

Recente chegada ao país, o executivo assumiu o comando no Brasil com a missão de colaborar para a estratégia de internacionalização da companhia. Com as

economias maduras em expansão de espera, atingidas pela crise, os negócios no Brasil representam o pontapé inicial para a expansão internacional da companhia, que hoje tem — além dos negócios brasileiros — nove filiais, nos EUA, China, Alemanha, Áustria e França.

O mercado de autopeças e de duas rodas responde em 10%, juntos, por mais de 60% da receita da empresa no país. A área agrícola representa 15% dos resultados, enquanto o setor industrial e outros ficam com o restante.

A especialidade da companhia é receber bobinas e chapas das siderúrgicas e relaminá-las de acordo com as exigências dos clientes. Com 85% da capacidade de produção utilizada em Diadema, BW hoje tem uma participação de mercado de cerca de 40%. Com a expansão, a ideia é que essa participação cresça. Hoje, o mercado brasileiro de relaminados soma 200 mil toneladas por ano, segundo dados da própria empresa. O país serve ainda como uma plataforma de exportações para a América Central, América do Sul e México. Das vendas 15% vão para o exterior. Conquistar o mercado nacional



Esperamos que o setor automobilístico cresça", diz Thiele, presidente da BW

2010 ficou em US\$ 976 milhões. Quase 80% desses resultados vêm da Europa, enquanto os EUA representam 4%, a Ásia soma 3% e a América Latina 15% dos números. "O mercado na Europa está estagnado", explicou Thiele. "Para os emergentes, estamos trazendo novas tecnologias e queremos ganhar competitividade", completou o executivo.

A CDW está no Brasil desde a década de 70, com participação de 49% na Brasmetal. No ano passado, o grupo comprou as ações ordinárias do órgão brasileiro, a família Souza Vidigal,

Besins Healthcare tem plano para crescer no Brasil

Farmacêutica

Mônica Szaramuzo
De São Paulo

A farmacêutica franco-belga Besins Healthcare, especializada em hormônios para saúde feminina e masculina, quer ampliar sua participação no Brasil. Com investimentos de R\$ 1,5 milhão, a companhia construiu um laboratório para qualificar seus produtos que chegam ao país, uma exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O Brasil será a sede da companhia na América Latina — a mer-belga está lançando, neste mês, o grupo europeu. No entanto, a empresa não pretende ter fábrica própria no país. Com duas unidades em operação — uma na França e outra na Bélgica — e uma terceira em processo de aprovação na Índia, a companhia, fundada em 1885, é líder global dos mercados de progesterona micronizada, com 32% de participação, e de testosterona com 60%. Esses dois produtos, juntos, movimentam no mercado internacional € 2,166 bilhões — a testosterona responde por 65% deste total, de acordo com dados da consultoria IMS. Em 2011, a Besins registrou faturamento de € 1,15 bilhão.

A frente dos negócios no Brasil e na América Latina, a executiva Laurena Magrini, diretora geral da companhia, afirmou ao Valor que pretende triplicar a partici-

pação dos produtos da companhia no Brasil para os próximos cinco anos. No país, dois produtos do grupo já são distribuídos pela laboratório nacional Lagraquímica, por meio de um acordo comercial entre as duas empresas. A multinacional submete esses dois produtos — Oestrone Urogestan — para novo registro da Anvisa para embasar a fazer a distribuição pela Besins.

De acordo com a executiva, a farmacêutica quer consolidar seus produtos no país, com a marca Besins Healthcare, lançando, no segmento, 3 "empresas". A francesa está lançando, neste mês, o suplemento alimentar Ogestan Plus, que vai ser comercializado diretamente pela Besins. Esse produto já está presente em países da Europa e nos Estados Unidos, onde a companhia possui seu centro de pesquisa e desenvolvimento (R&D). Esse segmento de suplementos, nos quais se enquadram os óxidos 3, movimentou cerca de R\$ 65 milhões por ano no país.

A companhia começou a prospectar sua entrada no mercado brasileiro em 2010. Três anos depois, o grupo decidiu que queria avançar nos países do Bric.

Com formação em farmácia e biotecnologia a parábana Laurena, com 25 anos de experiência no setor, foi convidada há dois anos para a companhia a comandar a operação no país. Antes, passou pela Novo Nordisk e Pharmacia.

Pharma

Brasil Pharma S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 11.365.600/0001-11 - RFB nº 02.302.374-197

Inscrição Estadual nº 13.000.000-11 - Inscrição Municipal nº 13.000.000-11 - Inscrição Federal nº 13.000.000-11



161

DI JULIUS AUTO POSTO LTDA (uma pessoa que recebeu do Instituto Estadual do Ambiente, INEA, a LICENÇA DE OPERAÇÃO E RECUPERAÇÃO LOR Nº 10705866, com validade até 20 de agosto de 2016, para operar posto de abastecimento de combustíveis líquidos a Gás), incluindo os serviços de lavagem e troca de óleo de veículos, em concomitância com o fornecimento de água quente do solo raso que subsistem, na ESTRADA MARECHAL ALENCASTRO, 4.111 - ANCHIETA, município do MO DE JANEIRO. (Processo Nº E-977/004702003)

Mesquita, 889 - Andaraí - Rio de Janeiro/RJ, torna pública o relatório mensal dos alunos concluintes do Curso de Ensino Médio - Formação Geral em 2011: Anderson Leite de Almeida, Bruno Augusto de Faria, Felipe de Jesus Lages Alves, Gerson Ramos Macielino, Guilherme de Jesus Figueiredo, Lucas Farias, Luciano Rangel Lima, Marcella Quintana Santos de Andrade, Mariana Bello da Mota de Melo, João Pedro Brito Fontes, Marcelo Babiano Cavalcanti Junior, Matheus Lopes Figueiredo, Rodrigo Gabriel Silva de Oliveira, Thiago de Sousa Mendonça. Diretores: Maria Luiza Rufino Alves, Reg. nº 010086AUF, Secretários: Marina Belchior, Reg. nº 00290-SECCURF, Professores Intervenientes: Elizabeth Maria de Souza Galvão, Reg. nº 0054743-4 - DRYAN.

[illegible]

ANEXO C – ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Capítulo I – Nome, Prazo de Duração, Sede e Objeto

Artigo 1º. A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e suas alterações posteriores (“Lei das Sociedades por Ações”).

Parágrafo Primeiro – Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa, da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 2”).

Parágrafo Segundo - As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Praça Quinze de Novembro, 20, 10º andar, salas 1002 e 1003, Centro, na Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social, podendo praticar todas as atividades que sejam necessárias à sua consecução:

- (i) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), identificadas conjuntamente como INTERLIGAÇÃO NORTE SUL II, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Anexo 07 C do Edital de Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (“ANEEL”) nº 02/2000, consistentes (i) na Linha de Transmissão 500 kV entre as subestações Samambaia e Imperatriz, com extensão aproximada de 1.260 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Imperatriz; (ii) nas subestações Samambaia, Serra da Mesa, Gurupi, Miracema, Colinas e Imperatriz; (iii) nas respectivas Entradas de Linha, Interligações de Barra e demais instalações necessárias às funções de medição, operação, supervisão, proteção,

comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, bem como (iv) em eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente;

- (ii) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), identificadas conjuntamente como INTERLIGAÇÃO SUDESTE NORDESTE, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Anexo 07 C do Edital de Leilão da ANEEL nº 02/2000, consistentes (i) na Linha de Transmissão 500 kV entre as subestações Serra da Mesa, Rio das Éguas (Correntina), Bom Jesus da Lapa II, Ibicoara (Mucugê) e Sapeaçu (Governador Mangabeira II), com extensão aproximada de 1.050 km, com origem na subestação 500 kV Serra da Mesa e término na subestação 500 kV Sapeaçu; (ii) nas subestações Rio das Éguas (Correntina) – 500 kV, Bom Jesus da Lapa II – 500/230 kV, Ibicoara (Mucugê) – 500 kV, Sapeaçu (Governador Mangabeira II) – 500/230 kV; (iii) nas instalações de Entrada de Linha em 500 kV na subestação Serra da Mesa; (iv) no seccionamento das três Linhas em 230 kV Governador Mangabeira – Funil de propriedade da CHESF, incluindo a construção dos seis trechos de Linha de 230 kV, para conexão com a nova subestação 500/230 kV Sapeaçu (Governador Mangabeira II); (v) em duas interligações em 230 kV entre a subestação de Bom Jesus da Lapa II; (vi) nas respectivas Entradas de Linha, Interligações de Barra e demais instalações necessárias às funções de medição, operação, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, bem como (vii) em eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente;
- (iii) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Taquaruçú-Assis e Assis-Sumaré, em 440 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado de São Paulo, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 007/1999 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 40/2000 – ANEEL, firmado entre a sociedade incorporada pela Companhia, a ETEO-Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A., e a ANEEL;
- (iv) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Goianinha-Mussurú, em 230 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas nos Estados de Pernambuco e Paraíba, de acordo com os requisitos técnicos

presentes no Edital de Concorrência Pública nº 003/2001 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 001/2002 – ANEEL;

- (v) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Paraíso-Açu, em 230 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado do Rio Grande do Norte, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 003/2001 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 87/2002 – ANEEL;
- (vi) Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão Camaçari II-Sapeaçu, em 500 kV, e instalações vinculadas, incluindo eventuais futuras ampliações ou expansões que forem determinadas pela ANEEL ou por outro órgão concedente, localizadas no Estado da Bahia, de acordo com os requisitos técnicos presentes no Edital de Concorrência Pública nº 001/2003 da ANEEL e nos termos do Contrato de Concessão nº 006/2004 – ANEEL.
- (vii) Operar e explorar outras concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, incluindo as atividades de implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), conforme especificado nos Editais de Leilão publicados pela ANEEL, ou na forma estipulada pelo Poder Concedente. Para tal fim a Companhia poderá participar de concorrências, isoladamente ou na forma de consórcio, e/ou adquirir participações majoritárias ou minoritárias no capital de outras sociedades concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, na forma prevista em lei;
- (viii) Tendo em vista a realização dos objetos previstos nos incisos (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi) e (vii), a Companhia promoverá o estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras, prestando os relativos serviços que poderão incluir as atividades de transformação e transmissão de energia elétrica;
- (ix) Realizar estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;
- (x) Realizar estudos e análises químicas em materiais e equipamentos relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo,

mas não se limitando a estudos e análises químicas em materiais como papel, cobre, óleo e gás;

- (xi) Executar serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo nesse rol os respectivos serviços auxiliares;
- (xii) Alugar, emprestar ou ceder onerosamente equipamentos, infra-estruturas e instalações relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;
- (xiii) Oferecer suporte técnico no setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos;
- (xiv) Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências empregados;
- (xv) Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para a obtenção do objeto social; e
- (xvi) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único - Afora as atividades mencionadas, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos contratados, poderá a Companhia, ainda, promover a implementação de projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Capítulo II – Capital Social e Ações

Artigo 4º. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 3.067.535.193,28 (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil, cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), dividido em 344.498.907 (trezentas e quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e oito mil e novecentas e sete) ações, sendo 230.517.711 (duzentas e trinta milhões, quinhentas e dezessete mil e setecentas e onze) ações ordinárias e 113.981.196 (cento e treze

milhões, novecentas e oitenta e uma mil e cento e noventa e seis) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais), com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo. O aumento de capital da Companhia com emissão de ações pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo previsto em lei, bem como observando-se o disposto no Artigo 47 deste Estatuto Social.

Artigo 5º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

Artigo 6º. As ações preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto quanto às matérias especificadas no Parágrafo Primeiro abaixo, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens:

- (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;
- (b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária;
- e
- (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

Parágrafo Primeiro. As ações preferenciais emitidas terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
- (b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;

- (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
- (d) escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
- (e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Parágrafo Segundo. Além das preferências e vantagens acima indicadas, a Assembleia Geral que deliberar a emissão das ações preferenciais poderá atribuir-lhes preferências e vantagens adicionais.

Parágrafo Terceiro. Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

Artigo 7º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º. Todas as ações da Companhia são escriturais, nominativas, mantidas em conta de depósito, junto à instituição financeira autorizada, em nome de seus titulares.

Parágrafo Único. O custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais, poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

Artigo 9º. Na proporção das ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para subscrição de novas ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações.

Parágrafo Único. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, inclusive ações a serem representadas por Units (conforme definido no Artigo 45 deste Estatuto Social), debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta de ações, em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

Artigo 11. As Assembleias Gerais de Acionistas, Ordinárias ou Extraordinárias, serão convocadas na forma da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto Social e serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por pessoa escolhida pelo Presidente.

Parágrafo Primeiro. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, o Presidente da mesa será escolhido pela maioria simples dos acionistas presentes à Assembleia, sendo secretariada por um dos acionistas presentes, de livre escolha do Presidente.

Parágrafo Segundo. Sem prejuízo do disposto no Artigo 123, parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral deve ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Terceiro. A ata da Assembleia Geral será arquivada no Registro do Comércio e publicada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de sua realização.

Parágrafo Quarto. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes dos respectivos editais de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Na Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade, comprovante de sua respectiva participação acionária, expedido pela instituição escrituradora.

Artigo 12. As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, exceção feita aos casos em que a regulamentação aplicável exigir *quorum* diferente, e às deliberações com relação às matérias mencionadas no parágrafo

segundo abaixo, que somente serão aprovadas com o voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da Companhia.

Parágrafo Primeiro. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre:

I - a aprovação de quaisquer modificações do Estatuto Social da Companhia;

II - quaisquer reduções ou aumentos do capital social da Companhia, exceto conforme previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social, e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia;

III - a emissão de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários pela Companhia, pública ou privadamente, exceto pelas emissões decorrentes do artigo 4º, parágrafo 1º, deste Estatuto Social, de competência do Conselho de Administração, bem como a celebração de acordos, a outorga de opção de compra pela Companhia de quaisquer documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários ou a outorga de quaisquer direitos a terceiros (ou qualquer modificação subsequente dos mesmos), que possa dar direito ao proprietário ou ao beneficiário de subscrever ou adquirir documentos, títulos, bônus de subscrição, ações ou outros valores mobiliários integrantes do patrimônio da Companhia ou de emissão da Companhia;

IV - a aprovação (a) das demonstrações financeiras anuais da Companhia, (b) da mudança de critérios contábeis, (c) do relatório anual da administração; e, (d) da destinação do resultado do exercício;

V – eleição ou destituição de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

VI - aprovação e modificação dos regimentos internos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

VII - a determinação ou modificação da política de dividendos da Companhia, bem como a distribuição de quaisquer dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;

VIII – a aprovação da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria e da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, bem como a distribuição de lucros e resultados;

IX – a aprovação do cancelamento do registro de companhia aberta;

X – a aprovação da descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2;

XI – a escolha da empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2;

XII – a incorporação de ações pela Companhia;

XIII - a transformação da Companhia em qualquer outro tipo societário, bem como a participação da Companhia em qualquer outra forma de reorganização societária e/ou a reestruturação de ativos, negócios ou atividades da Companhia;

XIV - o início pela Companhia de qualquer processo voluntário buscando amparo na lei de falência ou lei similar, bem como a nomeação de liquidante ou síndico; e

XV - a associação da Companhia, sob qualquer forma, com outras sociedades, inclusive a realização de um empreendimento conjunto ou de consórcio, bem como a criação de subsidiária integral ou aquisição de controle ou de participação societária em outras sociedades, consórcios, associações e parcerias, bem como a criação de grupos de sociedades ou a participação da Companhia em grupos de sociedades, ressalvadas as ações em estrito cumprimento a compromissos vigentes anteriormente assumidos.

Parágrafo Segundo. A aprovação das matérias abaixo depende do voto afirmativo dos acionistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das ações com direito a voto da Companhia, sem prejuízo das demais matérias previstas no Artigo 136 da Lei das S.A.:

I - a aprovação de quaisquer modificações no objeto social da Companhia;

II - a fusão, cisão ou sua incorporação em outra; e

III - a dissolução da Companhia.

Capítulo IV – Administração da Companhia

Seção I – Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo nos livros das Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, dispensada garantia de gestão, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, a posse dos administradores nos respectivos cargos será condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, exceto se de outra forma deliberado pela Assembleia Geral.

Seção II – Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, residentes ou não no País, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro. Após a eleição dos membros do Conselho de Administração, o Presidente de referido órgão será escolhido entre os membros eleitos, devendo ser observado que os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Superintendente Geral não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. O Presidente do Conselho de Administração será responsável pela convocação e pela presidência das reuniões do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. De acordo com o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, no mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

Parágrafo Terceiro. Para fins deste Estatuto Social, Conselheiro Independente é aquele que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não é Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não é ou não foi, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou Diretor da

Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, Parágrafos Quarto e Quinto e artigo 239 da Lei das Sociedades por Ações. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da Assembleia Geral que o eleger.

Artigo 16. Qualquer membro do Conselho de Administração terá o direito de ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro do Conselho de Administração por ele apontado como substituto, desde que (i) o substituto tenha sido indicado pelo mesmo acionista que houver indicado o substituído, e (ii) tenham sido outorgados ao substituto poderes para a representação do substituído.

Parágrafo Único. Em caso de vacância no cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, suas funções serão exercidas por outro membro que tiver sido indicado pelo mesmo acionista que teve seu cargo no Conselho de Administração vago, sendo que, na primeira Assembleia Geral a se realizar após o evento, tal acionista terá o direito de indicar o membro substituto.

Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, ordinariamente, 1(uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada (i) na forma da lei; (ii) pelo Presidente do Conselho de Administração e (iii) por quaisquer de 2 (dois) de seus membros, com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis antes da data fixada para a reunião, em primeira convocação, e até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a reunião em segunda convocação, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, sempre que o interesse social assim exigir.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas neste Artigo 17, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração em exercício.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 8 (oito) membros ou sem segunda convocação com a presença de, pelo menos, 7 (sete) membros.

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião.

Parágrafo Primeiro. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros, física e remotamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que tenham se manifestado na forma do Artigo 18 *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo. Serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de realização da reunião do Conselho de Administração, as respectivas atas das reuniões que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes, exceção feita às deliberações com relação às matérias abaixo relacionadas, que dependerão, para sua implementação, da aprovação de, no mínimo, 9 (nove) membros do Conselho de Administração da Companhia:

I - a aprovação: (a) ao final do exercício social imediatamente anterior, do plano plurianual de negócios, compreendendo um período de 5 (cinco) anos, e do orçamento anual da Companhia para o exercício seguinte, o qual deverá compreender, entre outros, em bases anuais, no caso do plano plurianual de negócios e em bases mensais, no caso do orçamento anual: (i) as receitas, custos e despesas, (ii) os planos de investimentos de capital, (iii) as captações e amortizações de financiamentos, (iv) os dividendos e/ou juros sobre capital próprio, (v) os movimentos estratégicos; e, (vi) os programas de manutenção de suas instalações; e, (b) das modificações do plano plurianual de negócios e do orçamento anual, observando-se que a não aprovação do plano plurianual de negócios, a partir do exercício de 2009 (inclusive), implicará na adoção provisória, até a solução do impasse, da previsão de orçamento anual para cada exercício (cujo plano plurianual de negócios não tenha sido aprovado) contidos no plano plurianual de negócios que tenha sido aprovado pelos acionistas, cujos valores serão corrigidos, para esse efeito, pela variação do IGPM/FGV;

II - quaisquer aumentos do capital social da Companhia e as condições, critérios e prazos para subscrição e integralização de quaisquer aumentos do capital social da Companhia, dentro do capital autorizado, previsto no artigo 4º, parágrafo primeiro, deste Estatuto Social;

III - a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

IV - a celebração, alteração, modificação, rescisão ou renovação de contratos de concessão ou permissão pela Companhia;

V - a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia, bem como a concessão de garantias que exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

VI - a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição, em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea, excedam o valor equivalente a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VII - a concessão de garantia de qualquer natureza e/ou a assunção de obrigações em nome ou em benefício de terceiros e/ou de qualquer dos acionistas ou qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, seja parte relacionada a qualquer dos acionistas, qualquer que seja o valor;

VIII - a celebração, pela Companhia, de quaisquer acordos, negócios ou associações comerciais ou arranjos de qualquer natureza e a celebração de quaisquer contratos ou acordos (e quaisquer subsequentes modificações dos mesmos) com partes relacionadas, e a resolução dos mesmos pela Companhia, qualquer que seja o valor;

IX – a atribuição e delegação de poderes adicionais à Diretoria da Companhia;

X – a eleição e destituição da Diretoria da Companhia;

XI - a abertura e estabelecimento de filiais, escritórios, postos de serviço, agências ou depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos da atividade da Companhia;

XII – a distribuição da remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

XIII – a autorização à aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;

XIV – as declarações de voto em quaisquer assembleias gerais de qualquer sociedade da qual a Companhia seja acionista, bem como a orientação de voto em quaisquer reuniões dos conselhos de administração das tais sociedades, sendo que, ainda no âmbito de tais sociedades, não dependerão de declaração ou orientação de voto do Conselho de Administração da Companhia quaisquer deliberações envolvendo as matérias previstas nos itens III, V e VI do artigo 19 deste Estatuto Social quando o valor envolvido for inferior ao montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, valor esse que será atualizado no início de cada exercício social pela variação acumulada a partir de 1º de janeiro de 2011 pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M);

XV – a instituição de Comitês com funções técnicas e/ou consultivas, tais como Comitês de Remuneração e Auditoria da Companhia, sendo sua competência definir atribuições, especificidades com relação às deliberações e eleger os membros que comporão esses Comitês; e

XVI – a manifestação favorável ou contrária a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

Artigo 20 – Além das matérias elencadas no Artigo 19 acima, que dependem de *quorum* qualificado para a sua aprovação e, sem prejuízo das demais competências previstas em lei, caberá ao Conselho de Administração, pelo voto afirmativo da maioria absoluta dos conselheiros presentes:

I – a escolha e a destituição de auditores independentes da Companhia;

II – a deliberação sobre o pedido de licença temporária de Diretores Superintendentes e a designação de seu(s) substituto(s), que cumulará(ão) interinamente as funções do substituído(s);

III – a aprovação do Código de Ética da Companhia;

IV – a definição do regimento interno da Companhia; e

V – a fixação da lista tríplice de instituições a ser apresentada à Assembleia Geral para preparação do laudo de avaliação das ações da Companhia, para fins de saída do Nível 2 e cancelamento de registro de companhia aberta, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social.

Seção III – Diretoria

Artigo 21. A Diretoria será composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Superintendente Geral, um Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor Superintendente Técnico, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 3 (três) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para o cargo de Diretor Superintendente.

Parágrafo Segundo. O Diretor Superintendente Geral prestará contas de seus atos ao Conselho de Administração. Os demais Diretores Superintendentes prestarão contas de seus atos ao Diretor Superintendente Geral, sujeitos, ainda, à fiscalização pelo Conselho de Administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Não obstante outras disposições na legislação aplicável, todo e qualquer membro da Diretoria da Companhia será destituído e substituído pelo Conselho de Administração da Companhia, a qualquer tempo, desde que fique caracterizado que tal membro da Diretoria da Companhia: (a) deixou de empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que um indivíduo deve empregar na administração dos seus próprios negócios; (b) pautou sua conduta em desacordo com a lei e este Estatuto Social; (c) faltou com o seu dever de lealdade à Companhia; (d) atuou contrariamente ao interesse social; (e) faltou com o dever de informar ao mercado; e/ou (f) demonstrou não possuir a formação necessária para o exercício do cargo.

Artigo 22 - Os Diretores Superintendentes da Companhia exercerão as funções conforme previsto neste Estatuto Social e, adicionalmente, de acordo com as atribuições definidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus Diretores Superintendentes.

Artigo 24 - A Diretoria possuirá poderes de gestão interna e de representação da Companhia, observadas as disposições legais, bem como as deliberações e orientações do Conselho de Administração e demais disposições deste Estatuto Social.

Artigo 25 - A Companhia será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, mediante a assinatura dos 2 (dois) diretores superintendentes ou 1 (um) diretor superintendente em conjunto com 1 (um) procurador ou, ainda, por 1 (um) ou mais procuradores devidamente nomeados em conjunto por 2 (dois) diretores superintendentes, os quais poderão praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social da Companhia. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos.

Artigo 26 - Compete, em especial, à Diretoria:

I - exercer os poderes de administração geral e a gestão das atividades da Companhia, exceto aqueles cuja competência esteja reservada ao Conselho de Administração e/ou à Assembleia Geral;

II - zelar pela execução das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

III - elaborar e propor ao Conselho de Administração os planos de negócio e programas de investimentos, bem como os orçamentos anuais e plurianuais de capital e operacional da Companhia a serem submetidos ao Conselho de Administração;

IV - elaborar e submeter ao Conselho de Administração, em cada exercício, o relatório da administração e as demonstrações financeiras a serem submetidas à Assembleia Geral;

V - autorizar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

VI - propor ao Conselho de Administração a abertura de filiais, agências, escritórios, postos de serviço ou depósitos da Companhia;

VII - constituir procuradores ad negocia e ad judicia;

VIII - autorizar a celebração de qualquer contrato, acordo ou negócio, ou, ainda, a emissão de qualquer título ou instrumento que importe em contrair obrigação pela Companhia, bem como a concessão de garantias pela Companhia de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, vedada a concessão de garantias em operações que não sejam relacionadas às atividades fins;

IX - autorizar a (a) aquisição, liquidação, alienação, venda, locação, oneração, outorga de garantia real ou fidejussória, cessão, doação, transferência ou outra disposição em qualquer exercício social, de qualquer bem, direitos, ativos ou participação societária detido pela Companhia ou (b) a celebração de qualquer acordo ou contrato que disponha sobre pagamentos, recebimentos ou assunção de obrigações de qualquer natureza, que, em qualquer das hipóteses desta alínea seja de valor igual ou inferior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses;

X - representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, na forma deste Estatuto Social da Companhia;

XI – fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração; e

XII – autorizar a prática, pelas sociedades da quais a Companhia seja acionista, dos atos previstos nos itens V, VIII e IX deste artigo, sempre que tais atos envolverem valor igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), valores estes que serão atualizados no início de cada exercício social pela variação acumulada a partir de 1º de janeiro de 2011 pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

Artigo 27. Sem prejuízo das atribuições da Diretoria previstas no Artigo 26 acima, compete:

I - ao Diretor Superintendente Geral:

- (i) presidir as reuniões da Diretoria, dirigindo os trabalhos;
- (ii) fazer cumprir as diretrizes, planos de atividades e normas gerais aprovados pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria;
- (iii) fiscalizar a aplicação do Código de Ética da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração;

- (iv) admitir ou demitir empregados da Companhia em conjunto com outro Diretor Superintendente; e,
- (v) submeter periodicamente ao Conselho de Administração um relatório descritivo da contabilidade da Companhia.

II- ao Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores:

- (i) administrar os recursos financeiros necessários à operação da Companhia;
- (ii) responder pelas funções de planejamento econômico, financeiro, controle e contabilidade.
- (iii) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras;
- (iv) fazer cumprir as normas editadas pela CVM aplicáveis à Companhia; e,
- (v) administrar a política de relacionamento com investidores.

III - ao Diretor Superintendente Técnico:

- (i) responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica; e,
- (ii) demais atividades técnicas, inclusive as relacionadas à comercialização da transmissão de energia pela Companhia.

Artigo 28. As reuniões da Diretoria somente serão instaladas com a presença da maioria de seus membros, e, em qualquer hipótese, as deliberações da Diretoria serão aprovadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, excluídos os Superintendentes sem Denominação Específica.

Parágrafo Único. No caso de empate nas reuniões da Diretoria, caberá ao Diretor Superintendente Geral o voto de qualidade.

Capítulo V – Conselho Fiscal

Artigo 29 A Companhia terá um Conselho Fiscal permanente composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e por igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, nos termos do Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho Fiscal deverão,

ainda, imediatamente após a posse no cargo, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive derivativos.

Capítulo VI – Exercício Social e Lucros

Artigo 30. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados.

Parágrafo Primeiro. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Parágrafo Segundo. Os Acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, observada a legislação aplicável.

Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, determinar o levantamento de balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, que, se aprovados pela Assembleia Geral, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido.

Parágrafo Quinto. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 31. A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia, bem como enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o final de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados e contendo as informações exigidas pelo Regulamento do Nível 2.

Capítulo VII – Alienação do Controle Acionário, Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Descontinuidade de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Artigo 32. Sem prejuízo das disposições da Lei das Sociedades por Ações, a Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do Poder de Controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante, observado o disposto no Artigo 6º, alínea (c) acima.

Parágrafo Único. Para os fins deste Estatuto Social, os seguintes termos iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Controlador” significa o(s) acionista(s) ou Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

“Acionista Controlador Alienante” significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

“Ações de Controle” significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

“Ações em Circulação” significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

“Alienação de Controle da Companhia” significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

“Poder de Controle” (bem como os seus termos correlatos “Controladora”, “controlada”, “sob Controle comum” ou “Controle”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do Poder de Controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais de Acionistas, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

“Valor Econômico” significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 33. A oferta pública referida no Artigo 32 acima também deverá ser efetivada:

- (a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação de Controle da Companhia; ou
- (b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 34. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 32 deste Estatuto Social; e
- (b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Artigo 35. O Acionista Controlador Alienante não transferirá a propriedade de suas ações para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

Artigo 36. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores referido no Artigo 35 acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

Artigo 37. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício de Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia, sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores referido no Artigo 35 acima, que deverá ser imediatamente enviado à BM&F BOVESPA .

Artigo 38. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, a ser feita pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 41 abaixo, respeitadas as normas legais regulamentares aplicáveis.

Artigo 39. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa para que as ações da Companhia passem a ter registro de negociação fora do Nível 2 de Governança Corporativa ou (b) a reorganização societária da qual a companhia resultante não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas da Companhia, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico, apurado em laudo de avaliação referido no Artigo 41 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública referida no *caput* deste Artigo 39 se a Companhia tiver saído do Nível 2 em razão da assinatura de contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, a saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa estará, de toda forma, condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no *caput* deste Artigo. Neste caso, a Assembleia Geral que aprovar tal saída deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2 de Governança Corporativa, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 40. A saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 41 abaixo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput decorrer de deliberação da assembleia geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 de Governança Corporativa referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no Parágrafo Terceiro acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa, a referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 41. O laudo de avaliação previsto nos artigos 38, 39 e 40 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Controladores, além de satisfazer os requisitos do Parágrafo Primeiro do Artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no Parágrafo Sexto do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro. A escolha da instituição responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos

votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo. Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Capítulo VIII – Juízo Arbitral

Artigo 42. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento de Sanções, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA, nos termos deste último.

Parágrafo Único. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes de seu Regulamento de Arbitragem.

Capítulo IX – Liquidação

Artigo 43. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante, bem como o Conselho Fiscal deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

Capítulo X – Emissão de Units

Artigo 44. A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações (doravante designados como “Units” ou individualmente como “Unit”).

Parágrafo Primeiro. Cada Unit representará 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.

Parágrafo Segundo. As Units serão emitidas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração e o disposto neste Estatuto Social, (a) mediante solicitação dos acionistas que detenham ações em quantidade necessária à composição das Units, conforme o Parágrafo Primeiro acima, (b) mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em caso de aumento de capital dentro do limite de capital autorizado com a emissão de novas ações a serem representadas por Units; sendo que, neste caso, poderá o Conselho de Administração da Companhia permitir que na composição de tais Units sejam incluídas ações ordinárias existentes de titularidade de um acionista e que tal acionista fará jus a um terço do preço de venda da Unit, e (c) nos casos previstos no Artigo 45, Parágrafo Segundo deste Estatuto Social.

Parágrafo Terceiro. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Artigo 45. As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações subjacentes às Units somente será transferida mediante a transferência das Units.

Parágrafo Primeiro. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no § 1º deste artigo, na hipótese de início de oferta pública de distribuição de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que o prazo de suspensão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Terceiro. As Units sujeitas a ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 46. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações subjacentes.

Parágrafo Primeiro. O direito de participar nas Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações subjacentes às Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units.

Parágrafo Segundo. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reserva, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

- (a) Caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units; e
- (b) Caso ocorra a redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares de Units, guardada sempre a proporção de 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem emissão de Units.

Capítulo XI – Disposições Finais e Transitórias

Artigo 47. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, nos termos do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 48. Em tudo o que for omissivo o presente Estatuto Social, serão aplicadas as disposições legais pertinentes, respeitado o Regulamento do Nível 2.

ANEXO D – ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

[página intencionalmente deixada em branco]

3

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.002 e 1.003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE n.º 33.3.0027843-5, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Companhia");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." ("Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão (conforme a seguir definido) e das debêntures da terceira emissão da Emissora ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

SP-8308376v1



1

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis ("Oferta").

2.1.2. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 471"), sendo a Oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBIMA, e em observância ao disposto no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata de AGE que aprovou a Emissão será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico" em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação

2.4.1. As Debêntures serão registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e (b) negociação no mercado secundário, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros, por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mer-

SP - 8308376v1



5
cados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5. Objeto Social da Emissora

2.5.1. A Emissora tem por objeto social (i) a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão indicadas nas alíneas (i) a (vii) do artigo 3º do estatuto social da Emissora; (ii) tendo em vista a realização do objeto previsto no item (i) anterior, a promoção do estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras, prestando os relativos serviços que poderão incluir as atividades de transformação e transmissão de energia elétrica; (iii) a realização de estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (iv) a realização de estudos e análises químicas em materiais e equipamentos relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo, mas não se limitando a estudos e análises químicas em materiais como papel, cobre, óleo e gás; (v) a execução de serviços de engenharia básica, e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo nesse rol os respectivos serviços auxiliares; (vi) a locação, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestruturas e instalações relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (vii) o oferecimento de suporte técnico no setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (viii) a prática de quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências empregados; (ix) a operação tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para a obtenção do objeto social; (x) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e (xi) a promoção da implementação de projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

SP - 8308376v1



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3

[Handwritten signature]

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A presente Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em até 3 (três) séries ("Primeira Série", "Segunda Série" e "Terceira Série", sendo, em conjunto, referidas como "Séries").

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") será de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção de Lote Suplementar, conforme definidos nos itens 3.4.2. e 3.4.3. abaixo.

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas até 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) Debêntures, sendo que a emissão de cada uma das Séries e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série será decidida de comum acordo entre a Emissora e o Coordenador Líder (conforme definido abaixo), após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), com base em sistema de vasos comunicantes.

3.4.2. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a exclusivo critério da Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

3.4.3. A Emissora concederá à Instituição Intermediária Líder da Oferta, qual seja, o Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), uma opção para distribuição de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente ofertada ("Debêntures do Lote Suplementar"), a ser exercida pelo



Coordenador Líder após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, exclusivamente para atender ao excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Opção de Lote Suplementar"). Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

3.4.4. As Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar eventualmente emitidas poderão ser alocadas, a critério da Emissora em conjunto com o Coordenador Líder, na Primeira Série, na Segunda Série e/ou na Terceira Série.

3.4.5. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures do Lote Suplementar, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados, nesta ordem de alocação, ao (a) resgate antecipado da totalidade das 234 (duzentas e trinta e quatro) notas promissórias comerciais da 4ª (quarta) emissão da Companhia, emitidas em 29 de novembro de 2011, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$1.268.200.121,89 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos mil, cento e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), (b) resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, caso não haja saldo suficiente para o resgate total, das 180 (cento e oitenta) notas promissórias comerciais da 5ª (quinta) emissão da Companhia, emitidas em 26 de maio de 2012, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$933.354.970,36 (novecentos e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos), e, (c) ao reforço de caixa da Companhia, caso sobejem recursos após a realização dos itens (a) e (b) anteriores.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.6.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, Inscrição no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Bri-

SP - 8308376v1



3
gadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001
64 ("Agente Escriturador").

3.7. Imunidade de Debenturistas

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Classificação de Risco

3.8.1. Foi contratada como agência classificadora de risco da Oferta a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuiu *rating* "AAA (bra)" às Debêntures.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, no montante de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), observado que tal montante poderá ser aumentado em virtude do exercício da Opção de Debêntures Adicionais e/ou da Opção de Lote Suplementar.

4.1.2. O plano de distribuição a ser elaborado pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração sua relação com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." ("Contrato de Distribuição") celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.1.3. O Coordenador Líder, ao elaborar o plano de distribuição, deverá, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

SP - 8308376v1



6

9

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. O plano de distribuição, referido no item 4.1.2. acima, deverá contemplar as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, caso venham a ser colocadas, observado que estas Debêntures também serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

4.1.8. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início") e a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") para os investidores, nos termos da Instrução CVM 400.

4.1.9. O prazo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (conforme definido abaixo) ("Prazo de Colocação"). Após a colocação das Debêntures, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da Oferta.

4.1.10. Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, desde que haja colocação de um montante mínimo de 1.300.000 (um milhão e trezentos mil) Debêntures, em qualquer formato de alocação entre as Séries, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Emissora ("Montante Mínimo"). Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o Valor Total da Oferta até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Oferta.

4.1.11. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas;

SP - 8308376v1



7

ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

4.1.12. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nas alíneas (i) ou (ii) do item 4.1.11. acima, ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder ou da Emissora, caso os recursos decorrentes da integralização já tenham sido repassados pelo Coordenador Líder à Emissora, os montantes utilizados na integralização das Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de liquidação ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora aos referidos investidores.

4.1.13. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no item 4.1.12. acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.14. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros, registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Público Alvo"), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

4.2. Procedimento de *Bookbuilding*

4.2.1. O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de *Bookbuilding*"), de forma a definir: (i) a quantidade de Debêntures a ser alocada a cada Série, nos termos do item 3.4. acima; (ii) a taxa final da Remuneração da Primeira Série, nos termos do item 4.9.1. abaixo; (iii) a taxa final da Remuneração da Segunda Série, nos termos do item



4.9.2. abaixo; e (iv) a taxa final da Remuneração da Terceira Série, nos termos do item 4.9.3. abaixo.

4.2.1.1. A alocação das Debêntures entre as séries da Emissão ocorrerá no sistema de vasos comunicantes.

4.2.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do Público Alvo, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que poderão subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures junto a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

4.4. Valor Nominal Unitário

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.5. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.5.1. Debêntures da Primeira Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

4.5.2. Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série (abaixo definido), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –



12

IBGE ("IBGE", "IPCA/IBGE" e "Atualização Monetária", respectivamente), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

- n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário (conforme abaixo definido). Após a Data de Aniversário, será o valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de Dias Úteis entre a última Data de Aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

4.5.2.1. Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



13

4.5.2.2. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.5.2.3. O número-índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

4.5.2.4. A aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

4.5.2.5. Considera-se como "Data de Aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas.

4.5.2.6. Caso, se até a Data de Aniversário, NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado, em substituição a NI_k na apuração do Fator "C", um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção", respectivamente) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número-Índice Projetado do IPCA/IBGE para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento.

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Sendo que,

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série quando da divulgação posterior do IPCA/IBGE que seria aplicável; e



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- (ii) o número-índice do IPCA/IBGE, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.5.2.7. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA/IBGE, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis (conforme definido abaixo), não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA/IBGE, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e atender às exigências do Código AN-BIMA de Renda Fixa (taxa substitutiva).

4.5.2.8. A Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série, referida no item 4.5.2.7. acima deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas da respectiva Série em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA/IBGE divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Segunda Série e Terceira Série.

4.5.2.9. Caso o IPCA/IBGE venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.5.2.8. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA/IBGE a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização Monetária.



4.5.2.10. Caso não haja acordo sobre o novo Índice aplicável para a Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série ou da Terceira Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e Remuneração respectiva devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração respectiva, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária, será utilizada para o cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA/IBGE.

4.5. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão de forma nominativa, escritural, sem a emissão de carteira e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografia e não contarão com garantias adicionais.

4.7. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, pela Atualização Monetária, e, para todas as Debêntures, da Remuneração (conforme abaixo definido) incidentes desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (para cada Série, "Preço de Subscrição").



16

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional.

4.8. Prazo e Data de Vencimento

4.8.1. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. Debêntures da Primeira Série: Não haverá amortização programada das Debêntures da Primeira Série, sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série devido integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observados os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.8.2. Debêntures da Segunda Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2019 e na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2018	33,3300%
2	15/10/2019	33,3300%
3	15/10/2020	33,3400%
		100,0000%

SP - 8308376v1



14

A

17

4.8.3. Debêntures da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente a partir do 9º (nono) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2021, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2022, 15 de outubro de 2023 e na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série"), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2021	25,0000%
2	15/10/2022	25,0000%
3	15/10/2023	25,0000%
4	15/10/2024	25,0000%
		100,0000%

4.9. Remuneração

4.9.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa a ser definida de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, limitada à sobretaxa máxima de 1,00% (um por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

4.9.1.1. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento.

4.9.1.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

Onde:



13

J valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
 VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
 FatorDI produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;
 n número total de Taxas DI consideradas da Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, sendo "n" um número inteiro;
 TDIk Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

DIk Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;
 FatorSpread sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

spread spread ou sobretaxa, informado com 4 (quatro) casas decimais;
 DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Sendo que,



14

- PA
- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDik)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
 - (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDik)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
 - (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
 - (iv) O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
 - (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.9.1.3. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação da Taxa DI. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, será convocada, pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, para a deliberação sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

4.9.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série referida no item 4.9.1.3. acima deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série em primeira con-



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

20

vocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

4.9.1.5. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros aplicável às Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série. Referido resgate deverá ser realizado pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.1.6. Caso a Taxa DI volte a ser apurada e divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série de que trata o item 4.9.1.3. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série.

4.9.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,00% (seis por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do Item 4.4.2. acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"):

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

J

valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

18

[Handwritten mark]

21

VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde,
 taxa taxa de juros fixa, informada com 4 (quatro) casas decimais;
 DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior e a data de cálculo.

4.9.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 6,30% (seis inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item 4.4.2. acima, calculados, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração");

$$J = VNa \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

Onde,

J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série no final de cada Período de Capitali-



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

22

zação, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

taxa

taxa de juros fixa, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP

número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior e a data de cálculo.

4.9.4. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.5. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário da Segunda Série" ou "Saldo do Valor Nominal Unitário da Terceira Série", ou ainda, em conjunto "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, previstas nos itens 4.8.2. e 4.8.3. acima, conforme o caso.

4.10. Pagamento da Remuneração

4.10.1. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

4.10.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data



[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

de Vencimento da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série").

4.10.3. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, "Datas de Pagamento da Remuneração").

4.10.4. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo total ou parcial.

4.13. Recompra Obrigatória

4.13. Observado o disposto nos itens 4.13.1. e 4.13.5. abaixo, a Emissora, obrigatoriamente, recomprará as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Atualização Monetária e da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Valor de Recompra"), nas hipóteses descritas abaixo e desde que essas hipóteses não tenham gerado o vencimento antecipado das Debêntures:

- (a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos abaixo:



24

- (i) caso as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série não sejam subscritas ou adquiridas por, no mínimo 10 (dez) investidores, com participação individual máxima de 20% (vinte por cento) da respectiva Série;
 - (ii) caso a avaliação de risco de crédito (*rating*) da Emissão não seja atualizada por agência de classificação de risco em periodicidade mínima anual;
 - (iii) com relação às Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, caso tais Debêntures passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros pré-fixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência conforme definidas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas;
 - (iv) caso a Instituição contratada para a prestação dos serviços de formador de mercado deixe de exercer sua função durante pelo menos os primeiros doze meses após a Data de Emissão;
 - (v) caso deixe de ser adotado mecanismo que garanta, ao menos durante os primeiros 12 (doze) meses após a Data de Emissão, a divulgação periódica de relatório de análise preparado por analistas de investimento devidamente credenciados pela CVM; e
 - (vi) caso as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série deixem de ser negociadas em mercado de bolsa de valores e/ou de balcão organizado, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros.
- (b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- (c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- (d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

4.13.1 Para fins de esclarecimento dos itens (b), (c) e (d) acima, não haverá obrigação de recompra das Debêntures pela Emissora nos casos em que a respectiva

SP - 8308376v1



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

22

[Handwritten signature]

23

transferência de participação acionária não seja considerada uma alienação de controle nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos no item 4.13. acima, publicar aviso aos Debenturistas, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador, à CETIP e à CVM, devendo tal aviso descrever ("Aviso de Recompra"):

- (a) o evento ocorrido, nos termos do Item 4.13. acima;
- (b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de publicação do aviso e não será superior a 30 (trinta) Dias Úteis da publicação do aviso;
- (c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- (d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 15 (quinze) dias contados da data da respectiva solicitação; e
- (e) demais informações pertinentes.

4.13.3. O pagamento do Valor de Recompra será realizado por meio da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e por meio da Agente Escriturador, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13.4. Fica desde já estabelecido que a recompra obrigatória decorrente de um evento que também seja considerado um Evento de Vencimento Antecipado será realizado pela Emissora apenas para aqueles Debenturistas que nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas tenham deliberado pelo vencimento antecipado das Debêntures da respectiva série e, por conta da decisão de Debenturistas representando o quorum previsto no item 4.15.3.3. abaixo, tal vencimento antecipado tenha sido renunciado e revertido, permanecendo as Debêntures da Segunda Série e/ou as Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, em plena vigência, sendo que esta informação deverá constar do Aviso de Recompra respectivo. Para fins deste Item, o prazo para envio da solicitação de recompra prevista na alínea (b) do item 4.13.2. acima se iniciará na data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar acerca da renúncia ao vencimento antecipado das Debêntures.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

26

4.13.5. Fica desde já estabelecido que a obrigação da Emissora relativa à recompra obrigatória das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série está condicionada à obtenção do registro das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, no Novo Mercado de Renda Fixa.

4.14. Aquisição Facultativa

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário, sendo que, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa, a aquisição de Debêntures da Segunda Série e de Debêntures da Terceira Série estará limitada a 5% (cinco por cento) do total das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso.

4.14.1.1. Para fins de cálculo do limite de 5% (cinco por cento) mencionado no item 4.14.1 acima, serão consideradas as aquisições de Debêntures da Segunda ou de Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, realizadas pela Emissora e por quaisquer sociedades integrantes de seu grupo econômico-financeiro.

4.14.2. As aquisições facultativas de Debêntures pela Emissora deverão, em qualquer hipótese, ser realizadas com observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.14.2.1. No caso de aquisição facultativa de Debêntures da Segunda Série e de Debêntures da Terceira Série, as mesmas deverão ser mantidas em tesouraria durante os 2 (dois) primeiros anos seguintes à Data de Emissão, somente podendo ser canceladas após esse prazo.

4.14.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 4.14., se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação da mesma Série.

4.14.2.3. Fica desde já estabelecido que as restrições à aquisição facultativa das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série previstas nos itens 4.14.1., 4.14.1.1. e 4.14.2.1. acima, incluídas em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa, estão condicionadas à obtenção do registro das Debêntures



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

27

da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, no Novo Mercado de Renda Fixa.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, calculados *pro rata temporis*, e demais encargos devidos e não pagos desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.15.2. e 4.15.3. abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.15.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático");

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) (i) dissolução ou liquidação da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência pela Emissora; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; e



28

- (c) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.3. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do Item 4.14.3.3. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (b) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento;
- (c) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido descumprimento;
- (e) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte, ainda que na qualidade de mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;



29

- (f) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em redução de seu capital social, exceto (i) por determinação legal; (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas, em uma única operação ou em operações separadas;
- (g) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela CEMIG Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG;
- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora;
- (i) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por suas controladas;
- (j) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão provarem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas; e
- (k) a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.

4.15.3.1. Os valores mencionados nas alíneas (a), (c) e (e) do item 4.15.3. acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral ao Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.15.3.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na qual deverão estar presentes Debenturistas de todas as Séries, conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

30

quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.3.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3.2. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva Série, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado. A decisão da Assembleia Geral de Debenturistas de uma das Séries é independente e não vincula as outras Séries.

4.15.3.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3.2. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.15.3.3. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.15.4. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.15.2. e 4.15.3.4. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, observado o prazo de cura aplicável, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (iii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido convidada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável.

4.15.5. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, devido o Montante Devido Antecipadamente, nos termos do item 4.15.4. acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

SP - 8308376v1



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

28

[Handwritten signature]

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.18. Garantias

4.18.1. As Debêntures não contarão com garantias.

4.19. Local de Pagamento

4.19.1. Os pagamentos decorrentes das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem eletronicamente custodiadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Agente Escriurador das Debêntures ou na sede da Emissora.

4.20. Prorrogação dos Prazos

4.20.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, caso em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos,



ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" ou "Dias Úteis" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.21. Publicidade

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e/ou das Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas, quando tratar das demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas,

SP - 8308376v1



30

33

quando tratar das demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;

- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação neste sentido, qualquer Informação relevante que possa interessar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, que venha a lhe ser razoavelmente solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (iv) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;
- (v) até no máximo 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima; e
- (vi) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, após a data em que forem realizados.

(b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

(c) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM;

(d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(e) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;

SP - 8308376v1



31

34

- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado em 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do fato;
- (h) cumprir todas as regulamentações da CVM e fornecer todas as informações e documentos que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (l) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambiental, cujo descumprimento cause um Efeito Material Adverso, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos. Para fins deste item, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica, operacional ou de qualquer outra natureza que afete ou que possa razoavelmente afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (m) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;

SP - 8308376v1



[Handwritten signature]

32

[Handwritten signature]

33

- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e os sistema de negociação no mercado secundário;
- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora; e
- (r) contratar agência classificadora de risco internacional em funcionamento no país para obtenção de *rating* para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

36

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) que os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- 37
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
 - (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e
 - (k) na data de celebração desta Escritura de Emissão, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora ("Segunda Emissão de Debêntures"). No âmbito da Segunda Emissão de Debêntures foram emitidas 8.150 (oito mil cento e cinquenta) debêntures em três séries, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures da primeira série, 2.450 (duas mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da segunda série e 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da terceira série, totalizando o valor de R\$815.000.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais). As debêntures da Segunda Emissão de Debêntures possuem vencimento em 15 de dezembro de 2015, para a primeira série, 15 de dezembro de 2017, para a segunda série e 15 de dezembro de 2017, para a terceira série. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures da Segunda Emissão de Debêntures. Além da Segunda Emissão de Debêntures da Emissora, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

6.4.1. O valor semestral de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nos mesmos dias dos meses de setembro e fevereiro de cada ano, até o resgate total das Debêntures.

6.4.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de sua alteração após a subscrição das Debêntures ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas,



38

será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela. Caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1 (uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicados pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e (v) a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento pela Emissora de relatório demonstrativo de tempo dedicado elaborado pelo Agente Fiduciário.

6.4.3. Caso após a Emissão seja incluída garantia ou *covenant* (índice financeiro), será devido adicionalmente o valor de R\$275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais por cada garantia ou *covenant* adicional que deva ser verificado pelo Agente Fiduciário em periodicidade semestral ou anual.

6.4.4. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir de 1º de agosto de 2012.

6.4.5. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora.

6.4.6. Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

6.4.7. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.



39

6.4.8. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente.

6.4.9. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas



do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme Item 4.19. acima;
- (k) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da ~~alínea (b)~~ do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 40 (quarenta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório na CVM:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;



- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- g. resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
- b. na sede do Agente Fiduciário;
- c. na CVM;
- d. na CETIP; e
- e. na sede do Coordenador Líder.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

12

(p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;

(r) notificar os Debenturistas Individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19. acima, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, de qualquer Inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas, nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor de ser enviada à:

a. CVM; e

b. CETIP;

(s) divulgar as informações referidas no item "i" da alínea "m" acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;

(t) acompanhar com o Banco Mandatário na data de pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de Inadimplemento da Emissora:

(a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- L3
- (b) requerer a falência da Emissora;
 - (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
 - (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13. desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar, observado o disposto no item 4.15.3.3. acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se concluir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum



acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser registrado nos termos do item 2.3.1. acima.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.

7.1. Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que



se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da respectiva Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas da respectiva Série, se for o caso, ou aquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo: (i) a Remuneração, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos no item 4.13, acima; e/ou (vi) a alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima, inclusive deste item 7.11, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.12. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.



46

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;



- 17
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4, desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e do IPCA/IBGE, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

LB

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1002 e 1003

CEP 20010-010 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros

Telefone: (21) 2212-6000

Fac símile: (21) 2212-6041

E-mail: cristiano.barros@taesa.com.br

Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Ayrton Senna, n.º 3.000, Bloco 1, sala 317

22.775-003 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2490-4305

Fac símile: (21) 2490-3062

E-mail: gdc@gdcdvm.com.br

Para o Banco Mandatário

ITAU UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal

At.: Dalmir N. Coelho

Telefone: (11) 2797-4207

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Agente Escriturador:

ITAU CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar

At.: Dalmir N. Coelho

Telefone: (11) 2797-4207

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br



19

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2012

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



51

Página de assinatura 1/2 do instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quilografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Nome: José Aloise Ragoni Filho
Cargo: Diretor Superintendente Geral
CPF: 505.172.876-88

Nome: CRISTIANO CORREA DE BARROS
Cargo: Diretor Superintendente Financ. e RI
CPF: 327.933.916-20

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/328014-1 - 19/09/2012
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 25/09/2012, E O REGISTRO SOB O NÚMERO ED33000357-4/000
E DATA ABAIXO.
DATA: 25/09/2012
Valéria G.A. Costa
SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/328014-1
CERTIFICADO QUE O PRESENTE FOI ARQUIVADO SOB O Nº ED33000357-4/000
DATA: 25/09/2012
08376v1
Valéria G.A. Costa
SECRETARIA GERAL

[Handwritten signature]

Diretoria Jurídica
TAESA
Visto

52

Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

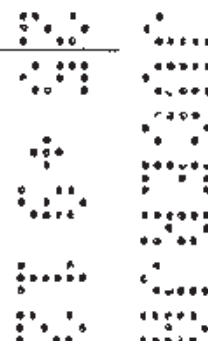
GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


Nome: Juarez Dias Costa
Cargo: Diretor

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____



SP - 8308376v1







50

**ANEXO E – ADITAMENTO À ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES, RATIFICANDO O
PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING***

[página intencionalmente deixada em branco]

05
8

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.002 e 1.003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE n.º 33.3.0027843-5, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**");

CONSIDERANDO QUE:

(a) em 18 de setembro de 2012, a Emissora e o Agente Fiduciário, celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." ("**Escritura de Emissão**"), o qual foi registrado na JUCERJA, em 25 de setembro de 2012, sob o n.º ED33000357-4/000;

(b) em 11 de outubro de 2012 foi concluído o procedimento de coleta de intenções de investimento organizado pelo Coordenador Líder nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2008, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") ("**Procedi-**



06

mento de *Bookbuilding*"), por meio do qual foram definidas (i) a quantidade de debêntures da terceira emissão da Emissora ("*Debêntures*") a ser alocada em cada série; (ii) a taxa final da Remuneração da Primeira Série; (iii) a taxa final da Remuneração da Segunda Série; (iv) a taxa final da Remuneração da Terceira Série e (v) o Valor Total da Emissão; e

- (c) em razão do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série tiveram seu registro no Novo Mercado de Renda Fixa cancelado em 15 de outubro de 2012.

RESOLVEM a Emissora e o Agente Fiduciário, na melhor forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." (respectivamente, "*Aditamento*", "*Emissão*"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. O presente Aditamento é celebrado de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012 ("*AGE*") na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão e das Debêntures, bem como autorizada a Diretoria da Emissora a negociar e praticar todos os atos relativos às Debêntures.

CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO

2.1. O presente Aditamento tem por objetivo refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, (a) fixando (i) a alocação das Debêntures entre as Séries; (ii) a taxa final da Remuneração da Primeira Série; (iii) a taxa final da Remuneração da Segunda Série; (iv) a taxa final da Remuneração da Terceira Série e (v) o Valor Total da Emissão, e (b) refletindo o cancelamento do registro das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série no Novo Mercado de Renda Fixa, de forma a evidenciar que os Debenturistas que subscreverem Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série não terão quaisquer direitos previstos no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ADITAMENTO DA ESCRITURA DE EMISSÃO



07
8

3.1. Pelo presente Aditamento, resolvem as partes excluir os itens 3.4.4., 3.4.5., 4.13., 4.13.2., 4.13.3., 4.13.4., 4.13.5. e 4.14.2.3. da Escritura de Emissão e alterar os itens 2.1.2., 2.2.1., 3.2.1., 3.3.1., 3.4.1., 3.4.2., 3.4.3., 4.1.1., 4.1.6., 4.2.1., 4.2.1.1., 4.2.2., 4.5.2.7., 4.9.1., 4.9.1.2., 4.9.2., 4.9.3., 4.13.1., 4.14.1., 4.14.2.1. e 6.6.1 da Escritura de Emissão, os quais passam a vigor com as seguintes redações:

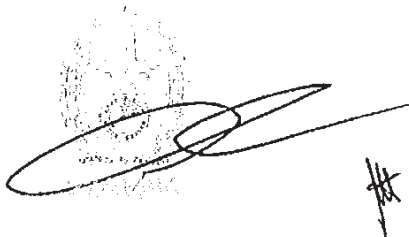
"2.1.2. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 471"), tendo sido a Oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBIMA, e em observância ao disposto no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários."

"2.2.1. A ata de AGE que aprovou a Emissão foi arquivada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico" em 9 de outubro de 2012 em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações."

"3.2.1. A Emissão será realizada em 3 (três) séries ("Primeira Série", "Segunda Série" e "Terceira Série", sendo, em conjunto, referidas como "Séries")."

"3.3.1. O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") é de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), onde a oferta base corresponde a R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) ("Oferta Base"), acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar, conforme item 3.4 abaixo."

"3.4.1. Serão emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) Debêntures, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) Debêntures da Primeira Série, 793.000 (setecentas e noventa e três mil) Debêntures da Segunda Série e 702.000 (setecentas e duas mil) Debêntures da Terceira Série, conforme demanda verificada por meio do Procedimento de Bookbuilding."





3.4.1. Serão emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) Debêntures, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) Debêntures da Primeira Série, 793.000 (setecentas e noventa e três mil) Debêntures da Segunda Série e 702.000 (setecentas e duas mil) Debêntures da Terceira Série, conforme demanda verificada por meio do Procedimento de Bookbuilding."

"3.4.2. A Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Líder, optou por aumentar a quantidade de Debêntures originalmente ofertadas em 20% (vinte por cento) ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas."

"3.4.3. O Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, optou por distribuir um lote suplementar de Debêntures de 15% (quinze) da quantidade de Debêntures originalmente ofertadas ("Debêntures do Lote Suplementar" e "Opção de Lote Suplementar"). Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas."

"4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, no montante de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais), estando incorporado em referido valor o exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Debêntures Adicionais."

"4.1.6. O plano de distribuição, referido no item 4.1.2., contemplará as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, observado que estas Debêntures serão distribuídas sob o regime de melhores esforços."

"4.2.1. O Coordenador Líder organizou procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, e verificou, junto aos investidores, demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), que resultou na definição da: (i) quantidade de Debêntures a ser alocada a cada Série, nos termos do item 3.4. acima; (ii) taxa final da Remuneração da Primeira Série, nos termos do item 4.9.1. abaixo; (iii) taxa final da Remuneração da Segunda Série, nos termos do item 4.9.2. abaixo; e (iv) taxa final da Remuneração da Terceira Série, nos termos do item 4.9.3. abaixo."

"4.2.1.1. A alocação das Debêntures entre as séries da Emissão ocorreu no sistema de vasos comunicantes."



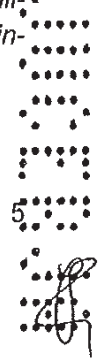
"4.2.2. Participaram do Procedimento de Bookbuilding os investidores do Público Alvo, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures."

"4.5.2.7. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA/IBGE, será utilizado, em sua substituição, o último número-índice divulgado, calculado pro rata temporis por Dias Úteis (conforme definido abaixo), não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série e/ou pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA/IBGE por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA/IBGE, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado."

"4.9.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, in-




5



20

cidentes sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série")."

"4.9.1.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

Onde:

- J** valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe** Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

Onde:

- k** número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";
- n** número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

- DI_k** Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;




21

FatorSpread sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

spread 0,7800;
DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Sendo que,

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo."

4.9.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Va-



for Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item 4.5.2. acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"):

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

- J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

- taxa 4,8500;
- DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo."

"4.9.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item 4.5.2. acima, calculados, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis,




em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração");

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

- J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

- taxa 5,1000;
- DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo."

"4.13.1. As Debêntures não serão objeto de recompra obrigatória."

"4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário."

"4.14.2.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 4.14., se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação da mesma Série."




9



14
C

"6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar, observado o disposto no item 4.15.3.3. acima."

CLÁUSULA QUARTA – DO REGISTRO DO PRIMEIRO ADITAMENTO

4.1. O presente Aditamento, bem como as posteriores alterações da Escritura de Emissão, serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Ratificam-se, neste ato, todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, que não tenham sido expressamente alterados por este Aditamento, sendo que uma versão consolidada da Escritura de Emissão, contemplando as alterações descritas na Cláusula Terceira acima, segue como Anexo I.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Este Aditamento é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Emissora e o Agente Fiduciário ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.

6.2. Salvo se de outra forma definidos neste Aditamento, os termos iniciados em letras maiúsculas aqui utilizados terão o mesmo significado a eles atribuída Escritura de Emissão.

6.3. Este Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil.

6.4. Este Aditamento constitui título executivo extrajudicial nos termos dos artigos 1 e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Aditamento comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632





10



15
2

e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos da Escritura de Emissão.

6.5. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2012

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

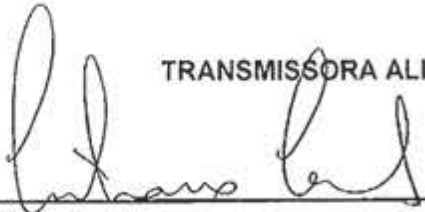


11




26
C

Página de assinatura 1/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.


Nome: **CRISTIANO CORREA DE BARROS**
Cargo: **Diretor Superintendente Financeiro e RI**
CPF: 327.933.916-20

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.


Nome: **Marco Antônio Resende Faria**
Cargo: **Diretor Superintendente Técnico**
TAESA



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
Nire: 33.3.0027843-5
Protocolo: 00-2012/359058-8 - 16/10/2012
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/10/2012. E O REGISTRO SOB O NÚMERO
E DATA ADJUNTO.
ED33000357-2/001
DATA: 19/10/2012
Valéria J. M. Silva
SECRETARIA GERAL



12

14
28

Página de assinatura 2/2 do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Juarez Dias Costa
Nome: JUAREZ DIAS COSTA
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

Luan de Souza Mendonça
Nome: LUAN DE SOUZA MENDONÇA
CPF: 136.798.407-64

Mariana Sant'Anna Magalhães
Nome: MARIANA SANT'ANNA MAGALHÃES
CPF: 103 579 457-80



13

18

ANEXO I

VERSÃO CONSOLIDADA DA ESCRITURA DE EMISSÃO



1	2
3	4
5	6
7	8
9	10
11	12
13	14
15	16
17	18
19	20
21	22
23	24
25	26
27	28
29	30
31	32
33	34
35	36
37	38
39	40
41	42
43	44
45	46
47	48
49	50
51	52
53	54
55	56
57	58
59	60
61	62
63	64
65	66
67	68
69	70
71	72
73	74
75	76
77	78
79	80
81	82
83	84
85	86
87	88
89	90
91	92
93	94
95	96
97	98
99	100



14



198

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**, sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, sala 1.002 e 1.003, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.859.971/0001-30, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE n.º 33.3.0027843-5, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª emissão pública de debêntures da Emissora ("**Debenturistas**" e, individualmente, "**Debenturista**"),

(b) **GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, n.º 3000, bloco 1, sala 317, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.749.264/0001-04, neste ato representado na forma de seu contrato social ("**Agente Fiduciário**");

vêm, por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." ("**Escritura de Emissão**" e "**Emissão**", respectivamente), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 17 de setembro de 2012 ("**AGE**"), na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão (conforme a seguir definido) e das debêntures da terceira emissão da Emissora ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º



19

20
8

6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública registrada perante a CVM, na forma da Lei n.º 6.385, de 7 de setembro de 1976, conforme alterada ("Lei n.º 6.385/76"), da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais, regulamentares e auto-regulatórias aplicáveis ("Oferta").

2.1.2. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 471"), tendo sido a Oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA ("ANBIMA"), por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBIMA, e em observância ao disposto no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação da Ata de AGE

2.2.1. A ata de AGE que aprovou a Emissão foi arquivada na JUCERJA em 10 de outubro de 2012 sob o n.º 00002396784 e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal "Valor Econômico" em 9 de outubro de 2012 em conformidade com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão e de seus Aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Colocação



16

21
C

2.5.1. A Emissora tem por objeto social (i) a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão indicadas nas alíneas (i) a (vii) do artigo 3º do estatuto social da Emissora; (ii) tendo em vista a realização do objeto previsto no item (i) anterior, a promoção do estudo e atividades de planejamento e construção das instalações relativas aos projetos, realizando e captando os investimentos necessários para o desenvolvimento das obras, prestando os relativos serviços que poderão incluir as atividades de transformação e transmissão de energia elétrica; (iii) a realização de estudos envolvendo quaisquer fatores capazes de influenciar os projetos, a construção, a operação e a manutenção de instalações relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (iv) a realização de estudos e análises químicas em materiais e equipamentos relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo, mas não se limitando a estudos e análises químicas em materiais como papel, cobre, óleo e gás; (v) a execução de serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos, incluindo nesse rol os respectivos serviços auxiliares; (vi) a locação, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestruturas e instalações relacionados ao setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (vii) o oferecimento de suporte técnico no setor de transmissão de energia elétrica ou em setores análogos, afins ou conexos; (viii) a prática de quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências empregados; (ix) a operação tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para a obtenção do objeto social; (x) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de



17

sócia, acionista ou quotista; e (xi) a promoção da implementação de projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação dos serviços de telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A presente Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em 3 (três) séries ("Primeira Série", "Segunda Série" e "Terceira Série", sendo, em conjunto, referidas como "Séries").

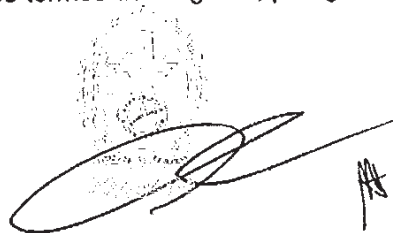
3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão ("Valor Total da Emissão") é de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo), onde a oferta base corresponde a R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) ("Oferta Base"), acrescida de R\$560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões de reais), em virtude do exercício integral da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar, conforme item 3.4 abaixo.

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 2.160.000 (dois milhões e cento e sessenta mil) Debêntures, sendo 665.000 (seiscentas e sessenta e cinco mil) Debêntures da Primeira Série, 793.000 (setecentas e noventa e três mil) Debêntures da Segunda Série e 702.000 (setecentas e duas mil) Debêntures da Terceira Série, conforme demanda verificada por meio do Procedimento de Bookbuilding.

3.4.2. A Emissora, com a prévia concordância do Coordenador Lider, poderá aumentar a quantidade de Debêntures originalmente ofertadas em 20% (vinte por cento) ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400



("Opção de Debêntures Adicionais"). Aplicar-se-ão às Debêntures Adicionais as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

3.4.3. O Coordenador Líder, após consulta e concordância prévia da Emissora, com o propósito exclusivo de atender excesso de demanda constatado pelo Coordenador Líder no Procedimento de Bookbuilding, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, optou por distribuir um lote suplementar de Debêntures de 15% (quinze) da quantidade de Debêntures originalmente ofertadas ("Debêntures do Lote Suplementar" e "Opção de Lote Suplementar"). Aplicar-se-ão às Debêntures do Lote Suplementar as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão, após o pagamento das despesas e comissões da Oferta, serão destinados, nesta ordem de alocação, ao (a) resgate antecipado da totalidade das 234 (duzentas e trinta e quatro) notas promissórias comerciais da 4ª (quarta) emissão da Companhia, emitidas em 29 de novembro de 2011, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$1.268.200.121,89 (um bilhão, duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos mil, cento e vinte e um reais e oitenta e nove centavos), (b) resgate antecipado total ou resgate antecipado parcial, caso não haja saldo suficiente para o resgate total, das 180 (cento e oitenta) notas promissórias comerciais da 5ª (quinta) emissão da Companhia, emitidas em 25 de maio de 2012, cujo saldo do valor de principal e juros, em 15 de outubro de 2012, é estimado em aproximadamente R\$933.354.970,36 (novecentos e trinta e três milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta reais e trinta e seis centavos), e, (c) ao reforço de caixa da Companhia, caso sobejem recursos após a realização dos itens (a) e (b) anteriores.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriurador

3.6.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e a instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures será o Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriurador").



19

3.7. Imunidade de Debenturistas

3.7.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.8. Classificação de Risco

3.8.1. Foi contratada como agência classificadora de risco da Oferta a Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuiu *rating* "AAA (bra)" às Debêntures.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Regime de Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, no montante de R\$2.160.000.000,00 (dois bilhões e cento e sessenta milhões de reais), estando incorporado em referido valor o exercício da Opção de Lote Suplementar e da Opção de Debêntures Adicionais.

4.1.2. O plano de distribuição a ser elaborado pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, levará em consideração sua relação com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no "Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A." ("Contrato de Distribuição") celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.1.3. O Coordenador Líder, ao elaborar o plano de distribuição, deverá, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores interessados em adquirir Debêntures.



20

4.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. O plano de distribuição, referido no item 4.1.2., contemplará as Debêntures Adicionais e as Debêntures do Lote Suplementar, observado que estas Debêntures serão distribuídas sob o regime de melhores esforços.

4.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

4.1.8. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Oferta pela CVM, a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início") e a disponibilização do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") para os investidores, nos termos da Instrução CVM 400.

4.1.9. O prazo de colocação das Debêntures será de até 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início (conforme definido abaixo) ("Prazo de Colocação"). Após a colocação das Debêntures, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da Oferta.

4.1.10. Oferta poderá ser concluída mesmo em caso de distribuição parcial das Debêntures, desde que haja colocação de um montante mínimo de 1.300.000 (um milhão e trezentas mil) Debêntures, em qualquer formato de alocação entre as Séries, sendo que as Debêntures que não forem colocadas no âmbito da Oferta serão canceladas pela Emissora ("Montante Mínimo"). Uma vez atingido o Montante Mínimo, a Emissora, de comum acordo com o Coordenador Líder, poderá decidir por reduzir o Valor Total da Oferta até um montante equivalente a qualquer montante entre o Montante Mínimo e o Valor Total da Oferta.

4.1.11. Os interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta poderão, quando da assinatura dos respectivos boletins de subscrição de Debêntures, condicionar sua



21

adesão à Oferta à distribuição (i) da totalidade das Debêntures ofertadas; ou (ii) de uma proporção ou quantidade mínima de Debêntures, em observância ao disposto nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

4.1.12. Na hipótese de não atendimento das condições referidas nas alíneas (i) ou (ii) do item 4.1.11. acima, ou na hipótese de não colocação do Montante Mínimo, conforme o caso, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures no âmbito da Oferta receberão do Coordenador Líder ou da Emissora, caso os recursos decorrentes da integralização já tenham sido repassados pelo Coordenador Líder à Emissora, os montantes utilizados na integralização das Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de liquidação ou cancelamento da Oferta, conforme o caso, deduzidos dos encargos e tributos devidos, não sendo devida, nessas hipóteses, qualquer remuneração ou atualização pela Emissora aos referidos investidores.

4.1.13. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no item 4.1.12. acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.14. O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inclusive clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Público Alvo"), levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

4.2. Procedimento de *Bookbuilding*

4.2.1. O Coordenador Líder organizou procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, e verificou, junto aos investidores, demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros ("Procedimento de Bookbuilding"), que resultou na definição da: (i) quantidade de Debêntures a ser alocada a cada Série, nos termos do item 3.4. acima; (ii) taxa final da



28
8

Remuneração da Primeira Série, nos termos do item 4.9.1. abaixo; (iii) taxa final da Remuneração da Segunda Série, nos termos do item 4.9.2. abaixo; e (iv) taxa final da Remuneração da Terceira Série, nos termos do item 4.9.3. abaixo.

4.2.1.1. A alocação das Debêntures entre as séries da Emissão ocorreu no sistema de vasos comunicantes.

4.2.2. Participaram do Procedimento de Bookbuilding os investidores do Público Alvo, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, "Pessoas Vinculadas"), que puderam subscrever Debêntures da Primeira Série, Debêntures da Segunda Série e/ou Debêntures da Terceira Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures.

4.3. Data de Emissão

4.3.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de outubro de 2012 ("Data de Emissão").

4.4. Valor Nominal Unitário

4.4.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.5. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.5.1. Debêntures da Primeira Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice.

4.5.2. Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série (abaixo definido), conforme o caso, será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, "IPCA/IBGE" e "Atualização Monetária", respectivamente), sendo o produto da Atualiza-



23



ção Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA/IBGE, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

- n = número total de índices considerados na Atualização Monetária, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário (conforme abaixo definido). Após a Data de Aniversário, será o valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA/IBGE do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de Dias Úteis entre a última Data de Aniversário e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo "dup" um número inteiro;
- dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima Data de Aniversário, sendo "dut" um número inteiro.

4.5.2.1.

Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados



24

29
C

com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

4.5.2.2. O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.5.2.3. O número-índice do IPCA/IBGE deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

4.5.2.4. A aplicação do IPCA/IBGE incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

4.5.2.5. Considera-se como "Data de Aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas Datas de Aniversários consecutivas.

4.5.2.6. Caso, se até a Data de Aniversário, Nlk não houver sido divulgado, deverá ser utilizado, em substituição a Nlk na apuração do Fator "C", um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA ("Número-Índice Projetado" e "Projeção", respectivamente) da variação percentual do IPCA/IBGE, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$


Onde:

NI_{kp}: = Número-Índice Projetado do IPCA/IBGE para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

Sendo que,

- (i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série e da Terceira



29



30
C

- 



20

4.5.2.10. Caso não haja acordo sobre o novo índice aplicável para a Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série ou da Terceira Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em Circulação ou das Debêntures da Terceira Série em Circulação, conforme o caso, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Atualização Monetária e Remuneração respectiva devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração respectiva, conforme o caso, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização Monetária, será utilizada para o cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA/IBGE.

4.5. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Agente Escriutor. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP, quando as Debêntures estiverem custodiadas no SND.

4.6. Espécie

4.6.1. As Debêntures serão da espécie quirografária e não contarão com garantias adicionais.

4.7. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, pela Atualização Monetária, e, para todas as Debêntures,



27

da Remuneração (conforme abaixo definido) incidentes desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização (para cada Série, "Preço de Subscrição").

4.7.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, em moeda corrente nacional.

4.8. Prazo e Data de Vencimento

4.8.1. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"). As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2020 ("Data de Vencimento da Segunda Série"). As Debêntures da Terceira Série terão prazo de vigência de 12 (doze) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. Debêntures da Primeira Série: Não haverá amortização programada das Debêntures da Primeira Série, sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série devido integralmente na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, observados os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.8.2. Debêntures da Segunda Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado anualmente a partir do 6º (sexto) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2018, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2019 e na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série"), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2018	33,3300%



28

2	15/10/2019	33,3300%
3	15/10/2020	33,3400%
		100,0000%

4.8.3. Debêntures da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série será amortizado anualmente a partir do 9º (nono) ano contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2021, e os pagamentos subsequentes devidos em 15 de outubro de 2022, 15 de outubro de 2023 e na Data de Vencimento das Debêntures da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série"), conforme a proporção estabelecida na tabela abaixo:

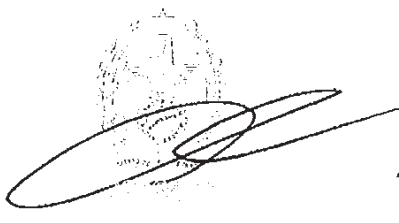
Parcela	Data de Vencimento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	15/10/2021	25,0000%
2	15/10/2022	25,0000%
3	15/10/2023	25,0000%
4	15/10/2024	25,0000%
		100,0000%

4.9. Remuneração

4.9.1. Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Primeira Série renderão juros correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 0,78% (setenta e oito centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

4.9.1.2. O cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$



29

Onde:

- J valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI produtório das Taxas DI-Over, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

- k número de ordem dos fatores das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";
- n número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

- DI_k Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;
- FatorSpread sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{np}{252}} \right] \right\}$$

Onde:




30

spread 0,7800;
DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

Sendo que,

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + TD)_k$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TD)_k$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.1.3. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação da Taxa DI. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será utilizado seu substituto legalmente estabelecido. Caso não haja substituto legalmente estabelecido, será convocada, pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados do respectivo evento, Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série, nos termos da Cláusula Sétima abaixo, para a deliberação sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que



deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

4.9.1.4. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série referida no item 4.9.1.3. acima deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do respectivo edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

4.9.1.5. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros aplicável às Debêntures da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, cancelando-as subsequentemente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série. Referido resgate deverá ser realizado pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, sem multa ou prêmio de qualquer natureza. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.1.6. Caso a Taxa DI volte a ser apurada e divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série de que trata o item 4.9.1.3. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, voltará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas da Primeira Série.

4.9.2. Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 4,85% (quatro inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item 4.5.2. acima, calculados com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização com-



32

posta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série"):

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

- J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

- taxa 4,8500;
- DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.9.3. Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A partir da Data de Emissão, as Debêntures da Terceira Série farão jus a juros remuneratórios equivalentes a 5,10% (cinco inteiros e dez centésimos por cento) ao ano, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, devidamente atualizado na forma do item 4.5.2. acima, calculados, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração das Debêntures da Terceira Série") e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Remuneração":




$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

Onde,

- J valor unitário dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNa Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série ou o Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Terceira Série no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorJuros Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

Onde,

- taxa 5,1000;
- DP número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.9.4. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração seguinte. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.9.5. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário da Segunda Série" ou "Saldo do Valor Nominal Unitário da Terceira Série", ou ainda, em conjunto "Saldo do Valor Nominal Unitário" como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, previstas nos itens 4.8.2. e 4.8.3. acima, conforme o caso.

4.10. Pagamento da Remuneração




34

4.10.1. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série: A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

4.10.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Segunda Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série").

4.10.3. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Terceira Série: A Remuneração das Debêntures da Terceira Série será paga anualmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013, e os demais pagamentos devidos todo dia 15 do mês de outubro de cada ano, até a Data de Vencimento da Terceira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Terceira Série" e, em conjunto com as Datas de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, "Datas de Pagamento da Remuneração").

4.10.4. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.12. Resgate Antecipado

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de resgate antecipado facultativo total ou parcial.

4.13. Recompra Obrigatória



35



40
C

4.13.1. As Debêntures não serão objeto de recompra obrigatória.

4.14. Aquisição Facultativa

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário.

4.14.2. As aquisições facultativas de Debêntures pela Emissora deverão, em qualquer hipótese, ser realizadas com observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.14.2.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos deste item 4.14., se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação da mesma Série.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se exigível da Emissora o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, para as Debêntures da Segunda Série e para as Debêntures da Terceira Série, da Atualização Monetária, calculados *pro rata temporis*, e demais encargos devidos e não pagos desde a Data de Emissão ou última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 4.15.2. e 4.15.3. abaixo, observados os prazos de cura aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

4.15.2. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.2. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"): 36



h1
C

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data do respectivo descumprimento;
- (b) (i) dissolução ou liquidação da Emissora; (ii) decretação de falência da Emissora; (iii) pedido de autofalência pela Emissora; (iv) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte da Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência da Emissora, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável; e
- (c) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

4.15.3. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 4.15.3. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do item 4.15.3.3. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou agregado, a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (b) término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo poder concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da Emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% (trinta por cento) da receita operacional líquida da Emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento;



37



42
C

- (c) protesto de títulos contra a Emissora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, não sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido descumprimento;
- (e) inadimplemento de qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora seja parte, ainda que na qualidade de mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda;
- (f) fusão, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique em redução de seu capital social, exceto (i) por determinação legal; (ii) nos casos em que ocorra a incorporação, pela Emissora, de qualquer de suas controladas, em uma única operação ou em operações separadas;
- (g) ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora exercida pela CEMIG Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG;
- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora, incluindo ações ou quotas de emissão de sociedades controladas pela Emissora;



38



43
C

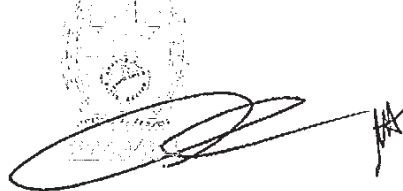
- (i) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por suas controladas;
- (j) caso as declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão provem-se falsas, materialmente incorretas ou enganosas; e
- (k) a Emissora transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos desta Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas.

4.15.3.1. Os valores mencionados nas alíneas (a), (c) e (e) do item 4.15.3. acima serão reajustados anualmente pelo Índice Geral ao Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

4.15.3.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático o Agente Fiduciário deverá publicar edital de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, na qual deverão estar presentes Debenturistas de todas as Séries, conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.15.3.3. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3.2. acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas de cada uma das Séries poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures da respectiva Série, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado. A decisão da Assembleia Geral de Debenturistas de uma das Séries é independente e não vincula as outras Séries.

4.15.3.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.15.3.2. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.15.3.3. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da respectiva Série, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.



39


44
C

4.15.4. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 4.15.2. e 4.15.3.4. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, observado o prazo de cura aplicável, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (iii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido convidada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável.

4.15.5. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e, conseqüentemente, devido o Montante Devido Antecipadamente, nos termos do item 4.15.4. acima, a Emissora, juntamente com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

4.16. Multa e Juros Moratórios

4.16.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento.

4.17. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

4.17.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

4.18. Garantias



40

45

4.18.1. As Debêntures não contarão com garantias.

4.19. Local de Pagamento

4.19.1. Os pagamentos decorrentes das Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures que estiverem eletronicamente custodiadas na CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados por meio do Agente Escriturador das Debêntures ou na sede da Emissora.

4.20. Prorrogação dos Prazos

4.20.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, caso em que não haverá nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação de prazo quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" ou "Dias Úteis" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.21. Publicidade

4.21.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão e/ou das Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário da realização da publicação, na mesma data de sua publicação.



41

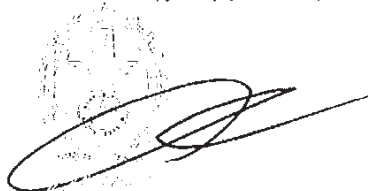


CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório da administração e parecer dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas, quando tratar das demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (ii) no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e com as regras da CVM, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou aos membros de sua administração, bem como suas respectivas respostas, quando tratar das demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora;
- (iii) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento de solicitação neste sentido, qualquer informação relevante que possa interessar aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, que venha a lhe ser razoavelmente solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (iv) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480") (com exceção daquelas referidas nas alíneas (i) e (ii) acima), com a mesma periodicidade;





47
C

de prevista para o envio dessas informações à CVM, caso não estejam disponíveis na CVM;

- (v) até no máximo 1 (um) Dia Útil após a publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.19. acima; e
 - (vi) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no terceiro dia útil após sua publicação ou, se não forem publicados, após a data em que forem realizados.
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
 - (c) manter sempre atualizado, às suas expensas, o seu registro de companhia aberta na CVM;
 - (d) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (e) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas e do Agente Fiduciário que possam interessar ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, observados os termos da presente Escritura de Emissão e as limitações legais e regulamentares a que está sujeita a Emissora;
 - (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça em 1 (um) Dia Útil da ocorrência do fato que ensejar a convocação;
 - (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado em 3 (três) Dias Úteis da ocorrência do fato;
 - (h) cumprir todas as regulamentações da CVM e fornecer todas as informações e documentos que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;



48
C

- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (l) cumprir, todas as leis, regras, regulamentos, inclusive ambiental, cujo descumprimento cause um Efeito Material Adverso, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos. Para fins deste item, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, jurídica, operacional ou de qualquer outra natureza que afete ou que possa razoavelmente afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- (m) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário;
- (o) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;



44



49
C

- (p) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos, desde que a preço de mercado, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora; e
- (r) contratar agência classificadora de risco internacional em funcionamento no país para obtenção de *rating* para (i) manter atualizado o relatório de avaliação, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco dentro de cada exercício social ou 5 (cinco) dias após sua elaboração; e (iii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

5.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais e extrajudiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.



45



6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão; declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) que os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e



46






- 51
C
- (k) na data de celebração desta Escritura de Emissão, identificou que presta serviços de agente fiduciário na 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissora ("Segunda Emissão de Debêntures"). No âmbito da Segunda Emissão de Debêntures foram emitidas 8.150 (oito mil cento e cinquenta) debêntures em três séries, sendo 4.250 (quatro mil duzentas e cinquenta) debêntures da primeira série, 2.450 (duas mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da segunda série e 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) debêntures da terceira série, totalizando o valor de R\$815.000.000,00 (oitocentos e quinze milhões de reais). As debêntures da Segunda Emissão de Debêntures possuem vencimento em 15 de dezembro de 2015, para a primeira série, 15 de dezembro de 2017, para a segunda série e 15 de dezembro de 2017, para a terceira série. Não foram dados bens em garantia. Até a presente data, não ocorreram quaisquer eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento de tais debêntures da Segunda Emissão de Debêntures. Além da Segunda Emissão de Debêntures da Emissora, o Agente Fiduciário não atuou como agente fiduciário em qualquer outra emissão de valores mobiliários da Emissora, ou de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

6.4.1. O valor semestral de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), devido o 1º (primeiro) pagamento na data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nos mesmos dias dos meses de setembro e fevereiro de cada ano, até o resgate total das Debêntures.

6.4.2. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em caso de sua alteração após a subscrição das Debêntures ou realização de Assembleia Geral de Debenturistas, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela. Caso este trabalho adicional seja desenvolvido em fração de horas, este valor de 1



47 

52
C

(uma) hora será *pro-rateado* à razão de 20 (vinte) minutos, mesmo que incompletos, dedicados pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário para (i) a assessoria aos titulares das Debêntures e análise das alterações da Escritura de Emissão e da proposta da Emissora aos Debenturistas, (ii) o comparecimento em reuniões com a Emissora, (iii) o comparecimento em reuniões com os titulares das Debêntures, (iv) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e (v) a execução das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento pela Emissora de relatório demonstrativo de tempo dedicado elaborado pelo Agente Fiduciário.

6.4.3. Caso após a Emissão seja incluída garantia ou *covenant* (índice financeiro), será devido adicionalmente o valor de R\$275,00 (duzentos e setenta e cinco reais) mensais por cada garantia ou *covenant* adicional que deva ser verificado pelo Agente Fiduciário em periodicidade semestral ou anual.

6.4.4. Os valores previstos acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IGP-M/FGV a partir de 1º de agosto de 2012.


6.4.5. As remunerações não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos serviços pelo Agente Fiduciário, a serem cobertas pela Emissora.

6.4.6. Os valores descritos acima serão acrescidos dos tributos incidentes sobre a remuneração (ISS, PIS, COFINS, IR, CSLL e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que estes valores correspondem a valores líquidos de todos os tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

6.4.7. As remunerações serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.



48



53
C

6.4.8. Caso a totalidade das Debêntures seja resgatada integralmente antes do seu vencimento, será devido, na data do resgate integral, o próximo valor subsequente.

6.4.9. No caso de atraso no pagamento dos valores devidos ao Agente Fiduciário, os valores em atraso sofrerão os mesmos encargos moratórios aplicáveis às Debêntures.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública,





49



Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;

- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.19. acima;
- (k) informar a Emissora sobre a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de até 1 (um) Dia Útil de sua convocação;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma do grupo societário da Emissora (contendo, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades de controle comum, as coligadas, e demais sociedades integrantes do mesmo bloco de controle, no encerramento de cada exercício social), bem como atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 40 (quarenta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório na CVM:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;



50



- d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- g. resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- i. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;

(n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- a. na sede da Emissora;
- b. na sede do Agente Fiduciário;
- c. na CVM;
- d. na CETIP; e
- e. na sede do Coordenador Lider.



51



- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.19. acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referentes à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- (r) notificar os Debenturistas individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.19. acima, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor de ser enviada à:
 - a. CVM; e
 - b. CETIP;
- (s) divulgar as informações referidas no item "i" da alínea "m" acima em sua página na rede mundial de computadores (fazer logo delas tenha conhecimento);
- (t) acompanhar com o Banco Mandatário na data de pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:



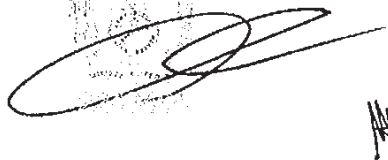

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim o autorizar, observado o disposto no item 4.15.3.3. acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.



6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM n.º 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, o qual deverá ser registrado nos termos do item 2.3.1. acima.

6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19. acima.

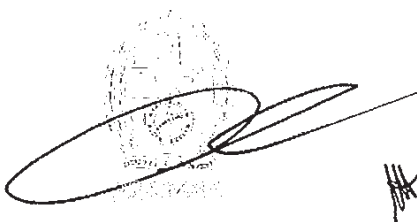
6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas de cada Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da respectiva Série.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.




7.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação da respectiva Série, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures da respectiva Série em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuge. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

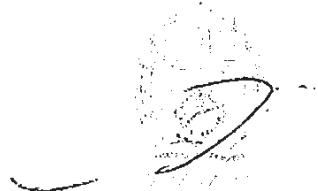
7.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.9. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas da respectiva Série, se for o caso, ou àquele que for designado pela CVM.

7.10. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.11. As alterações relativas às características das Debêntures de uma Série específica, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos no item 4.15. acima; e/ou (vi) a alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sétima, inclusive deste item 7.11. de



55


penderão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

7.12. As deliberações que digam respeito aos Debenturistas de todas as Séries, como por exemplo: (i) substituição do Agente Fiduciário, do Banco Mandatário ou do Agente Escriturador; (ii) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

7.13. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não tiver quorum específico, dependerá da aprovação de Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures em Circulação da respectiva Série.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;




56



61
C

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora (e/ou suas controladoras, suas controladas e suas coligadas, diretas ou indiretas) ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;



57

- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e do IPCA/IBGE, divulgado pelo IBGE, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (k) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Praça XV de Novembro, n.º 20, salas 1002 e 1003

CEP 20010-010 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Cristiano Corrêa de Barros

Telefone: (21) 2212-6000

Fax similar: (21) 2212-6041

E-mail: cristiano.barros@taesa.com.br

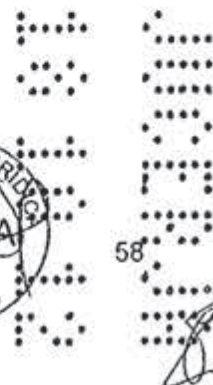
Para o Agente Fiduciário:

GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Ayrton Senna, n.º 3.000, Bloco 1, sala 317

22.775-003 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2490-4305
Fac simile: (21) 2490-3062
E-mail: gdc@gdcdtvm.com.br


Para o Banco Mandatário
ITAÚ UNIBANCO S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal
At.: Dalmir N. Coelho
Telefone: (11) 2797-4207
Fac-símile: (11) 2797-3140
E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Agente Escriurador:
ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar
At.: Dalmir N. Coelho
Telefone: (11) 2797-4207
Fac-símile: (11) 2797-3140
E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou mo-




dificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

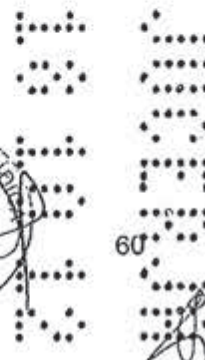
CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2012

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



Página de assinatura 1/2 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.


Nome: _____
Cargo: CRISTIANO CORREA DE BARROS
Diretor Superintendente Financ. e RI
CPF: 327.933.915-20


Nome: _____
Cargo: Marco Antônio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico
TAESA



10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100



101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200

66
6

Página de assinatura 2/2 do Instrumento Particular de Escritura da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Três Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

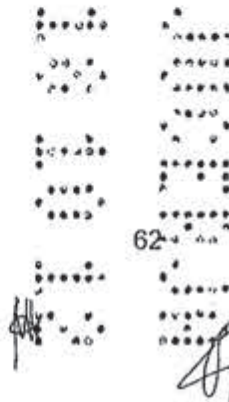
GDC PARTNERS SERVIÇOS FIDUCIÁRIOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Juarez Dias Costa
Nome: JUAREZ DIAS COSTA
Cargo: DIRETOR

Testemunhas:

Luan de Moura Mendonça
Nome: LUAN DE MOURA MENDONÇA
CPF: 136.798.407-64

Mariana Hagalhães
Nome: MARIANA SANT'ANNA HAGALHÃES
CPF: 103.579.457-86



ANEXO F – SÚMULA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

[página intencionalmente deixada em branco]

Fitch Afirma Ratings da Taesa em 'BBB'/'AAA(bra)'; Observação Negativa Removida

17 Set 2012 18h16

Fitch Ratings - Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2012: A Fitch Ratings afirmou, hoje, os IDRs (Issuer Default Ratings - Ratings de Probabilidade de Inadimplência do Emissor) em Moeda Estrangeira e Local 'BBB' e o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)' da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Taesa). A Observação Negativa dos ratings foi removida, sendo atribuída Perspectiva Estável.

Ao mesmo tempo, a Fitch atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)' à proposta de terceira emissão de debêntures quirografárias da Taesa, no valor inicial de até BRL1,6 bilhão, dividida em até três séries, com vencimentos finais em cinco, oito e doze anos. Os recursos da emissão serão utilizados para pagamento de dívidas da quarta e da quinta emissões de notas promissórias, cujo saldo devedor ao final de junho de 2012 era de BRL2,2 bilhões. Estas duas emissões foram utilizadas como empréstimos-ponte para aquisição integral de cinco ativos de transmissão de energia elétrica (NTE, STE, ATE, ATE II e ATE III) da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (Abengoa), realizada em dois estágios (novembro de 2011 e julho de 2012).

A retirada da Observação Negativa reflete a opinião da Fitch de que o perfil financeiro da companhia, em bases consolidadas, permanece forte, mesmo após a concretização das relevantes aquisições, no total de BRL2,1 bilhões, nos últimos 12 meses. A Taesa concluiu, em julho de 2012, sua emissão de capital no valor de BRL1,755 bilhão, o que, na visão da Fitch, permitirá à companhia manter sua alavancagem financeira adequada aos ratings atuais. A ação de rating já incorpora a provável aquisição de participações em dez ativos de transmissão da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) (Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)'), estimada para ocorrer em breve, que deverá adicionar BRL1,8 bilhão ao total gasto com as aquisições anteriores.

Os ratings grau de investimento da Taesa refletem seus fortes e diversificados ativos de transmissão de energia elétrica, com fluxo de caixa consolidado estável e previsível e elevadas margens operacionais. Os ratings da Taesa também incorporam o baixo risco de negócio de suas concessões, incluindo as que ainda deverão ser adquiridas pela companhia, com a maioria não estando sujeita a revisões tarifárias periódicas. Os ratings da Taesa não são limitados pela qualidade do crédito de um de seus principais acionistas, a Cemig GT, uma vez que esta divide o controle da companhia com um fundo de investimento e seu acesso ao caixa da Taesa é restrito aos dividendos.

Expectativa de Redução Gradual da Alavancagem

Em base pro-forma, a Fitch espera que a alavancagem financeira líquida consolidada da Taesa fique próxima a 2,7 vezes em 2012, com reduções graduais para 2,3 vezes, em 2013, e 2,0 vezes, em 2014, caso não sejam realizados novos investimentos. Os historicamente baixos índices de alavancagem consolidados da companhia, apesar dos substanciais pagamentos de dividendos nos últimos anos, ficaram mais pressionados após a primeira etapa de compra dos ativos da Abengoa. No período de 12 meses encerrado em 30 de junho de 2012, a companhia reportou, pelas normas brasileiras de contabilidade (BR GAAP), uma relação dívida total/EBITDA de 4,8 vezes e dívida líquida/EBITDA de 3,0 vezes, que se comparam, respectivamente, com as de 2,3 vezes e 1,6 vez apuradas em 2010. Segundo cálculos da Fitch, em base pro-forma, após os eventos de capitalização e de aquisição da participação nos ativos da Cemig GT e da parcela remanescente dos ativos da Abengoa, a alavancagem líquida ficaria em 3,0 vezes.

Ativos Com Baixo Risco de Negócio

Os ratings da Taesa se apoiam no baixo risco de negócios dos seus ativos e em sua limitada exposição ao risco de renovação das concessões. A Taesa é uma das maiores empresas de transmissão de energia elétrica no Brasil, com 5.927km de linhas de transmissão espalhados pelo país. As datas de vencimento das concessões, tanto dos atuais ativos da Taesa, como dos que estão sendo adquiridos pela companhia, estendem-se a partir de 2030, o que diminui o risco de renovação das concessões da companhia. A Taesa se encontra em processo de aquisição de participação correspondente a 1.659km de linhas de transmissão da Cemig GT, que contribuirão para aumentar a diversificação e diluir potenciais riscos operacionais dos ativos da empresa.

A exposição da companhia a revisões tarifárias é baixa, uma vez que 12 de suas 13 concessões em operação, assim como sete dos dez ativos que estão sendo adquiridos, foram obtidos antes de novembro de 2006 e não estão sujeitos à regra de revisão periódica de tarifas. A exposição às revisões tarifárias poderá aumentar, à medida que a companhia participe de licitações de projetos de novas concessões de transmissão no país. De acordo com os contratos de concessão da Taesa anteriores a novembro de 2006, as receitas anuais permitidas (RAPs) dessas concessões decrescerão 50% após o 16º ano de operação. O impacto desta redução sobre a geração de fluxo de caixa da empresa deverá ser atenuado por patamares mais baixos de dívida, já que na época em que a receita estiver menor a dívida usada para construção das linhas de transmissão deverá estar totalmente amortizada. A Taesa se beneficia de uma base diversificada de clientes e de uma estrutura garantida de pagamentos.

Fluxo de Caixa das Operações Robusto e Previsível

As receitas de transmissão de energia elétrica da Taesa são estáveis e altamente previsíveis e se baseiam na disponibilidade de linhas, em vez do volume transportado. As RAPs das concessões são ajustadas anualmente pela inflação. No período de 12 meses encerrado em 30 de junho de 2012, a companhia reportou receita líquida e EBITDA consolidados de BRL1,012 bilhão e BRL896 milhões, respectivamente, segundo os critérios da Fitch e utilizando o BRGAAP. Isto se traduz em elevada margem de EBITDA, 88,5%, característica de uma companhia de transmissão. Considerando as aquisições, a Fitch estima um EBITDA anual de BRL1,7 bilhão.

Enquanto a Taesa não obtém projetos a serem desenvolvidos, a Fitch espera que o fluxo de caixa livre (FCF) consolidado da companhia esteja atrelado a maiores ou menores pagamentos de dividendos, com robusto fluxo de caixa das operações (CFFO). No entanto, os critérios adotados pelo IFRS para o demonstrativo de fluxo de caixa distorceram a análise para o período de 12 meses encerrado em 30 de junho de 2012. O CFFO e o FCF ficaram negativos em BRL522 milhões e BRL1,483 bilhão, respectivamente, refletindo a aquisição parcial dos ativos da Abengoa. O FCF também foi negativamente impactado pela distribuição de BRL955 milhões em dividendos, acima dos patamares históricos, que englobou BRL333 milhões pagos em outubro de 2011, relativos às reservas de lucros acumulados.

Perfil Gerenciável de Dívida

No final de junho de 2012, a Taesa reportou dívida total consolidada de BRL4,310 bilhões e caixa e aplicações financeiras de BRL1,591 bilhão. A elevada dívida de curto prazo, de BRL2,313 bilhões, refletia, principalmente, o saldo devedor de BRL2,151 bilhões das notas promissórias, com os recursos da última emissão, de BRL905 milhões, ainda no caixa. A rolagem das notas promissórias através da terceira emissão de debêntures colocará a dívida de curto prazo em patamares bastante reduzidos. Embora BRL904 milhões do caixa tenham sido utilizados para pagar a segunda etapa de aquisição dos ativos da Abengoa, em julho de 2012, a capitalização de BRL1,755 bilhão trouxe um reforço significativo para o caixa, até que seja concretizada a compra da participação nos ativos da Cemig GT.

A estratégia da Taesa é usar o caixa para aquisições somente após o alongamento da dívida de curto prazo. As debêntures vencerão de cinco a doze anos após a emissão e não devem exercer maiores pressões sobre o caixa durante a fase de carência do vencimento do principal. Quando a terceira emissão de debêntures estiver concluída, a companhia apresentará um perfil de dívida de longo prazo, com somente BRL935 milhões da dívida existente vencendo até 2014. A Fitch também espera forte cobertura da dívida de curto prazo, mesmo após a esperada aquisição, baseado em índices de caixa/dívida de curto prazo e caixa+CFFO/dívida de curto prazo acima de 3,5 vezes e 6,0 vezes, respectivamente.

Fatores de Evolução do Rating

Ações negativas nos ratings podem ser realizadas mediante a deterioração do perfil financeiro consolidado da Taesa. Investimentos em projetos novos relevantes com riscos associados à fase de construção e baixa lucratividade também podem pressionar os ratings. Os IDRs poderão ser positivamente afetados pelo fortalecimento do perfil financeiro da Taesa com reduzida alavancagem financeira e sustentável crescimento de sua liquidez.

Contato

Analista principal

Mauro Storino

Diretor sênior

+55-21-4503-2625

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 – Sala 401 B – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20010-010

Analista secundário

Renata Pinho

Diretora

+55-11-4504-2207

Presidente do comitê de rating

Ricardo Carvalho

Diretor sênior

+55-21-4503-2627

Relações com a Mídia: Jaqueline Ramos de Carvalho, Rio de Janeiro, Tel: +55-21-4503-2623, E-mail: jaqueline.carvalho@fitchratings.com

Informações adicionais disponíveis em 'www.fitchratings.com' ou 'www.fitchratings.com.br'. O rating acima foi solicitado pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação do rating.

Metodologia Aplicada e Pesquisa Relacionada:

--'Corporate Rating Methodology' (8 de agosto de 2012);

--'National Ratings – Methodology Update' (19 de janeiro de 2011).

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR AS LIMITAÇÕES E OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). ADICIONALMENTE, AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE WWW.FITCHRATINGS.COM, ASSIM COMO A LISTA DE RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH; A POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE E CONFLITOS DE INTERESSE; A POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL), COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO 'CÓDIGO DE CONDUTA'.

A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. tiveram todo o cuidado na preparação deste documento. Nossas informações foram obtidas de fontes que consideramos fidedignas, mas sua exatidão e seu grau de integralidade não estão garantidos. A Fitch Ratings Brasil Ltda. e a Fitch Ratings Ltd. não se responsabilizam por quaisquer perdas ou prejuízos que possam advir de informações equivocadas. Nenhuma das informações deste relatório pode ser copiada ou reproduzida, arquivada ou divulgada, no todo ou em partes, em qualquer formato, por qualquer razão, ou por qualquer pessoa, sem a autorização por escrito da Fitch Ratings Brasil Ltda. Nossos relatórios e ratings constituem opiniões e não recomendações de compra ou venda. Reprodução Proibida.

Copyright © 2012 Fitch Ratings Brasil Ltda.

Praça XV de Novembro, 20 - Sala 401 B, Centro - Rio de Janeiro - CEP 20010-010. Tel.: 55-21-4503-2600 – Fax: 55-21-4503-2601
Alameda Santos, 700, 7º andar, Cerqueira César - CEP: 01418-100 - Tel.: 55-11-4504-2600 – Fax: 55-11-4504-2601

Código de Conduta | Termos de Uso | Política de Privacidade

[página intencionalmente deixada em branco]

ANEXO G – DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER

[página intencionalmente deixada em branco]



**DECLARAÇÃO DA COMPANHIA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**

A TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A., sociedade por ações com registro de capital aberto perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, n.º 20, 10º andar, salas 1.002 e 1.003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 07.859.971/0001-30, ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.0027843-5, neste ato representada na forma de seu estatuto social, no âmbito da emissão de até 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), em até 3 (três) séries, de sua 3ª (terceira) Emissão ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública ("Oferta"), no valor total de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, em especial atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

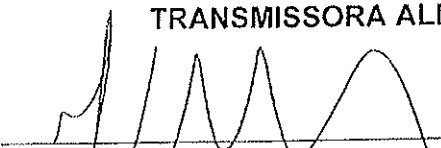
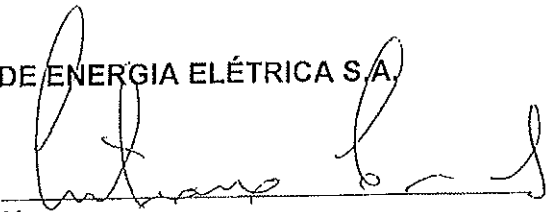
- (i) Prospecto Preliminar da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, de Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Prospecto Preliminar") contém, e o Prospecto Definitivo da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, de Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Prospecto Definitivo") conterà, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e

quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes;

- (ii) (a) as informações prestadas e a serem prestadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta. (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2012

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

 Nome: José Aloiso Ragone Filho Cargo: Diretor Superintendente Geral CPF: 595.172.878-88	 Nome: CRISTIANO CORREA DE BARROS Cargo: Diretor Superintendente Financ. e RI CPF: 327.933.916-20
--	--



DECLARAÇÃO DO BANCO ITAÚ BBA S.A.

PARA FINS DO ARTIGO 9º, PARÁGRAFO 1º, INCISO XXX DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA AS ATIVIDADES CONVENIADAS

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição intermediária líder da distribuição pública de até 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, para distribuição pública, da 3ª (terceira) Emissão da **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na data de emissão respectiva, qual seja, 15 de outubro de 2012, o valor total de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso XXX do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas ("Código ANBIMA"), declara que se obriga a observar as normas contidas no Código ANBIMA, estando sujeito às regras e princípios nele contidos.

São Paulo, 20 de setembro de 2012

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:

Cargo:

Alexandre Acoude
Diretor Executivo

Nome:

Cargo:

Eduardo Corsetti
Diretor



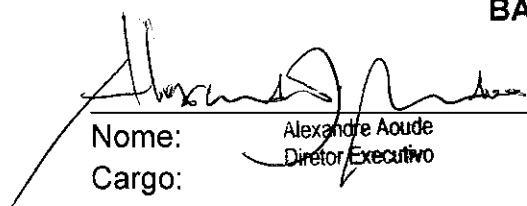
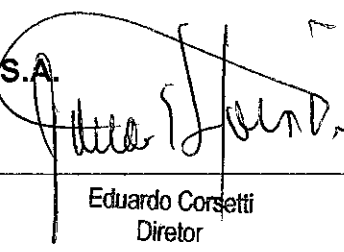
**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº. 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição intermediária líder da distribuição pública de até 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 3 (três) séries, da 3ª (terceira) Emissão da **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.** ("Companhia" ou "Emissora"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário" e "Debêntures", respectivamente), perfazendo, na data de emissão, qual seja 15 de outubro de 2012, o valor total de até R\$1.600.000.000,00 (um bilhão e seiscentos milhões de reais) ("Emissão" ou "Oferta"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), em especial em atendimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar:

- (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia que integram o Prospecto Preliminar da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, de Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Prospecto Preliminar") e que venham a integrar o Prospecto Definitivo da Terceira Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Três Séries, de Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Prospecto Definitivo"), são ou serão suficientes, conforme o caso, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

- (b) que o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e
- (c) que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 20 de setembro de 2012

BANCO ITAÚ BBA S.A.	
	
Nome: Alexandre Aoude	Nome: Eduardo Corsetti
Cargo: Diretor Executivo	Cargo: Diretor

[página intencionalmente deixada em branco]

**ANEXO H – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA
COMPANHIA RELATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO REFERENTE AO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

[página intencionalmente deixada em branco]



Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Informações Financeiras *Pro Forma* Não
Auditadas Referentes à Demonstração de
Resultados Consolidada do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011 e Relatório de
Asseguração Limitada dos Auditores
Independentes



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Fomos contratados pela Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”) para apresentar um relatório sobre as informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas da Companhia compreendendo a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e respectivas notas explicativas, na forma de uma conclusão de asseguarção limitada, se com base em nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, temos conhecimento de algum fato que nos leve a acreditar que a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não está apresentada com base nos critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Responsabilidades da Administração da Companhia

A Administração da Companhia é responsável pela compilação, elaboração e formatação para apresentação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e respectivas notas explicativas de acordo com os critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas e pelas demais informações contidas nestas informações, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada pela Companhia e emitir sobre a mesma, uma conclusão de asseguarção limitada, com base nas evidências obtidas. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com a NBC TO 3000 (ISAE) 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão. Tal norma requer o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível suficiente de asseguarção limitada sobre se a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentada de acordo com os critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, como a base para a nossa conclusão de asseguarção limitada.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão das bases de compilação, elaboração e formatação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da

Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com base nos critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde assuntos relevantes poderiam existir.

Na obtenção de nossa compreensão das bases de compilação, elaboração e formatação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com base nos critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, obtivemos o entendimento dos controles internos sobre a compilação, elaboração e formatação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a fim de definir os procedimentos de asseguarção limitada que são apropriados nas circunstâncias, mas não para efeitos de expressar uma conclusão quanto à eficácia dos controles internos da Companhia relativos à compilação, elaboração, formatação e apresentação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O nosso trabalho incluiu: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011; (b) comparação das informações financeiras históricas da Companhia apresentadas em coluna na demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com aquelas que constam das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia por nós auditadas; (c) discussão com a Administração da Companhia para entendimento dos ajustes procedidos na preparação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, bem como teste do somatório dessa demonstração.

A asseguarção limitada fornece um grau de asseguarção menor que uma auditoria ou uma asseguarção razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguarção limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguarção razoável e, portanto, menos asseguarção é obtida que em um trabalho de asseguarção razoável, consequentemente não expressamos opinião de auditoria ou conclusão de asseguarção razoável sobre a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Características e Limitações da Demonstração de Resultados Consolidada *Pro Forma* do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

A demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi compilada, elaborada e formatada unicamente para ilustrar como os aspectos relevantes das recentes aquisições, das operações consideradas prováveis pela Companhia, e das emissões das notas promissórias e debêntures, conforme descrito na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, poderiam ter afetado os resultados consolidados das suas operações para o exercício findo naquela data, caso tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011, considerando (i) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas históricas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, por nós auditadas (ii) as demonstrações financeiras individuais e/ou consolidadas ou combinadas da Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”), União Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (“UNISA”), da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), da Empresa Catarinense de Transmissão de

Energia S.A. (“ECTE”), da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) e da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, auditadas por outros auditores independentes. Em virtude de sua natureza, a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente os resultados consolidados das operações da Companhia caso as recentes aquisições, as operações consideradas prováveis pela Companhia e as emissões das notas promissórias e debêntures, conforme descrito na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, tivessem, de fato, ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

Critérios

A demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi preparada com base nos critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Conclusão

Baseado nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não está apresentada de acordo com os critérios descritos na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Outros assuntos

Propósito do relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes e limitação de uso

Este relatório foi emitido exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de Registro de Oferta da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. no Brasil e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

Rio de Janeiro, 9 de outubro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1 SP-197193/O-6 “S” RJ

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração de Resultados Consolidada *Pro Forma*

Exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Em R\$ mil	Consolidado TAESA	NTE	Consolidado UNISA	Combinado Grupo TBE	Desconsolidação da NTE	Desconsolidação da UNISA	Ajustes <i>Pro Forma</i> ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição e da emissão das Notas Promissórias e das Debentures	Consolidado <i>Pro Forma</i> TAESA
Nota explicativa		(3.1a)	(3.1b)	(3.1c)	(3.1a)	(3.1b)	(3.2)	
Receita Operacional Líquida	997.244	88.434	331.510	378.050	(7.626)	(17.669)	306.842	2.076.785
Custos Operacionais	(64.090)	(8.175)	(71.116)	(82.571)	(61)	5.280	2.776	(217.957)
Resultado Bruto	933.154	80.259	260.394	295.479	(7.687)	(12.389)	309.618	1.858.828
Despesas Administrativas	(40.444)	13.069	(3.427)	(10.117)	(594)	572	-	(40.941)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	892.710	93.328	256.967	285.362	(8.281)	(11.817)	309.618	1.817.887
Receita (Despesa) Financeira Líquida	(178.717)	(8.866)	(88.025)	(50.729)	1.116	10.552	(250.470)	(565.139)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	713.993	84.462	168.942	234.633	(7.165)	(1.265)	59.148	1.252.748
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(218.594)	(23.907)	(36.699)	(37.819)	1.962	(706)	(15.088)	(330.851)
Lucro (Prejuízo) Consolidado do Período	495.399	60.555	132.243	196.814	(5.203)	(1.971)	44.060	921.897
Participação de Não Controladores	-	-	-	(2.015)	-	-	(1.442)	(3.457)
Lucro (Prejuízo) do Período atribuído aos Acionistas do Bloco de Controle da Companhia	495.399	60.555	132.243	194.799	(5.203)	(1.971)	42.618	918.440

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras consolidadas *pro forma*.

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes à demonstração de resultados consolidada *pro forma* do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Base de apresentação da demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes à demonstração de resultados consolidada *pro forma* para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram compiladas, elaboradas e formatadas para ilustrar os efeitos nos nossos resultados consolidados *pro forma*, caso as combinações de negócios com as empresas Nordeste Transmissora de Energia S.A. (“NTE”), União Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (“UNISA”), Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) e Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), e a emissão das Notas Promissórias e das Debêntures tivessem já ocorrido e, portanto, nós possuíssemos participação em tais empresas e tivéssemos captado os recursos das Notas Promissórias e das Debêntures desde 1º de janeiro de 2011.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes a demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas para ilustrar os efeitos nos nossos resultados referentes às combinações de negócio ocorridas e consideradas prováveis de ocorrerem e as emissões de Notas Promissórias e das Debêntures, conforme acima mencionado.

Destacamos que nossas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas foram compiladas, elaboradas, formatadas e são apresentadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como indicativo de nossas futuras demonstrações financeiras consolidadas nem como a nossa demonstração de resultados consolidada efetiva, caso as combinações de negócios acima mencionadas e as emissões das Notas Promissórias e das Debêntures tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Levando-se em conta os comentários acima, a demonstração de resultado consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é baseada em premissas consideradas razoáveis pela nossa Administração, devendo ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das Companhias que fizeram parte das informações financeiras consolidadas *pro forma*, incluindo suas notas explicativas, abaixo resumidas:

- Nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individuais e consolidadas) e as IFRS (consolidadas), conforme emitidas pelo IASB, e auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria;

- Demonstrações financeiras da NTE referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, conforme emitidas pelo IASB, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou combinadas da UNISA referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, conforme emitidas pelo IASB, e auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria;
- Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EATE, ETEP e ECTE e demonstrações financeiras da EBTE, ENTE e ERTE referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, conforme emitidas pelo IASB, e auditadas pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

A demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi preparada com base na nossa demonstração de resultados consolidada auditada e nas demonstrações de resultado auditadas das empresas NTE, UNISA, EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE, ERTE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, todas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estas informações financeiras *pro forma* consolidadas não auditadas da Companhia referentes à demonstração de resultados consolidada *pro forma* do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento aos requerimentos da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”) e Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) decorrentes do processo de Registro de Oferta da Terceira Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública da Companhia e com o objeto de ilustrar como os aspectos relevantes das aquisições de participações na NTE, UNISA, EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE e da ERTE e das emissões das Notas Promissórias e das Debêntures poderiam ter afetado os resultados consolidados das operações da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, caso tivessem acontecido em 1º de janeiro de 2011, e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* referentes à demonstração de resultados consolidada não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são baseadas nas estimativas e premissas descritas na Nota 2 – Base para Compilação, Elaboração e Formatação das Informações Financeiras *Pro Forma* Não Auditadas e refletem os impactos *pro forma* das participações adquiridas recentemente, das aquisições de participações consideradas prováveis

pela Companhia e das emissões das Notas Promissórias e Debêntures, como se essas tivessem sido consumadas em 1º de janeiro de 2011 para fins de resultado consolidado *pro forma*. Essas informações não foram preparadas de acordo com as regras estabelecidas por qualquer órgão regulador.

2 Base para compilação, elaboração e formatação das informações financeiras *pro forma* não auditadas

As aquisições concluídas e as operações cuja conclusão é considerada provável de ocorrer por nossa Administração foram e serão, respectivamente, contabilizadas utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis sobre “Combinação de Negócios” CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R). As informações financeiras *pro forma* aqui apresentadas, inclusive aquelas relacionadas à alocação do preço de aquisição das operações ainda não concretizadas nesta data, são baseadas em estimativas preliminares, com base nas informações disponíveis, premissas e hipóteses, e serão revistas quando qualquer informação adicional se tornar disponível. Os ajustes reais para nossas demonstrações financeiras consolidadas após o fechamento das operações ainda não concluídas dependerão de uma série de fatores. Portanto, os ajustes reais podem divergir dos ajustes *pro forma* aqui apresentados, e tais diferenças podem ser significativas.

Descrição (i) das aquisições ocorridas recentemente e das operações cuja conclusão é considerada provável de ocorrer, (ii) das notas promissórias emitidas, (iii) da emissão de Units e (IV) Da emissão das debêntures

2.1 Aquisições da NTE e da UNISA

Em 30 de novembro de 2011, adquirimos (i) 50% das ações da UNISA, sociedade que é titular de 100% das ações das concessionárias de transmissão de energia elétrica STE, ATE, ATE II e ATE III e (ii) 100% das ações da NTE, a qual, juntamente com a UNISA, fazia parte do Grupo ABENGOA, pelo valor de R\$1,136 bilhão. A partir de 30 de novembro de 2011, passamos a consolidar integralmente a NTE e proporcionalmente a UNISA.

Em 03 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA, e a partir desta data UNISA passou a ser uma subsidiária integral da Companhia.. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$ 876,865 mil, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$ 903.910 mil líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 mil na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

2.2 Consolidação de Ativos do Grupo TBE

Em 17 de maio de 2012, celebramos Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a CEMIG, nossa acionista indireta, e a CEMIG GT, nossa acionista direta (que nos controla em conjunto com o FIP Coliseu), no valor de R\$1.732 milhões, por meio do qual nos será transferida a totalidade das participações acionárias detidas tanto pela CEMIG quanto pela CEMIG GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: (i) 49,98% da EATE, (ii) 19,09% da ECTE, (iii) 49,99% da ENTE, (iv) 49,99% da ERTE, (v) 49,98% da ETEP, (vi) 39,98% do STC, (vii) 49,98% da ESDE, (viii) 39,98% da Lumitrans, (ix) 19,09% da ETSE, e (x) 74,49% (49% diretamente e 25,49% indiretamente) da EBTE. A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação

de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a (i) anuência de nossos credores; e (ii) aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94. Entendemos que é provável a implementação das condições suspensivas para a conclusão da referida reestruturação societária ainda em 2012 e, portanto, estamos considerando tais participações nas sociedades do Grupo TBE nas informações financeiras *pro forma* ora apresentadas.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Entendemos, portanto, que após a observância das condições suspensivas ainda em 2012 referentes à aquisição das participações das concessionárias do Grupo TBE, e com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas IFRS, conforme emitidas pelo IASB, e aplicáveis até o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, as empresas EATE, ETEP, ENTE, ECTE, EBTE e ERTE serão consideradas por nós controladas em conjunto com a Alupar, sendo requerido o método de consolidação proporcional de acordo com o pronunciamento CPC 19 (R1) – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), equivalente ao pronunciamento IAS 31 – *Interests in Joint Ventures*. Consequentemente, as informações financeiras *pro forma* ora apresentadas consideram a consolidação proporcional das empresas do Grupo TBE na proporção dos percentuais a serem transferidos para nós.

Conforme mencionado acima, nosso entendimento de que quando da conclusão da transferência das participações nas sociedades do Grupo TBE ainda em 2012, passaremos a deter o controle compartilhado dessas empresas, baseado em determinadas cláusulas dos referidos acordos de acionistas vigentes, como segue:

1. As decisões da assembléia geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, exceto para determinadas matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 95% (no caso do acordo de acionistas de ECTE), 86% (no caso dos acordos de acionistas de EATE e ETEP), ou 88% (no caso dos acordos de acionistas das demais sociedades do Grupo TBE), das ações vinculadas ao acordo de acionistas. O rol de matérias que requer aprovação por quórum qualificado de acionistas signatários do acordo de acionistas contempla, dentre outras matérias:
 - (a) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de suas acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum das acionistas, em valores individuais ou em conjunto que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$100.000,00;

- (b) aprovação/alteração do orçamento anual;
 - (c) alteração dos limites de competência do conselho de administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias;
 - (d) alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído aos acionistas;
 - (e) aumento ou redução do capital social ou qualquer reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, transformação ou criação de subsidiárias); e
 - (f) participação da sociedade no capital de outras sociedades, em *joint ventures* ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
2. As decisões do conselho de administração, necessitarão de aprovação absoluta pelo voto afirmativo dos seus membros. Determinadas matérias somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo dos representantes de ambos os acionistas integrantes dos acordos de acionistas. Dentre as matérias, destacam-se:
- (a) fixação da orientação geral dos negócios da referida sociedade;
 - (b) autorização para a aquisição e a alienação de bens do ativo permanente da referida sociedade, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, em valores superiores a R\$1 milhão;
 - (c) aprovação de empréstimos, financiamentos e contratações em geral, bem como os atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1 milhão;
 - (d) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a sociedade e quaisquer de suas acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum das acionistas, em valores individuais ou em conjunto que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$100.000,00;
3. De maneira geral tais acordos definem que o Diretor Administrativo-Financeiro será indicado por um dos acionistas e o Diretor Técnico-Comercial será indicado por nós.

Ver Nota 4 – “Alterações dos acordos de acionistas do grupo TBE válidas a partir de 2013” para informações adicionais.

As aquisições concluídas e as operações cuja conclusão é considerada provável de ocorrer por nossa Administração foram e serão, respectivamente, contabilizadas utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis sobre “Combinação de Negócios” CPC 15 (R1) e o IFRS 3 (R). As informações financeiras *pro forma* ora apresentadas, inclusive na alocação do preço de aquisição das operações ainda não concretizadas nesta data, são baseadas em estimativas preliminares, com base nas informações disponíveis, premissas e hipóteses, e serão revistas quando qualquer informação adicional se tornar disponível. Os ajustes reais para nossas demonstrações financeiras consolidadas após o fechamento das operações ainda não concluídas dependerão de uma série de fatores. Portanto, os ajustes reais podem divergir dos ajustes *pro forma* aqui apresentados, e tais diferenças podem ser significativas.

Adicionalmente, o novo pronunciamento referente a empreendimentos conjuntos, IFRS 11 - *Joint Arrangements*, poderá impactar as entidades atualmente consolidadas e consolidadas proporcionalmente por nós. Esse pronunciamento tem adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida. No entanto, não adotamos de forma antecipada este pronunciamento e o potencial impacto de sua adoção ainda não foi mensurado. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes ao IFRS 11, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

2.3 Emissão de Notas Promissórias

Em 25 de maio de 2012, emitimos 181 Notas Promissórias na 5ª emissão em série única, com valor unitário de R\$5,0 milhões, totalizando uma captação no montante de R\$905,0 milhões. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias referente à 5ª emissão foram utilizados para pagamento à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para adquirir os 50% das ações da UNISA remanescentes, bem como para nosso reforço do caixa. O prazo de vencimento das Notas Promissórias 5ª emissão é de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104,00% da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo. Adicionalmente, em 29 de novembro de 2011, emitimos 234 Notas Promissórias 4ª emissão comerciais em série única, com valor unitário de R\$ 5 milhões, totalizando uma captação no montante de R\$ 1.170,0 milhões. Os recursos captados com emissão das Notas Promissórias 4ª emissão foram utilizados para a aquisição de (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA, e (ii) 100% das ações detidas pela UNISA e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no capital social da NTE. O saldo remanescente foi utilizado para capital de giro. O prazo de vencimento das Notas Promissórias 4ª emissão é de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 105,50% da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo.

Os recursos que a Companhia espera captar com a emissão das debêntures (ver item 2.4), objeto de Prospecto no qual estas informações financeiras *pro forma* serão apresentadas, serão utilizados para substituir integralmente a 4ª emissão de Notas Promissórias e parte, R\$ 430,0 milhões, da 5ª emissão de Notas Promissórias. Sendo assim, a demonstração de resultados consolidada *pro forma* considera o impacto das despesas financeiras somente sobre o saldo remanescente das debêntures da 5ª emissão de R\$ 475,0 milhões.

2.4 Emissão de Debêntures

Os recursos de R\$ 1,600 milhões que a Companhia espera captar com a emissão das debêntures, objeto de Prospecto em que essas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas serão anexadas, serão utilizados para a substituição integral da 4ª emissão de Notas Promissórias e parte, R\$ 430 milhões, da 5ª emissão de Notas Promissórias. Sendo assim, a demonstração de resultados consolidada *pro forma* considera os impactos das despesas financeiras somente sobre o saldo remanescente das debêntures da 5ª emissão de R\$ 475,0 milhões.

A emissão das debêntures será realizada em até três series. Utilizamos a premissa que cada serie representará um terço dos recursos que a Companhia espera captar, ou seja, R\$ 533,3 milhões cada série. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 5 anos, não será objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice e renderão juros correspondentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de uma sobretaxa máxima de um por cento ao ano. As debêntures da segunda e terceira séries terão prazos de oito e doze anos respectivamente e seus

valores nominais serão atualizados pela variação do IPCA/IBGE. As debêntures da segunda e terceira séries serão remuneradas por uma taxa máxima de 6,00 por cento e 6,30 por cento respectivamente.

A quantidade de debêntures poderá ser aumentada em até vinte por cento com relação à quantidade originalmente oferecida, nas mesmas condições e preço das debêntures inicialmente ofertadas e o banco coordenador líder da oferta destas debêntures terá uma opção para distribuição de um lote suplementar de até quinze por cento com relação à quantidade de debêntures originalmente ofertada se houver um excesso de demanda. Estas debêntures adicionais e lote suplementar não estão considerados nas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

3 Informações financeiras históricas incluídas nas informações financeiras *pro forma* não auditadas e ajustes *pro forma* ao resultado decorrentes da alocação do preço de aquisição, da emissão das notas promissórias e da emissão de debêntures

Para fins da compilação, elaboração, formatação e apresentação das informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes à demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas e suposições:

- Essas informações financeiras são fornecidas exclusivamente como uma ilustração e não representam quais seriam efetivamente os resultados operacionais consolidados da Companhia caso as aquisições tivessem ocorrido na respectiva data presumida, e não indicam necessariamente os resultados operacionais consolidados da Companhia.
- A eventual redução nos futuros custos operacionais decorrente de sinergias, se houver, não é reconhecida nestas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas.
- as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição.
- os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

3.1 Informações financeiras históricas incluídas nas informações financeiras *pro forma* não auditadas

Na preparação das informações financeiras *pro forma* não auditadas, referentes à demonstração de resultados consolidada *pro forma* não auditada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, além da inclusão dos resultados contábeis consolidados históricos da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram aplicados os seguintes conceitos contábeis:

- (a) Conforme descrito na nota 2.1, em 30 de novembro de 2011 a TAESA adquiriu a NTE e nesta data fez a devida alocação do preço de compra. Desta forma, na elaboração das informações *pro forma* não auditadas, foi incluída uma coluna desconsolidando os resultados auferidos pela NTE no mês de dezembro de 2011 e outra coluna consolidando os resultados auferidos pela NTE no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na TAESA. Os ajustes *pro forma* decorrentes da alocação do preço de aquisição estão descritos na nota 3.2.

- (b) Conforme descrito na nota 2.1, em 30 de novembro de 2011 a TAESA adquiriu 50% de participação na UNISA e nesta data fez a devida alocação do preço de compra. Em 03 de julho de 2012 a Companhia adquiriu os 50% remanescentes de participação na UNISA e, de acordo com os pronunciamentos CPC 15(R1) e IFRS 3(R) – Combinação de Negócios se fez necessária a remensuração do investimento detido anteriormente e uma nova alocação do preço de aquisição. Desta forma, na elaboração das informações *pro forma* não auditadas, foi incluída uma coluna desconsolidando proporcionalmente os resultados auferidos pela UNISA no mês de dezembro de 2011 e outra coluna consolidando integralmente os resultados auferidos pela UNISA no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 na TAESA. Os ajustes pro forma decorrentes da alocação do preço de aquisição estão descritos na nota 3.2.
- (c) Conforme descrito na nota 2.2, na data da elaboração dessas informações financeiras *pro forma* não auditadas, a Companhia considera provável a aquisição de participação no Grupo TBE, atualmente detida pela CEMIG. Desta forma, na elaboração das informações *pro forma* não auditadas, foi incluída uma coluna consolidando proporcionalmente os resultados históricos do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de cada transmissora do Grupo TBE que a Companhia tem a intenção de adquirir (denominamos “Combinado Grupo TBE”, os valores representados das participações nas sociedades do Grupo TBE que serão transferidas para a TAESA), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Transmissora Alcança de Energia Elétrica S.A.
Informações Financeiras Pro Forma Não Auditadas Referentes à
Demonstração de Resultados Consolidada do
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2011 e Relatório
de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes

Combinado Grupo TBE	EATE	EATE	ETEP	ETEP	ENTE	ENTE	ECTE	ECTE	ERTE	ERTE	EBTE	Eliminações	Combinado
Em R\$ mil	100%	49,98%	100%	49,98%	100%	49,99%	100%	100%	19,09%	100%	49%		Grupo TBE
Receita Operacional Líquida	428.507	214.168	74.321	37.146	143.398	71.655	58.999	11.263	18.894	37.796	49.770	(24.875)	378.050
Custos Operacionais	(92.421)	(46.192)	(16.112)	(8.053)	(9.118)	(4.536)	(3.811)	(728)	(7.300)	(15.084)	(30.887)	13.487	(82.271)
Resultado Bruto	336.086	167.976	58.209	29.093	134.280	67.127	55.188	10.535	11.594	22.712	18.783	(9.388)	295.480
Despesas Administrativas	(10.735)	(5.365)	(2.494)	(1.247)	(4.976)	(2.486)	(2.379)	(454)	(475)	(951)	(176)	88	(10.117)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	325.351	162.610	55.715	27.846	129.304	64.639	52.809	10.081	10.878	21.761	18.607	(9.300)	285.363
Receita (Despesa) Financeira Líquida	(65.577)	(32.775)	(3.316)	(1.657)	(20.831)	(10.413)	(7.722)	(474)	(1.047)	(2.094)	(6.721)	3.359	(50.729)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	259.774	129.835	52.399	26.189	108.473	54.226	45.087	9.607	9.832	19.667	11.886	(5.941)	234.634
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(31.715)	(15.849)	(7.364)	(3.681)	(13.391)	(6.694)	(15.076)	(2.878)	(630)	(1.261)	(4.172)	2.085	(37.819)
Lucro (Prejuízo) Consolidado do Período	21.059	107.986	45.035	22.508	95.082	47.531	30.011	5.729	9.201	18.406	7.714	(3.855)	196.815
Lucro (Prejuízo) Atribuído aos Não Controladores	(11.745)	(5.870)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.855	(20.151)
Lucro (Prejuízo) do Período Atribuído aos													
Acionistas do Bloco de Controle da Companhia	204.314	102.116	45.035	22.508	95.082	47.531	30.011	5.729	9.201	18.406	7.714	-	194.800

(*) Resultados de cada empresa do Grupo TBE, auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, multiplicado pela participação que será transferida para a TAESA.

(**) Representa o somatório dos resultados auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 das empresas que compõe o Grupo TBE considerando a participação cuja transferência para nós é considerada provável pela nossa Administração.

Os ajustes pro forma decorrentes da alocação do preço de aquisição estão descritos na nota 3.2.

3.2 Ajustes pro forma decorrentes da alocação do preço de aquisição e da emissão das notas promissórias

Ajustes Pro Forma ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição e da emissão das Notas Promissórias e das Debêntures referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 - Em R\$ mil	UNISA	Combinado Grupo TBE		NTE	Emissão das Notas Promissórias		Emissão de Debêntures	Ajustes Pro Forma ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição e das emissões das Notas Promissórias e das Debêntures
		(1a) (1b)	(2a) (2b)		(3a) (3b)	(3a) (3c)		
Receita Operacional Líquida	207.229	(1a) (1b)	68.797	(2a) (2b)	30.816	(3a) (3b)	-	306.842
Custos Operacionais	(911)	(1a)	3.815	(2a) (2c)	(128)	(3a) (3c)	-	2.776
Resultado Bruto	206.318		72.612		30.688		-	309.618
Despesas Administrativas	-		-		-			-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos	206.318		72.612		30.688		-	309.618
Receita (Despesa) Financeira Líquida	-		1.484	(2a)	-	4(a)	(206.415)	(250.470)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro	206.318		74.096		30.688		(206.415)	59.148
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(70.148)	(1c)	(20.170)	(2d)	(10.434)	(3d)	70.181	(15.088)
Lucro (Prejuízo) Consolidado do Exercício	136.170		53.926		20.254		(136.234)	44.060
Lucro (Prejuízo) Atribuído aos Não Controladores	-		(1.442)	(2e)	-		(136.234)	(1.442)
Lucro (Prejuízo) Atribuído aos Acionistas do Bloco de Controle da Companhia	136.170		52.484		20.254		(136.234)	42.618

1. Nota referente aos ajustes *pro forma* da UNISA

Conforme mencionado anteriormente, em novembro de 2011, adquirimos (i) 50% das ações da UNISA, sociedade que é titular de 100% das ações das concessionárias de transmissão de energia elétrica STE, ATE, ATE II e ATE III, e (ii) 100% das ações da NTE, a qual, juntamente com a UNISA, fazia parte do Grupo ABENGOA, pelo valor de R\$1,136 bilhão. Em 03 de julho de 2012, a Companhia adquiriu os 50% remanescentes das ações da UNISA pelo valor de 876,9 milhões e a UNISA passou a ser uma subsidiária integral da Companhia. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012.

Com o objetivo de demonstrar os resultados *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, consideramos como se a aquisição dos 100% da participação da UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e consideramos a alocação do preço de aquisição da UNISA nesta data. Os quadros acima demonstram os ajustes *pro forma* da UNISA decorrentes da realização dos acréscimos ou decréscimos pelos valores justos dos itens de ativos e passivos, oriundos da alocação dos preços de aquisição estimados, calculado como se a combinação de negócio de 100% da UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados nos quadros acima é ilustrar quais seriam os impactos da alocação de preço de aquisição nas demonstrações de resultados caso a aquisição dos 100% da participação da UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes demonstrados nos quadros acima possuem as seguintes naturezas:

- (a) Ajustes *pro forma* relativos à realização do ajuste ao valor justo dos ativos financeiros de concessão da UNISA.
- (b) Ajustes *pro forma* referentes a PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas de 3,65% (empresas ATE e STE) e 9,25% (empresas ATE II e ATE III).
- (c) Ajustes *pro forma* referentes a impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a) e (b) acima, calculados com base nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.

2. Nota referente aos ajustes *pro forma* do Grupo TBE

Conforme mencionado anteriormente, em 17 de maio de 2012, celebramos um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a CEMIG, nossa acionista indireta, e a CEMIG GT, nossa acionista direta (que nos controla em conjunto com o FIP Coliseu), no valor de R\$1.732 milhões, por meio do qual nos será transferida a totalidade das participações acionárias detidas tanto pela CEMIG quanto pela CEMIG GT, direta ou indiretamente, nas concessionárias de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE. O preço de aquisição será corrigido até a data da conclusão da referida operação de reestruturação societária e tal conclusão, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos.

Com o objetivo de demonstrar os resultados *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, consideramos como se a transferência de participação no Grupo TBE para nós tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Para tal consideramos os valores na proporção das participações diretas que pretendemos adquirir (49,98% da EATE, 49,98% da ETEP,

49,99% da ENTE, 19,09% da ECTE, 49,99% da ERTE e 49% da EBTE) e consideramos a alocação do preço de aquisição dessas empresas do Grupo TBE nesta data.

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados nos quadros acima é ilustrar quais seriam os impactos da alocação do preço de aquisição nas demonstrações dos resultados caso a transferência das participações societárias nas sociedades do Grupo TBE tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes demonstrados nos quadros acima possuem as seguintes naturezas:

- (a) Ajustes *pro forma* relativos à realização do ajuste ao valor justo dos ativos financeiros de concessão do Grupo TBE.
- (b) Ajustes *pro forma* referentes a PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas de 3,65% a 9,25% (dependendo da empresa do Grupo TBE).
- (c) Ajustes *pro forma* relativos à amortização do ativo intangível de concessão identificados na alocação do preço de compra do Grupo TBE, amortização esta com base na vida útil da concessão e em base linear.
- (d) Ajustes *pro forma* referentes a impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a), (b) e (c) acima, calculados com base nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.
- (e) Ajustes *pro forma* referentes às participações não controladoras, decorrentes dos itens (a), (b), (c) e (d) acima referentes aos ajustes das empresas STC e Lumitrans.

3. Nota referente aos ajustes pro forma da NTE

Conforme mencionado anteriormente, em 30 de novembro de 2011, adquirimos 100% de participação na empresa NTE pelo valor de R\$336.103 mil. Com o objetivo de demonstrar o resultado *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, consideramos como se a aquisição da NTE tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e consideramos a alocação do preço de aquisição da NTE nesta data.

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados no quadro acima é ilustrar quais seriam os impactos da alocação do preço de aquisição na demonstração do resultado caso a aquisição da NTE tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes demonstrados no quadro acima possuem as seguintes naturezas:

- (a) Ajustes *pro forma* relativos à realização do ajuste ao valor justo do ativo financeiro de concessão da NTE.
- (b) Ajustes *pro forma* referentes a PIS e COFINS sobre o ativo financeiro de concessão a valor justo com base na alíquota de 3,65%.
- (c) Ajustes *pro forma* relativos à amortização do ativo intangível de concessão identificados na alocação do preço de compra da NTE, amortização esta com base na vida útil da concessão e em base linear.

- (d) Ajustes *pro forma* referentes a impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a) (b) e (c) acima, calculados com base nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.

4. Emissão de Notas Promissórias

Em 25 de maio de 2012, emitimos 181 Notas Promissórias 5ª emissão em série única, com valor unitário de R\$ 5 milhões, totalizando uma captação no montante de R\$905,0 milhões. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias 5ª emissão foram utilizados para pagamento à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para adquirir os 50% das ações da UNISA remanescentes, bem como para nosso reforço do caixa. O prazo de vencimento das notas promissórias comerciais é de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104,00% da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo.

Adicionalmente, em 29 de novembro de 2011, emitimos 234 Notas Promissórias 4ª emissão em série única, com valor unitário de R\$ 5 milhões, totalizando uma captação no montante de R\$ 1.170,0 milhões. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias 4ª emissão foram utilizados para a aquisição de (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA, e (ii) 100% das ações detidas pela UNISA e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no capital social da NTE. O saldo remanescente foi utilizado para capital de giro. O prazo de vencimento das Notas Promissórias 4ª emissão é de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 105,50% da taxa média dos DI – Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo.

O objetivo da emissão de R\$ 1,600 milhões de debêntures (ver (5) abaixo), objeto deste prospecto é a reestruturação da dívida, sendo assim, a Companhia pretende substituir integralmente a dívida proveniente da 4ª emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 1.170,0 milhões e o montante de R\$ 430,0 milhões da 5ª emissão de Notas Promissórias. Desta forma, o saldo da 5ª emissão de Notas Promissórias utilizado como base para os ajustes *pro forma* das respectivas despesas financeiras foi de R\$ 475,0 milhões (captação total de R\$ 905 milhões menos liquidações de R\$ 430 milhões).

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados no quadro acima é ilustrar quais seriam os impactos na demonstração do resultado caso a emissão das Notas Promissórias (5ª emissão) pelo valor de R\$ 475,0 milhões tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes demonstrados possuem a seguinte natureza: ajustes *pro forma* referentes ao reconhecimento de despesa financeira referente a juros remuneratórios correspondentes a 104% da taxa média dos DI durante 12 meses, considerando como se a emissão das Notas Promissórias tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

5. Emissão de Debêntures

Os recursos de R\$ 1,600 milhões que a Companhia espera captar com a emissão das debêntures, objeto de Prospecto em que essas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas serão anexadas, serão utilizados para a substituição integral da 4ª emissão de Notas Promissórias e parte da 5ª emissão de Notas Promissórias, conforme descrito anteriormente.

A emissão das debêntures será realizada em até três series. Utilizamos a premissa que cada serie representará um terço dos recursos que a Companhia espera captar, ou seja, R\$ 533,3 milhões cada série. As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 5 anos, não será objeto de

atualização ou correção monetária por qualquer índice e renderão juros correspondentes à variação acumulada da taxa DI, acrescida de uma sobretaxa máxima de um por cento ao ano. As debêntures da segunda e terceira séries terão prazos de oito e doze anos respectivamente e seus valores nominais serão atualizados pela variação do IPCA/IBGE. As debêntures da segunda e terceira séries serão remunerados por uma taxa máxima de 6,00 por cento e 6,30 por cento respectivamente.

A quantidade de debêntures poderá ser aumentada em até vinte por cento com relação à quantidade originalmente oferecida, nas mesmas condições e preço das debêntures inicialmente ofertadas e o banco coordenador líder da oferta destas debêntures terá uma opção para distribuição de um lote suplementar de até quinze por cento com relação à quantidade de debêntures originalmente ofertada se houver um excesso de demanda. Estes debêntures adicionais e lote suplementar não estão considerados nessas informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

Os ajustes *pro forma* referem-se às despesas financeiras (atualização monetária e juros) das Debêntures, como se elas tivessem sido emitidas em 1º de janeiro de 2011.

4 Alterações dos acordos de acionistas do grupo TBE válidas a partir de 2013

Em decorrência da celebração do Instrumento de Investimento em Ativos mencionado no item 2.2 acima, a Companhia celebrou em 29 de junho de 2012 um Instrumento de Assunção de Obrigações com a Alupar Investimentos S.A. (“Alupar”), por meio do qual foram firmados os termos e condições que constarão dos aditamentos aos Acordos de Acionistas das sociedades EATE, ENTE, ERTE, ETEP e ECTE, nos quais a CEMIG atualmente é parte, a serem celebrados quando da conclusão da transferência das participações nas referidas sociedades para a Companhia, que devem ocorrer ainda em 2012, ou em 2 de janeiro de 2013, o que ocorrer por último. Conforme acima mencionado, considerando a conclusão da transferência das participações nas referidas sociedades para a Companhia antes de 2 de janeiro de 2013, conforme esperado, a Companhia aderirá aos acordos de acionistas das sociedades do Grupo TBE celebrados em 16 de agosto de 2006 (acima descritos), sendo que as disposições constantes dos novos acordos de acionistas entrarão em vigor em 2 de janeiro de 2013.

Dentre as disposições do referido instrumento celebrado com a Alupar, que tem por objetivo alterar os Acordos de Acionistas acima descritos, destacam-se:

- i. o direito da Alupar de comprar as ações de emissão da referida sociedade de propriedade da Companhia, caso (a) a CEMIG deixe de, direta ou indiretamente, fazer parte do bloco de controle da Companhia e de suas sucessoras legais (considerando-se como participação no bloco de controle a garantia assegurada à CEMIG de, direta ou indiretamente, indicar (i) individualmente, qualquer administrador da sociedade em questão, nos termos do artigo 145 da Lei nº 6.404/76, e (ii) em conjunto com outros acionistas, vinculados por acordo de acionistas, a maioria dos administradores (excluídos os conselheiros independentes, conforme definição constante do Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA) da sociedade em questão), ou (b) um ou mais acionistas da Companhia, que não a CEMIG, vinculados por acordo de acionistas, ou que sejam sociedades coligadas, passem a deter o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, excluídos os conselheiros independentes, conforme definição constante do Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA;

- ii. as decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
 - (a) aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou agrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;
 - (b) cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade, criação de sociedades subsidiárias;
 - (c) liquidação ou dissolução da referida sociedade;
 - (d) alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas;
 - (e) participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em *joint ventures* ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza;
 - (f) abertura ou fechamento do capital da referida sociedade; e
 - (g) alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias;
- iii. a vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum;
- iv. o Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes, sendo que cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela ALUPAR para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas abaixo, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, sendo que o Presidente do Conselho de Administração terá o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias abaixo listadas somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
 - (a) eleger e distribuir a remuneração dos Diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos Diretores adicionais às previstas no Estatuto Social;
 - (b) aprovar os empréstimos, financiamentos, a emissão ou venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais, a aquisição e a alienação de bens do ativo permanente da referida sociedade e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e

contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores individuais ou em conjunto, que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$ 1.350.000,00; e

- (c) submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social;
- v. as decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, 2 (dois) Conselheiros, em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior;
- vi. (vi) ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração;
- vii. a Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico-Comercial, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição;
- viii. enquanto a Alupar detiver pelo menos 49% das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial; e
- ix. as partes deverão, sempre que necessário, realizar Assembleia Geral para alterar o Estatuto Social da referida sociedade de modo a alinhá-lo ao referido acordo de acionistas e suas alterações posteriores e eliminar eventuais conflitos entre os dois documentos.

A Companhia entende que, a partir de 2013, quando entram em vigor os aditamentos aos acordos de acionistas acima descritos, deterá influência significativa nas sociedades do Grupo TBE. Consequentemente, a partir de 2013 os investimentos nestas sociedades passarão a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia, o que já aconteceria para os empreendimentos classificados como joint venture, em decorrência da adoção da norma IFRS 11, emitida pelo IASB. Desta forma, se o Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a CEMIG se tornar efetivo após 1º de janeiro de 2013, a demonstração de resultados consolidada *pro forma* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 acima divulgada seria materialmente diferente, uma vez que esta foi preparada utilizando a premissa que a consolidação proporcional seria aplicável aos investimentos nas empresas do Grupo TBE.

ANEXO I – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO REFERENTE AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

*Informações Financeiras Intermediárias
Consolidadas Pro Forma Não Auditadas Referentes
ao Balanço Patrimonial Consolidado Levantado
em 30 de Junho de 2012 e à Demonstração do
Resultado Consolidado Referente ao Período de Seis
Meses Findo em 30 de Junho de 2012 e Relatório de
Asseguração Limitada dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos o processo de compilação, elaboração e formatação das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado *pro forma* em 30 de junho de 2012 e a demonstração do resultado consolidado *pro forma* referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparados de acordo com as bases e os critérios descritos na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

As Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas foram compiladas, elaboradas e formatadas unicamente para ilustrar como os aspectos relevantes das recentes aquisição e captações e das operações consideradas pela Companhia como prováveis de ocorrer, conforme descrito na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira consolidada em 30 de junho de 2012 e os resultados consolidados das suas operações para o período de seis meses findo naquela data, considerando (i) as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas históricas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, por nós revisadas (ii) as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da União Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA"), da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE"), da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP"), da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. ("ECTE"), da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE"), da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE") e da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE"), para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, revisadas por outros auditores independentes. Em virtude de sua natureza, a compilação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas apresenta uma situação hipotética e, conseqüentemente, não representa efetivamente a posição patrimonial e financeira consolidada e os resultados consolidados das operações da Companhia caso as recentes aquisição e captações e as operações consideradas pela Companhia como prováveis de ocorrer, conforme descrito na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, tivessem, de fato, ocorrido em 30 de junho de 2012 e em 1º de janeiro de 2011, respectivamente.

Responsabilidade da Administração da Companhia pelo processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*

A Administração da Companhia é responsável pelo processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, de acordo com as bases e os critérios descritos na Nota 1 - Base de Apresentação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas e na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é revisar se o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias *Pro Forma* Não Auditadas, implementado pela Administração da Companhia, é adequado para elaboração de referidas informações de acordo com as bases e os critérios descritos na Nota 1 - Base de Apresentação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas e na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Nossa revisão foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, respectivamente), e consistiu, principalmente em: (a) obtenção de entendimento sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas implementado pela Administração da Companhia; (b) comparação das informações financeiras intermediárias históricas apresentadas em colunas nas Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas com aquelas que constam das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia por nós revisadas; (c) discussão com a Administração da Companhia para entendimento dos ajustes procedidos na preparação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas. Os procedimentos executados nessa revisão foram considerados suficientes para permitir um nível de asseguração limitada e não contemplam aqueles que poderiam ser requeridos para fornecer um nível de asseguração mais elevado e, conseqüentemente, não expressamos opinião sobre o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.

Conclusão

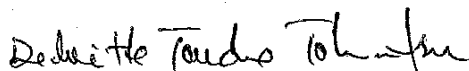
Com base nos procedimentos acima descritos, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que o processo de compilação, elaboração e formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas, implementado pela Administração da Companhia não seja adequado de acordo com as bases e os critérios descritos na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* Não Auditadas.


Outros assuntos

Propósito do relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes e limitação de uso

Este relatório foi emitido exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Terceira Emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2012


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ


José Carlos Monteiro
Contador
CRC 1SP 100.597/O-2 "S" RJ

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO *PRO FORMA* NÃO AUDITADO
LEVANTADO EM 30 DE JUNHO DE 2012**

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

	Consolidado TAESA	Consolidado UNISA (Nota 2.1)	Combinado Grupo TBE (Nota 2.2)	Desconsolidação UNISA (Nota 2.1)	Alocação do preço de aquisição e efeito da emissão das notas promissórias (Nota 3)	TAESA <i>pro forma</i>
ATIVO						
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	1.529.686	434.638	33.066	(217.319)	(966.618)	813.453
Títulos e valores mobiliários	-	-	15.282	-	-	15.282
Clientes e ativo financeiro	964.743	351.108	419.799	(170.127)	(115.238)	1.450.285
Tributos a recuperar	38.033	54.450	13.880	(53.742)	-	52.621
Outras contas a receber	46.478	12.185	45.762	(3.920)	-	100.505
Total ativo circulante	2.578.940	852.381	527.789	(445.108)	(1.081.856)	2.432.146
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Títulos e valores mobiliários	61.289	89.374	10.761	(44.687)	-	116.737
Ativo financeiro	4.078.981	1.992.854	1.101.409	(978.510)	1.616.237	7.810.971
Tributos diferidos	334.512	30.532	-	-	43.277	408.321
Outros ativos não circulantes	28.335	5.358	7.919	(58.244)	-	(16.632)
Imobilizado	14.825	193	597	(18)	-	15.597
Intangível	6.270	-	8.820	(2)	50.637	65.725
Total ativo não circulante	4.524.212	2.118.311	1.129.506	(1.081.461)	1.710.151	8.400.719
TOTAL ATIVO	7.103.152	2.970.692	1.657.295	(1.526.569)	628.295	10.832.865
PASSIVO						
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	(12.867)	(3.529)	(25.225)	3.105	-	(38.516)
Obrigações fiscais	(60.008)	(14.668)	(29.226)	5.779	-	(98.123)
Empréstimos e financiamentos	(2.310.695)	(117.018)	(92.495)	58.509	1.597.294	(864.405)
Outras obrigações	(244.125)	(89.119)	(59.088)	22.697	-	(369.635)
Total passivo circulante	(2.627.695)	(224.334)	(206.034)	90.090	1.597.294	(1.370.679)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	(1.993.490)	(891.206)	(384.845)	415.603	(1.597.294)	(4.421.232)
Outras obrigações	(47.752)	(2.523)	(6.061)	32.969	-	(23.367)
Tributos diferidos	(226.242)	(203.296)	(95.469)	126.883	(620.446)	(1.018.570)
Total passivo não circulante	(2.267.484)	(1.097.025)	(486.375)	605.455	(2.217.740)	(5.463.169)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.207.973)	(1.649.333)	(964.886)	831.024	(7.849)	(3.999.017)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(7.103.152)	(2.970.692)	(1.657.295)	1.526.569	(628.295)	(10.832.865)

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma*.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO *PRO FORMA* NÃO AUDITADA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012
(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Consolidado TAESA	Consolidado UNISA (Nota 2.1)	Combinado Grupo TBE (Nota 2.1)	Desconsolidação UNISA (Nota 2.1)	Ajuste <i>pro forma</i> (Nota 3)	TAESA <i>pro forma</i>
Receita operacional líquida	435.436	154.465	189.085	(79.040)	(106.014)	593.932
Custos operacionais	(40.692)	(23.459)	(27.769)	9.943	(58)	(82.035)
Resultado bruto	394.744	131.006	161.316	(69.097)	(106.072)	511.897
Despesas operacionais, líquidas	(33.728)	(2.426)	(4.203)	3.076	-	(37.281)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	361.016	128.580	157.113	(66.021)	(106.072)	474.616
Receita (despesa) financeira, líquida	(160.467)	(55.345)	(22.635)	27.672	(23.390)	(234.165)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	200.549	73.235	134.478	(38.349)	(129.462)	240.451
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(30.781)	(13.846)	(18.774)	8.362	39.876	(15.163)
Lucro consolidado do período	<u>169.768</u>	<u>59.389</u>	<u>115.704</u>	<u>(29.987)</u>	<u>(89.586)</u>	<u>225.288</u>
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(1.543)	-	1.728	185
Lucro atribuído aos acionistas controladores	<u>169.768</u>	<u>59.389</u>	<u>114.161</u>	<u>(29.987)</u>	<u>(87.858)</u>	<u>225.473</u>
Resultado por ação (Nota 4):	Consolidado TAESA					
Resultado por ação ordinária:						TAESA <i>pro forma</i>
Básico	0,64					0,86
Diluído	0,64					0,86
Resultado por ação preferencial:						
Básico	0,64					0,86
Diluído	0,64					0,86

As notas explicativas são parte integrante dessas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma*.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS

As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “TAESA”) aqui apresentadas baseiam-se nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, da União Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (“UNISA”), da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) e da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foram compiladas, elaboradas e formatadas unicamente para ilustrar como os aspectos relevantes da participação adquirida recentemente, das transferências de participações consideradas pela Companhia como prováveis de ocorrer, das notas promissórias emitidas, da recente emissão de Units, das debêntures a serem distribuídas e da provável amortização da dívida, poderiam ter afetado a sua posição patrimonial e financeira em 30 de junho de 2012 e os resultados consolidados das suas operações para o período de seis meses findo naquela data, considerando as informações contábeis intermediárias revisadas da Companhia, da União Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (“UNISA”), da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), da Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), da Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) e da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

Estas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e controladas (“Companhia”) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 estão sendo apresentadas exclusivamente para atendimento às exigências decorrentes do processo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Terceira Emissão da TAESA e com o objeto de ilustrar como os aspectos relevantes (i) da recente aquisição de participação na empresa UNISA, (ii) das prováveis transferências de participações nas empresas EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE e ERTE, (iii) das notas Promissórias de 5ª emissão emitidas, (iv) da recente emissão de Units da TAESA (v) das debêntures de terceira emissão a serem distribuídas e (vi) da provável amortização total e parcial das Notas Promissórias de 4ª e 5ª emissões, respectivamente, poderiam ter afetado a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2012 e os resultados consolidados das operações da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 e não deve ser utilizado para nenhum outro propósito.

Estas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 foram compiladas, elaboradas e formatadas utilizando como base as informações contábeis intermediárias da Companhia, da empresa cuja participação foi adquirida recentemente e das empresas cujas transferências de participações são consideradas pela Companhia como prováveis de ocorrer, e devem ser lidas em conjunto com, e interpretadas levando-se em conta, as seguintes informações:

- As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (individuais e consolidadas) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB (consolidadas) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e revisadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente), cujo relatório de revisão, datado de 8 de agosto de 2012, não contém ressalvas.
- As demonstrações financeiras intermediárias condensadas da UNISA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (individuais e consolidadas) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB (consolidadas) e revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente), cujo relatório de revisão, datado de 25 de julho de 2012, não contém ressalvas.
- As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da EATE, ETEP e ECTE e demonstrações financeiras intermediárias da EBTE, ENTE e ERTE referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (individuais e consolidadas) e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB (consolidadas) e revisadas pela Ernst Young Terco Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente), cujo relatório de revisão, datado de 14 de setembro de 2012, não contém ressalvas.

As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas são baseadas nas estimativas e premissas descritas na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma* não auditadas e refletem os impactos *pro forma* da participação adquirida recentemente, das transferências de participações consideradas pela Companhia como prováveis de ocorrer, das notas promissórias emitidas, da recente emissão de Units, das debêntures a serem distribuídas e da provável amortização total e parcial das notas promissórias e 4ª e 5ª emissão, respectivamente, como se essas operações tivessem sido consumadas em 1º de janeiro de 2011 para fins de resultado

consolidado *pro forma* não auditado e em 30 de junho de 2012 para fins de balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado. Essas informações não foram preparadas de acordo com as regras estabelecidas por qualquer órgão regulador.

As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas foram compiladas e formatadas exclusivamente para fins informativos e não devem ser interpretadas como a posição patrimonial consolidada e os resultados consolidados das operações efetivos da Companhia ou utilizadas como indicativo de resultados financeiros futuros consolidados da Companhia ou como base para cálculo dos dividendos ou para outros fins. As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas da posição patrimonial consolidada ou dos resultados consolidados das operações da Companhia se as tais operações tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2011 ou em 30 de junho de 2012.

2. BASE PARA COMPILAÇÃO E FORMATAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS *PRO FORMA* NÃO AUDITADAS

A aquisição ocorrida e as operações consideradas pela Administração da Companhia como prováveis de ocorrer, descritas a seguir, foi e serão, respectivamente, contabilizadas utilizando o método de aquisição, conforme estabelecido pelos pronunciamentos contábeis sobre “Combinação de Negócios” CPC 15 (R1) e IFRS 3 (R). As informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas, inclusive na alocação do preço de aquisição da aquisição concluída recentemente e das operações ainda não concretizadas nesta data, são baseadas em estimativas preliminares, com base nas informações disponíveis e hipóteses, e serão revistas quando qualquer informação adicional se tornar disponível. Com relação à aquisição concluída recentemente, na data de emissão destas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas, os trabalhos de avaliação estavam em andamento e o laudo final não havia sido emitido, consequentemente, os valores justos provisórios e os respectivos ajustes ora apresentados podem sofrer modificações em função da conclusão dos trabalhos de avaliação e emissão do respectivo laudo final. Os ajustes reais para as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia após o fechamento das operações consideradas prováveis e ainda não concluídas dependerão de uma série de fatores. Portanto, os ajustes reais podem divergir dos ajustes *pro forma* aqui apresentados, e tais diferenças podem ser significativas.

2.1. Aquisição da UNISA

Em 30 de novembro de 2011 a TAESA adquiriu da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (“Abengoa”) 50% de participação na empresa UNISA pelo valor de R\$799.738. A UNISA é uma holding de capital fechado que detém 99,99% de participação nas empresas ATE Transmissora de Energia S.A. (“ATE”), ATE II Transmissora de Energia S.A. (“ATE II”), ATE III Transmissora de Energia S.A. (“ATE III”) e Sul Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“STE”). As subsidiárias são empresas de capital fechado que atuam no ramo de transmissão de energia elétrica, mesmo ramo de atuação da TAESA.

A partir de 30 de novembro de 2011 a TAESA passou a consolidar proporcionalmente a UNISA. Em razão da aquisição de 50% das ações da UNISA em novembro de 2011, a Companhia celebrou um acordo de acionistas com a Abengoa nesta data que regula (i) o exercício do direito de voto, (ii) a eleição dos administradores da UNISA, (iii) o direito de preferência na aquisição de nossas ações e (iv) o direito de venda conjunta das ações.

A Administração da Companhia entende, com base no disposto acima e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, que a UNISA passou a ser uma controlada em conjunto da Companhia com a Abengoa a partir de 30 de novembro de 2011. Assim, de acordo com o pronunciamento CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), equivalente ao pronunciamento IAS 31 - *Interests in Joint Ventures*, o método de consolidação proporcional é permitido para a contabilização do investimento detido pela Companhia na UNISA.

Em março de 2012 a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações com a Abengoa, para aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas por esta no capital social da UNISA pelo valor de R\$863.500, devendo este ser corrigido a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data da conclusão da operação e ajustado com os proventos, aumentos ou reduções de capital que tenham ocorrido nesse período. A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela Companhia estavam à época sujeitas à ocorrência de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, entre elas a anuência dos credores da Companhia e a aprovação da operação pela ANEEL.

Em 3 de julho de 2012, a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 4 de julho de 2012. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e em 3 de julho de 2012 (data da aquisição), passou a ser uma subsidiária integral da Companhia, sendo a partir desta data consolidada integralmente pela TAESA em suas demonstrações financeiras consolidadas. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.865, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$903.910, que contempla a variação acumulada da SELIC até a data da conclusão da operação, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes. Esta aquisição recente foi refletida nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

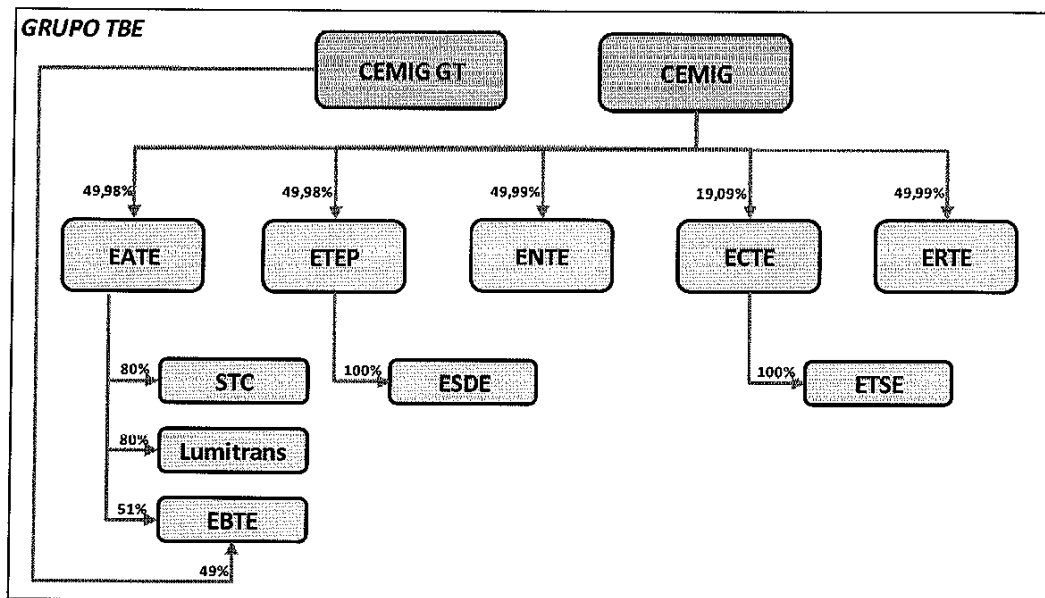
2.2. Consolidação dos ativos do Grupo TBE

Em 17 de maio de 2012 foi celebrado Instrumento Particular de Investimento em Ativos de Transmissão e Outras Avenças entre a Companhia, a CEMIG e a CEMIG GT, pelo qual foi acordada a transferência à TAESA das participações detidas nesta data pela CEMIG e pela CEMIG GT nas empresas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica que compõe o conglomerado denominado Transmissoras Brasileiras de Energia ("Grupo TBE"), formado pelas empresas EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE e ERTE e suas subsidiárias. O valor envolvido a ser desembolsado pela Companhia em troca das referidas participações é de R\$1.732.000, devendo este ser corrigido a partir de 31 de dezembro de 2011 até a data da conclusão da operação e descontado de eventuais dividendos e juros sobre capital próprios declarados após 31 de dezembro de 2011, pagos ou não.

A conclusão da operação e a efetiva transferência das participações no Grupo TBE para a Companhia estão sujeitas a certas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE. A Administração da Companhia entende que as condições suspensivas para efetivação da referida operação devem ser implementadas, motivo pela qual considera tal operação como provável e refletida nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas. A Administração da Companhia tem a expectativa de concluir essa transferência até 31 de dezembro de 2012.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

O Grupo TBE não é uma entidade jurídica e o organograma abaixo demonstra as empresas que compõe este grupo e as participações detidas até a presente data pela CEMIG e pela CEMIG GT, participações estas que a TAESA pretende obter e a Administração da Companhia entende como provável a ocorrência de tal operação.



O entendimento da Administração da Companhia é de que, após a observância das condições suspensivas referentes à transferência das participações das concessionárias do Grupo TBE, considerando a expectativa da conclusão desta operação até 31 de dezembro de 2012 e com base nos acordos de acionistas vigentes e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas IFRS, as empresas EATE, ETEP, ENTE, ECTE, EBTE e ERTE serão controladas em conjunto pela TAESA com a Alupar, sendo permitido o método de consolidação proporcional de acordo o pronunciamento CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (*Joint Venture*), equivalente ao pronunciamento IAS 31 - *Interests in Joint Ventures*. Consequentemente, as informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas consideram a consolidação proporcional das empresas do Grupo TBE na proporção dos percentuais a serem transferidos para a Companhia.

O entendimento da Administração da Companhia é o de que após conclusão da transferência das participações nas sociedades do Grupo TBE, considerando a expectativa de conclusão desta operação até 31 de dezembro de 2012, esta passará a deter o controle compartilhado dessas empresas baseado em determinadas cláusulas dos referidos acordos de acionistas, como segue:

- As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, exceto para determinadas matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 95% (no caso do acordo de acionistas de ECTE), 86% (no caso dos acordos de acionistas de EATE e ETEP), ou 88% (no caso dos acordos de acionistas das demais sociedades do Grupo TBE), das ações vinculadas ao acordo de acionistas. O rol de matérias que requer aprovação por quórum qualificado de acionistas signatários do acordo de acionistas contempla, dentre outras matérias:
 - (a) Aprovação da celebração, alteração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de suas acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum das acionistas, em valores individuais ou em conjunto que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$100;
 - (b) Aprovação/alteração do orçamento anual;
 - (c) Alteração dos limites de competência do conselho de administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias;
 - (d) Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído aos acionistas;
 - (e) Aumento ou redução do capital social ou qualquer reestruturação societária (cisão, fusão, incorporação, transformação ou criação de subsidiárias); e
 - (f) Participação da sociedade no capital de outras sociedades, em *joint ventures* ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
- As decisões do Conselho de Administração necessitarão de aprovação absoluta pelo voto afirmativo dos seus membros. Determinadas matérias somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo dos representantes de ambos os acionistas integrantes dos acordos de acionistas. Dentre as matérias, destacam-se:

- (a) Fixação da orientação geral dos negócios da referida sociedade;
 - (b) Autorização para a aquisição e a alienação de bens do ativo permanente da referida sociedade, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, em valores superiores a R\$1.000;
 - (c) Aprovação de empréstimos, financiamentos e contratações em geral, bem como os atos ou outros negócios jurídicos a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.000;
 - (d) Aprovação da celebração, alteração ou rescisão de quaisquer acordos, transações ou contratos entre a sociedade e quaisquer de suas acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum das acionistas, em valores individuais ou em conjunto que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$100;
- De maneira geral tais acordos definem que o Diretor Administrativo-Financeiro será indicado por um dos acionistas e o Diretor Técnico-Comercial será indicado pela TAESA.

Em 29 de junho de 2012 a Companhia, em conjunto com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a CEMIG e com a CEMIG GT das empresas do Grupo TBE), assinou um instrumento particular de assunção de obrigações ("Instrumento"). O Instrumento determina que em 2 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Companhia, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Companhia. As minutas dos acordos de acionistas das empresas do Grupo TBE foram anexadas ao Instrumento e um resumo das principais cláusulas destes acordos aditados está apresentado a seguir:

- O direito da Alupar de comprar as ações de emissão das referidas empresas do Grupo TBE de propriedade da Companhia, caso (a) a CEMIG deixe de fazer parte do bloco de controle da Companhia e de suas sucessoras legais ou (b) um ou mais acionistas da Companhia, que não a CEMIG, vinculados por acordo de acionistas, ou que sejam sociedades coligadas, passem a deter o poder de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, excluídos os conselheiros independentes;
- As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:
 - (a) Aumento ou redução do capital social, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações;

- (b) Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade, criação de sociedades subsidiárias;
 - (c) Liquidação ou dissolução da referida sociedade;
 - (d) Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas;
 - (e) Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em joint ventures ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza;
 - (f) Abertura ou fechamento do capital, e
 - (g) Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para determinadas matérias.
- Vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum;
 - O Conselho de Administração de cada empresa do Grupo TBE será composto por seis membros e seus suplentes, sendo que cada 15% do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar e terá o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, exceto no que tange as matérias abaixo listadas, as quais somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
 - (a) Eleição e distribuição da remuneração dos Diretores, bem como fixação das atribuições dos Diretores adicionais às previstas no Estatuto Social;
 - (b) Aprovação dos empréstimos, financiamentos, emissão ou venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, constituição de ônus reais, aquisição e a alienação de bens do ativo permanente e prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral, em valores individuais ou em conjunto, que anualmente sejam iguais ou superiores a R\$1.350, e
 - (c) Submissão à Assembleia Geral da proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social;
 - A aprovação c/ou alteração o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior estará sujeitas a veto de, pelo menos, dois membros do Conselho de Administração;
 - A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro (indicado pela Alupar enquanto esta detiver pelo menos 49% das ações com direito a voto) e um Diretor Técnico- Comercial (indicado pela Companhia enquanto esta detiver pelo menos 49% das ações com direito a voto), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Ocorrendo impasse em decisão da Diretoria, a matéria será submetida ao Conselho de Administração;

Cabe ressaltar que as informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas tiveram como base os acordos de acionistas vigentes tendo em vista que a Companhia tem a expectativa de concluir tal operação até 31 de dezembro de 2012, enquanto os referidos acordos de acionistas aditados ainda não terão plenos efeitos.

Em 12 de maio de 2011 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 11 - *Joint Arrangements*, que quando adotado, poderá impactar as entidades consolidadas e consolidadas proporcionalmente pela Companhia, tendo em vista que o IFRS 11 determina que os empreendimentos controlados em conjuntos devam ser classificados entre *joint ventures* e *joint operations* e contabilizados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de equivalência patrimonial ou consolidação proporcional, respectivamente. Esse pronunciamento tem adoção obrigatória para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida. No entanto, a TAESA não adotou de forma antecipada este pronunciamento e o potencial impacto de sua adoção ainda não foi mensurado pela Administração da Companhia. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") ainda não emitiu pronunciamento equivalente ao IFRS 11, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Com base no exposto acima, a Companhia entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas. Consequentemente, a partir de 2012 tais investimentos passarão a ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia, o que já aconteceria para os empreendimentos controlados em conjunto se classificados como joint venture, em decorrência da adoção da norma IFRS 11, emitida pelo IASB.

2.3. Emissão de Notas Promissórias

Em 25 de maio de 2012, a TAESA emitiu 181 Notas Promissórias 5ª emissão em série única, com valor unitário de R\$5.000, totalizando uma captação no montante de R\$905.000. Os recursos captados com a emissão das Notas Promissórias 5ª emissão foi utilizado para o pagamento do valor acordado no Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 16 de março de 2012, entre a Companhia e a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para aquisição, pela TAESA, de 50% das ações remanescentes da UNISA, nos termos do fato relevante divulgado ao mercado naquela data, bem como para reforço do caixa da Companhia. O prazo de vencimento das Notas Promissórias comerciais 5ª emissão é de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104,00% da taxa média dos DI - Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo. As referidas notas promissórias estão sendo consideradas nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* ora apresentadas.

Os recursos que a Companhia espera captar com a emissão das debêntures, serão utilizados para amortizar além do saldo em aberto das Notas Promissórias de 4ª Emissão parte das Notas Promissórias de 5ª emissão, conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.

2.4. Emissão de Units

Em julho de 2012, a TAESA concluiu uma oferta de pública de 24 milhões de Units, e em agosto foi exercida a opção do lote suplementar de 3 milhões de Units, tendo a oferta em questão totalizando 27 milhões de Units, emitidos ao preço de R\$65,00 (sessenta e cinco reais). Os recursos auferidos com a captação, líquidos dos custos de emissão totalizaram R\$1.722.233 e foram considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

2.5. Distribuição Pública de Debêntures Simples

Os recursos que a Companhia pretende captar com a Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia de sua Terceira Emissão foram considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

Em 15 de outubro de 2012, a Companhia pretende realizar a emissão de até 1.600.000 debêntures simples, não conversíveis em ação e de espécie quirografia, realizada em até 3 séries com o valor total bruto da emissão de R\$1.600.000 na data de emissão, podendo o mesmo ser aumentado em até 35% em razão de emissão de debêntures adicionais e/ou lote suplementar.

As debêntures da primeira série terão prazo de vigência de 5 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2017. As debêntures da segunda série terão prazo de vigência de 8 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2020. As debêntures da terceira série terão prazo de vigência de 12 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2024. O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado monetariamente e o valor nominal unitário das debêntures da segunda e da terceira séries será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Os juros remuneratórios reconhecidos sobre a primeira série das Debêntures serão correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa limitada ao máximo de 1,00% (um por cento). Para as segunda e terceira séries das debêntures, o principal é corrigido pelo IPCA sobre este valor incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa máxima equivalente a 6,00% e 6,30% ao ano, respectivamente.

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas é ilustrar quais seriam os impactos para a Companhia no balanço patrimonial consolidado de 30 de junho de 2012 e na demonstração do resultado consolidado referente ao período de seis meses findo naquela data caso a emissão das referidas debêntures tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012 para fins de balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado e em 1º de janeiro de 2011 para fins de demonstração de resultado consolidado *pro forma* não auditado. Tais ajustes demonstrados possuem a natureza de reconhecimento da despesa financeira referente a juros remuneratórios das debêntures de primeira, segunda e terceira séries.

Os recursos líquidos estimados, considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas, a serem obtidos pela Companhia por meio da emissão das referidas debêntures após o pagamento das despesas e comissões da Oferta são de R\$1.597.294 (sem considerar a emissão de debêntures adicionais e/ou lote suplementar) e serão destinados, nesta ordem de alocação, para resgate antecipado da totalidade das 234 notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia, emitidas em 29 de novembro de 2011 e resgate antecipado parcial das 180 notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia, emitidas em 25 de maio de 2012. A referida captação está sendo considerada nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

2.6. Amortização das Notas Promissórias

Conforme mencionado nas notas explicativas 2.3 e 2.5, os recursos que a Companhia espera captar com a Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de sua Terceira Emissão, serão utilizados para amortizar integralmente as Notas Promissórias de 4ª emissão e amortizar parcialmente as Notas Promissórias de 5ª emissão. As referidas amortizações de dívida estão sendo consideradas nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

Para fins da compilação, preparação e formatação das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas, a Administração da Companhia adotou as seguintes premissas e suposições:

- Essas informações financeiras são fornecidas exclusivamente como uma ilustração e não representam quais seriam efetivamente os resultados operacionais consolidados ou a situação financeira consolidada da Companhia caso as aquisições, transferências, emissão de notas promissórias e Units, distribuição pública de debêntures e amortização da dívida, descritos acima, tivessem ocorrido nas respectivas datas presumidas, e não indicam necessariamente os resultados operacionais ou a situação financeira consolidados da Companhia.
- A eventual redução nos futuros custos operacionais decorrente de sinergias, se houver, não é reconhecida nestas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas.
- Na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas foram aplicados os seguintes conceitos contábeis:
 - Conforme descrito na nota 2.1, em 30 de novembro de 2011 a TAESA adquiriu 50% de participação na UNISA e nesta data fez a devida alocação do preço de aquisição. Em 3 de julho de 2012 a Companhia concluiu a aquisição dos 50% remanescentes de participação na UNISA, participação detida até esta data pela Abengoa. De acordo com os pronunciamentos CPC 15(R1) e IFRS 3(R) - Combinação de Negócios, na data da aquisição do controle se faz necessária a remensuração do investimento detido anteriormente e uma nova alocação do preço de aquisição. Desta forma, na elaboração das informações intermediárias consolidadas *pro forma*, foi incluída uma coluna específica desconsolidando proporcionalmente a UNISA em 30 de junho de 2012 e no período de seis meses findo naquela data, e uma coluna específica demonstrando a consolidação integral

da UNISA na TAESA. Na coluna de ajustes *pro forma* estão inseridos os efeitos da nova alocação do preço de aquisição, incluindo o ganho com a remensuração do investimento detido anteriormente pela Companhia na UNISA (vide nota 3.1.).

- Conforme descrito na nota 2.2, na data da elaboração dessas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas, a Companhia considera provável a transferência de participação no Grupo TBE, atualmente detida pela CEMIG e pela CEMIG GT. Desta forma, na elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma*, foi incluída uma coluna consolidando proporcionalmente cada transmissora do Grupo TBE que a Companhia tem a intenção de adquirir. Na coluna de ajustes *pro forma* estão inseridos os efeitos da alocação do preço de aquisição (vide nota 3.2.).
- As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O valor justo da parcela transferida em ações representa uma estimativa do valor justo das empresas adquiridas e cuja aquisição é considerada provável pela Administração da Companhia nesta data. Quando as operações forem finalizadas, os valores justos das parcelas transferidas poderão ser alterados significativamente. Esses valores não representam os montantes que serão utilizados para registrar as transações se e quando estas ocorrerem.
- Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 2.3, as notas promissórias emitidas em maio de 2012 utilizadas basicamente para pagamento de 50% das ações remanescentes da UNISA que a TAESA adquiriu em julho (vide nota 2.1), com vencimento de 360 dias e juros de 104,00% dos DI, foram consideradas nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 2.4, os recursos auferidos com a emissão de Units, líquidos dos custos de emissão totalizaram R\$1.722.233 e foram considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5, os recursos que a Companhia pretende captar com a Distribuição Pública de Debêntures, líquidos dos custos de emissão são estimados em R\$1.597.294 e foram considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.
- Conforme descrito na nota explicativa nº 2.6, os recursos que a Companhia pretende captar com a Distribuição Pública de Debêntures serão utilizados para reestruturar a dívida da Companhia, através da amortização integral das Notas Promissórias de 4ª Emissão no valor de R\$1.170.000 e da amortização parcial das Notas Promissórias de 5ª Emissão no valor de R\$427.294. Tais amortizações foram considerados nas informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas.

3. AJUSTES *PRO FORMA*

Alocação do preço de aquisição e outros ajustes <i>pro forma</i> ao Balanço Patrimonial de 30 de junho de 2012	Consolidado UNISA (Nota 3.1)	Combinado Grupo TBE (Nota 3.2)	Valores de aquisição	Oferta pública de Units líquida dos custos (Nota 3.3)	Emissão de Debêntures líquida dos custos (Nota 3.4)	Amortização das Notas Promissórias (Nota 3.5)	Ajustes <i>pro forma</i>
ATIVO							
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	(2.688.851)	1.722.233	1.597.294	(1.597.294)	(966.618)
Clientes e ativo financeiro	(5.667)	(109.571)	-	-	-	-	(115.238)
Total ativo circulante	(5.667)	(109.571)	(2.688.851)	1.722.233	1.597.294	(1.597.294)	(1.081.856)
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Ativo financeiro	179.967	1.436.270	-	-	-	-	1.616.237
Tributos diferidos	5.482	37.795	-	-	-	-	43.277
Intangível	-	50.637	-	-	-	-	50.637
Total ativo não circulante	185.449	1.524.702	-	-	-	-	1.710.151
TOTAL ATIVO	179.782	1.415.131	(2.688.851)	1.722.233	1.597.294	(1.597.294)	628.295
PASSIVO							
PASSIVO CIRCULANTE							
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	1.597.294	1.597.294
Total passivo circulante	-	-	-	-	-	1.597.294	1.597.294
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	(1.597.294)	-	(1.597.294)
Tributos diferidos	(75.385)	(545.061)	-	-	-	-	(620.446)
Total passivo não circulante	(75.385)	(545.061)	-	-	(1.597.294)	-	(2.217.740)
TOTAL PASSIVO	(75.385)	(545.061)	-	-	(1.597.294)	-	(620.446)
EFEITO LÍQUIDO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
(total ativo menos total passivo)	(104.397)	(870.070)	2.688.851	(1.722.233)	-	-	(7.849)

Ajustes *pro forma* ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição, emissão e amortização das notas promissórias e emissão de debêntures referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

	Consolidado UNISA (Nota 3.1)	Combinado Grupo TBE (Nota 3.2)	Debêntures (Nota 3.4)	Notas Promissórias (Nota 3.5)	Ajustes <i>pro forma</i>
Receita operacional líquida	(16.677)	(89.337)	-	-	(106.014)
Custos operacionais	(163)	105	-	-	(58)
Resultado bruto	(16.840)	(89.232)	-	-	(106.072)
Despesas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	(16.840)	(89.232)	-	-	(106.072)
Receita (despesa) financeira, líquida	-	-	(88.309)	64.919	(23.390)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	5.726	26.198	30.025	(22.072)	39.876
Lucro consolidado do período	(11.114)	(63.034)	(58.284)	42.847	(89.586)
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	-	1.728	-	-	1.728
Lucro atribuído aos acionistas controladores	(11.114)	(61.306)	(58.284)	42.847	(87.858)

3.1. Ajustes *pro forma* da UNISA consolidada

Conforme mencionado na Nota 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*, em 30 de novembro de 2011 a TAESA adquiriu da Abengoa 50% de participação na empresa UNISA pelo valor de R\$799.738 e em 16 de março de 2012 celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Abengoa, para aquisição dos 50% remanescentes da UNISA. O valor da aquisição dos 50% remanescentes foi determinado em R\$863.500 com data-base de 31 de dezembro de 2011, e devendo ser corrigido até a conclusão da operação, que à época estavam sujeitas à determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos.

A aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA foi concluída em 3 de julho de 2012 e aprovada pelo CADE em 4 de julho de 2012. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$876.865.

Com o objetivo de demonstrar os resultados consolidados *pro forma* não auditados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foi considerado como se a aquisição de 100% de participação UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e a alocação do preço de aquisição da UNISA foi considerada nesta data. Os quadros a seguir demonstram os ajustes *pro forma* da UNISA que representam os resultados contábeis históricos da UNISA auferidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, acrescidos dos ajustes *pro forma*, decorrentes da realização dos acréscimos ou decréscimos pelos valores justos dos itens de ativos e passivos, oriundos da alocação dos preços de aquisição estimados, calculado como se a combinação de negócio de 100% de participação da UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

Consolidado UNISA (não auditado e não revisado) Ajustes <i>pro forma</i> ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012			
	Resultado contábil	Ajustes <i>pro forma</i>	Nota	Resultado <i>pro forma</i>
Receita de operação e manutenção	55.908	(9.218)	(a)	46.690
Receita financeira - atualização do ativo financeiro	118.662	(15.220)	(a)	103.442
Receita de construção	1.601	-		1.601
Outras receitas	(3.113)	11.073	(a)	7.960
PIS e COFINS	(11.128)	(3.312)	(b)	(14.440)
Outras deduções da receita	(7.465)	-		(7.465)
Receita operacional líquida	154.465	(16.677)		137.788
Custo de construção	(1.453)	-		(1.453)
Outros custos operacionais	(22.006)	(163)	(a)	(22.169)
Resultado bruto	131.006	(16.840)		114.166
Despesas operacionais, líquidas	(2.426)	-		(2.426)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	128.580	(16.840)		111.740
Receita (despesa) financeira, líquida	(55.345)	-		(55.345)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	73.235	(16.840)		56.395
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(13.846)	5.726	(c)	(8.120)
Lucro consolidado do período	59.389	(11.114)		48.275

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados no quadro acima é ilustrar como seria a demonstração do resultado consolidado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, caso a aquisição de 100% de participação da UNISA tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes *pro forma* possuem as seguintes naturezas:

- Ajuste *pro forma* relativo à realização do ajuste ao valor justo dos ativos financeiros de concessão da UNISA.
- Ajuste *pro forma* referente ao PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas vigentes.
- Ajuste *pro forma* referente aos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a) e (b) acima, calculados com base nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes, considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.

Adicionalmente, com o objetivo de demonstrar o balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado em 30 de junho de 2012, foi considerado como se a aquisição de 100% de participação UNISA tivesse ocorrido nesta data e a alocação do preço de aquisição da UNISA foi considerada em 30 de junho de 2012. O quadro a seguir demonstra o balanço patrimonial a valor justo da UNISA que representa os saldos contábeis históricos de ativos e passivos da UNISA em 30 de junho de 2012 acrescidos dos ajustes, decorrentes da alocação do preço de aquisição estimado, calculado como se a combinação de negócio tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012.

Cabe ressaltar que a contabilização inicial das combinações de negócios para fins das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas, feita pelo método de aquisição, foi realizada com base na mensuração provisória do valor justo dos ativos e passivos, usando a melhor e mais recente informação disponível, tendo em vista que na data das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas ora apresentadas os trabalhos de avaliação estavam em andamento e o laudo final não havia sido emitido. Os ajustes de alocação do preço de compra *pro forma* referentes à provável aquisição de 50% de participação da UNISA, com base na mensuração provisória, estão demonstrados a seguir:

Consolidado UNISA (não auditado e não revisado)	Em 30 de junho de 2012				
	Balanço patrimonial contábil	Alocação do preço de compra	Nota	Balanço patrimonial <i>pro forma</i>	Nota
ATIVO					
Clientes e ativo financeiro - Circulante	351.108	(5.667)	(a)	345.441	
Ativo financeiro - Não circulante	1.992.854	179.967	(a)	2.172.821	
Tributos diferidos	30.532	5.482	(c)	36.014	
Outros ativos	596.198	-		596.198	
Ativo total	2.970.692	179.782		3.150.474	
PASSIVO					
Tributos diferidos - PIS e COFINS	(173.947)	(16.123)	(h)	(190.070)	
Tributos diferidos - Imposto de renda e contribuição social	(29.349)	(59.262)	(c)	(88.611)	
Outros passivos	(1.118.063)	-		(1.118.063)	
Passivo total	(1.321.359)	(75.385)		(1.396.744)	
ATIVOS LÍQUIDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	1.649.333	104.397		1.753.730	
Investimento detido na UNISA antes da aquisição				(831.024)	(d)
Ganho auferido na remensuração da participação detida antes da aquisição				(45.841)	(e)
Valor da aquisição dos 50% remanescentes da UNISA				876.865	(f)

O objetivo dos ajustes decorrentes da alocação do preço de compra demonstrados no quadro acima é ilustrar como seria o balanço patrimonial consolidado caso a aquisição de 100% de participação da UNISA tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012 e tais ajustes demonstrados no quadro acima possuem as seguintes naturezas:

- Ajuste relativo à mensuração a valor justo dos ativos financeiros de concessão da UNISA.
- Ajuste referente ao PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas vigentes.
- Ajuste referente aos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a) e (b) acima, calculados com base nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes, considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.
- Saldo contábil do investimento detido pela TAESA em 30 de junho de 2012 referente à aquisição de 50% de participação na UNISA ocorrida em 30 de novembro de 2011.

- (e) Ganho auferido na remensuração a valor justo do investimento detido mencionado no item (d) acima, quando da alocação do preço de compra na data da obtenção do controle.
- (f) Valor da aquisição dos 50% remanescentes de participação na UNISA, conforme definido em contrato e atualizado até a data de 30 de junho de 2012.

3.2. Ajustes *pro forma* do Combinado Grupo TBE

Conforme mencionado na nota explicativa 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*, em 17 de maio de 2012 a Companhia e a CEMIG celebraram um Instrumento Particular de Investimento em Ativos de Transmissão e Outras Avenças, pelo qual foi acordada a transferência à TAESA das participações detidas nesta data pela CEMIG e pela CEMIG GT nas empresas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica que compõe o conglomerado denominado Transmissoras Brasileiras de Energia ("Grupo TBE"), formado pelas empresas EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE e ERTE e suas subsidiárias. O valor envolvido a ser desembolsado pela Companhia em troca das referidas participações é de R\$1.732.000, corrigido até a conclusão da operação, que nesta data está sujeita a certas condições suspensivas para produzir plenos efeitos. A Administração da Companhia tem a expectativa de concluir esta operação até 31 de dezembro de 2012.

Com o objetivo de demonstrar os resultados consolidados *pro forma* não auditados para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foi considerado como se a transferência de participação no Grupo TBE para a Companhia tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Para tal foram considerados os valores na proporção das participações diretas que a TAESA pretende adquirir (49,98% da EATE, 49,98% da ETEP, 49,99% da ENTE, 19,09% da ECTE, 49,99% da ERTE e 49% da EBTE) e considerando a alocação do preço de aquisição dessas empresas do Grupo TBE nesta data. O somatório dos valores representando as participações nas empresas do Grupo TBE que serão transferidas para a TAESA foi denominado "Combinado Grupo TBE". Os quadros a seguir demonstram os ajustes *pro forma* do Combinado Grupo TBE que representam os resultados contábeis históricos das empresas que compõe o Grupo TBE, considerando apenas a participação a ser transferida para a TAESA, auferidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, acrescidos dos ajustes *pro forma*, decorrentes da realização dos acréscimos ou decréscimos pelos valores justos dos itens de ativos e passivos, oriundos da alocação dos preços de aquisição estimados, calculado como se a combinação de negócio de participação no Grupo TBE tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

Combinado Grupo TBE (não auditado)Ajustes *pro forma* ao resultado, decorrentes da alocação do preço de aquisição referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

	Resultado contábil	Ajustes <i>pro forma</i>	Nota	Resultado <i>pro forma</i>
Receita de operação e manutenção	16.666	14.472	(a)	31.138
Receita financeira - atualização do ativo financeiro	169.093	(110.326)	(a)	58.767
Receita de construção	16.372	1.700	(a)	18.072
Outras receitas	-	2.885	(a)	2.885
PIS e COFINS	(7.121)	1.932	(b)	(5.189)
Outras deduções da receita	(5.925)	-		(5.925)
Receita operacional líquida	189.085	(89.337)		99.750
Custo de construção	(16.371)	-		(16.371)
Outros custos operacionais	(11.398)	105	(a) (c)	(11.293)
Resultado bruto	161.316	(89.232)		72.084
Despesas operacionais, líquidas	(4.203)	-		(4.204)
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	157.113	(89.232)		67.880
Receita (despesa) financeira, líquida	(22.635)	-		(22.634)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	134.478	(89.232)		45.246
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(18.774)	26.198	(d)	7.424
Lucro consolidado do período	115.704	(63.034)		52.670
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	(1.543)	1.728	(e)	185
Lucro atribuído aos acionistas controladores	114.161	(61.306)		52.855

O objetivo dos ajustes *pro forma* demonstrados no quadro acima é ilustrar como seria a demonstração do resultado consolidado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, caso a aquisição de participação no Grupo TBE atualmente detida pela CEMIG e pela CEMIG GT tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011 e tais ajustes *pro forma* demonstrados no quadro acima possuem as seguintes naturezas:

- Ajuste *pro forma* relativo à realização do ajuste ao valor justo dos ativos financeiros de concessão do Grupo TBE.
- Ajuste *pro forma* referente ao PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas vigentes.
- Ajuste *pro forma* referente à amortização do intangível de concessão identificado na alocação do preço de aquisição do Grupo TBE, amortização esta com base no prazo remanescente da concessão e em base linear.
- Ajuste *pro forma* referente aos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a), (b) e (c) acima, calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social de cada empresa, considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.
- Ajuste *pro forma* referente às participações não controladoras, decorrentes dos itens (a), (b) e (d) acima referentes aos ajustes das empresas STC e Lumitrans.

Adicionalmente, com o objetivo de demonstrar o balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado em 30 de junho de 2012, foi considerado como se as transferências de participações no Grupo TBE atualmente detidas pela CEMIG e CEMIG GT tivessem ocorrido nesta data e a alocação do preço de aquisição do Grupo TBE foi considerada em 30 de junho de 2012. O quadro a seguir demonstra o balanço patrimonial a valor justo do Combinado do Grupo TBE que representa os saldos contábeis históricos de ativos e passivos das empresas que compõe o Grupo TBE, considerando apenas a participação a ser transferida para a TAESA, na data de 30 de junho de 2012, acrescidos dos ajustes, decorrentes da alocação do preço de aquisição estimado, calculado como se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012.

Combinado Grupo TBE

Em 30 de Junho de 2012

Em 30 de Junho de 2012													
Balanco patrimonial	(a)					(a)					(a)		Combinado Grupo TBE (b)
	EATE 100%	EATE 49,98%	ETEP 100%	ETEP 49,98%	ENTE 100%	ENTE 49,99%	ECTE 100%	ECTE 19,09%	ERTE 100%	ERTE 49,99%	EBTE 100%	EBTE 49%	Eliminações
ATIVO													
ATIVO CIRCULANTE													
Caixa e equivalentes de caixa	14.782	7.388	22.286	11.139	22.254	11.125	5.642	1.077	3.409	1.704	2.581	1.265	(632)
Títulos e valores mobiliários	21.485	10.738	-	-	-	-	-	-	2.076	1.038	14.306	7.010	(3.504)
Clientes e ativo financeiro	462.404	231.110	92.982	46.472	190.705	95.333	80.242	15.318	42.325	21.158	42.465	20.808	(10.400)
Tributos a recuperar	22.949	11.470	2.085	1.042	1.501	750	1.163	222	-	-	1.616	792	(396)
Outras contas receber	31.766	15.877	26.766	13.378	10.875	5.436	5.459	1.042	13.615	6.806	13.146	6.442	(3.219)
Total ativo circulante	553.386	275.583	144.119	72.031	225.335	112.644	92.506	17.659	61.425	30.706	74.114	36.317	(18.151)
ATIVO NÃO CIRCULANTE													
Títulos e valores mobiliários	14.932	7.463	2.659	1.329	3.938	1.969	-	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro	1.331.207	665.337	134.503	67.225	375.156	187.540	133.736	25.530	91.325	45.653	449.306	220.160	(110.036)
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	9.118	4.557	2.121	1.060	2.829	1.414	1.053	201	1.015	507	730	358	(178)
Imobilizado	437	218	563	281	78	39	25	5	97	48	24	12	(6)
Intangível	16.955	3.474	179	89	367	183	205	39	65	32	10	5	(2)
Total ativo não circulante	1.372.649	685.049	140.025	69.884	382.368	191.145	135.019	25.775	92.502	46.240	450.070	220.535	(110.222)
TOTAL ATIVO	1.926.035	962.632	284.144	142.015	607.703	303.789	227.525	43.434	153.927	76.946	524.184	256.852	(128.373)
PASSIVO													
PASSIVO CIRCULANTE													
Fornecedores	(25.541)	(12.765)	(357)	(178)	(718)	(359)	(2.146)	(410)	(11.015)	(5.505)	(24.508)	(12.009)	6.001
Obrigações fiscais	(38.797)	(19.391)	(4.529)	(2.314)	(10.565)	(5.331)	(7.734)	(1.476)	(288)	(144)	(2.326)	(1.140)	570
Empréstimos e financiamentos	(109.073)	(54.515)	(14.403)	(7.199)	(41.734)	(20.863)	(16.458)	(3.142)	(6.508)	(3.253)	(14.376)	(7.044)	3.521
Outras obrigações	(59.779)	(29.877)	(8.410)	(4.203)	(19.348)	(9.671)	(7.208)	(1.375)	(22.962)	(11.478)	(10.130)	(4.965)	2.481
Total passivo circulante	(233.190)	(116.548)	(27.799)	(13.894)	(72.465)	(36.224)	(33.546)	(6.403)	(40.773)	(20.380)	(51.340)	(25.158)	(12.573)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE													
Empréstimos e financiamentos	(483.737)	(241.772)	(49.184)	(24.582)	(113.724)	(56.851)	(44.872)	(8.566)	(33.030)	(16.512)	(149.171)	(73.094)	36.532
Outras obrigações	(6.459)	(3.223)	(1.248)	(624)	(3.384)	(1.991)	(197)	(38)	(82)	(41)	(569)	(279)	140
Tributos diferidos	(119.229)	(59.591)	(21.509)	(10.750)	(30.723)	(15.358)	(19.586)	(3.739)	(2.178)	(1.089)	(20.161)	(9.879)	4.937
Total passivo não circulante	(609.425)	(304.591)	(71.941)	(35.956)	(148.431)	(74.200)	(64.655)	(12.343)	(35.290)	(17.642)	(169.901)	(83.252)	41.609
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.083.420)	(541.493)	(184.404)	(92.165)	(386.307)	(193.365)	(129.324)	(24.688)	(77.864)	(38.924)	(302.943)	(148.442)	(74.191)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.926.035)	(962.632)	(284.144)	(142.015)	(607.703)	(303.789)	(227.525)	(43.434)	(153.927)	(76.946)	(524.184)	(256.852)	(128.373)
													(1.657.295)

(a) Saldos de cada empresa do Grupo TBE em 30 de junho de 2012, multiplicado pela participação cuja transferência para a TAESA, a Administração da Companhia considera provável.

(b) Representa o somatório dos saldos patrimoniais em 30 de junho de 2012 das empresas que compõe o Grupo TBE considerando a participação cuja transferência para a TAESA, a Administração da Companhia considera provável.

Combinado Grupo TBE (não auditado e não revisado)

	Em 30 de junho de 2012				
	Balanço patrimonial contábil	Alocação do preço de compra	Nota	Balanço patrimonial <i>pro forma</i>	Nota
<u>ATIVO</u>					
Clientes e ativo financeiro - Circulante	419.799	(109.571)	(a)	310.228	
Ativo financeiro - Não circulante	1.101.409	1.436.270	(a)	2.537.679	
Tributos diferidos	-	37.795	(d)	37.795	
Intangível	8.820	50.637	(c)	59.457	
Outros ativos	<u>127.267</u>	-		<u>127.267</u>	
Total ativo	1.657.295	1.415.131		3.072.426	
<u>PASSIVO</u>					
Tributos diferidos - PIS e COFINS	-	(120.821)	(b)	(120.821)	
Tributos diferidos - imposto de renda e contribuição social	(95.469)	(424.240)	(d)	(519.709)	
Outros passivos	<u>(596.940)</u>	-		<u>(596.940)</u>	
Total passivo	(692.409)	(545.061)		(1.237.470)	
PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORAS	<u>(17.161)</u>	<u>(5.810)</u>	(e)	<u>(22.971)</u>	
ATIVOS LÍQUIDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	947.725	864.260		<u>1.811.985</u>	
Valor da aquisição das participações no Grupo TBE				<u>1.811.985</u>	(f)

Cabe ressaltar que a contabilização inicial das combinações de negócios para fins das informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas, feita pelo método de aquisição, foi realizada com base na mensuração provisória do valor justo dos ativos e passivos, usando a melhor e mais recente informação disponível. Esses valores não representam os montantes que serão utilizados para registrar a transação se e quando ocorrer. Os ajustes de alocação do preço de compra *pro forma* referentes à provável aquisição de participação no Grupo TBE, com base na mensuração provisória, estão demonstrados a seguir:

O objetivo dos ajustes decorrentes da alocação do preço de compra demonstrados no quadro acima é ilustrar como seria o balanço patrimonial consolidado caso a transferência de participação no Grupo TBE, atualmente detida pela CEMIG e CEMIG GT, tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012 e tais ajustes possuem as seguintes naturezas:

- (a) Ajuste relativo à mensuração a valor justo dos ativos financeiros de concessão das empresas do Grupo TBE.
- (b) Ajuste referente ao PIS e COFINS sobre os ativos financeiros de concessão a valor justo com base nas alíquotas vigentes.
- (c) Ajuste referente à intangível de concessão identificado na alocação do preço de compra da empresa EATF, pertencente ao Grupo TBE.
- (d) Ajuste referente aos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos itens (a), (b) e (c) acima, calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social, considerando os benefícios fiscais, quando aplicável.
- (e) Ajuste referente às participações não controladoras, decorrentes dos itens (a), (b) e (d) acima referentes aos ajustes das empresas STC e Lumitrans.
- (f) Valor da aquisição de participações nas empresas do Grupo TBE, conforme definido em contrato e atualizado até a data de 30 de junho de 2012.

3.3. Ajustes *pro forma* da Emissão de Units

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*, em julho de 2012, a TAESA concluiu uma oferta de pública e auferiu na referida oferta recursos líquidos dos custos de emissão no montante de R\$1.722.233. Foram considerados como ajustes ao balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado a entrada dos referidos recursos na rubrica de caixas e equivalentes de caixa contra o patrimônio líquido em 30 de junho de 2012.

3.4. Ajustes *pro forma* da Emissão de Debêntures

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*, a TAESA pretende realizar a emissão de até 1.600.000 debêntures simples, não conversíveis em ação e de espécie quirografária, realizada em até 3 séries com o valor total bruto da emissão de R\$1.600.000 na data de emissão, podendo o mesmo ser aumentado em até 35% em razão de emissão de debêntures adicionais e/ou lote suplementar. Os prazos de vigência são de 5 a 12 anos e com vencimentos entre outubro de 2017 a outubro de 2024.

Foram considerados como ajustes ao balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado a entrada dos referidos recursos líquidos dos custos de emissão e sem considerar a emissão de debêntures adicionais e/ou lote suplementar, no montante de R\$1.597.294 na rubrica de caixas e equivalentes de caixa contra um aumento nos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante em 30 de junho de 2012 considerando como se a emissão das referidas debêntures tivesse ocorrido em 30 de junho de 2012.

Com relação à demonstração do resultado consolidado *pro forma* não auditado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foram considerados os ajustes decorrentes da atualização de principal das 2ª e 3ª séries no montante de R\$26.150 e da apropriação dos juros das 1ª, 2ª e 3ª séries no montante de R\$62.159, totalizando o montante de R\$88.309, apresentados na rubrica de receitas (despesas) financeiras, líquida considerando como se a emissão das referidas debêntures tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011.

3.5. Ajustes *pro forma* das Notas Promissórias

Conforme descrito na nota explicativa nº 2 - Base para Compilação e Formatação das Informações Financeiras Intermediárias Consolidadas *Pro Forma*, a TAESA emitiu, em maio de 2012, 181 Notas Promissórias de 5ª emissão no montante de R\$905.000 e com vencimento de 360 dias, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 104,00% da taxa média dos DI - Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo. Adicionalmente, em novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 Notas Promissórias de 4ª emissão, no montante de R\$1.170.000 e com vencimento de 360 dias e juros remuneratórios correspondentes à taxa de 105,50% da taxa média dos DI - Depósito Interfinanceiros de um dia, over extra grupo.

A Companhia espera amortizar integralmente o saldo em aberto das Notas Promissórias de 4ª emissão e amortizar parcialmente a parte das Notas Promissórias de 5ª emissão com os recursos provenientes da emissão de debêntures de 3ª emissão da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.. Desta forma, para fins de demonstração do resultado consolidado *pro forma* não auditado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, as notas promissórias de 4ª e 5ª emissões foram consideradas como emitidas em 1º de janeiro de 2011 e posteriormente amortizadas nesta data e, conseqüentemente, os juros efetivamente incorridos no período decorrentes das Notas Promissórias de 4ª emissão foram integralmente estornados como ajuste *pro forma* e parte dos juros efetivamente incorridos no período decorrentes das Notas Promissórias de 5ª emissão foram parcialmente estornados para fins de informações financeiras intermediárias consolidadas *pro forma* não auditadas.

Adicionalmente, para fins de balanço patrimonial consolidado *pro forma* não auditado de 30 de junho de 2012, foi considerada a amortização parcial das referidas notas promissórias no montante de R\$1.597.294, montante este que a Companhia espera captar com a emissão de debêntures, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.5 e 3.4.

4. RESULTADO POR AÇÃO

<u>Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012</u>	<u>Consolidado TAESA</u>	<u>TAESA <i>pro forma</i></u>
Lucro consolidado do período	<u>169.768</u>	<u>225.473</u>
Atribuível às ações ordinárias (1)	131.123	174.148
Atribuível às ações preferenciais (2)	38.645	51.325
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias - Quantidade em milhares (3)	203.518	203.518
Ações preferenciais - Quantidade em milhares (4)	59.981	59.981
Resultado por ação (em Reais)		
Resultado por ação ordinária - Básico = (1)/(3)	0,6443	0,8557
Resultado por ação ordinária - Diluído = (1)/(3) *	0,6443	0,8557
Resultado por ação preferencial - Básico = (2)/(4)	0,6443	0,8557
Resultado por ação preferencial - Diluído = (2)/(4) *	0,6443	0,8557

(*) A quantidade média ponderada de ações em circulação foi estimada considerando as ações da Companhia em aberto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2012. A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil (RFB), com fundamento no Laudo Constitutivo nº 0323, expedido pela ADENE em 23 de dezembro de 2004, o qual outorgou à concessionária benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º, do art. 60, da IN SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário de 2005.

Recentemente, em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/2012, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) protocolado pela empresa, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda e via, de consequência, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento desta exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no último dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do art. 60 da Instrução Normativa (IN) SRF nº 267, de 23/12/2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via 'original' do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pese os argumentos alegados no recurso, a empresa anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho 2012 pela Sudene, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 0323/04.

Com base nos argumentos e provas apresentados, a Administração, através de seus assessores jurídicos considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de junho de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo prováveis as chances de êxito nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho final do processo.

[página intencionalmente deixada em branco]

**ANEXO J – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA NTE RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**

[página intencionalmente deixada em branco]

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e
relatório dos auditores independentes**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais

Aos administradores e acionistas
NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

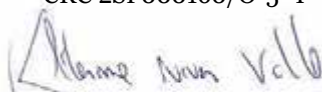
Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010	Passivo	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.090	13.738	20.728	Fornecedores		1.945	2.049	2.079
Clientes e ativo financeiro	7	96.079	97.439	94.846	Empréstimos e financiamentos	12	22.020	21.785	21.987
Impostos e contribuições sociais	10	1.167	1.167	1.328	Taxas regulamentares	13	4.200	4.156	3.730
Estoque		1.706	1.706	1.706	Impostos e contribuições sociais	10	2.344	3.290	2.891
Outras contas a receber		2.351	1.992	628	Dividendos	14	8.699		
					Outras contas a pagar		404	699	4.680
Total do ativo circulante		125.393	116.042	119.236	Total do passivo circulante		39.612	31.979	35.367
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	12	77.297	97.362	119.158
Outros Investimentos	6	14.385	13.115	14.865	Impostos e contribuições diferidos	11	21.995	31.609	22.036
Depósitos judiciais	8	3.480	3.474	3.474	Tributos diferidos	9	13.305	13.683	13.907
Impostos e contribuições diferidos	11	4.524	13.327	4.728	Provisões	19	6		1.724
Ativo financeiro	7	283.085	290.496	298.513	Total do passivo não circulante		112.603	142.654	156.825
Outras contas a receber	25				Total do passivo		152.216	143.353	192.192
Total do ativo não circulante		305.499	320.412	321.580	Patrimônio líquido				
					Capital social		147.183	147.183	147.183
					Reserva de lucros	14	105.398	123.669	99.338
					Dividendos adicionais propostos		26.096	(9.031)	11.282
					Prejuízos acumulados				(9.179)
					Total do patrimônio líquido		278.677	261.821	248.624
Total do ativo		430.892	436.454	440.816	Total do passivo e do patrimônio líquido		430.892	436.454	440.816

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita operacional líquida	16	<u>88.434</u>	<u>84.596</u>
Pessoal e administradores		(710)	(368)
Serviços de terceiros		(6.454)	(5.944)
Material		(110)	(203)
Outros custos operacionais		<u>(936)</u>	<u>(2.602)</u>
Custos operacionais		<u>(8.210)</u>	<u>(9.117)</u>
Pessoal e administradores		35	(2.226)
Outras receitas operacionais	18	13.701	11.189
Serviços de terceiros		(563)	(635)
Outras despesas operacionais		<u>(69)</u>	<u>1.156</u>
Receitas operacionais, líquidas		<u>13.104</u>	<u>9.484</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras líquidas, e impostos		<u>93.328</u>	<u>84.963</u>
Receitas financeiras	17	6.393	6.031
Despesas financeiras	17	<u>(15.259)</u>	<u>(16.198)</u>
Receitas (despesas) financeiras		<u>(8.866)</u>	<u>(10.167)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>84.462</u>	<u>74.796</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(24.718)	(21.241)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>811</u>	<u>(76)</u>
Impostos e contribuições		<u>(23.907)</u>	<u>(21.317)</u>
Resultado do exercício		<u><u>60.555</u></u>	<u><u>53.479</u></u>
Resultado atribuível aos:			
Acionistas controladores		<u>60.555</u>	<u>53.479</u>
Resultado do exercício		<u><u>60.555</u></u>	<u><u>53.479</u></u>

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas, pois não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva especial			
Subscrito							
Em 1º de janeiro de 2010 antes da mudança de critério contábil	147.183	9.507	33.084	56.747	11.282	(9.179)	257.803 (9.179)
Em 1º de janeiro de 2010 após mudança de critério contábil	147.183	9.507	33.084	56.747	11.282	(9.179)	248.624 53.479 (11.282)
Lucro líquido do exercício							
Dividendo adicional aprovado					(11.282)		
Destinações do lucro líquido do exercício							
Constituição de reservas	2.667		11.189	10.475		(24.331)	(29.000)
Dividendos pagos antecipadamente							
Em 31 de dezembro de 2010	147.183	12.174	44.273	67.222		(9.031)	261.821 60.555
Lucro líquido do exercício							
Dividendo adicional aprovado							
Destinações do lucro líquido do exercício							
Constituição de reservas	3.028		13.701			(16.729)	(8.699)
Dividendos mínimos obrigatórios							
Dividendos adicionais propostos					26.096	(26.096)	(35.000)
Pagamento de dividendos							
Em 31 de dezembro de 2011	147.183	15.202	57.974	32.222	26.096		278.677

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	60.555	53.479
Ajustes para:		
Provisão para contingências	6	(1.724)
Juros e variações monetárias sobre empréstimo, financiamentos e debêntures	12.768	12.952
PIS e COFINS diferidos	(378)	(224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(811)	76
	<u>72.140</u>	<u>64.559</u>
Variações nos ativos e passivos:		
Diminuição no contas a receber de clientes e de concessão de serviços	8.771	5.424
(Aumento) Diminuição no saldo de impostos e contribuições sociais ativos líquido do passivo	(946)	1.459
(Aumento) no saldo de outros créditos	(390)	(1.364)
(Diminuição) no saldo de fornecedores	(104)	(30)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	44	426
(Diminuição) no saldo de outras contas a pagar	(295)	(3.983)
	<u>7.080</u>	<u>1.932</u>
Caixa gerado nas operações	<u>79.220</u>	<u>66.491</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aumento) diminuição no saldo de outros investimentos	(1.270)	1.750
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(1.270)</u>	<u>1.750</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(21.259)	(21.259)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(11.339)	(13.690)
Dividendos pagos	(35.000)	(40.282)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(67.598)</u>	<u>(75.231)</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>10.352</u>	<u>(6.990)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	13.738	20.728
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	<u>24.090</u>	<u>13.738</u>
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>10.352</u>	<u>(6.990)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Demonstrações do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas		
Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	96.052	91.276
Outras receitas operacionais	<u>13.701</u>	<u>11.189</u>
	<u>109.753</u>	<u>102.465</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia e serviços de terceiros	(7.127)	(6.782)
Despesas gerais, administrativas e outros	<u>(1.005)</u>	<u>(1.445)</u>
	<u>(8.132)</u>	<u>(8.227)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>101.621</u>	<u>94.238</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.391	5.925
Outras	<u>2</u>	<u>106</u>
	<u>6.393</u>	<u>6.031</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>108.014</u>	<u>100.269</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	187	1.387
Benefícios	176	690
F.G.T.S.	<u>122</u>	<u>45</u>
	<u>485</u>	<u>2.122</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	<u>31.716</u>	<u>28.470</u>
	<u>31.716</u>	<u>28.470</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívidas e variação monetária	15.028	15.988
Outras	<u>230</u>	<u>210</u>
	<u>15.258</u>	<u>16.198</u>
Remuneração de capitais próprios		
Reserva legal	3.028	2.667
Reserva especial		10.475
Reserva de incentivo fiscal	13.701	11.189
Dividendos pagos antecipadamente		29.000
Dividendos mínimos obrigatórios	8.699	
Dividendos adicionais propostos	26.096	
Efeito mudança de práticas contábeis	<u>9.031</u>	<u>148</u>
	<u>60.555</u>	<u>53.479</u>
Valor adicionado total a distribuído	<u>108.014</u>	<u>100.269</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE" ou "Companhia"), com sede na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2001 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que compreende a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo o apoio necessário à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação em vigor.

A NTE detém a concessão para construção, operação e manutenção das Linhas de Transmissão em 500 kV de Xingó a Angelim, 230 kV, de Angelim a Campina Grande, transformação de 500 kV para 230 kV na subestação de Angelim e compensação reativa em 500 kV na subestação de Angelim, localizadas no nordeste do Brasil. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 001/2002, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 21 de janeiro de 2002, com prazo de trinta anos.

As linhas de transmissão e demais instalações compõem o Sistema Interligado Nacional e estão em operação desde janeiro de 2004, conforme Ofício 38/2004, emitido pela ANEEL.

Controladores - Em 30 de novembro de 2011 a Transmissora Aliança de Energia Elétrica ("TAESA") adquiriu 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no capital social da NTE- Nordeste Transmissora de Energia S.A.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 2 de março de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, exceto os outros investimentos que são classificados como ativos não circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, caixa e equivalentes de caixa incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços (Nota 7). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.4 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

2.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de captação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido foi calculado em relação à diferença de lucro tributável verificada pela aplicação das novas práticas contábeis em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01. Pela aplicação dessa norma, o ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de recebíveis de concessão de serviços que registrou o saldo da receita do contrato de concessão e sua atualização.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição (RTT), deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 e diversos CPCs, de forma a restabelecer as regras vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, comparando o método novo e o antigo, a diferença (a maior) na receita reconhecida no resultado foi considerada como base de cálculo para o imposto diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável, ou pela compensação dos créditos com débitos próprios.

2.10 Subvenção

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas, não sendo utilizada como base para apuração dos dividendos aos acionistas.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções e dos encargos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais atividades da Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração uma taxa de retorno do projeto.
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Companhia não apura margem de construção.

2.13 Reapresentação das cifras comparativas

(a) Correção de erro

Na aplicação das novas normas contábeis em vigor no Brasil a partir de 2010, a Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A, controladora da NTE, entendeu que, com relação ao ICPCo1 - Contratos de Concessão, todas as receitas de construção e a receitas apuradas sobre a atualização do ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Em 2011, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados ao não registro da provisão para PIS e COFINS diferidos no valor de R\$ 9.031, os quais R\$ 148 referem-se ao exercício de 2010 e R\$ 9.179 a exercícios anteriores. A referida correção afetou o passivo circulante de 31 de dezembro de 2010 e de 1º de janeiro de 2010 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2010, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade.

	31 de dezembro de 2010				
	Apresentado anteriormente	Reclassificação para comparabilidade	Valor ajustado	Mudança de correção de erro	Valor atual
Ativo					
Circulante	118.292	(2.250)	116.042		116.042
Não circulante	305.016	10.744	315.760	4.652	320.412
Total do ativo	423.308	8.494	431.802	4.652	436.454
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	31.979		31.979		31.979
Não circulante	120.477	8.494	128.971	13.683	142.654
Patrimônio líquido	270.852		270.852	(9.031)	261.821
Total do passivo e patrimônio líquido	423.308	8.494	431.802	4.652	436.454
Resultado					
Receita	84.371		95.560	225	95.785
Outras receitas operacionais (***)		11.189			11.189
Impostos e contribuições (***)	(10.052)	(11.189)		(76)	(21.317)
Lucro líquido do exercício	53.331		53.331	148	53.479

As reclassificações para comparabilidade foram feitas da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2010			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Reclassificação de/para:				
Caixa e equivalentes de caixa / outros investimentos	(2.069)	2.069		
Provisões (parcela variável) / clientes	(181)			(181)
Impostos e contribuições diferidos ativos / impostos e contribuições / diferidos passivos		8.675		8.675
	(2.250)	10.744		8.494

*** A diferença na linha de receita trata-se da reclassificação da subvenção fiscal da linha de impostos sobre o lucro para a linha de outras receitas.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Ativo	1º de janeiro de 2010				
	Apresentado anteriormente	Reclassificação para compara- bilidade	Valor ajustado	Mudança de correção de erro	Valor atual
Circulante	121.129	(1.893)	119.236		119.236
Não circulante	314.959	1.893	316.852	4.728	321.580
Total do ativo	436.088		436.088	4.728	440.816
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	35.367		35.367		35.367
Não circulante	142.918		142.918	13.907	156.825
Patrimônio líquido	257.803		257.803	(9.179)	248.624
Total do passivo e patrimônio líquido	436.088		436.088	4.728	440.816

As reclassificações para comparabilidade foram feitas da seguinte forma:

	1º de janeiro de 2010			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Reclassificação de/para:				
Caixa e equivalentes de caixa/outras investimentos	(1.893)	1.893		

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Perda (*impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

(b) Base de determinação do ativo financeiro de concessão

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5	24.090	13.738	20.728
Outros investimentos	6	14.385	13.115	14.865
Contas a receber de clientes	7	12.608	10.885	10.361
Ativo financeiro	7	<u>366.556</u>	<u>377.050</u>	<u>382.998</u>
		<u>417.639</u>	<u>414.788</u>	<u>428.952</u>

• Caixas e equivalentes de caixa e outros investimentos

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, e outros investimentos de R\$ 38.475 (em 2010 - R\$ 26.853), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos são mantidos com bancos e instituição financeira de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

• Contas a receber de clientes e recebíveis de concessão de serviços

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão."

São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- Contrato de Constituição de Garantia - CCG.
- Carta de Fiança Bancária - CFB.

Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A Companhia tem um empréstimo bancário garantido que contém uma cláusula restritiva (*covenants*). O não cumprimento desta cláusula restritiva pode exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada na Nota 12.

(c) Risco de taxa de juros e taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

(d) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Empréstimos e financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores justos dos empréstimos e financiamentos são similares dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

(iv) Ativo financeiro de concessão

Está avaliado pelo custo amortizado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira da Companhia.

O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Total dos empréstimos e financiamentos	99.317	119.147	141.145
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.090)</u>	<u>(13.738)</u>	<u>(20.728)</u>
Dívida líquida	75.227	105.409	120.417
Total do patrimônio líquido	<u>278.676</u>	<u>261.821</u>	<u>248.624</u>
Total do capital	<u>353.903</u>	<u>367.230</u>	<u>369.041</u>
Índice de alavancagem financeira - %	21	29	33

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

			31 de dezembro de 2011
			Empréstimos e recebíveis
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa			24.090
Clientes e ativo financeiro			379.164
Outros Investimentos			14.385
Depósitos judiciais			3.480
Demais contas a receber			2.376
			<u>423.495</u>
			Outros passivos financeiros
Passivos	Empréstimos		Total
Empréstimos e financiamentos	99.317		99.317
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.350	2.350
	<u>99.317</u>	<u>2.350</u>	<u>101.667</u>
			31 de dezembro de 2010
			Empréstimos e recebíveis
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa			13.738
Clientes e ativo financeiro			387.935
Outros Investimentos			13.115
Depósitos judiciais			3.474
Demais contas a receber			1.992
			<u>420.254</u>
			Outros passivos financeiros
Passivos	Empréstimos		Total
Empréstimos e financiamentos	119.147		119.147
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		2.748	2.748
	<u>119.147</u>	<u>2.748</u>	<u>121.895</u>

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

		1º de janeiro de 2010
Ativos		Empréstimos e recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa		20.728
Clientes e ativo financeiro		393.359
Outros Investimentos		14.685
Depósitos judiciais		3.474
Demais contas a receber		628
		<u>432.874</u>
Passivos	Empréstimos	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	141.145	
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		10.489
	<u>141.145</u>	<u>10.489</u>
		<u>151.634</u>

4.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Contra partes sem classificação externa de crédito			
Demais ativos financeiros	<u>5.856</u>	<u>5.466</u>	<u>4.102</u>
Contra partes com classificação externa de crédito caixa e equivalentes de caixa			
Banco Bradesco S.A.	24.088	13.733	20.721
Citibank S.A.		1	2
Fundos de caixa	<u>2</u>	<u>4</u>	<u>5</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>24.090</u>	<u>13.738</u>	<u>20.728</u>

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Contra partes com classificação externa de crédito (outros investimentos)			
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	2.298	2.069	1.892
Banco Bradesco S.A.	<u>12.087</u>	<u>11.046</u>	<u>12.973</u>
Total de outros investimentos	<u>14.385</u>	<u>13.115</u>	<u>14.865</u>
Contrapartes com classificação externa de crédito (clientes e ativo financeiro)			
Clientes e ativo financeiro	<u>379.164</u>	<u>387.935</u>	<u>393.359</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Caixa e bancos	73	311	41
Aplicações financeiras (a)	<u>24.017</u>	<u>13.427</u>	<u>20.687</u>
	<u>24.090</u>	<u>13.738</u>	<u>20.728</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado.

Representam Certificados de Depósitos Bancários - CDB emitidos pelo Banco BNB, com renda pós-fixada cujos rendimentos equivalem a até 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Outros investimentos

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Banco Bradesco S.A. (a)	12.087	11.046	12.973
Banco do Nordeste do Brasil S.A. (b)	<u>2.298</u>	<u>2.069</u>	<u>1.892</u>
	<u>14.385</u>	<u>13.115</u>	<u>14.865</u>

- (a) As aplicações no longo prazo referem-se aos depósitos vinculados, mantidos no Banco Bradesco S.A., remunerados de 100% a 102% do CDI, para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. O valor mantido nesta conta vinculada é superior aos três meses do serviço da dívida, já acrescido dos rendimentos *pro rata*, e a três meses dos custos com a operação e manutenção da linha de transmissão. A aplicação relativa à conta reserva somente pode ser negociada com prévia autorização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

- (b) As aplicações estão atreladas a um incentivo fiscal instituído com o objetivo de dotar de recursos financeiros de empresas localizadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), permitindo-lhes que, após aprovação da SUDENE, reinvestam em seus projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.

7 Clientes e ativo financeiro

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Clientes (a)	12.608	10.885	10.361
Ativo financeiro (b)	<u>366.556</u>	<u>377.050</u>	<u>382.998</u>
	<u>379.164</u>	<u>387.935</u>	<u>393.359</u>
Circulante	96.079	97.439	94.846
Não Circulante	<u>283.085</u>	<u>290.496</u>	<u>298.513</u>
	<u>379.164</u>	<u>387.935</u>	<u>393.359</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2011 a companhia apresenta a seguinte composição do saldo das contas a receber de clientes:

	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Total	Total
Industrial (i)	413	102	351	867	567	712
Suprimento a outras concessionárias (ii)	<u>11.524</u>	<u>16</u>	<u>202</u>	<u>11.741</u>	<u>10.318</u>	<u>9.649</u>
	<u>11.937</u>	<u>118</u>	<u>553</u>	<u>12.608</u>	<u>10.885</u>	<u>10.361</u>

- (i) Consumidores livres (indústrias);
(ii) Geradoras, transmissoras e distribuidoras.

- (b) Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresenta recebíveis de concessão de serviços no montante de R\$ 366.556, representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente.

Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)

A Companhia detentora da concessão da linha de transmissão de energia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

A seguir encontra-se a composição da receita de acordo com a Resolução emitida pela ANEEL:

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

<u>RAP- RBL</u>	<u>PA - APURAÇÃO</u>
<u>109.124</u>	<u>879</u>

- Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 - Resolução ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

<u>RAP- RBL</u>	<u>PA - APURAÇÃO</u>
<u>99.408</u>	<u>854</u>

Onde:

- RAP - RBL - Rede Básica Licitada.
- PA-APURAÇÃO = Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2010-2011).

8 Depósitos judiciais

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Fiscais (a)	3.474	3.474	3.474
Cível	<u>6</u>		
	<u>3.480</u>	<u>3.474</u>	<u>3.474</u>

- (a) Contribuições ao PIS e à COFINS: Embargos à Execução Fiscal interposto pela concessionária em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo.

9 Tributos diferidos

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
PIS e COFINS - Passivo	<u>13.305</u>	<u>13.683</u>	<u>13.907</u>

Refere-se a tributos diferidos sobre diferenças temporárias decorrente dos ajustes oriundos das novas regras Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais**10 Impostos e contribuições sociais**

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Ativo			
IRPJ a Compensar (a)	1.046	1.046	1.046
CSLL a Compensar (b)	69	69	69
Outros	<u>52</u>	<u>52</u>	<u>213</u>
	<u>1.167</u>	<u>1.167</u>	<u>1.328</u>
Passivo			
IRPJ e CSLL correntes (c)	1.901	2.915	2.491
PIS e COFINS (d)	260	232	223
INSS e FGTS	164	68	139
ISS (e)	8		
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833/03	2	33	3
Outros	<u>9</u>	<u>42</u>	<u>35</u>
	<u>2.344</u>	<u>3.290</u>	<u>2.891</u>

(a) Refere-se a imposto de renda a compensar de períodos anteriores.

(b) Refere-se à contribuição social sobre o lucro a compensar de períodos anteriores.

(c) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais calculadas com base em balanços de suspensão ou redução.

(d) Refere-se às contribuições ao PIS e COFINS a recolher calculadas de acordo com os regimes cumulativo e não cumulativo.

(e) Refere-se à retenção do ISS sobre serviços prestados por terceiros.

11 Impostos e contribuições diferidas

Segue abaixo o detalhamento dos créditos fiscais incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura.

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Ativo			
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	<u>4.524</u>	<u>13.327</u>	<u>4.728</u>
Passivo			
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	<u>21.995</u>	<u>31.609</u>	<u>22.036</u>

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo	31 de dezembro de 2011			31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
		IR	CSLL	Total	Total	Total
Diferenças temporárias ativas						
Variação Cambial - BNDES					13.327	
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	13.306	3.326	1.198	4.524		4.728
Total ativo		<u>3.326</u>	<u>1.198</u>	<u>4.524</u>	<u>13.327</u>	<u>4.728</u>
Diferenças temporárias passivas						
Variação Cambial - BNDES	5.315	1.329	478	1.807	11.288	1.630
Ajustes novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	59.376	14.844	5.344	20.188	20.321	20.406
Total passivo		<u>16.173</u>	<u>5.822</u>	<u>21.995</u>	<u>31.609</u>	<u>22.036</u>

12 Empréstimos e financiamentos

Em outubro de 2003, foi firmado contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio do qual foi concedido empréstimo, no montante de R\$ 238.661. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de *spread*; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de *spread*.

		31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Encargos				
Moeda nacional				
BNDES - TJLP	TJLP + 5% a.a.	19.079	19.166	19.254
Moeda estrangeira				
BNDES - Cesta de moedas	UM BNDES + 5% a.a.	<u>2.941</u>	<u>2.619</u>	<u>2.733</u>
Circulante		<u>22.020</u>	<u>21.785</u>	<u>21.987</u>
Moeda nacional				
BNDES - TJLP	TJLP + 5% a.a.	66.941	85.622	104.303
Moeda estrangeira				
BNDES - Cesta de moedas	UM BNDES + 5% a.a.	<u>10.356</u>	<u>11.740</u>	<u>14.855</u>
Não circulante		<u>77.297</u>	<u>97.362</u>	<u>119.158</u>

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

<u>Tipos de crédito</u>	<u>Início do pagamento</u>	<u>Juros</u>	<u>Despesa financeira em 2011</u>	<u>Parcelas a vencer em 2011</u>	<u>Vencimento do contrato</u>
Subcrédito "C" Subcrédito "A" e "B"	15.08.2004	Cesta de moedas + 5,0% a.a. TJLP + 5,0% a.a.	15.001	55	15.07.2016

O montante de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
2011			21.450
2012		21.520	21.450
2013	21.571	21.520	21.450
2014	21.571	21.520	21.450
2015	21.571	21.520	21.450
2016	12.583	11.282	11.908
	<u>77.297</u>	<u>97.362</u>	<u>119.158</u>

Cláusulas restritivas - "covenants"

As principais cláusulas restritivas com o BNDES são:

- Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é anual.
- Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" aberta para tal fim.
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.
- Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BNDES;
- Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).
- Sem prévia autorização do BNDES: não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.
- Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Garantias

Para assegurar o pagamento das obrigações vigentes no contrato, como principal, juros, comissões e multas, devem ser consideradas as seguintes garantias:

- **Penhor de Direitos Emergentes da Concessão:** A NTE dá em Penhor, em favor do BNDES, os direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2002 (com anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL).
- **Penhor de Ações:** Será disponibilizada em penhor, em favor do BNDES a totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão e propriedade da Sociedade.
- **Penhor de Direitos Creditórios:** Direitos Creditórios de que é titular decorrente da prestação de serviços de transmissão, previstos no Contrato de Concessão e de Prestação de Serviços de Transmissão nº 001/2002, firmado com o ONS, até o limite que não comprometa a prestação de serviço público.
- **Fiança:** A garantia fidejussória será representada pela fiança a ser formalizada mediante Cartas de Fiança, notariada e consularizada, devendo os fiadores obrigar-se na qualidade de devedores solidários e principais pagadores das obrigações decorrentes, até sua final liquidação ou até a ocorrência das condições previstas no contrato.
- **Seguro Garantia de execução do projeto:** A sociedade deverá contratar apólice de seguro, com vigência até a data de conclusão das obras e início das operações, com a devida aprovação e/ou certificação do ONS e/ou da ANEEL.

13 Taxas regulamentares

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	1º de janeiro de 2010
Reserva global de reversão - RGR (a)	260	695	802
Taxa de fiscalização - TFSEE (b)	41		35
Pesquisa e desenvolvimento (FNDCT, MME e Projetos de P&D) (c)	3.899	3.461	2.893
	<u>4.200</u>	<u>4.156</u>	<u>3.730</u>

- (a) O valor referente ao exercício de 2011 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 278, de 02 de fevereiro de 2011.
- (b) O valor referente ao período de janeiro 2011 a junho 2011 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 4.080, de 27 de dezembro de 2010. O valor referente ao período de julho 2011 a junho 2012 foi estabelecido pelo Despacho ANEEL nº 3.081, de 27 de julho de 2011.
- (c) A NTE realizou R\$ 368 de pagamentos referentes a projetos de P&D no exercício de 2011 (R\$ 683 no exercício de 2010).

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

14 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está distribuído conforme abaixo:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	% do capital social
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	<u>147.183.428</u>	<u>100</u>

Reservas de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

Em dezembro de 2011 foi constituída reserva legal no valor de R\$ 3.028 (R\$ 2.667 em 2010).

Reserva de incentivo fiscal

Segundo o Laudo Constitutivo nº 0323/2004, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, a Companhia, por possuir instalações de transmissão de energia elétrica em área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, tem direito, até o ano de 2013, ao benefício de redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro proveniente de sua atividade.

Em dezembro de 2011 foi constituída reserva de incentivo fiscal no valor de R\$ 13.701 (R\$ 11.189 em 2010).

Prejuízos acumulados

Em dezembro de 2011 foi compensado o saldo da conta de prejuízos acumulados (R\$ 9.031) oriundo de correção de erro pelo reconhecimento do PIS e da COFINS diferidos sobre diferenças temporárias no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2010.

Dividendos

Nos termos do estatuto social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculados com base da lei societária.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2011

Destinações:

Lucro líquido	60.555
Reserva legal (5%)	(3.028)
Compensação prejuízos acumulados	(9.031)
Reserva de incentivo fiscal	(13.701)
Dividendos obrigatórios (25%)	(8.699)
Dividendos adicionais propostos	(26.096)

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

15 Partes relacionadas**Remuneração dos administradores**

Durante o exercício de 2011, os administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante total de R\$ 315 (R\$ 1.672 em 31 de dezembro de 2010), contabilizadas em "Despesas gerais e administrativas".

16 Receita operacional líquida

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receita financeira - atualização do ativo financeiro	71.025	68.252
Receita de operação e manutenção	<u>25.027</u>	<u>23.024</u>
Receita	<u>96.052</u>	<u>91.276</u>
PIS e COFINS	(3.518)	(3.317)
Quota para RGR e P&D	<u>(4.100)</u>	<u>(3.363)</u>
Deduções da receita	<u>(7.618)</u>	<u>(6.680)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>88.434</u></u>	<u><u>84.596</u></u>

17 Resultado financeiro líquido

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.186	3.004
Variação monetária ativa - BNDES	2.205	2.921
Outras receitas financeiras (a)	<u>2</u>	<u>106</u>
	<u>6.393</u>	<u>6.031</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas - BNDES	(11.274)	(13.594)
Variação monetária passiva - BNDES	(3.728)	(2.394)
Outras despesas financeiras (b)	<u>(257)</u>	<u>(210)</u>
	<u>(15.259)</u>	<u>(16.198)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(8.866)</u></u>	<u><u>(10.167)</u></u>

(a) Referem-se basicamente em descontos obtidos, juros e atualização monetária sobre saldo de tributos federais a compensar.

(b) Referem-se basicamente em despesas bancárias, variações cambiais e juros.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais**18 Imposto de renda e contribuição social**

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

Correntes

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. No exercício de 2011, a conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	84.462	74.796
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>(28.717)</u>	<u>(25.431)</u>
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Complemento / (reversão) de provisões	227	202
Ajuste RTT - novas regras CPC	120	(85)
Incentivo fiscal IRPJ - SUDENE (II)	4.659	3.804
Variação cambial negativa BNDES - regime de competência	(1.267)	(814)
Variação cambial positiva BNDES - regime de competência	750	993
Variação cambial positiva BNDES - operações liquidadas	(513)	(469)
Outras	23	115
Imposto de renda e contribuição social (I)	<u>(24.718)</u>	<u>(21.608)</u>
Incentivo fiscal IRPJ - SUDENE (II)	13.701	11.189
Incentivo fiscal IRPJ - SUDENE (reclassificação para outras receitas operacionais) (II)	(13.701)	(11.189)
Alíquota efetiva	<u>29%</u>	<u>29%</u>
Incentivo fiscal IRPJ - outros (III)		<u>367</u>
Efeito total de imposto de renda e contribuição social no resultado (I + II + III)	<u>(24.718)</u>	<u>(21.241)</u>

Incentivo fiscal IRPJ - SUDENE

Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0323/2004, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições:

- (i) o valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) o valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) o valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

As declarações de imposto de renda e contribuição social estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e as demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando, em cada caso, o prazo de prescrição.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, incluindo-se dentre elas, os ajustes decorrentes da Lei nº 11.638/07 em função da adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>811</u>	<u>(76)</u>

19 Provisões

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31 de dezembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>1º de janeiro de 2010</u>
Fiscais			1.724
Cíveis	<u>6</u>		
	<u>6</u>		<u>1.724</u>

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e possuem depósito judicial contabilizado do ativo.

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscal e trabalhistas envolvendo discussão dos valores a pagar referentes à faixa de servidão, indenização de seguro, manifestações de inconformidade relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, bem como embargos à execução fiscal a fim de cancelar cobranças de supostos créditos tributários lançados pela autoridade fazendária relativos ao PIS e à COFINS.

No exercício de 2011, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos com sendo de risco possível, no montante de R\$ 347, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os investimentos realizados durante o período de construção da linha de transmissão, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O.

A NTE bem como outras companhias relevantes do setor, não mantém seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. A especificação, por modalidade de risco, está demonstrada a seguir:

Risco Operacional (Subestações, Almoxarifado, Instalações Prediais)

<u>Seguro</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>LMI</u>	<u>Prêmio total</u>
Risco operacional	Tokio Marine	19.09.11 a 19.08.12	50.000	103
Responsabilidade civil	Chubb do Brasil	19.09.11 a 19.08.12	10.000	7

* * *

NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Diretoria	
Nome	Cargo
José Aloise Ragone Filho	Diretor sem denominação específica
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor sem denominação específica
Marco Antonio Resende Faria	Diretor sem denominação específica

Luiz Andrade
Contador
CRC-076013/O-3
CPF nº 696.385.517-04

[página intencionalmente deixada em branco]

ANEXO K – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA UNISA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES E INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS TRIMESTRAIS DA UNISA RELATIVAS AO TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 RESPECTIVOS PARECERES DA PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



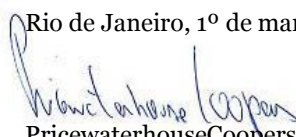
União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA

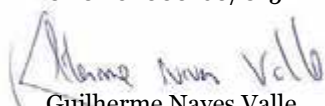
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA e da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2012


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MGo70614/O-5 "S" RJ

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado
	2011	2010			2011	2010	
Circulante				Passivo e patrimônio líquido			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	564		404.920	Circulante			
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)			369.058	Fornecedores	86		10.656
Tributos a recuperar (Nota 8)			67.354	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)			109.075
Prêmios de opção de compra (Nota 10)			3.853	Tributos a pagar	46		12.911
Partes relacionadas (Nota 12(a))	26.481		5.416	Provisões para pagamento de serviços e bens			24.802
Outros créditos			5.547	Diferencial de swap a pagar			1.264
				Partes relacionadas (Nota 12(b))	1.344		87.683
				Outros passivos	150		11.722
	27.045		856.148				
					1.626		258.113
Não circulante							
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)			1.803.427	Fornecedores			1.663
Tributos a recuperar (Nota 8)			21.158	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)			907.656
Tributos diferidos (Nota 9)			26.434	Tributos diferidos (Nota 9)			38.431
Depósitos e cauções vinculados (Nota 11)			84.771	Provisão para contingências (Nota 15)			881
Depósitos judiciais			4.731				
							948.631
			1.940.521	Total do passivo	1.626		1.206.744
	18		18				
Imobilizado				Patrimônio líquido (Nota 16)			
Investimentos (Nota 13)	1.564.506			Capital social	1.585.627	1	1.585.627
				Capital social a integralizar		(1)	
	1.564.524		18	Reservas de lucros	4.316		4.316
					1.589.943		1.589.943
Total do ativo	1.591.569		2.796.687	Total do passivo e patrimônio líquido	1.591.569		2.796.687

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Operações continuadas		
Receita líquida de serviços (Nota 18)		39.581
Custos sobre serviços prestados (Nota 19)		(3.909)
Custo de construção		(9.933)
Lucro bruto		25.739
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 20)	(95)	(1.137)
Outras receitas		3.273
Participações nos lucros de controladas (Nota 13)	5.755	
Lucro operacional	5.660	27.875
Resultado financeiro (Nota 21)		
Receitas financeiras		22.991
Despesas financeiras		(44.092)
		(21.101)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.660	6.774
Imposto de renda (Nota 22)		(1.519)
Contribuição social (Nota 22)		(677)
Subvenção de imposto de renda		1.082
		(1.114)
Lucro líquido do exercício	5.660	5.660
Lucro por ação	0,0036	0,0036

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas, pois não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2009						
Aumento de capital	1					1
Capital social a integralizar	(1)					(1)
Em 31 de dezembro de 2010						
Aumento de capital	1.585.627					1.585.627
Lucro líquido do exercício					5.660	5.660
Destinação do lucro do exercício					(4.316)	(4.316)
Constituição de reservas			283	4.033	(1.344)	(1.344)
Dividendos propostos						
Em 31 de dezembro de 2011						
	1.585.627		283	4.033		1.589.943

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes imposto de renda e contribuição social	<u>5.660</u>	<u>6.774</u>
Ajustes		
Resultado da equivalência patrimonial	(5.755)	(1)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(3.273)
Reversão de provisões		(644)
Ajustes a valor justo de instrumento financeiro derivativo		(251)
Ajuste a valor presente de tributos a recuperar		(21.038)
Remuneração do ativo financeiro da concessão		
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos		<u>27.792</u>
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a pagar	46	14.975
Tributos a recuperar		(7.294)
Partes relacionadas	(421)	21.777
Outros créditos		(1.112)
Fornecedores	86	(25.867)
Outros passivos	<u>150</u>	<u>(533)</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das operações	<u>(234)</u>	<u>11.305</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.463)
Dividendos recebidos	<u>816</u>	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>582</u>	<u>5.842</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Remuneração recebida do ativo financeiro de concessão		17.863
Aquisição de imobilizado	<u>(18)</u>	<u>(18)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(18)</u>	<u>17.845</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos pagos		(9.779)
Resgate de depósitos vinculados		(2.383)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(12.162)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>564</u>	<u>11.525</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		393.395
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>564</u>	<u>404.920</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa durante o exercício	<u>564</u>	<u>11.525</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

1 Informações gerais

A União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA (a "Companhia") e suas controladas integrantes das demonstrações financeiras têm como atividade preponderante ("Sociedades"): (i) participação em outras sociedades que atuem no segmento de transmissão do setor de energia elétrica e (ii) exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Em 2 de junho de 2011 a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., detentora de 100% das ações das Sociedades, celebrou com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA um acordo de intenção de venda de 50% de participação no capital social das Sociedades. Em 30 de novembro de 2011, a Unisa passou a deter a totalidade das ações das Sociedades tendo como acionistas a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, cada uma com 50% de participação e controle compartilhado com base em acordo de acionistas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 1º de março de 2012.

1.1 Das concessões

As Sociedades operam linhas de transmissão com a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão em Kilovolts pelo prazo de 30 anos. Os contratos das concessões são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sociedades	Kilovolts (Não auditado)	Trecho
ATE Transmissora de Energia S.A. (*)	525 e 440	Londrina (PR) - Assis - (SP) Assis (SP) - Araraquara (SP)
ATE II Transmissora de Energia S.A. (*)	500	Colinas (TO) - Ribeiro Gonçalves (PI) Ribeiro Gonçalves (PI) - São João do Piauí (PI) São João do Piauí (PI) - Sobradinho (BA)
ATE III Transmissora de Energia S.A. (*)	500 e 230	Marabá (PA) - Itacaiúnas (PA) Itacaiúnas (PA) - Colinas (TO) Itacaiúnas (PA) - Carajás (PA)
STE - Sul Transmissora de Energia S.A. (*)	230	Uruguaiana (RS) - Maçambará (RS) Maçambará (RS) - Santo Ângelo (RS) Santo Ângelo (RS) - Santa Rosa (RS)

(*) De acordo com os contratos de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida - RAP das sociedades transmissoras em operação será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano, até o final do prazo de concessão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros decorrentes de operações com derivativos e que estão mensurados pelo valor justo. Foram seguidas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugadas com a normatização específica emanada pela ANEEL, especialmente por meio do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.2 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das sociedades da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(b) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

2.6 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 17.

As variações no valor justo dos instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

2.7 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber da Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada quatro ou cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer Companhia de transmissão está sujeita à revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa e outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito significativos e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será realizada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

2.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de captação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.11 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.12 Tributos correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja possível que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.13 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções e dos encargos.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia. As principais receitas das Companhia estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa de retorno ao ano dos projetos: ATE - 10,1%, ATE II - 8,32%, ATE III - 9,87% e STE - 20,66%.
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Companhia não apura margem de construção. A receita é reconhecida de acordo com o andamento físico da obra.

2.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em reunião específica.

2.17 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

(a) Perda (*impairment*), estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para ativos financeiros.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(b) Base de determinação do ativo financeiro da concessão

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores.

(c) Margem de construção

A Companhia não apura margem da construção considerando que esses serviços são realizados por terceiros e considerando ainda que o propósito da Companhia é obter remuneração pelo ativo financeiro.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco cambial

As Sociedades estão expostas ao risco cambial decorrente de empréstimos contratados no exterior em dólar dos Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2011, se o dólar tivesse se valorizado em torno de 15% em relação ao real, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e contribuição social teria variação de R\$ 3.517, em decorrência de perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em dólares.

(b) Risco de crédito

Com exceção dos depósitos e cauções vinculados e o ativo financeiro da concessão, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Consequentemente, o risco de crédito é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	165.539	321.578	437.676	371.380
Fornecedores e outras contas a pagar	110.061	1.663		
				Controladora
				Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores e outras contas a pagar				1.580

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES), conforme Nota 14.

Para os empréstimos contratados com o BNDES a Companhia possui uma taxa fixa de 4% para as operações em moeda nacional acrescida da TJLP, que por sua vez possui componente variável pois apresenta variações as quais são determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Desde janeiro de 2010 a referida taxa está em 6% ao ano, sendo que desde 2007 a taxa varia entre 6% e 6,5% ao ano. Para os empréstimos contraídos sujeitos a cesta de moedas, os juros são fixos e variam de 3% a 10% ao ano.

Com relação aos empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID a Companhia está exposta aos efeitos da variação da Libor.

(e) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (BNDES e BID).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a esta instituição.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 982.540.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* ("*hedge accounting*").

(iv) Ativo financeiro da concessão

Está avaliado pelo custo amortizado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira da Companhia.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 Em milhares de reais

O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	1.016.731
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(404.920)</u>
Dívida líquida	611.811
Total do patrimônio líquido	<u>1.589.943</u>
Total do capital	<u><u>2.201.754</u></u>
Índice de alavancagem financeira - %	28

4.3 Estimativa do valor justo

Instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo são classificados de acordo com o seguinte nível de hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2011 a categoria de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado era composta por prêmio de opção de compra e diferencial de *swap* a pagar. O valor justo desses instrumentos financeiros é enquadrado como nível 2.

4.4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	<u>2011</u>
	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial	
Caixa e equivalentes de caixa	564
Partes relacionadas	<u>26.481</u>
	<u><u>27.045</u></u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

		Outros passivos financeiros
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		236
Partes relacionadas		1.344
		1.580

(b) Consolidado

2011			
	Mensurados ao valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Ativo financeiro da concessão		2.172.485	2.172.485
Caixa e equivalentes de caixa		404.920	404.920
Depósitos e cauções vinculados		84.771	84.771
Depósitos judiciais		4.731	4.731
Partes relacionadas e demais contas a receber		10.963	10.963
Prêmio de opção de compra	3.853		3.853
	3.853	2.677.870	2.681.723

2011				
	Empréstimos	Passivos a valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos	1.016.731			1.016.731
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais			24.041	24.041
Partes relacionadas			87.683	87.683
Diferencial de swap a pagar		1.264		1.264
	1.016.731	1.264	111.724	1.129.719

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

4.5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

			Consolidado
			2011
Contrapartes sem classificação externa de crédito			
Demais ativos financeiros			19.547
	Rating	Controladora	Consolidado
		2011	2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)			
Caixa e equivalentes de caixa			
Banco Santander Brasil S.A	AA-	564	76.326
Banco Citibank S.A.	A		94.240
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.	BBB		146.881
Banco Bradesco S.A	BBB		11.946
HSBC Bank Brasil S.A.	BBB		75.527
Total de caixa e equivalentes de caixa		564	404.920
			Consolidado
	Rating		2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)			
Depósitos e cauções vinculados			
Banco Citibank S.A.	A		45.149
Banco Bradesco S.A	BBB		8.304
Banco Santander Brasil S.A.	AA-		31.318
Total de depósitos e cauções vinculados			84.771
			Consolidado
	Rating		2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)			
Ativo financeiro de concessão	BBB-		2.172.485

5 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 foram preparadas de acordo com os princípios de consolidação previstos no CPC 36 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA e das empresas controladas referidas no item 5.1. O quadro a seguir apresenta as sociedades objeto de consolidação em 2011:

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

5.1 Controladas incluídas na consolidação

	<u>Participação (%)</u>
	<u>2011</u>
Controladas diretas	
ATE Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
ATE II Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
ATE III Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
STE Sul Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99

(i) Controladas em operação.

5.2 Controladas

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- (a) Eliminação dos saldos entre as Sociedades consolidadas.
- (b) Eliminação dos investimentos entre as Sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade investida.
- (c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Sociedades consolidadas.
- (d) Cálculo de participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado consolidado. Em 31 de dezembro de 2011, a participação dos acionistas não-controladores não foi destacada nas demonstrações financeiras em decorrência do valor ser inferior a R\$ 1 (4 ações em um total de 1.287.267.348 de ações).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2011</u>
	<u>Controladora</u> <u>Consolidado</u>
Caixa	
Bancos	564 66.413
Certificados de Depósitos	
Bancários (CDB) (i)	338.507
	<u>564</u> <u>404.920</u>

- (i) Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) têm renda pós-fixada, possuem liquidez imediata e seu rendimento equivale ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

7 Ativo financeiro da concessão

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
A ser recebido na operação	1.527.027
A ser recebido por indenização	<u>645.458</u>
	<u>2.172.485</u>
Circulante	<u>369.058</u>
Não circulante	<u><u>1.803.427</u></u>

O ativo financeiro é remunerado de acordo com a taxa de retorno de cada uma das transmissoras, conforme descrito na Nota 2.15.

8 Tributos a recuperar

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Circulante	
Imposto de renda retido na fonte (i)	10.193
PIS e COFINS (ii)	40.573
IRPJ e CSLL a compensar	7.219
IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03	5.423
Outros	<u>3.946</u>
	<u>67.354</u>
Não circulante	
PIS e COFINS (ii)	<u><u>21.158</u></u>

(i) Refere-se substancialmente ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

(ii) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre os custos de aquisições de máquinas e equipamentos de sociedades controladas, à alíquota de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. O valor dos créditos foi segregado em 48 parcelas, sendo 12 classificadas no circulante e 36 no realizável em longo prazo. A administração das controladas da Companhia registrou o cálculo do ajuste a valor presente do PIS e da COFINS a recuperar sobre as aquisições dos bens e equipamentos, visto que tais créditos são realizados em quarenta e oito (48) parcelas mensais. Como são créditos tributários federais, a administração utilizou a taxa Selic para mensuração do ajuste a valor presente.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

9 Tributos diferidos

(a) Composição

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Ativo não circulante	
IR Diferido	19.530
CS Diferido	<u>6.904</u>
	<u>26.434</u>
Passivo não circulante	
IR Diferido	28.787
CS Diferido	<u>9.644</u>
	<u>38.431</u>

Refere-se substancialmente ao imposto de renda e contribuição social diferidos calculados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias, sobre os efeitos da adoção das novas práticas contábeis, em especial o ICPC 01 e a variação cambial oriunda dos empréstimos em longo prazo.

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	<u>Valor dos créditos</u>
<u>Ano</u>	<u>2011</u>
2013	9.896
2014	5.427
2015	4.845
2016	<u>6.266</u>
	<u>26.434</u>

10 Prêmios de opção de compra (Consolidado)

	<u>2011</u>
Banco Citibank S.A.	3.362
HSBC Bank Brasil S.A.	<u>491</u>
	<u>3.853</u>

Correspondem aos prêmios pagos pelos contratos de opções de compra demonstrados ao valor justo. Tais operações foram realizadas para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio dos empréstimos tomados pela controlada ATE III Transmissora de Energia S.A.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

11 Depósitos e cauções vinculados

São aplicações financeiras de longo prazo, atualizadas pela variação do CDI, para garantia dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

12 Partes relacionadas

(a) Contas a receber

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo	2011	2011
Circulante		
STE-Sul Transmissora de Energia S.A. (i)	5.332	
ATE Transmissora de Energia S.A. (i)	9.293	
ATE II Transmissora de Energia S.A. (i)	10.806	
ATE III Transmissora de Energia S.A. (i)	1.050	
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A.		1.319
Abengoa Construção Brasil Ltda. (ii)		4.096
Outras		1
	<u>26.481</u>	<u>5.416</u>

(i) Corresponde a dividendos a receber de controladas.

(ii) Corresponde ao reembolso de gastos gerais.

(b) Contas a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Passivo	2011	2011
Circulante		
Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (i)	672	35.059
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA (ii)	672	27.717
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A. (iii)		24.686
ATE IV São Mateus Transmissora de Energia S.A.		79
Outras		142
	<u>1.344</u>	<u>87.683</u>

(i) Corresponde aos dividendos a serem pagos a sua acionista além do ressarcimento de pagamento a fornecedores pelo reforço na linha de transmissão da ATE III Transmissora de Energia S.A.

(ii) Corresponde aos dividendos a serem pagos a sua acionista, acrescidos dos dividendos relativos a exercícios anteriores das Sociedades cedidos à TAESA, conforme acordo de compra e venda celebrado com a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

(iii) Corresponde a serviços de operação e manutenção dos sistemas elétricos das Sociedades.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(c) Resultado

	<u>Despesas</u>
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A. (i)	(2.772)
Abengoa Construção Brasil Ltda. (ii)	(3.640)

(i) Corresponde a serviços de operação e manutenção dos sistemas elétricos das sociedades.

(ii) Corresponde ao custo de construção do reforço da linha de transmissão da ATE III Transmissora de Energia.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ou a pagar aos diretores da Companhia por serviços prestados está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Remuneração da diretoria	64	64
Encargos sobre honorários	<u>23</u>	<u>23</u>
	<u>87</u>	<u>87</u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

13	Investimentos	2011				
		ATE Transmissora de Energia S.A.	ATE II Transmissora de Energia S.A.	ATE III Transmissora de Energia S.A.	STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	Total
(a)	Informações sobre investimentos					
(i)	Informações sobre os investimentos					
	Patrimônio líquido	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.506
	Milhares de ações possuídas pela Companhia	273.323	561.643	379.500	72.801	1.287.267
	Participação percentual (%)	99,99	99,99	99,99	99,99	
(ii)	Movimentação dos investimentos					
	Aporte de capital	337.757	684.992	408.961	153.915	1.585.625
	Dividendos propostos	(9.188)	(10.700)	(944)	(5.226)	(26.058)
	Dividendos pagos	(816)				(816)
	Resultado de equivalência patrimonial	5.037	2.543	(3.396)	1.571	5.755
	Total do investimento	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.506

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

Os principais saldos das empresas controladas diretamente pela Companhia estão demonstrados abaixo:

Ativo	ATE Transmissora de Energia S.A.	ATE II Transmissora de Energia S.A.	ATE III Transmissora de Energia S.A.	STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	Total
Circulante	112.209	463.437	214.307	65.639	855.592
Não circulante	408.638	755.222	577.640	172.587	1.914.087
Total	520.847	1.218.659	791.947	236.226	2.769.679
Passivo					
Circulante	44.503	128.194	85.372	24.607	282.976
Não circulante	143.254	413.630	301.954	63.359	922.197
Patrimônio líquido	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.507
Total	520.847	1.218.659	791.947	238.226	2.769.679
Resultado do período de 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2011					
Receita líquida	7.544	13.688	14.380	3.969	39.581
Custos sobre serviços prestados	2.408	(1.406)	(10.813)	(758)	(10.569)
Despesas operacionais	(510)	(159)	(314)	(59)	(1.042)
Resultado financeiro líquido	(2.077)	(9.203)	(9.061)	(761)	(21.102)
Imposto de renda e contribuição social	(2.328)	(377)	2.412	(820)	(1.113)
Lucro líquido (prejuízo) do período	5.037	2.543	(3.396)	1.571	5.755

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(b) Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) ATE Transmissora de Energia S.A. (ATE)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2003 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A ATE detém a concessão para construção, operação e manutenção das Linhas de Transmissão em 525 KV e 440 KV, com extensão aproximada de 120 Km, com origem na subestação de Londrina, no Estado do Paraná, e término na subestação de Assis, no Estado de São Paulo, e da Subestação de Assis e término na subestação de Araraquara, ambas no Estado de São Paulo, com extensão aproximada de 250 Km. As suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 003/2004, firmado com a ANEEL em 18 de fevereiro de 2004, com um prazo de trinta anos.

(ii) ATE II Transmissora de Energia S.A. (ATE II)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2003 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A ATE II Transmissora de Energia S.A. detém a concessão para construção, operação e exploração das Linhas de Transmissão em 500 KV dos trechos de Colinas/Ribeiro Gonçalves; Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí e São João do Piauí/Sobradinho. Suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 011/2005 pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia por um prazo de 30 anos.

(iii) ATE III Transmissora de Energia S.A. (ATE III)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2005 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A ATE III detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 KV e 230KV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do decreto de outorga de concessão, de 3 de abril de 2006, e do contrato de concessão nº 001/2006, de 27 de abril de 2006, firmado com a ANEEL. O prazo de concessão da exploração da linha de transmissão é de 30 anos contados a partir da sua celebração.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(iv) STE - Sul Transmissora de Energia S.A.

Concessionária de transmissão da rede básica brasileira de energia elétrica, constituída para fins exclusivos de exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. A STE detém a concessão para construção, operação e exploração da linha de transmissão com capacidade de 230 KV, com origem na subestação Usina Uruguaiana e término na subestação Santa Rosa, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. As suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 81/2002, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

14

Empréstimos e financiamentos

Agente financeiro	Taxa anual de juros e comissões - %	Vencimento final	Garantias	Tipo da moeda	Empréstimo original liberado	31 de dezembro de 2011	
						Circulante	Não circulante
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES A e B	TJLP + 2,49% a 5% a.a.	2016 a 2024	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	R\$	625.118	60.492	400.596
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES C	UM BNDES + 3% a 10% a.a.	2017 a 2020	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	R\$	46.073	11.625	28.501
Unibanco	TJLP + 1,5% a.a + 2,3% a.a. de <i>spread</i>	2013	Aval prestado pela União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA	R\$	6.327	1.576	783
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,3% a.a. + <i>spread</i> de 1,875% a 2,075% a.a. e 4,21% a.a., 4,585% a.a.	2023	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	US\$	325.016	35.382	477.776
						109.075	907.656

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(a) O montante de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2011
2013	111.772
2014	112.103
2015	114.944
2016	119.581
2017 a 2022	<u>449.256</u>
	<u>907.656</u>

(b) Cláusulas restritivas

BNDES e BID

Os financiamentos com estas instituições possuem cláusulas determinando níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

As principais cláusulas contratuais de "covenants" são:

- manter em conta reserva pelo menos três vezes a parcela mensal de pagamento de serviços da dívida e três meses de pagamento de contrato de Operação e Manutenção (O&M);
- em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a beneficiária deverá apresentar ao BNDES Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica;
- manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos);
- não distribuição de dividendos sem autorização do BNDES, de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório;
- não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dívidas sem autorização;
- manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato;
- apresentar e manter as licenças ambientais;
- índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0;
- índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33; e
- constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) 2011 e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

Unibanco

A principal cláusula restritiva é a seguinte:

- **Indicadores Financeiros** - manter durante a vigência do contrato, os seguintes indicadores.

Financeiros, a serem apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras:

Covenants	2011
Dívida Bancária Líquida/Ebitda	<=2,5
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	>=1,3

15 Contingências (Consolidado)

	2011
Trabalhistas	881

A provisão corresponde a processos trabalhistas referentes a STE - Sul Transmissora de Energia, constituídos em anos anteriores.

As contingências com probabilidade de perda possível em 31 de dezembro de 2011 correspondem a R\$ 9.288.

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 1.585.626.762 ações ordinárias subscritas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de ações
Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.	792.813.381
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	792.813.381
Total de ações	<u>1.585.626.762</u>

(b) Reservas

(i) Reservas de lucros - legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, em atendimento à legislação em vigor.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(ii) Reserva de lucros - Retenção

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de expansão dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

(c) Dividendos

Pelo estatuto social, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os administradores propuseram dividendos como demonstrado a seguir:

	2011
Lucro líquido do exercício	5.660
Reserva legal	<u>(283)</u>
Lucro base para determinação do dividendo	<u>5.377</u>
Dividendos propostos	<u><u>1.344</u></u>
% sobre o lucro líquido disponível	<u>25%</u>
Dividendos propostos por lote de mil ações - R\$	<u><u>0,00085</u></u>

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

17 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pelas Sociedades tiveram o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As Sociedades estão expostas a flutuação da taxa de câmbio em virtude do financiamento (parte da dívida com o BNDES é indexada por uma cesta de moedas). Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio as Sociedades utilizaram-se de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*) e contrataram operações de opção de compra durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2011 o portfólio de derivativos da ATE II e ATE III, pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	2011			
Tipo	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Valores a receber (pagar)	Ganhos não realizados
Contratos de <i>swap</i>				
Posição ativa	246.166	1.407	(1.264)	104
Taxa Libor				
Contratos de opções				
Posição titular - compra	31.907	3.853	3.853	540
Moeda estrangeira				
	<u>278.073</u>	<u>5.260</u>	<u>2.589</u>	<u>644</u>

A Companhia não participa de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos assim como não efetua aplicações de caráter especulativos, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco, além de não possuir garantia de margem em suas operações.

18 Receita (Consolidado)

	2011
Receita bruta de serviços	
Receita financeira - Atualização do ativo financeiro	21.038
Receita de operação e manutenção	9.384
Receita de construção	<u>9.933</u>
	<u>40.355</u>
Parcela variável	(69)
Impostos sobre serviços (*)	139
Encargos do consumidor	<u>(844)</u>
	<u>(774)</u>
Receita líquida	<u><u>39.581</u></u>

(*) Os impostos sobre serviços encontram-se líquidos de créditos de PIS e COFINS no montante de R\$ 2.551.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

19 Custos sobre serviços prestados

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Pessoal	(2)
Materiais	(63)
Serviços de terceiros	(3.459)
Arrendamentos e aluguéis	(23)
Seguros	(135)
Tributos	(28)
Outros	(199)
	<u><u>(3.909)</u></u>

20 Despesas gerais e administrativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>	<u>2011</u>
Pessoal		(120)
Materiais	(25)	(25)
Serviços de terceiros	(61)	(548)
Arrendamentos e aluguéis	(7)	(30)
Tributos	(2)	(107)
Outros		(307)
	<u>(95)</u>	<u>(1.137)</u>

21 Resultado financeiro

(a) Receitas financeiras

	<u>Consolidado</u>
	<u>2011</u>
Receita de aplicações financeiras	3.478
Ganho de variação cambial	18.567
Ganho realizado e não realizado com operação de derivativos	658
Atualização monetária sobre empréstimos, depósitos judiciais e créditos tributários, líquida	37
Ajuste a valor presente de créditos de PIS e COFINS	251
	<u><u>(21.101)</u></u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(b) Despesas financeiras

	Consolidado
	2011
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.594)
Perda de variação cambial	(37.240)
Juros e multa por pagamento	(103)
Outras despesas financeiras	(155)
	<u>(44.092)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(21.104)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

As despesas com o imposto de renda e com a contribuição social estão reconciliadas como segue:

	2011
	Consolidado
Imposto de renda	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.774
Imposto de renda pela alíquota nominal	(1.693)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	
Incentivo fiscal - SUDAM (i)	477
Gratificação dos administradores	
Subvenção governamental - SUDENE (i) (Nota 24.1)	606
Adições e exclusões permanentes líquidas	(130)
Outros ajustes	303
	<u>(437)</u>
Contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	6.774
Contribuição social pela alíquota nominal	(610)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	
Adições e exclusões permanentes líquidas	(46)
Outros ajustes	(21)
	<u>(677)</u>

- (i) As sociedades ATE II e ATE III gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Esses incentivos, no montante de R\$ 606 e R\$ 477, respectivamente, foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre os resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III).

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

23 Seguros

A Companhia mantém uma política dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, etc. A Administração da Companhia entende que os valores são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Responsabilidade Civil

Empresa	Seguradora	Vigência	Taxa	LMI	Prêmio total
ATE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,36%	10.000	36
ATE II	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,58%	10.000	58
ATE III	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,47%	10.000	47
STE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,19%	10.000	19

Risco Operacional (Subestações, Almoxarifado, Instalações Prediais)

Empresa	Seguradora	Vigência	LMI	Valor em risco	Prêmio total
ATE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	224.993	225
ATE II	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	465.724	466
ATE III	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	332.174	332
STE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	113.560	114

24 Subvenções governamentais

24.1 Redução do imposto de renda 75% por 10 anos

A companhia, por meio de suas controladas ATE II e ATE III goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Esses incentivos, no montante de R\$ 606 e R\$ 477, respectivamente, no presente exercício, foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III).

As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

As seguintes condições abaixo mencionadas foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio-ambiente.
- (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

- (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
- (iv) Constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
- (v) Obrigação de aplicar o valor da Redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

25 Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A Companhia e suas controladas não desenvolveram no exercício de 2011, nenhuma atividade não vinculada ao objeto de suas concessões.

* * *

**União de Transmissoras
de Energia Elétrica
Holding S.A. - UNISA**

**Demonstrações financeiras intermediária
condensada em 30 de junho de 2012 e
31 de dezembro de 2011 e
relatório dos auditores independentes**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas

Aos Administradores e Acionistas
União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A.- UNISA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA (a "Companhia"), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado condensado da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA e suas controladas ("Consolidado"), em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".



União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA

Outros assuntos

Demonstrações condensadas do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações condensadas do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas tomadas em conjunto.

Base de apresentação e uso do relatório

Este relatório é para uso exclusivo da controladora Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A - TAESA e seus auditores independentes em conexão com a revisão das Informações Trimestrais - ITR na data de 30 de junho de 2012 e não deve ser utilizado para qualquer outro propósito, bem como não deve ser publicado nem apresentado ou distribuído a outras partes.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Balancos patrimoniais Em milhares de reais

Ativo	Controladora			Consolidado		
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
				Passivo e patrimônio líquido		
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	423	564	434.638	Fornecedores	147	86
Ativo financeiro da concessão (nota 6)			351.108	Empréstimos e financiamentos (nota 13)		
Tributos a recuperar (nota 7)	4		54.450	Tributos a pagar	9	46
Prêmios de opção de compra (nota 9)			2.695	Provisões para pagamento de serviços e bens		
Diferencial de swap a receber			603	Diferencial de swap a pagar		
Partes relacionadas (nota 11(a))	26.647	26.481	4.331	Partes relacionadas (nota 11(b))	1.959	1.344
Outros créditos	1		4.556	Outros passivos	512	150
	27.075	27.045	852.381		2.627	1.626
Não circulante						
Realizável a longo prazo				Não circulante		
Ativo financeiro da concessão (nota 6)			1.992.854	Fornecedores		
Tributos a recuperar (nota 7)			30.532	Empréstimos e financiamentos (nota 13)		
Tributos diferidos (nota 8)			89.374	Tributos diferidos (nota 8)		
Depósitos e cauções vinculados (nota 10)			5.358	Provisão para contingências (nota 14)		
Depósitos judiciais						
			2.118.118	Total do passivo	2.627	1.626
Imobilizado	193	18	193			
Investimentos (nota 12)	1.624.692	1.564.506		Patrimônio líquido (nota 15)		
				Capital social	1.585.627	1.585.627
				Reservas de lucros	4.316	4.316
				Lucros acumulados	59.390	
	1.624.885	1.564.524	193		1.649.333	1.589.943
				Total do passivo e patrimônio líquido	1.651.960	1.591.569
Total do ativo	1.651.960	1.591.569	2.970.692		2.970.692	3.001.736

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012
Receita líquida de serviços (nota 17)			154.465	75.581
Custos sobre serviços prestados (nota 18)			(23.459)	(13.014)
Lucro bruto			131.007	62.568
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas (nota 19)	(804)	(416)	(6.766)	(3.648)
Outras receitas (nota 20)			4.340	277
Participações nos lucros de controladas (nota 12)	60.186	3.572		
Lucro operacional	59.382	3.156	128.581	59.197
Resultado financeiro (nota 21)				
Receitas financeiras	13	6	19.729	9.727
Despesas financeiras	(5)	(2)	(75.074)	(73.937)
	8	4	(55.345)	(64.210)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.390	3.160	73.236	(5.013)
Imposto de renda (nota 22)			(18.312)	2.203
Contribuição social (nota 22)			(6.804)	590
Subvenção de imposto de renda			11.270	5.380
	59.390	3.160	(13.846)	8.173
Lucro líquido do período	59.390	3.160	59.390	3.160
Número de ações	1.585.626.762	1.585.626.762	1.585.626.762	1.585.626.762
Lucro por ação (R\$)	0,037	0,002	0,037	0,002

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas, pois não há componentes de outros resultados abrangentes.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Retenção			
Em 31 de dezembro de 2011					
	1.585.627	283	4.033		1.589.943
Lucro líquido do semestre				59.390	59.390
Em 30 de junho de 2012					
	1.585.627	283	4.033	59.390	1.649.333

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestre findo em 30 de junho
Em milhares de reais

	2012	
	Controladora	Consolidado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período antes imposto de renda e contribuição social	<u>59.390</u>	<u>73.326</u>
Ajustes		
Resultado da equivalência patrimonial	(60.186)	
Reversão de provisões		(640)
Ajustes a valor justo de instrumento financeiro derivativo		(709)
Ajuste a valor presente de tributos a recuperar		(1.049)
Remuneração do ativo financeiro da concessão		(109.384)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos		77.549
Provisões para contingência		(81)
Variações nos ativos e passivos		
Tributos a recuperar	(4)	4.597
Partes relacionadas	449	(19.309)
Outros créditos	(1)	364
Fornecedores	61	(21.193)
Tributos a recolher	(37)	(6.093)
Outros passivos	<u>362</u>	<u>(139)</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das operações	<u>34</u>	<u>(2.581)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(19.507)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>34</u>	<u>(22.358)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Remuneração recebida do ativo financeiro de concessão		142.936
Aquisição de imobilizado	<u>(175)</u>	<u>(175)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(175)</u>	<u>142.761</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos pagos - principal		(54.220)
Empréstimos e financiamentos pagos - juros		(31.862)
Resgate de depósitos vinculados		(4.603)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(90.685)</u>
Aumento/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	<u>(141)</u>	<u>29.718</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<u>564</u>	<u>404.920</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	<u>423</u>	<u>434.638</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa durante o semestre	<u>(141)</u>	<u>29.718</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Demonstrações do valor adicionado
Semestre findo em 30 de junho
Em milhares de reais

	2012	
	Controladora	Consolidado
Receitas		
Financeiro - atualização do ativo financeiro		118.662
Operação e manutenção		55.908
Outras receitas e despesas		143
Encargos do setor		(7.466)
		<u>167.246</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Material de consumo	(13)	(124)
Aluguéis	(132)	(505)
Serviço de terceiros	(650)	(24.928)
Taxa de fiscalização		(887)
	<u>(795)</u>	<u>(26.443)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(795)</u>	<u>140.803</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13	117.627
Receita de Equivalência	60.186	
	<u>59.404</u>	<u>258.430</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>59.404</u>	<u>258.430</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários de pessoal e administradores		381
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	6	24.998
Estaduais	3	687
Municipais		2
Despesas financeiras	5	172.972
Lucros retidos do semestre	59.390	59.390
	<u>59.404</u>	<u>258.430</u>
Valor adicionado distribuído	<u>59.404</u>	<u>258.430</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

1 Informações gerais

A União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA (a "Companhia") e suas controladas integrantes das demonstrações financeiras ("Sociedades") têm como atividade preponderante: (i) participação em outras sociedades que atuem no segmento de transmissão do setor de energia elétrica e (ii) exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Em 2 de junho de 2011 a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., detentora de 100% das ações das Sociedades, celebrou com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA um acordo de intenção de venda de 50% de participação no capital social das Sociedades. Em 30 de novembro de 2011, a Unisa passou a deter a totalidade das ações das Sociedades tendo como acionistas a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA, cada uma com 50% de participação e controle compartilhado com base em acordo de acionistas.

Em 16 de março de 2012 A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas por esta no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. - UNISA.

Em 3 de junho de 2012 deu-se a conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela TAESA mediante à ocorrência das seguintes condições: (i) aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Taesa, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação foi submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 25 de julho de 2012.

1.1 Das concessões

As Sociedades operam linhas de transmissão com a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão em Kilovolts pelo prazo de 30 anos. Os contratos das concessões são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Sociedades	Kilovolts (Não auditado)	Trecho
ATE Transmissora de Energia S.A. (*)	525 e 440	Londrina (PR) - Assis (SP) Assis (SP) - Araraquara (SP)
ATE II Transmissora de Energia S.A. (*)	500	Colinas (TO) - Ribeiro Gonçalves (PI) Ribeiro Gonçalves (PI) - São João do Piauí (PI) São João do Piauí (PI) - Sobradinho (BA)
ATE III Transmissora de Energia S.A. (*)	500 e 230	Marabá (PA) - Itacaiúnas (PA) Itacaiúnas (PA) - Colinas (TO) Itacaiúnas (PA) - Carajás (PA)
STE - Sul Transmissora de Energia S.A. (*)	230	Uruguaiana (RS) - Maçambará (RS) Maçambará (RS) - Santo Ângelo (RS) Santo Ângelo (RS) - Santa Rosa (RS)

(*) De acordo com os contratos de concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida - RAP das sociedades transmissoras em operação será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano, até o final do prazo de concessão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

Na elaboração das informações intermediárias, todas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, as informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor exceto por determinados ativos e passivos financeiros decorrentes de operações com derivativos e que estão mensurados pelo valor justo. Foram seguidas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), conjugadas com a normatização específica emanada pela ANEEL, especialmente por meio do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com CPC 21 - "Demonstrações Intermediárias", conjugadas com a normatização específica emanada pela ANEEL, especialmente por meio do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA e das empresas controladas referidas embaixo. O quadro a seguir apresenta as sociedades objeto de consolidação em 30 de junho de 2012.

	<u>Participação (%)</u>
	<u>30 de junho de 2012</u>
Controladas diretas	
ATE Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
ATE II Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
ATE III Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99
STE Sul Transmissora de Energia S.A. (i)	99,99

(i) Controladas em operação.

O processo de combinação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Eliminação dos saldos entre as Sociedades combinadas.
- Eliminação dos investimentos entre as Sociedades consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade investida.
- Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Sociedades combinadas.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com CPC 21 - "Demonstrações Intermediárias" e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

(a) Risco cambial

As Sociedades estão expostas ao risco cambial decorrente de empréstimos contratados no exterior em dólar dos Estados Unidos.

Em 30 de junho de 2012, se o dólar tivesse se valorizado em torno de 15% em relação ao real, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do semestre após o cálculo do imposto de renda e contribuição social teria diminuição de R\$ 57.760, em decorrência de perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em dólares.

(b) Risco de crédito

Com exceção dos depósitos e cauções vinculados, equivalentes de caixa, prêmios de opções, partes relacionadas e o ativo financeiro da concessão, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Consequentemente, o risco de crédito é considerado baixo.

A Receita anual permitida ("RAP") de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro e deste modo o risco de crédito é baixo.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2012				
Empréstimos e financiamentos	117.018	173.773	361.240	356.193
Fornecedores e outras contas a pagar	86.107	1.663		
				Controladora
				Menos de um ano
Em 30 de junho de 2012				
Fornecedores e outras contas a pagar				2.618
				Consolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Empréstimos e financiamentos	109.075	321.578	437.676	371.380
Fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar	113.803	1.663		
				Controladora
				Menos de um ano
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores e outras contas a pagar				1.580

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES), conforme nota 13.

Para os empréstimos contratados com o BNDES a Companhia possui uma taxa fixa de 4% para as operações em moeda nacional acrescida da TJLP, que por sua vez possui componente variável pois apresenta variações as quais são determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. Desde janeiro de 2010 a referida taxa está em 6% ao ano, sendo que desde 2007 a taxa varia entre 6% e 6,5% ao ano. Para os empréstimos contraídos sujeitos a cesta de moedas, os juros são fixos e variam de 3% a 10% ao ano.

Com relação aos empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID a Companhia está exposta aos efeitos da variação da Libor.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(e) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

O valor justo dos instrumentos financeiros estão demonstrados na nota 16.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros de operações similares nas condições atuais. A Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos que reúnem características próprias e contratadas com instituições que operam com crédito a longo prazo (BNDES e BID).

Não existe um mercado nacional consolidado de crédito de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, onde as ofertas de crédito com tais características de longo prazo, normalmente estão limitadas a esta instituição.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2012 é de R\$ 952.334 (R\$ 982.540 em 31 de dezembro de 2011).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* ("*hedge accounting*").

(iv) Ativo financeiro da concessão

Está avaliado pelo custo amortizado.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira da Companhia.

O índice de alavancagem financeira pode ser assim sumariado:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>30 de</u>	<u>31 de</u>
	<u>Junho</u>	<u>dezembro</u>
	<u>de 2012</u>	<u>de 2011</u>
Total dos empréstimos e financiamentos	1.008.224	1.016.731
Menos: caixa e equivalentes de caixa	<u>(434.638)</u>	<u>(404.920)</u>
Dívida líquida	573.586	611.811
Total do patrimônio líquido	<u>1.649.333</u>	<u>1.589.943</u>
Total do capital	<u>2.222.919</u>	<u>2.201.754</u>
Índice de alavancagem financeira - %	26	28

3.3 Estimativa do valor justo

Instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo são classificados de acordo com o seguinte nível de hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a categoria de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado era composta por prêmio de opção de compra e diferencial de *swap* a pagar. O valor justo desses instrumentos financeiros é enquadrado como nível 2.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

3.4 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Controladora

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	423	564
Partes relacionadas	26.647	26.481
	27.070	27.045
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	659	236
Partes relacionadas	1.959	1.344
	2.618	1.580

(b) Consolidado

	30 de junho de 2012	
	Mensurados ao valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis
		Total
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativo financeiro da concessão	2.343.962	2.343.962
Caixa e equivalentes de caixa	434.638	434.638
Depósitos e cauções vinculados	89.374	89.374
Depósitos judiciais	5.358	5.358
Partes relacionadas e demais contas a receber	8.887	8.887
Swap a receber	603	603
Prêmio de opção de compra	2.695	2.695
	3.298	2.885.517

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

		Outros passivos financeiros
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos		1.008.224
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		27.029
Partes relacionadas		67.282
		<u>1.102.535</u>
	31 de dezembro de 2011	
	Mensurados ao valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis
		Total
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativo financeiro da concessão		2.377.514
Caixa e equivalentes de caixa		404.920
Depósitos e cauções vinculados		84.771
Depósitos judiciais		4.731
Partes relacionadas e demais contas a receber		10.963
Prêmio de opção de compra	3.853	3.853
	<u>3.853</u>	<u>2.882.899</u>
		<u>2.886.752</u>
	Passivos a valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros
		Total
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos		1.016.731
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais		24.041
Partes relacionadas		87.683
Diferencial de <i>swap</i> a pagar	1.264	1.264
	<u>1.264</u>	<u>1.128.455</u>
		<u>1.129.719</u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

		Consolidado		
		30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Demais ativos financeiros		8.887	10.963	
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)		Rating	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Prêmio de opção de compra				
Banco Citibank S.A.		A	2.695	3.362
HSBC Bank Brasil S.A.		BBB		491
Total de prêmio de opção de compra			2.695	3.853

		Controladora		Consolidado	
	Rating	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)					
Caixa e equivalentes de caixa					
Banco Santander Brasil S.A	AA-	423	564	199.853	76.326
Banco Citibank S.A.	A			71.154	94.240
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.	BBB			71.591	146.881
Banco Bradesco S.A	BBB			19.779	11.946
HSBC Bank Brasil S.A.	BBB			72.261	75.527
Total de caixa e equivalentes de caixa		423	564	434.638	404.920

		Consolidado	
		30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)		Rating	
Depósitos e cauções vinculados			
Banco Citibank S.A.	A	57.261	45.149
Banco Bradesco S.A	BBB	8.622	8.304
Banco Santander Brasil S.A.	AA-	23.491	31.318
Total de depósitos e cauções vinculados		89.374	84.771
Depósitos judiciais			
Caixa Econômica Federal	AA+	2.311	1.731
Banco do Estado do Pará	A-	1.354	1.337
Banco do Brasil S.A.	BBB	1.693	1.663
Total de depósitos judiciais		5.358	4.731

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

	Rating	Consolidado	
		30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)			
Ativo financeiro de concessão	BBB-	<u>2.343.962</u>	<u>2.377.514</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Bancos	423	564	57.802	66.413
Certificados de Depósitos Bancários (CDB) (i)			<u>376.836</u>	<u>338.507</u>
	<u>423</u>	<u>564</u>	<u>434.638</u>	<u>404.920</u>

(i) Os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) têm renda pós-fixada, possuem liquidez imediata e seu rendimento equivale ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6 Ativo financeiro da concessão

	Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
A ser recebido na operação	1.698.503	1.732.056
A ser recebido por indenização	<u>645.548</u>	<u>645.458</u>
	<u>2.343.961</u>	<u>2.377.514</u>
Circulante	<u>(351.108)</u>	<u>(369.058)</u>
Não circulante	<u>1.992.854</u>	<u>2.008.456</u>

O ativo financeiro é remunerado de acordo com a taxa de retorno de cada uma das transmissoras, que são: ATE 10,1%, ATE II 8,32%, ATE III 9,87% e STE 20,66%.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

7 Tributos a recuperar

	Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte (i)	1.894	10.193
PIS e COFINS (ii)	21.883	40.573
IRPJ e CSLL a compensar	20.992	7.239
IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03	5.901	5.423
Outros	3.780	3.946
	54.450	67.374
Não circulante		
PIS e COFINS (ii)	30.532	21.158

(i) Refere-se substancialmente ao imposto de renda retido na fonte incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras.

(ii) Refere-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre os custos de aquisições de máquinas e equipamentos de sociedades controladas, à alíquota de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. Os valores dos créditos foram segregados entre curto e longo prazos pela sua expectativa de realização. A administração das controladas da Companhia registrou o cálculo do ajuste a valor presente do PIS e da COFINS a recuperar sobre as aquisições dos bens e equipamentos. Como são créditos tributários federais, a administração utilizou a taxa Selic para mensuração do ajuste a valor presente.

8 Tributos diferidos

(a) Composição

	Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Ativo não circulante		
IR Diferido		19.530
CS Diferido		6.904
		26.434
Passivo não circulante		
IR Diferido	22.016	49.210
CS Diferido	7.333	17.114
PIS Diferido	31.021	31.530
COFINS Diferido	142.926	145.276
	203.296	243.130

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Refere-se substancialmente aos impostos calculados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias, sobre os efeitos da adoção das novas práticas contábeis, em especial o ICPC 01 e a variação cambial oriunda dos empréstimos em longo prazo.

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

<u>Ano</u>	<u>Valor dos créditos</u>
	<u>31 de dezembro de 2011</u>
2013	9.896
2014	5.427
2015	4.845
2016	6.266
	<u>26.434</u>

9 Prêmios de opção de compra

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Banco Citibank S.A.	2.695	3.362
HSBC Bank Brasil S.A.		491
	<u>2.695</u>	<u>3.853</u>
Diferencial de swap a receber	603	
Diferencial de swap a pagar		(1.264)

Correspondem aos prêmios pagos pelos contratos de opções de compra demonstrados ao valor justo. Tais operações foram realizadas para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio dos empréstimos tomados pela controlada ATE III Transmissora de Energia S.A.

10 Depósitos e cauções vinculados

São aplicações financeiras de longo prazo, atualizadas pela variação do CDI, para garantia dos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

11 Partes relacionadas

(a) Contas a receber

Ativo	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante				
STE-Sul Transmissora de Energia S.A. (i)	5.354	5.332		
ATE Transmissora de Energia S.A. (i)	9.315	9.293		
ATE II Transmissora de Energia S.A. (i)	10.832	10.806		
ATE III Transmissora de Energia S.A. (i)	1.083	1.050		
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A.			12	1.319
Abengoa Construção Brasil Ltda. (ii)	63		4.310	4.096
Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.			7	
Outras			2	1
	<u>26.647</u>	<u>26.481</u>	<u>4.331</u>	<u>5.416</u>

(i) Corresponde, principalmente, aos dividendos a receber de controladas.

(ii) Corresponde ao reembolso de gastos gerais.

(b) Contas a pagar

Passivo	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Circulante				
Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. (i)	672	672	27.740	27.718
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA (i)	672	672	27.717	27.717
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A. (ii)			2.140	24.686
Abengoa Construção Brasil Ltda. (iii)	283		9.603	7.341
STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	331			
ATE III Transmissora de Energia S.A.	1		2	
ATE IV São Mateus Transmissora de Energia S.A.			80	79
Outras				141
	<u>1.959</u>	<u>1.344</u>	<u>67.282</u>	<u>87.682</u>

(i) Na controladora, corresponde aos dividendos a serem pagos aos seus acionistas referente ao exercício de 2011. No consolidado, refere-se principalmente a dividendos relativos a exercícios anteriores das controladas ATE II e da ATE III que foram divididos em 50% para cada acionista da UNISA, conforme acordo de compra e venda celebrado entre a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

- (ii) Corresponde a serviços de operação e manutenção dos sistemas elétricos das Sociedades.
- (iii) Refere-se ao ressarcimento de pagamento a fornecedores pelo reforço na linha de transmissão da ATE III Transmissora de Energia S.A.

(c) Resultado

	<u>Consolidado</u>
	30 de junho de 2012
Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão S.A. (i)	(15.537)
Abengoa Construção Brasil Ltda. (ii)	(1.453)
	<u>(16.990)</u>

- (i) Corresponde a serviços de operação e manutenção dos sistemas elétricos das sociedades.
- (ii) Corresponde ao custo e à reversão de provisão de custo de construção do reforço da linha de transmissão da ATE III Transmissora de Energia.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração paga ou a pagar aos diretores da Companhia por serviços prestados está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
Remuneração da diretoria	236	64
Encargos sobre honorários	<u>109</u>	<u>23</u>
	<u>345</u>	<u>87</u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

12	Investimentos	30 de junho de 2012				
		ATE Transmissora de Energia S.A.	ATE II Transmissora de Energia S.A.	ATE III Transmissora de Energia S.A.	STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	Total
(a)	Informações sobre investimentos					
(i)	Informações sobre os investimentos					
	Patrimônio líquido	353.362	705.390	402.942	162.998	1.624.692
	Milhares de ações possuídas pela Companhia	273.323	561.643	379.500	72.801	1.287.267
	Participação percentual (%)	99,99	99,99	99,99	99,99	
(ii)	Movimentação dos investimentos					
	Investimento em 31 de dezembro de 2011	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.506
	Resultado de equivalência patrimonial	20.572	28.554	(1.679)	12.738	60.186
	Total do investimento	<u>353.362</u>	<u>705.390</u>	<u>402.942</u>	<u>162.998</u>	<u>1.624.692</u>

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2011				
	ATE Transmissora de Energia S.A.	ATE II Transmissora de Energia S.A.	ATE III Transmissora de Energia S.A.	STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	Total
(i) Informações sobre os investimentos					
Patrimônio líquido	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.506
Milhares de ações possuídas pela Companhia	273.323	561.643	379.500	72.801	1.287.267
Participação percentual (%)	99,99	99,99	99,99	99,99	
(ii) Movimentação dos investimentos					
Aporte de capital	337.757	684.992	408.961	153.915	1.585.625
Dividendos propostos	(9.188)	(10.700)	(944)	(5.226)	(26.058)
Dividendos pagos	(816)				(816)
Resultado de equivalência patrimonial	5.037	2.543	(3.396)	1.571	5.755
Total do investimento	332.790	676.835	404.621	150.260	1.564.506

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

Os principais saldos das empresas controladas diretamente pela Companhia estão demonstrados abaixo:

	30 de junho de 2012				
	ATE Transmissora de Energia S.A.	ATE II Transmissora de Energia S.A.	ATE III Transmissora de Energia S.A.	STE-Sul Transmissora de Energia S.A.	Total
Ativo					
Circulante	109.755	475.211	211.410	75.801	872.177
Não circulante	439.847	840.654	658.556	179.961	2.119.018
	<u>549.602</u>	<u>1.315.864</u>	<u>869.966</u>	<u>255.762</u>	<u>2.991.545</u>
Passivo					
Circulante	41.489	109.671	73.584	23.880	248.624
Não circulante	154.751	500.801	393.441	68.884	1.117.879
Patrimônio líquido	353.362	705.390	402.942	162.998	1.624.692
	<u>549.602</u>	<u>1.315.864</u>	<u>869.966</u>	<u>255.762</u>	<u>2.991.545</u>
Resultado do período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2012					
Receita líquida	43.702	57.277	29.046	24.441	154.465
Custos sobre serviços prestados	(5.120)	(9.525)	(6.695)	(2.119)	(23.459)
Despesas operacionais	(696)	(20)	(1.008)	102	(2.426)
Resultado financeiro líquido	(7.728)	(17.721)	(26.803)	(3.101)	(55.345)
Imposto de renda e contribuição social	(9.586)	(1.457)	3.781	(6.585)	(13.846)
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>20.572</u>	<u>28.554</u>	<u>(1.679)</u>	<u>12.738</u>	<u>60.186</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

24 de 35

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(b) Outras informações relevantes sobre os investimentos

(i) ATE Transmissora de Energia S.A. (ATE)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2003 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

*

A ATE detém a concessão para construção, operação e manutenção das Linhas de Transmissão em 525 KV e 440 KV, com extensão aproximada de 120 Km, com origem na subestação de Londrina, no Estado do Paraná, e término na subestação de Assis, no Estado de São Paulo, e da Subestação de Assis e término na subestação de Araraquara, ambas no Estado de São Paulo, com extensão aproximada de 250 Km. As suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 003/2004, firmado com a ANEEL em 18 de fevereiro de 2004, com um prazo de trinta anos.

(ii) ATE II Transmissora de Energia S.A. (ATE II)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2003 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A ATE II Transmissora de Energia S.A. detém a concessão para construção, operação e exploração das Linhas de Transmissão em 500 KV dos trechos de Colinas/Ribeiro Gonçalves; Ribeiro Gonçalves/São João do Piauí e São João do Piauí/Sobradinho. Suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 011/2005 pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia por um prazo de 30 anos.

(iii) ATE III Transmissora de Energia S.A. (ATE III)

É uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2005 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A ATE III detém a concessão para construção, operação e manutenção das linhas de transmissão e subestação em 500 KV e 230KV da interligação Norte-Sul III, trecho I, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e apoio, nos termos do decreto de outorga de concessão, de 3 de abril de 2006, e do contrato de concessão nº 001/2006, de 27 de abril de 2006, firmado com a ANEEL. O prazo de concessão da exploração da linha de transmissão é de 30 anos contados a partir da sua celebração.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(iv) STE - Sul Transmissora de Energia S.A.

Concessionária de transmissão da rede básica brasileira de energia elétrica, constituída para fins exclusivos de exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica. A STE detém a concessão para construção, operação e exploração da linha de transmissão com capacidade de 230 KV, com origem na subestação Usina Uruguaiana e término na subestação Santa Rosa, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. As suas atividades estão reguladas pelo contrato de concessão de transmissão de energia elétrica nº 81/2002, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais

13

Empréstimos e financiamentos

Agente financeiro	Taxa anual de juros e comissões - %	Vencimento final	Garantias	Tipo da moeda	Empréstimo original liberado
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES A e B	TJLP + 2,49% a 5% a.a.	2016 a 2024	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	R\$	625.118
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES C	UM BNDES + 3% a 10% a.a.	2017 a 2020	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	R\$	46.073
Unibanco	TJLP + 1,5% a.a. + 2,3% a.a. de spread	2013	Aval prestado pela União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.- UNISA	R\$	6.327
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,3% a.a. + spread de 1,875% a 2,075% a.a. e 4,21% a.a.,4,585% a.a.	2023	Ações nominativas da sociedade e penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão	US\$	325.016
			30 de junho de 2012		
			Circulante	Não circulante	
			51.469	371.752	60.492
			20.528	28.252	11.625
			1.567		1.576
			43.454	491.202	35.382
			117.018	891.206	109.075
			31 de dezembro de 2011		
			Circulante	Não circulante	
					400.596
					28.501
					783
					477.776
					907.656

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

**(a) O montante de longo prazo tem a seguinte
composição, por ano de vencimento:**

	30 de junho de 2012	31 de dezembro de 2011
2013	57.259	111.772
2014	116.243	112.103
2015	119.305	114.944
2016	124.306	119.581
2017 a 2022	<u>473.827</u>	<u>449.256</u>
	<u>891.206</u>	<u>907.656</u>

(b) Cláusulas restritivas

BNDES e BID

Os financiamentos com estas instituições possuem cláusulas determinando níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

As principais cláusulas contratuais de "covenants" são:

- manter em conta reserva pelo menos três vezes a parcela mensal de pagamento de serviços da dívida e três meses de pagamento de contrato de Operação e Manutenção (O&M);
- em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a beneficiária deverá apresentar ao BNDES Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica;
- manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos);
- não distribuição de dividendos sem autorização do BNDES, de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório;
- não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dívidas sem autorização;
- manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato;
- apresentar e manter as licenças ambientais;
- índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0;
- índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33; e
- constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) 2011 e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011
Em milhares de reais

Unibanco

A principal cláusula restritiva é a seguinte:

- **Indicadores Financeiros** - manter durante a vigência do contrato, os seguintes indicadores.

Financeiros, a serem apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras:

<u>Covenants</u>	<u>2011</u>
Dívida Bancária Líquida/Ebitda	<=2,5
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	>=1,3

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo cumpridas.

14 Contingências (Consolidado)

	<u>30 de junho de 2012</u>	<u>31 de dezembro de 2011</u>
Trabalhistas	860	881
Outras		60
	<u>860</u>	<u>941</u>

A provisão corresponde a processos trabalhistas referentes a STE - Sul Transmissora de Energia, constituídos em anos anteriores.

As contingências com probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2012 correspondem a R\$ 9.352 (R\$ 9.288 em 31 de dezembro de 2011).

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social é representado por 1.585.626.762 ações ordinárias subscritas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.	792.813.381
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	<u>792.813.381</u>
Total de ações	<u>1.585.626.762</u>

(b) Reservas

(i) Reservas de lucros - legal

Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, em atendimento à legislação em vigor.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

(ii) Reserva de lucros - Retenção

Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de expansão dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

(c) Dividendos

Pelo estatuto social, é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os administradores propuseram dividendos como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2011
Lucro líquido do exercício	5.660
Reserva legal	(283)
Lucro base para determinação do dividendo	5.377
Dividendos propostos	1.344
% sobre o lucro líquido disponível	25%
Dividendos propostos por lote de mil ações - R\$	0,00085

16 Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pelas Sociedades tiveram o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos. As Sociedades estão expostas a flutuação da taxa de câmbio em virtude do financiamento (parte da dívida com o BNDES é indexada por uma cesta de moedas). Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio as Sociedades utilizaram-se de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*) e contrataram operações de opção de compra durante o exercício. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o portfólio de derivativos da ATE II e ATE III, pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	30 de junho 2012			
Tipo	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Valores a receber (pagar)	Ganhos não realizados
Contratos de <i>swap</i>				
Posição ativa				
Taxa Libor	246.166	603	603	(804)
Contratos de opções				
Posição titular - compra				
Moeda estrangeira	22.228	2.695	2.695	(667)
	268.394	3.298	3.298	(1.471)

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

Tipo	31 de dezembro de 2011			
	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Valores a receber (pagar)	Ganhos não realizados
Contratos de <i>swap</i>				
Posição ativa	246.166	1.407	(1.264)	104
Taxa Libor				
Contratos de opções				
Posição titular - compra				
Moeda estrangeira	31.907	3.853	3.853	540
	278.073	5.260	2.589	644

A ponta ativa das operações é a variação cambial (dólar x real) acrescida de libor e a ponta passiva é a variação cambial (dólar x real) acrescida de 8% a.a.

A Companhia não participa de outras operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos assim como não efetua aplicações de caráter especulativos, em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco, além de não possuir garantia de margem em suas operações.

17 Receita (Consolidado)

	Consolidado	
	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012
Receita bruta de serviços		
Receita financeira - Atualização do ativo financeiro	118.662	56.380
Receita de operação e manutenção	55.908	28.135
Receita de construção	1.601	1.991
	176.171	86.506
Parcela variável	(3.113)	(3.068)
Impostos sobre serviços (*)	(11.128)	(4.287)
Encargos do consumidor	(7.465)	(3.570)
	(21.706)	(10.925)
Receita líquida	154.465	75.581

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

18 Custos sobre serviços prestados

	Consolidado	
	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012
Pessoal	(70)	(55)
Materiais	(461)	(268)
Serviços de terceiros	(19.478)	(9.752)
Custo de construção	(1.453)	(1.453)
Arrendamentos e aluguéis	(238)	(181)
Seguros	(693)	(359)
Tributos	(24)	(10)
Taxa de fiscalização	(887)	(887)
Outros	(155)	(49)
	<u>(23.459)</u>	<u>(13.014)</u>

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012	1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012
Pessoal			(311)	(88)
Materiais	(14)	(3)	(15)	(3)
Serviços de terceiros	(649)	(307)	(5449)	(3.714)
Arrendamentos e aluguéis	(132)	(105)	(267)	(131)
Tributos	(9)	(1)	(699)	(313)
Outros			(25)	(25)
	<u>(804)</u>	<u>(416)</u>	<u>(6.766)</u>	<u>(3.648)</u>

(*) Refere-se basicamente a impostos e taxas federais, estaduais e municipais, contribuições sindicais; multas administrativas, etc.

20 Outras receitas

Refere-se a reversão e a baixa de provisões com fornecedores, partes relacionadas e obrigações com a ANEEL que foram provisionadas e que não haverá a necessidade de compensação.

**União de Transmissoras de Energia
Elétrica Holding S.A. - UNISA**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

21 Resultado financeiro

(a) Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012</u>
Receita de aplicações financeiras	13	6	17.326	8.285
Ganho de variação cambial				
Ganho realizado e não realizado com operação de derivativos			1.104	937
Ajuste a valor presente de créditos de PIS e COFINS			1.250	500
Outras receitas financeiras			49	5
	<u>13</u>	<u>6</u>	<u>19.729</u>	<u>9.727</u>

(b) Despesas financeiras

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de janeiro de 2012 à 30 de junho de 2012</u>	<u>1º de abril de 2012 à 30 de junho de 2012</u>
Encargos sobre empréstimos e financiamentos			(31.585)	(15.995)
Perda de variação cambial			(41.532)	(56.626)
Juros e multa por pagamento	(4)	(2)	(794)	(484)
Perda realizada e não realizada com operação de derivativos				
Outras despesas financeiras	(1)		(1.163)	(832)
	<u>(5)</u>	<u>(2)</u>	<u>(75.074)</u>	<u>(73.937)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>8</u>	<u>4</u>	<u>(55.345)</u>	<u>(64.210)</u>

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

22 Imposto de renda e contribuição social

As despesas com o imposto de renda e com a contribuição social estão reconciliadas como segue:

	Consolidado
	1º de janeiro De 2012 à 30 de junho de 2012
Imposto de renda	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.236
Imposto de renda pela alíquota nominal	(18.309)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	
Incentivo fiscal - SUDAM (i)	3.057
Subvenção governamental - SUDENE (i)	8.214
Outros ajustes	(3)
	<u>(7.042)</u>
Contribuição social	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	73.236
Contribuição social pela alíquota nominal	(6.591)
Outros ajustes	(213)
	<u>(6.804)</u>

- (i) A companhia, por meio de suas controladas ATE II e ATE III goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Esses incentivos, no montante de R\$ 8.214 e R\$ 3.057, respectivamente, em 30 de junho de 2012, foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III).

As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

As seguintes condições abaixo mencionadas foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio-ambiente.
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho
de 2012 e 31 de dezembro de 2011**
Em milhares de reais

- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
- Constituição de reserva de capital com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
- Obrigação de aplicar o valor da Redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

23 Seguros

A Companhia mantém uma política dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, possui contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, etc. A Administração da Companhia entende que os valores são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Responsabilidade Civil

<u>Empresa</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>Taxa</u>	<u>LMI</u>	<u>Prêmio total</u>
ATE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,36%	10.000	36
ATE II	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,58%	10.000	58
ATE III	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,47%	10.000	47
STE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	0,19%	10.000	19

Risco Operacional (Subestações, Almoxarifado, Instalações Prediais)

<u>Empresa</u>	<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>LMI</u>	<u>Valor em risco</u>	<u>Prêmio total</u>
ATE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	224.993	225
ATE II	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	465.724	466
ATE III	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	332.174	332
STE	Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	13.12.2011 a 13.12.2012	50.000	113.560	114

24 Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A Companhia e suas controladas não desenvolveram no exercício de 2011, nenhuma atividade não vinculada ao objeto de suas concessões.

* * *

ANEXO L – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DAS SOCIEDADES DO GRUPO TBE (EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE E ERTE) RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 E RESPECTIVOS PARECERES DA ERNST YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

Demonstrações contábeis

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.- EATE

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das



estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

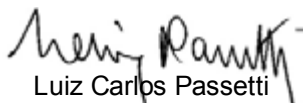
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria, sem modificações, sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Conforme descrito na Nota 2.4, subsequentemente, a Companhia identificou que a consolidação da controlada Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE deveria ter sido realizada de forma integral, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos dessa consolidação. Adicionalmente, estamos reemitindo o nosso relatório incluindo o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação na opinião contida em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado		
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/09
		Reclassificado		Reclassificado		
5						
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.901	4.555	16.688	11.505	7.389
Títulos e valores mobiliários	7	-	22.179	20.957	29.674	31.029
Contas a receber ativo financeiro	8	332.361	310.105	418.587	383.548	351.717
Impostos a recuperar	9	10.594	1.344	18.453	9.684	9.488
Estoques		5.510	4.966	7.517	7.345	6.938
Dividendos a receber		15.658	14.022	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		966	1.160	13.089	15.118	1.936
Outras contas a receber		6.772	6.164	7.783	7.017	3.674
		377.762	364.495	503.074	463.891	412.171
Não circulante						
Partes relacionadas		-	9.980	-	-	1.598
Aplicações financeiras		14.297	10.032	14.297	10.032	7.115
Contas a receber ativo financeiro	8	645.320	654.677	1.357.398	1.303.878	1.091.887
Outros ativos		2.566	1.456	6.207	3.420	10.674
Investimentos	10	280.808	223.980	-	-	-
Imobilizado		364	405	457	493	4.402
Intangíveis	11	16.916	17.808	17.012	17.936	17.968
		960.271	918.338	1.395.371	1.335.759	1.133.644
Total do ativo		1.338.033	1.282.833	1.898.445	1.799.650	1.545.815
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	12	79.606	60.324	108.968	89.304	102.380
Fornecedores		302	1.150	24.463	7.447	6.204
Tributos e contribuições sociais a recolher	13	31.755	25.791	39.147	31.245	35.327
Dividendos declarados		9.461	67.989	14.611	72.730	127.840
Provisão para compensação ambiental	15	6.655	6.331	7.147	6.823	6.213
Taxas regulamentares	14	8.406	7.401	10.500	8.609	8.304
Outras contas a pagar		3.882	3.443	9.676	9.350	5.868
		140.067	172.429	214.512	225.508	292.136
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	12	254.598	236.273	536.330	534.034	427.935
Adiantamento de clientes		8.446	906	10.360	1.023	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	87.323	82.683	113.020	97.056	80.632
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	10.535	10.500
Outros passivos		5.115	2.650	5.176	2.650	2.322
		355.482	322.512	664.886	645.298	521.389
Patrimônio líquido						
Capital social		355.697	323.579	355.697	323.579	298.202
Reservas de Capital		2.560	2.560	2.560	2.560	2.560
Reservas de lucro		433.665	461.753	433.665	461.753	328.717
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		50.562	-	50.562	-	-
		842.484	787.892	842.484	787.892	629.479
Participação de não controladores		-	-	176.563	140.952	102.811
Total do patrimônio líquido	18	842.484	787.892	1.019.047	928.844	732.290
Total do passivo e patrimônio líquido		1.338.033	1.282.833	1.898.445	1.799.650	1.545.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	19	278.663	271.744	428.507	523.975
Custo operacional					
Pessoal		(5.142)	(4.360)	(9.776)	(7.890)
Material e serviços de terceiros		(12.093)	(11.031)	(15.668)	(14.276)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(1.460)	(1.361)	(1.832)	(1.583)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	(932)	(62.501)	(175.493)
Outras		(2.268)	(582)	(2.644)	(808)
		<u>(20.963)</u>	<u>(18.266)</u>	<u>(92.421)</u>	<u>(200.050)</u>
Lucro bruto		257.700	253.478	336.086	323.925
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(4.303)	(3.916)	(5.331)	(4.541)
Pessoal e administradores		(3.692)	(3.745)	(4.052)	(3.895)
Depreciação e amortização		(1.256)	(322)	(1.352)	(417)
		<u>(9.251)</u>	<u>(7.983)</u>	<u>(10.735)</u>	<u>(8.853)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	24.149	20.540	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		272.598	266.035	325.351	315.072
Despesas financeiras	20	(44.461)	(39.415)	(73.577)	(67.558)
Receitas financeiras	20	5.750	3.490	8.000	5.196
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		233.887	230.110	259.774	252.710
Imposto de renda e contribuição social	21	(24.933)	(26.483)	(27.751)	(28.725)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(4.640)	(6.404)	(15.964)	(16.424)
		<u>(29.573)</u>	<u>(32.887)</u>	<u>(43.715)</u>	<u>(45.149)</u>
Lucro antes da participação de não controladores		204.314	197.223	216.059	207.561
Participação de não controladores		-	-	(11.745)	(10.338)
Lucro líquido do exercício		204.314	197.223	204.314	197.223
Lucro por ação básico e diluído - R\$		1,14	1,10		
Quantidade de ações ao final do exercício		180.000.010	180.000.010		

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2008	273.469	2.560	22.896	24.733	227.748	6.870	-	29.800	588.076
Aumento/Redução de capital	24.733	-	-	(24.733)	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	68.040	68.040
Realização da reserva especial de dividendos	-	-	-	-	-	(6.870)	-	-	(6.870)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	204.048	4.970	209.018
Destinação proposta à AGO									
Reserva legal	-	-	7.966	-	-	-	(7.966)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	25.377	-	-	(25.377)	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(63.540)	-	(63.540)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(42.459)	-	(42.459)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(19.975)	-	(19.975)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	44.731	-	(44.731)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009	298.202	2.560	30.862	25.377	272.479	-	-	102.810	732.290
Aumento/Redução de capital	25.377	-	-	(25.377)	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	27.804	27.804
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	197.223	10.338	207.561
Destinação proposta à AGO									
Reserva legal	-	-	9.861	-	-	-	(9.861)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	32.118	-	-	(32.118)	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(38.811)	-	(38.811)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	116.433	-	(116.433)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	323.579	2.560	40.723	32.118	388.912	-	-	140.952	928.844
Aumento de capital	32.118	-	-	(32.118)	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	23.866	23.866
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	204.314	11.745	216.059
Destinação proposta à AGO									
Dividendos declarados	-	-	-	-	(76.690)	-	-	-	(76.690)
Reserva legal	-	-	10.216	-	-	-	(10.216)	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	31.140	-	-	(31.140)	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(48.255)	-	(48.255)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(24.777)	-	(24.777)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	39.364	50.562	(89.926)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	355.697	2.560	50.939	31.140	351.586	50.562	-	176.563	1.019.047

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10 Reclassificado	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	233.887	230.110	259.774	252.710
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	1.256	322	1.352	417
Equivalência patrimonial	(24.149)	(20.540)	-	-
Despesa de juros sobre empréstimos	43.148	37.240	67.794	63.539
Baixa de Ativos	1	40	6	40
	<u>254.143</u>	<u>247.172</u>	<u>328.926</u>	<u>316.706</u>
(Aumento) redução no ativo				
Titulos e valores mobiliários	22.179	995	8.717	1.355
Contas a receber ativo financeiro	(12.899)	(19.019)	(88.559)	(240.692)
Impostos a recuperar	(8.805)	5.167	(8.324)	8.854
Adiantamentos a fornecedores	194	-	2.029	(13.576)
Estoques	(544)	(306)	(172)	(407)
Devedores diversos	(5.983)	(6.538)	(7.817)	(7.220)
Partes relacionadas	9.980	58	(6.439)	1.598
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(848)	228	17.016	1.243
Tributos e contribuições sociais pagos	(19.261)	(29.052)	(20.698)	(33.361)
Provisão para compensação ambiental	324	610	324	610
Taxas Regulamentares	1.005	951	1.891	305
Credores diversos	2.904	1.090	2.851	4.870
Adiantamento de clientes	7.540	-	9.336	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>249.929</u>	<u>201.356</u>	<u>239.081</u>	<u>40.285</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos líquidos	(38.466)	(32.263)	-	-
Recebimento de dividendos e de juros sobre Capital Próprio	3.706	-	-	-
Aplicações no imobilizado	(26)	298	(40)	493
Aplicações no intangível	(298)	151	(358)	(139)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(35.084)</u>	<u>(31.814)</u>	<u>(398)</u>	<u>354</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	21.217	30.997
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(207.958)	(97.004)	(208.884)	(97.004)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	360.000	19.957	360.000	261.607
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(365.541)	(90.906)	(405.834)	(232.123)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(213.499)</u>	<u>(167.953)</u>	<u>(233.501)</u>	<u>(36.523)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.346</u>	<u>1.589</u>	<u>5.182</u>	<u>4.116</u>
Saldo no início do exercício	4.555	2.966	11.506	7.389
Saldo no final do exercício	<u>5.901</u>	<u>4.555</u>	<u>16.688</u>	<u>11.505</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.346</u>	<u>1.589</u>	<u>5.182</u>	<u>4.116</u>

As notas explicativas da são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	299.642	291.317	457.861	548.260
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	(932)	(62.501)	(175.493)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(18.400)	(15.000)	(22.992)	(18.981)
Valor adicionado bruto	281.242	275.385	372.368	353.786
Depreciação e amortização	(1.256)	(322)	(1.352)	(417)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	279.986	275.063	371.016	353.369
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	24.149	20.540	-	-
Receita financeira	5.750	3.490	8.000	5.196
Valor adicionado a distribuir	309.885	299.093	379.016	358.565
Pessoal				
Remuneração direta	5.813	5.234	8.981	7.637
Benefícios	1.307	1.229	2.090	1.719
FGTS	354	324	589	503
	7.474	6.787	11.660	9.859
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	53.392	55.175	77.108	72.998
Estaduais	8	10	9	10
Municipais	7	4	12	6
	53.407	55.189	77.129	73.014
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	43.148	37.240	71.519	64.939
Aluguéis	229	479	592	574
Outras despesas financeiras	1.313	2.175	2.058	2.619
	44.690	39.894	74.169	68.132
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos Propostos e JCP	73.033	38.811	74.144	42.004
Reserva de Lucros	131.281	158.412	141.914	165.556
	204.314	197.223	216.058	207.560
Distribuição do valor adicionado	309.885	299.093	379.016	358.565

As notas explicativas da são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A. - EATE (a “Companhia” ou “EATE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala A - São Paulo – SP.

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Contrato de concessão				
		Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
EATE		042/2001	30	2031	306.679	IGPM
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	18.975	IGPM
STC	80%	006/2006	30	2036	30.842	IPCA
EBTE	51%	011/2008	30	2038	34.604	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória nº 1.171/11.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os contratos de concessão da EATE, Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O contrato de concessão da EBTE dispõem RAP linear durante todo o prazo da concessão.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de forma a refletir os efeitos da consolidação integral da controlada Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, conforme mencionado na nota 2.4.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem:

- a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.
- b) as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Razão Social	% de participação	
	2011	2010
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A – EBTE	50,9%	50,9%
Sistema de Transmissão Catarinense S.A – STC	80,0%	80,0%
Lumitrans Companhia de Transmissão de Energia Elétrica S.A	80,0%	80,0%

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.3 Critérios de consolidação--Continuação

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral a STC, Lumitrans e EBTE, destacando a parcela de não controladores na demonstração de resultado e na mutação do patrimônio líquido.

2.4 Reapresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o CPC 26 R1, quando a Companhia aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma divulgação retrospectiva de itens de suas demonstrações contábeis, ou ainda, quando reclassifica itens de suas demonstrações contábeis, deve apresentar no mínimo, 3 balanços patrimoniais e 2 de cada uma das demais demonstrações contábeis, bem como as respectivas notas explicativas. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia identificou que a consolidação da controlada Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S/A – EBTE deveria ser realizada de forma integral em virtude da Administração, baseada no estatuto e acordo de acionista, controla a EBTE e, portanto, deverá realizar a consolidação integral da mesma, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito dessa consolidação.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço,

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.4 Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.3 Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada.

3.4 Intangível

3.4.1 Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, sendo registrado como “ativo intangível”, pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Está sujeito a amortizações periódicas, não podendo o prazo de amortização ser superior à data final do contrato de concessão.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.7.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.8 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Imposto de renda e contribuição social

3.9.1 Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto a controlada Lumitrans que está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.9 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

3.9.1 Correntes--Continuação

A companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM/SUDENE, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.2 Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas

tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.10 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes—Continuação

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.11 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.13. Dividendos—Continuação

pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.14 Taxas regulamentares

3.14.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.14.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.14 Taxas regulamentares—Continuação

3.14.1 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.15 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.15.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

A EATE e suas controladas reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis—Continuação

3.16 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

3.17 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.17.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.17.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.17.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.17.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.18 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas -- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.8 Determinação das receitas do desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços do desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.17.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.18 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia e suas controladas.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e suas controladas pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia e suas controladas não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e de suas controladas.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia e suas controladas irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010 e 2009:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.
- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como “Títulos e valores mobiliários”.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado		
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/09
		Reclassificado		Reclassificado	Reclassificado
Caixa	4	6	12	17	11
Bancos - depósitos a vista	116	71	317	206	2.621
Aplicações financeiras	5.781	4.478	16.359	11.282	4.757
	<u>5.901</u>	<u>4.555</u>	<u>16.688</u>	<u>11.505</u>	<u>7.389</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010).

7. Títulos e valores mobiliários

A Companhia manteve saldo de R\$ 20.957 consolidado (R\$ 29.674 consolidado em 31 de dezembro de 2010 e R\$ 31.029 consolidado em 31 de dezembro de 2009 e R\$22.179 controladora em 31 de dezembro de 2010), referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos da EATE foram quitados e consequentemente a conta reserva foi extinta.

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A- EATE, Sistema de Transmissão Catarinense S.A – STC, Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A – LUMITRANS e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EATE, STC, LUMITRANS e EBTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, uma vez que os instrumentos regulatórios existentes permitem distintas interpretações.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	890.917	1.220.241
Receita de operação e manutenção	25.781	32.544
Receita de remuneração dos ativos da concessão	257.731	300.667
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	5.171	193.483
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(233.838)	(303.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	945.762	1.443.604
Receita de operação e manutenção	26.489	35.441
Receita de remuneração dos ativos da concessão	263.896	325.980
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	932	186.838
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(272.297)	(304.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	964.782	1.687.426
Receita de operação e manutenção	29.068	40.657
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	351.437
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	65.767
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(286.743)	(369.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	977.681	1.775.985

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Imposto de renda retido na fonte	698	1.038	1.639	1.626	1.117
Imposto de renda - pessoa jurídica	3.760	-	5.059	573	2.807
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.798	298	4.317	311	3.891
PIS e COFINS	8	8	4.743	7.129	1.491
Outros	2.330	-	2.695	45	182
	<u>10.594</u>	<u>1.344</u>	<u>18.453</u>	<u>9.684</u>	<u>9.488</u>

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Investimentos

a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

31/12/11										
Empresa	Dados das controladas						Participação da EATE			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Quantidade de ações	Quantidade de ações	no capital social	no resultado	no patrimônio líquido
STC	238.978	119.357	119.621	31.861	12.390	78.340.000	62.671.990	80%	9.913	95.697
Lumitrans	101.526	57.184	44.342	16.411	7.759	30.482.700	24.386.150	80%	6.207	35.473
EBTE	516.374	222.966	293.408	101.572	15.743	263.058.339	134.159.748	51%	8.029	149.638
									<u>24.149</u>	<u>280.808</u>

	Controladora			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	65.316	25.942	7.270	98.528
Aquisição de investimento	-	-	72.543	72.543
Resultado de equivalência patrimonial	8.052	4.649	1.870	14.571
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.702)	(3.932)	-	(6.634)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	70.666	26.659	81.683	179.008
Aquisição de investimento	-	-	32.263	32.263
Resultado de equivalência patrimonial	9.781	3.440	7.319	20.540
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.277)	(817)	(1.738)	(7.832)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.170	29.282	119.527	223.979
Aquisição de investimento	13.584	2.800	22.082	38.466
Resultado de equivalência patrimonial	9.913	6.207	8.029	24.149
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.970)	(2.816)	-	(5.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.697	35.473	149.638	280.808

11. Intangível

A Companhia apresentou saldo de intangível no valor de R\$ 16.916 (R\$ 17.808 em 2010), que representa o ágio gerado na operação de aquisição da controlada STC no valor líquido de R\$ 7.935 (R\$ 8.245 em 31/12/2010) e da controlada Lumitrans no valor líquido de R\$ 8.466 (R\$ 8.866 em 31/12/2010), que tiveram como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. Esses ágios são considerados como de vida útil finita e, dessa forma, passíveis de amortização durante o período remanescente do contrato de concessão daquelas controladas. Além do registro de ágio, os ativos intangíveis da companhia são compostos por marcas, licenças e softwares no total de R\$ 515 (R\$ 697 em 31/12/2010).

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

Controladora				
31/12/11				31/12/10
				Reclassificado
Circulante		Não circulante		
Encargos	Principal	Principal	Total	Total
BNDIS	-	-	-	296.597
Debêntures	1.542	78.064	254.598	-
	1.542	78.064	254.598	296.597

Consolidado					
31/12/11				31/12/10	31/12/09
				Reclassificado	Reclassificado
Circulante		Não circulante			
Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Total
Itaú	406	8.139	75.633	84.178	92.487
BRDE	54	1.658	13.882	15.594	16.941
BNDIS	730	18.375	192.217	211.322	513.910
Debêntures	1.542	78.064	254.598	334.204	-
Pine	-	-	-	-	31.167
	2.732	106.236	536.330	645.298	530.315

Em 23 de fevereiro de 2011 a EATE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 360.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Na STC os financiamentos são atualizados em 98% pela TJLP e juros de 2,41% ao ano, serão pagos em 167 prestações mensais, com vencimentos finais em 2022, e 2% do saldo devedor pela TJLP e juros de 3,9% ao ano, serão pagos em 55 parcelas, com vencimentos finais em 2014. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.

Na Lumitrans os financiamentos são atualizados em 78% do saldo devedor pela TJLP e juros de 4,55% ao ano, serão pagos em 167 parcelas mensais e 22% do saldo devedor pelo IGP-M e juros de 9,85% ao ano, a ser quitado em 14 parcelas anuais.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

O vencimento final dos financiamentos será em 2022 e 2021, respectivamente. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar e pela Auto Invest, além da constituição de conta reserva.

Na EBTE, 86% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano e 14% do saldo devedor por juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 168 e 102 prestações mensais, com vencimentos finais em 2025 e 2019, respectivamente. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva.

Os contratos com o BNDES bem como a escritura de debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia e de suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas da EATE estão relacionadas à dívida líquida e as cláusulas restritivas de suas controladas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

As debêntures da EATE foram emitidas sem que fossem oferecidas quaisquer garantias.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2013	78.338	106.339
2014	78.338	105.773
2015	78.338	105.584
2016	19.584	46.830
2017	-	27.246
2018 até 2024	-	144.558
	254.598	536.330

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado		
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Passivo circulante					
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.995	8.487	14.958	9.880	9.630
PIS e COFINS	1.278	1.083	2.190	1.305	2.126
Contribuição Social - CSLL	16.374	14.179	17.091	14.343	15.097
ICMS	1.594	1.514	3.562	4.135	4.655
Outros	514	528	1.346	1.582	3.819
	<u>31.755</u>	<u>25.791</u>	<u>39.147</u>	<u>31.245</u>	<u>35.327</u>
Passivo não circulante					
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>87.323</u>	<u>82.683</u>	<u>113.020</u>	<u>97.056</u>	<u>80.632</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	70.032	71.559
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>6.247</u>	<u>9.073</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	76.279	80.632
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>6.404</u>	<u>16.424</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	82.683	97.056
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>4.640</u>	<u>15.964</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	87.323	113.020

14. Taxas regulamentares

	Controladora		Consolidado		
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/09
Quota de reserva global de reversão - RGR	272	833	984	1.249	2.241
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7.555	6.099	8.484	6.665	5.594
Taxa de fiscalização - ANEEL	<u>579</u>	<u>469</u>	<u>1.032</u>	<u>695</u>	<u>469</u>
	<u>8.406</u>	<u>7.401</u>	<u>10.500</u>	<u>8.609</u>	<u>8.304</u>

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O saldo, em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$ 6.655 (R\$ 6.331 em 31/12/2010) ainda não foi destinado, pois aguardamos por parte do IBAMA, indicação do seu destino.

16. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores envolvidos estimados			
	EATE	STC	Lumitrans	EBTE
Trabalhista	329	2	1	-
Cível	2	192	-	-
Regulatório	-	-	-	224
Total 2011	331	194	1	224
Total 2010	316	32	17	201

17. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$1.198, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 355.697, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Controladora				
Quantidade de ações				
Integralizadas		% do capital		
Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total	
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.570	50,021902	50,017619
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.979.850	43.988.428	49,978098	49,982374
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000007
92.000.000	88.000.010	100,000000	100,000000	

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes.

18.2 Variação na participação de não controladores

Corresponde à participação de acionistas não controladores nos aumentos de capital social, distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos, nas controladas STC e Lumitrans.

18.3 Reserva de lucro

18.3.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

18.3.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Patrimônio líquido--Continuação

18.3 Reserva de lucro--Continuação

18.3.2 Reserva de incentivo fiscal--Continuação

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07 (IAS 20), o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia EATE formalizou junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 048/2004, em 75%.

18.3.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

18.4 Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 48.255, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro líquido do exercício após a apropriação da Reserva Legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 40.739.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 24.777.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Patrimônio líquido--Continuação

18.1 Dividendos propostos—Continuação

	2011
Lucro líquido do exercício	204.314
Constituição da reserva legal	(10.216)
Base de cálculo de dividendos	194.098
Incentivo fiscal	(31.140)
Juros sobre capital próprio	(24.777)
Dividendos intermediários	(48.255)
Reserva de lucros retidos	(39.364)
Destinação para dividendos	50.562

19. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	299.642	291.317	457.861	548.259
Receita de Operação e manutenção	29.068	26.489	40.657	35.441
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	932	65.767	186.838
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	263.896	351.437	325.980
Deduções da receita operacional	(20.979)	(19.573)	(29.354)	(24.284)
PIS	(1.953)	(1.825)	(2.998)	(2.395)
COFINS	(9.014)	(8.423)	(13.828)	(11.050)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(7.301)	(6.806)	(9.158)	(7.919)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.711)	(2.519)	(3.370)	(2.920)
Receita operacional líquida	278.663	271.744	428.507	523.975

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	3.572	3.490	5.814	5.139
Outros	2.178	-	2.186	57
	5.750	3.490	8.000	5.196
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(42.189)	(33.601)	(70.560)	(61.300)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(959)	(3.639)	(959)	(3.639)
Outros	(1.313)	(2.175)	(2.058)	(2.619)
	(44.461)	(39.415)	(73.577)	(67.558)
Resultado financeiro	(38.711)	(35.925)	(65.577)	(62.362)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, juros sobre capital próprio no montante de R\$ 24.777. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

21. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	233.887	230.110
Juros sobre capital próprio	(24.778)	-
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(30.335)	(41.843)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	178.774	188.267
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	60.783	64.011
Complemento de provisões		
Variação cambial tratada por regime de caixa	2.659	693
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(192)	(12)
Equivalência patrimonial	(7.201)	(5.979)
Despesas indedutíveis	668	-
Variação cambial tratada por regime de competência	19	(408)
Outras	513	138
	57.249	58.443
Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido	(1.176)	632
Incentivo Fiscal	(31.140)	(32.592)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	24.933	26.483
Taxa Efetiva	13,95%	14,07%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

23. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

25. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 586.

Demonstrações contábeis

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.- ETEP

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações do valor adicionado.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de



suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

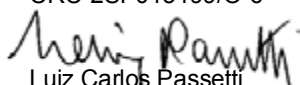
Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estamos reemitindo o nosso relatório incluindo o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado		Reclassificado	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.231	27.122	31.952	27.147
Títulos e valores mobiliários	7	-	4.239	-	4.239
Contas a receber ativo financeiro	8	75.859	71.118	80.135	71.831
Impostos a recuperar	9	3.085	899	3.085	899
Estoques		1.922	1.957	1.922	1.957
Dividendos a receber		12	12	-	-
Adiantamento a fornecedores		355	28	18.153	28
Outras contas a receber		1.385	1.207	1.420	1.208
		109.849	106.582	136.667	107.309
Não circulante					
Aplicações financeiras		2.537	1.684	2.537	1.684
Contas a receber ativo financeiro	8	130.361	132.595	138.894	133.904
Outros ativos		1.232	461	1.232	602
Investimentos	10	34.672	1.911	-	-
Imobilizado		139	100	515	186
Intangíveis		119	154	119	154
		169.060	136.905	143.297	136.530
Total do ativo		278.909	243.487	279.964	243.839
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	13.845	12.727	13.845	12.727
Fornecedores		709	349	1.351	646
Tributos e contribuições sociais a recolher	13	7.108	4.678	7.236	4.694
Dividendos declarados		-	13.194	-	13.194
Taxas regulamentares	12	2.059	1.750	2.059	1.750
Outras contas a pagar		710	626	787	638
		24.431	33.324	25.278	33.649
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	56.431	37.111	56.431	37.111
Adiantamento de clientes		1.924	206	1.924	206
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	20.656	19.804	20.863	19.831
Outros passivos		1.069	628	1.070	628
		80.080	57.749	80.288	57.776
Patrimônio líquido					
Capital social		89.390	82.544	89.390	82.544
Reservas de lucro		74.369	69.870	74.369	69.870
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		10.639	-	10.639	-
Total do patrimônio líquido	15	174.398	152.414	174.398	152.414
Total do passivo e patrimônio líquido		278.909	243.487	279.964	243.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	16	63.533	61.091	74.321	62.896
Custo operacional					
Pessoal		(839)	(913)	(839)	(913)
Material e serviços de terceiros		(2.752)	(2.477)	(2.752)	(2.477)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(334)	(312)	(334)	(312)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	(85)	(10.266)	(1.811)
Outras		(1.921)	(1.771)	(1.921)	(1.771)
		<u>(5.846)</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(16.112)</u>	<u>(7.284)</u>
Lucro bruto		57.687	55.533	58.209	55.612
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(1.217)	(925)	(1.217)	(925)
Pessoal e administradores		(1.157)	(1.164)	(1.157)	(1.164)
Depreciação e amortização		(120)	(82)	(120)	(82)
		<u>(2.494)</u>	<u>(2.171)</u>	<u>(2.494)</u>	<u>(2.171)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	342	52	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		55.535	53.414	55.715	53.441
Despesas financeiras	17	(5.774)	(6.990)	(5.774)	(6.990)
Receitas financeiras	17	2.458	2.899	2.458	2.899
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		52.219	49.323	52.399	49.350
Imposto de renda e contribuição social	18	(6.332)	(4.974)	(6.332)	(4.974)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(852)	(887)	(1.032)	(914)
		<u>(7.184)</u>	<u>(5.861)</u>	<u>(7.364)</u>	<u>(5.888)</u>
Lucro líquido do exercício		45.035	43.462	45.035	43.462
Lucro por ação básico e diluído - R\$		1,00	0,97	1,00	0,97
Quantidade de ações ao final do exercício		45.000.010	45.000.010	45.000.010	45.000.010

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	75.608	336	7.489	6.432	45.702	-	-	135.567
Aumento de capital	6.936	(336)	-	(6.432)	-	-	(168)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	43.462	43.462
Destinação proposta à AGO								
Reserva legal	-	-	2.173	-	-	-	(2.173)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	6.846	-	-	(6.846)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(8.611)	(8.611)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(12.612)	(12.612)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(5.392)	(5.392)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	7.660	-	(7.660)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	82.544	-	9.662	6.846	53.362	-	-	152.414
Aumento de capital	6.846	-	-	(6.846)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	45.035	45.035
Destinação proposta à AGO								
Dividendos declarados	-	-	-	-	(3.609)	-	-	(3.609)
Reserva legal	-	-	2.252	-	-	-	(2.252)	-
Incentivo fiscal	-	-	-	7.798	-	-	(7.798)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(13.511)	(13.511)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(5.931)	(5.931)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	4.904	10.639	(15.543)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	89.390	-	11.914	7.798	54.657	10.639	-	174.398

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
	Reclassificado		Reclassificado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	52.219	49.323	52.399	49.350
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	120	82	120	82
Equivalência patrimonial	(342)	(52)	-	-
Despesa de juros sobre empréstimos	5.625	6.737	5.625	6.737
Baixa de Ativos	-	17	-	17
	57.622	56.107	58.144	56.186
(Aumento) redução no ativo				
Titulos e valores mobiliários	4.239	300	4.239	
Contas a receber ativo financeiro	(2.507)	(3.218)	(13.294)	(5.023)
Impostos a recuperar	(2.186)	1.092	(2.186)	1.092
Adiantamentos a fornecedores	(327)	-	(18.125)	
Estoques	35	15	35	15
Devedores diversos	(1.802)	(1.486)	(1.695)	(1.595)
Partes relacionadas	-	27.464	-	27.464
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	360	3	705	300
Tributos e contribuições sociais pagos	(3.975)	(6.964)	(3.863)	(6.957)
Taxas Regulamentares	309	244	309	244
Credores diversos	526	209	590	(131)
Adiantamento de clientes	1.718	-	1.719	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	54.012	73.766	26.578	71.595
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos líquidos	(32.419)	(1.870)	-	
Aplicações no imobilizado	(52)	(59)	(341)	(133)
Aplicações no intangível	(72)	(69)	(72)	(69)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(32.543)	(1.998)	(413)	(202)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(36.173)	(30.957)	(36.173)	(30.957)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	70.000	-	70.000	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(55.187)	(17.773)	(55.187)	(17.473)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(21.360)	(48.730)	(21.360)	(48.430)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	109	23.038	4.805	22.963
Saldo no início do exercício	27.122	4.084	27.147	4.184
Saldo no final do exercício	27.231	27.122	31.952	27.147
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	109	23.038	4.805	22.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	68.259	65.486	79.047	67.291
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	(85)	(10.266)	(1.811)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.933)	(3.414)	(3.933)	(3.414)
Valor adicionado bruto	64.326	61.987	64.848	62.066
Depreciação e amortização	(120)	(82)	(120)	(82)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	64.206	61.905	64.728	61.984
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	342	52	342	-
Receita financeira	2.458	2.899	2.458	2.899
Valor adicionado a distribuir	67.006	64.856	67.528	64.883
Pessoal				
Remuneração direta	1.364	1.404	1.364	1.404
Benefícios	232	284	232	284
FGTS	79	75	79	75
	1.675	1.763	1.675	1.763
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	12.570	10.887	12.750	10.914
Estaduais	-	-	-	-
Municipais	4	9	4	9
	12.574	10.896	12.754	10.923
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	5.626	6.737	5.626	6.737
Aluguéis	1.948	1.745	1.948	1.745
Outras despesas financeiras	148	253	148	253
	7.722	8.735	7.722	8.735
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos Propostos e JCP	19.442	35.472	19.442	35.472
Lucros retidos	25.593	7.990	25.935	7.990
	45.035	43.462	45.377	43.462
Distribuição do valor adicionado	67.006	64.856	67.528	64.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - ETEP (a “Companhia” ou “ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede esta localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala B - São Paulo – SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP da ETEP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Companhia	Contrato de concessão				
	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
ETEP	43/2001	30	2031	69.869	IGP-M
ESDE	25/2009	30	2039	10.600	IPCA

(*) A RAP da ETEP está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011. A RAP da ESDE está conforme o contrato de concessão, acrescida de PIS e COFINS e reajustada pelo IPCA de 2010 e 2011.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem:

- a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.
- b) as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de conformidade--Continuação

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral a ESDE.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo--Continuação

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

A Companhia e sua controlada classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se, ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e sua controlada. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.5 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Provisões--Continuação

3.5.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.6 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (I) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (II) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente --Continuação

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.6.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.7 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Imposto de renda e contribuição social

3.8.1 Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM/SUDENE, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.8.2 Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.10 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.13 Taxas regulamentares

3.13.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13 Taxas regulamentares--Continuação

3.13.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.13.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.14 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.14.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Reconhecimento da receita--Continuação

3.14.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica--Continuação

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.15 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.16.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.16.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.16.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.16.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.16.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infra estrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.16.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.16.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.16.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infra estrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infra estrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infra estrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.16.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.17 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia e sua controlada não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia e sua controlada.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e sua controlada de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e sua controlada pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e sua controlada. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia e sua controlada não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de sua controlada compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e de sua controlada.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará a contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de sua controlada, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia e sua controlada irão quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.
- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como “Títulos e valores mobiliários”.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
	Reclassificado		Reclassificado	
Caixa	-	2	2	4
Bancos - depósitos a vista	79	80	101	103
Aplicações financeiras	27.152	27.040	31.849	27.040
	<u>27.231</u>	<u>27.122</u>	<u>31.952</u>	<u>27.147</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010).

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2010 a Companhia manteve saldo de R\$ 4.239, consolidado, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos foram quitados e conseqüentemente a conta reserva foi extinta.

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A- ETEP e ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A., regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétricas pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e ESDE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, uma vez que os instrumentos regulatórios existentes permitem distintas interpretações.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	203.713	205.735
Receita de operação e manutenção	8.843	8.843
Receita de remuneração dos ativos da concessão	59.416	59.938
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	10.265
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(65.752)	(65.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	206.220	219.029

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Impostos a recuperar

	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	545	226
Imposto de renda - pessoa jurídica	720	327
Contribuição social sobre o lucro líquido	909	109
PIS e COFINS	334	-
Outros	577	237
	<u>3.085</u>	<u>899</u>

Os saldos consolidados foram os mesmos saldos da controladora

10. Investimentos

a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

31/12/11										
Empresa	Dados da controlada						Participação da ETEP			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Quantidade de ações	Quantidade de ações	no capital social	no resultado	no patrimônio líquido
ESDE	35.738	1.065	34.673	10.788	342	34.291.000	34.291.000	100%	342	34.673

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dividas

	Controladora				
	31/12/11				31/12/10
	Circulante		Não circulante		Reclassificado
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
BNDES	-	-	-	-	49.838
Debêntures	714	13.131	56.431	70.276	
	<u>714</u>	<u>13.131</u>	<u>56.431</u>	<u>70.276</u>	<u>49.838</u>

Em 30 de novembro de 2011 a Companhia emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 70.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 58 parcelas mensais, com carência de 3 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em novembro de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas -- Continuação

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	14.721
2014	14.721
2015	14.721
2016	12.268
	<u>56.431</u>

12. Taxas regulamentares

	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	112	164
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.817	1.481
Taxa de fiscalização - ANEEL	130	105
	<u>2.059</u>	<u>1.750</u>

Os saldos de Taxas regulamentares consolidados foram os mesmos saldos da controladora

13. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.797	1.658	2.820	1.659
PIS E COFINS	466	127	466	127
Contribuição Social - CSLL	3.607	2.568	3.607	2.568
ICMS	186	246	186	246
Outros	52	79	157	94
	<u>7.108</u>	<u>4.678</u>	<u>7.236</u>	<u>4.694</u>
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>20.656</u>	<u>19.804</u>	<u>20.863</u>	<u>19.831</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	18.917	18.917
Imposto diferido reconhecido no resultado	887	914
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.804	19.831
Imposto diferido reconhecido no resultado	852	1.032
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.656	20.863

14. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado da ETEP foi de R\$ 4, em processos trabalhistas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 89.390, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Controladora				
Quantidade de ações				
Integralizadas		% do capital		
Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total	
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.845	50,019074%	50,015533%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	13.494.850	8.998.153	49,980926%	49,984440%
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000027%
27.000.000	18.000.010	100,000000%	100,000000%	

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes.

15.2 Reserva de lucro

15.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

15.2.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Patrimônio líquido--Continuação

15.2 Reserva de lucro--Continuação

15.2.2 Reserva de incentivo fiscal--Continuação

Em atendimento à Lei No. 11.638/07 e CPC No 07 (IAS 20), o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia ETEP formalizou junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 003/2003 em 75%.

15.2.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

15.3 Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 13.511, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 8.747.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 5.931.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	68.259	65.485	79.047	67.291
Receita de Operação e manutenção	8.843	7.863	8.843	7.863
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	85	10.266	1.811
Receita de remuneração dos ativos da concessão	59.416	57.537	59.938	57.617
Deduções da receita operacional	(4.726)	(4.395)	(4.726)	(4.395)
PIS	(434)	(405)	(434)	(405)
COFINS	(2.003)	(1.871)	(2.003)	(1.871)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(1.669)	(1.559)	(1.669)	(1.559)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(620)	(560)	(620)	(560)
Receita operacional líquida	63.533	61.090	74.321	62.896

17. Receitas e despesas financeiras

	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	2.457	2.842
Outros	1	57
	2.458	2.899
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(5.379)	(6.841)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(247)	104
Outros	(148)	(253)
	(5.774)	(6.990)
Resultado financeiro	(3.316)	(4.091)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.931. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

Os saldos de Receitas e despesas financeiras consolidados foram os mesmos saldos da controladora.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/11	31/12/10
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	52.219	49.323
Juros sobre capital próprio	(5.931)	(5.392)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(5.415)	(6.958)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	40.873	36.973
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	13.897	12.571
Complemento de provisões		
Variação cambial tratada por regime de caixa	304	72
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(31)	(19)
Equivalência patrimonial	(116)	(18)
Despesas indedutíveis	211	79
Variação cambial tratada por regime de competência	87	(35)
Outras	(47)	(861)
	14.305	11.789
Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido	(175)	31
Incentivo Fiscal	(7.798)	(6.846)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	6.332	4.974
Taxa Efetiva	15,49%	13,45%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

20. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 286, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

21. Benefícios a empregados

A Companhia e sua controladora, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

23. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 133.

Demonstrações contábeis

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis	8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

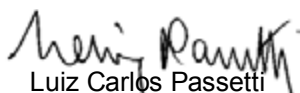
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

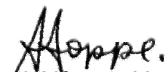
Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estamos reemitindo o nosso relatório também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Adicionalmente incluímos também em nosso relatório o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
	5		Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.962	4.482
Títulos e valores mobiliários	7	-	5.568
Contas a receber ativo financeiro	8	73.170	67.813
Impostos a recuperar	9	2.305	317
Estoques		3.338	3.274
Outras contas a receber		1.346	836
		<u>93.121</u>	<u>82.290</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	8	139.754	145.256
Outros ativos		496	235
Imobilizado		25	28
Intangíveis		108	133
		<u>140.383</u>	<u>145.652</u>
Total do ativo		<u>233.504</u>	<u>227.942</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	16.558	12.885
Fornecedores		1.705	960
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	14.106	10.639
Dividendos declarados		285	18.195
Taxas regulamentares	11	2.216	1.917
Outras contas a pagar		912	881
		<u>35.782</u>	<u>45.477</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	53.002	37.234
Adiantamento de clientes		1.865	198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	18.621	17.538
Outros passivos		76	-
		<u>73.564</u>	<u>54.970</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		42.095	42.095
Reservas de lucro		70.659	85.400
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		11.404	-
Total do patrimônio líquido	14	<u>124.158</u>	<u>127.495</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>233.504</u>	<u>227.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	15	58.999	56.646
Custo operacional			
Pessoal		(693)	(778)
Material e serviços de terceiros		(2.695)	(2.144)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(323)	(302)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	(264)
Outras		(100)	(131)
		<u>(3.811)</u>	<u>(3.619)</u>
Lucro bruto		55.188	53.027
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(1.092)	(893)
Pessoal e administradores		(1.190)	(1.104)
Depreciação e amortização		(97)	(67)
		<u>(2.379)</u>	<u>(2.064)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		52.809	50.963
Despesas financeiras	16	(8.823)	(8.034)
Receitas financeiras	16	1.101	682
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		45.087	43.611
Imposto de renda e contribuição social	17	(13.993)	(12.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(1.083)	(1.451)
		<u>(15.076)</u>	<u>(14.024)</u>
Lucro líquido do exercício		30.011	29.587
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,71	0,70
Quantidade de ações ao final do exercício		42.095.000	42.095.000

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			<u>Proposta de Distrib. de dividendos adicionais</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserv a legal</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.095	7.154	58.695	-	-	107.944
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.587	29.587
Destinação proposta à AGO						
Reserva legal	-	1.265	-	-	(1.265)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(7.081)	(7.081)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(2.955)	(2.955)
Reserva de lucro do exercício	-	-	18.286	-	(18.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	42.095	8.419	76.981	-	-	127.495
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.011	30.011
Destinação proposta à AGO						
Dividendos declarados	-	-	(16.718)	-	-	(16.718)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13.285)	(13.285)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(3.345)	(3.345)
Reserva de lucro do exercício	-	-	1.977	11.404	(13.381)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.095	8.419	62.240	11.404	-	124.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	45.087	43.611
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	97	67
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	8.527	7.642
	<u>53.711</u>	<u>51.320</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	5.568	(74)
Contas a receber ativo financeiro	145	(585)
Impostos a recuperar	(1.988)	2.318
Estoques	(64)	(175)
Devedores diversos	(769)	(516)
Partes relacionadas	1	-
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	745	849
Tributos e contribuições sociais pagos	(10.526)	(14.785)
Taxas Regulamentares	299	310
Credores diversos	107	(53)
Adiantamento de clientes	1.667	-
	<u>48.896</u>	<u>38.609</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(2)	88
Aplicações no intangível	(67)	(116)
	<u>(69)</u>	<u>(28)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(51.261)	(18.739)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	75.000	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(64.086)	(18.557)
	<u>(40.347)</u>	<u>(37.296)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.480</u>	<u>1.285</u>
Saldo no início do exercício	4.482	3.197
Saldo no final do exercício	<u>12.962</u>	<u>4.482</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>8.480</u>	<u>1.285</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	63.567	60.926
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	(264)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.720)	(3.089)
Valor adicionado bruto	59.847	57.573
Depreciação e amortização	(97)	(67)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	59.750	57.506
Valor adicionado recebido em transferência		
Equivalência patrimonial	-	
Receita financeira	1.101	682
Valor adicionado a distribuir	60.851	58.188
Pessoal		
Remuneração direta	1.333	1.364
Benefícios	157	163
FGTS	97	43
	1.587	1.570
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	20.272	18.925
Estaduais	-	1
Municipais	2	-
	20.274	18.926
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	8.521	4.687
Aluguéis	156	72
Outras despesas financeiras	302	3.346
	8.979	8.105
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	16.630	25.497
Lucros retidos	13.381	4.090
	30.011	29.587
Distribuição do valor adicionado	60.851	58.188

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ECTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Adolfo Melo, 38 – Sala 601 – Florianópolis – SC.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
88/2000	30	2030	67.724	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo-- Continuação

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo – se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.5.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

3.7.1 Correntes--Continuação

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.7.2 Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.11 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.12 Taxas regulamentares

3.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.12.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.13.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.14 Lucros por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Lucros por ação--Continuação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--

Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.15.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--

Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.15.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--

Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.15.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--

Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro, somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado à ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento da infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento de desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.15.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3 Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--

Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita do desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento da infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura, mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.15.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e se suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010--Continuação

- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como "Títulos e valores mobiliários".

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Caixa	3	3
Bancos - depósitos a vista	91	64
Aplicações financeiras	12.868	4.415
	<u>12.962</u>	<u>4.482</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010).

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2010 a Companhia manteve saldo de R\$ 5.568, referente à conta reserva vinculada ao financiamento BNDES. Em 2011 os empréstimos foram quitados e consequentemente a conta reserva foi extinta.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ECTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	213.069
Receita de operação e manutenção	6.519
Receita de remuneração dos ativos da concessão	57.048
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(63.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	212.924

9. Tributos e contribuições a compensar

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	378	218
Imposto de renda - pessoa jurídica	684	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	664	-
Outros	579	99
	2.305	317

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida

	31/12/11			31/12/10
				Reclassificado
	Circulante	Não circulante		
	Encargos	Principal	Principal	Total
HSBC	321	16.237	53.002	69.560
BNDES	-	-	-	-
	321	16.237	53.002	69.560

Em 23 de fevereiro de 2011 a ECTE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 75.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida--

Continuação

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos á longo prazo são como segue:

2013	16.308
2014	16.308
2015	16.308
2016	4.078
	<u>53.002</u>

11. Taxas regulamentares

	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	92	201
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	107	83
Taxa de fiscalização - ANEEL	2.017	1.633
	<u>2.216</u>	<u>1.917</u>

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Tributos e contribuições sociais

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	10.165	7.709
PIS e Cofins	194	182
Contribuição Social - CSLL	3.616	2.598
ICMS	38	36
Outros	93	114
	<u>14.106</u>	<u>10.639</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>18.621</u>	<u>17.538</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>16.087</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>1.451</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>17.538</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>1.083</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>18.621</u>

13. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 4, em processos trabalhistas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
		Ordinárias	Total
Alupar Investimento S.A.	17.896.575	42,514729%	42,514729%
MDU Resources Luxembourg II LLC, S.A	3.160.281	7,507497%	7,507497%
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001.025	30,884963%	30,884963%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.037.109	19,092788%	19,092788%
Membros do Conselho de Administração	10	0,000024%	0,000024%
	42.095.000	100,000000%	100,000000%

14.2 Reserva de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

14.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

14.3 Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 13.285, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 7.503.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.3 Dividendos propostos--Continuação

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 3.345.

	2011
Lucro líquido do exercício	30.011
Juros sobre capital próprio	(3.345)
Dividendos intermediários	(13.285)
Reserva de lucros retidos	(1.977)
Destinação para dividendos	11.404

15. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2011	31/12/2010
Receita operacional bruta	63.567	60.926
Receita de Operação e manutenção	6.519	5.759
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	264
Receita de remuneração dos ativos da concessão	57.048	54.903
Deduções da receita operacional	(4.568)	(4.280)
PIS	(419)	(393)
COFINS	(1.936)	(1.814)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(1.613)	(1.511)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(600)	(562)
Receita operacional líquida	58.999	56.646

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.089	680
Outros	12	2
	1.101	682
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.521)	(6.036)
Outros	(302)	(1.998)
	(8.823)	(8.034)
Resultado financeiro	(7.722)	(7.352)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.345. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/11	31/12/10
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	45.087	43.611
Juros sobre capital próprio	(3.345)	(2.955)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(3.060)	(4.200)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	38.682	36.456
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	13.152	12.395
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(13)	(13)
Despesas indedutíveis	543	298
Outras	311	399
	13.993	13.079
Reversão de crédito tributário diferido	-	7
Constituição de passivo tributário diferido	-	(513)
Incentivo Fiscal	-	(513)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.993	12.573
Taxa Efetiva	36,17%	34,49%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

18. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;
- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 532, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval /fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

22. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 124.

Demonstrações contábeis

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações do valor adicionado..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

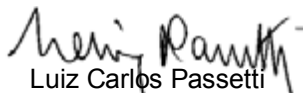
Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis

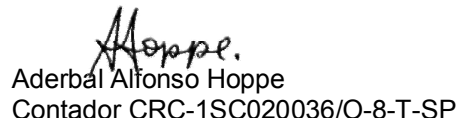
Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estamos reemitindo o nosso relatório também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Adicionalmente incluímos também em nosso relatório o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5	7.591	4.901
Títulos e valores mobiliários	6	13.827	-
Contas a receber ativo financeiro	7	31.477	21.772
Impostos a recuperar		826	262
Adiantamento a fornecedores	8	10.944	13.575
Outras contas a receber		34	29
		<u>64.699</u>	<u>40.539</u>
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários			
Contas a receber ativo financeiro	7	451.235	390.568
Outros ativos		416	-
Imobilizado		23	23
Intangíveis		1	-
		<u>451.675</u>	<u>390.591</u>
Total do ativo		<u>516.374</u>	<u>431.130</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	14.434	13.851
Fornecedores		23.866	5.958
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	2.672	3.111
Dividendos declarados		3.408	3.408
Taxas regulamentares		894	-
Outras contas a pagar		4.845	5.083
		<u>50.119</u>	<u>31.411</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	156.097	157.961
Adiantamento de clientes		843	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	15.907	7.392
		<u>172.847</u>	<u>165.353</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		263.058	219.759
Reservas de lucro		30.350	14.607
Total do patrimônio líquido	13	<u>293.408</u>	<u>234.366</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>516.374</u>	<u>431.130</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 a 2010

(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	14	101.572	206.288
Custo operacional			
Pessoal		(1.155)	-
Material e serviços de terceiros		(1.866)	-
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(130)	-
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(59.882)	(173.200)
Outras		(206)	-
		<u>(63.239)</u>	<u>(173.200)</u>
Lucro bruto		38.333	33.088
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(262)	-
Pessoal e administradores		(97)	-
		<u>(359)</u>	<u>-</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		37.974	33.088
Despesas financeiras	15	(14.723)	(12.040)
Receitas financeiras	15	1.007	694
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		24.258	21.742
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(8.515)	(7.392)
Lucro líquido do exercício		15.743	14.350
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,06	0,07
Quantidade de ações ao final do exercício		263.058.339	219.760.000

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		<u>Reservas de lucros</u>			
		<u>Reserva de</u>			<u>Total</u>
		<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>retenção de lucros</u>	
				<u>Lucros acumulados</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2009		156.499	-	3.665	160.164
Aumento de capital		63.260	-	-	63.260
Lucro líquido do exercício		-	-	14.350	14.350
Destinação proposta à AGO					
Reserva legal		-	718	(718)	-
Dividendos declarados		-	-	(3.408)	(3.408)
Reserva de lucro do exercício		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010		219.759	718	13.889	234.366
Aumento de capital		43.299	-	-	43.299
Lucro líquido do exercício		-	-	15.743	15.743
Destinação proposta à AGO					
Reserva legal		-	787	(787)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	(14.956)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	13	263.058	1.505	28.845	293.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	24.258	21.742
Itens que não afetam as disponibilidades		
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	10.862	10.465
Baixa de Ativos	5	-
	<u>35.125</u>	<u>32.207</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	(13.827)	-
Contas a receber ativo financeiro	(70.372)	(215.867)
Impostos a recuperar	(564)	(138)
Adiantamentos a fornecedores	2.631	(13.576)
Devedores diversos	(421)	180
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	17.908	3.748
Tributos e contribuições sociais pagos	(439)	(335)
Taxas Regulamentares	894	-
Credores diversos	(238)	3.610
Adiantamento de clientes	843	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(28.460)</u>	<u>(190.171)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(5)	-
Aplicações no intangível	(1)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(6)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	43.299	63.260
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	241.650
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(12.143)	(111.471)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	<u>31.156</u>	<u>193.439</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.690</u>	<u>3.268</u>
Saldo no início do exercício	4.901	1.633
Saldo no final do exercício	<u>7.591</u>	<u>4.901</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>2.690</u>	<u>3.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	104.844	206.288
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	(59.882)	(184.546)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.117)	-
Valor adicionado bruto	42.845	21.742
Depreciação e amortização	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	42.845	21.742
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	1.007	-
Valor adicionado a distribuir	43.852	21.742
Pessoal		
Remuneração direta	772	-
Benefícios	197	-
FGTS	50	-
	1.019	-
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	12.156	7.392
Municipais	1	-
	12.157	7.392
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	14.588	-
Aluguéis	210	-
Outras despesas financeiras	135	-
	14.933	-
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	-	3.408
Lucros retidos	15.743	10.942
	15.743	14.350
Distribuição do valor adicionado	43.852	21.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EBTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala E - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
11/2008	30	2038	34.604	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente.

Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo – se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.4. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Provisões--Continuação

3.3.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4. Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.4.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.5. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imposto de renda e contribuição social

3.6.1. Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10 Dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra o saldo de lucro líquido como “reserva de retenção de lucros” no patrimônio líquido.

3.11. Taxas regulamentares

3.11.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.11.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.11.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.12. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Reconhecimento da receita--Continuação

3.12.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.13. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.1 *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.14.2 *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.14.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.14.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento de desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.14.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.14.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.14.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
Caixa	2	5
Bancos - depósitos a vista	106	21
Aplicações financeiras	7.483	4.875
	<u>7.591</u>	<u>4.901</u>

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010).

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2011 a Companhia mantém saldo de R\$ 13.827, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. Contas a receber – Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A., regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EBTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	412.340
Receita de operação e manutenção	4.253
Receita de remuneração dos ativos da concessão	37.443
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	63.148
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(34.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	482.712

8. Adiantamentos a fornecedores

Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas pela sua área técnica.

Em 31 de dezembro de 2011 a companhia registrou um saldo de R\$ 10.944 (R\$ 13.575 em, 2010), esses valores serão baixados após a emissão dos respectivos documentos fiscais.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Empréstimos e financiamentos

	31/12/11			31/12/10
	Circulante		Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal	
BNDES	583	13.851	156.097	171.812
	583	13.851	156.097	171.812

O saldo devedor é 86% atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano e 14% do saldo devedor por juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva.

Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	13.851
2014	13.851
2015	13.851
2016	13.851
2017	13.851
2018 até 2024	86.842
	<u>156.097</u>

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Tributos e contribuições sociais

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	64	38
PIS E COFINS	472	-
ICMS	1.415	2.132
Outros	721	941
	<u>2.672</u>	<u>3.111</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>15.907</u>	<u>7.392</u>

- a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	-
Imposto diferido reconhecido no resultado	7.392
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>7.392</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	8.515
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>15.907</u>

11. Contingências.

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 224, em processos regulatórios.

12. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011. A Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com partes relacionadas.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 263.058, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.159.748	50,999998%	50,999998%
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	128.898.583	48,999999%	48,999999%
Membros do Conselho de Administração	8	0,000003%	0,000003%
	263.058.339	100,000000%	100,000000%

13.2 Reserva de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

13.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

13.3 Dividendos propostos

A administração da Companhia decidiu propor a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social, visto que o lucro líquido apurado no exercício de 2011, é proveniente do reflexo da adoção das práticas contábeis internacionais, mais precisamente do ICPC 01 (IFRIC 12). Sendo assim, não ocorreu a realização financeira deste lucro.

A Lei das Sociedades por Ações permite a não distribuição do dividendo obrigatório caso os órgãos da Administração relatem à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia na ocasião.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido--Continuação

13.3 Dividendos propostos--Continuação

O lucro líquido não distribuído pela Companhia em virtude de suspensão é destinado a uma reserva especial e, se não for absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído assim que a situação financeira permitir.

14. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	104.844	206.288
Receita de Operação e manutenção	4.253	-
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	63.148	184.546
Receita de remuneração dos ativos da concessão	37.443	21.742
Deduções da receita operacional	(3.272)	-
PIS	(428)	-
COFINS	(1.970)	-
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(648)	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(226)	-
Receita operacional líquida	101.572	206.288

15. Receitas e despesas financeiras

	31/12/11	31/12/10
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	1.000	694
Outros	7	-
	1.007	694
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(14.588)	(12.040)
Outros	(135)	-
	(14.723)	(12.040)
Resultado financeiro	(13.716)	(11.346)

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

(IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

(V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

Demonstrações contábeis

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.- ENTE

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações do valor adicionado..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estamos reemitindo o nosso relatório também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Adicionalmente incluímos também em nosso relatório o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
	5		Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.755	2.653
Títulos e valores mobiliários	7	-	12.704
Contas a receber ativo financeiro	8	174.960	158.629
Impostos a recuperar	9	4.681	389
Estoques		7.088	6.066
Outras contas a receber		2.921	1.493
		<u>205.405</u>	<u>181.934</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras		3.843	2.101
Contas a receber ativo financeiro	8	388.681	399.463
Outros ativos		1.598	1.409
Imobilizado		86	104
Intangíveis		257	316
		<u>394.465</u>	<u>403.393</u>
Total do ativo		<u>599.870</u>	<u>585.327</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	41.993	32.066
Fornecedores		952	746
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	14.721	11.150
Dividendos declarados		791	44.005
Provisão para compensação ambiental		369	369
Taxas regulamentares	11	4.369	3.561
Outras contas a pagar		2.095	3.243
		<u>65.290</u>	<u>95.140</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	134.341	123.257
Adiantamento de clientes		4.414	462
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	29.388	29.002
Outros passivos		3.575	1.254
		<u>171.718</u>	<u>153.975</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		160.337	145.663
Reservas de lucro		177.839	190.549
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		24.686	-
Total do patrimônio líquido	14	<u>362.862</u>	<u>336.212</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>599.870</u>	<u>585.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	15	143.398	137.570
Custo operacional			
Pessoal		(1.653)	(1.442)
Material e serviços de terceiros		(6.350)	(5.693)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(764)	(696)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	11
Outras		(351)	(392)
		<u>(9.118)</u>	<u>(8.212)</u>
Lucro bruto		134.280	129.358
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(2.338)	(1.674)
Pessoal e administradores		(2.417)	(2.104)
Depreciação e amortização		(221)	(154)
		<u>(4.976)</u>	<u>(3.932)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		129.304	125.426
Despesas financeiras	16	(22.693)	(18.607)
Receitas financeiras	16	1.862	1.933
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		108.473	108.752
Imposto de renda e contribuição social	17	(13.005)	(10.849)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(386)	(2.872)
		<u>(13.391)</u>	<u>(13.721)</u>
Lucro líquido do exercício		95.082	95.031
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,94	0,94
Quantidade de ações ao final do exercício		100.840.000	100.840.000

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	131.692	533	12.294	13.171	111.854	-	-	269.544
Aumento de capital	13.971	(533)	-	(13.171)	-	-	(267)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	95.031	95.031
Destinação proposta à AGO								
Reserva legal	-	-	4.752	-	-	-	(4.752)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(18.902)	(18.902)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	14.674	-	-	(14.674)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(9.461)	(9.461)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	46.975	-	(46.975)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	145.663	-	17.046	14.674	158.829	-	-	336.212
Aumento de capital	14.674	-	-	(14.674)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	95.082	95.082
Destinação proposta à AGO								
Reserva legal	-	-	4.753	-	-	-	(4.753)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(33.332)	-	-	(33.332)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(24.112)	(24.112)
Incentivo fiscal	-	-	-	16.705	-	-	(16.705)	-
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(10.988)	(10.988)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	13.838	24.686	(38.524)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	160.337	-	21.799	16.705	139.335	24.686	-	362.862

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Demonstrações de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10 Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	108.473	108.752
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	221	154
Juros e variação monetária sobre empréstimos	22.101	17.948
Baixa de Ativos	24	13
	<u>130.819</u>	<u>126.867</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	12.704	1.648
Contas a receber ativo financeiro	(5.549)	(8.450)
Impostos a recuperar	(4.292)	2.270
Estoques	(1.022)	(200)
Devedores diversos	(3.360)	(1.511)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	206	(72)
Tributos e contribuições sociais pagos	(9.564)	(14.358)
Taxas Regulamentares	808	928
Credores diversos	1.170	668
Adiantamento de clientes	3.952	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>125.872</u>	<u>107.790</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(15)	158
Aplicações no intangível	(151)	(261)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(166)</u>	<u>(103)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	-	(27.114)
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(111.514)	(29.980)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	190.000	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(191.090)	(50.438)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(112.604)</u>	<u>(107.532)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>13.102</u>	<u>155</u>
Saldo no início do exercício	2.653	2.498
Saldo no final do exercício	<u>15.755</u>	<u>2.653</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>13.102</u>	<u>155</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - ENTE

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	154.215	147.450
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(8.634)	(7.419)
Valor adicionado bruto	145.581	140.031
Depreciação e amortização	(221)	(154)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	145.360	139.877
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	1.862	1.933
Valor adicionado a distribuir	147.222	141.810
Pessoal		
Remuneração direta	2.860	2.468
Benefícios	420	409
FGTS	153	138
	3.433	3.015
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	25.618	24.836
Estaduais	5	4
Municipais	6	5
	25.629	24.845
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	22.065	18.645
Aluguéis	386	312
Outras despesas financeiras	628	(38)
	23.079	18.919
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	35.100	72.813
Lucros retidos	59.981	22.218
	95.081	95.031
Distribuição do valor adicionado	147.222	141.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (a “Companhia” ou “ENTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala D - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
085/2002	30	2032	160.475	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.4 Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.5.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1 Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7 Imposto de renda e contribuição social--Continuação

3.7.1 Correntes--Continuação

A companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM/SUDENE, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.7.2 Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes--Continuação

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.12 Taxas regulamentares

3.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Taxas regulamentares--Continuação

3.12.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.12.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.13 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.13.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13 Reconhecimento da receita--Continuação

3.13.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica--Continuação

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.14 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.1 *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

3.15.2 *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.2 Impostos--Continuação

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.15.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

3.15.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

3.15.4 Provisão para litígios--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.15.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

3.15.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.15.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.7 *Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros--Continuação*

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

3.15.8 *Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura*

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.15.9 *Determinação das receitas de operação e manutenção*

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mudanças no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010--Continuação

- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como “Títulos e valores mobiliários”.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Caixa	2	4
Bancos - depósitos a vista	93	82
Aplicações financeiras	15.660	2.567
	<u>15.755</u>	<u>2.653</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010)

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia manteve saldo de R\$ 12.704, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos foram quitados e conseqüentemente a conta reserva foi extinta.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ENTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2010	558.092
Receita de operação e manutenção	14.926
Receita de remuneração dos ativos da concessão	139.289
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(148.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	563.641

9. Impostos a recuperar

	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	506	290
Imposto de renda - pessoa jurídica	2.037	-
Contribuição social sobre o lucro líquido	2.038	-
PIS e COFINS	99	99
Outros	1	-
	<u>4.681</u>	<u>389</u>

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

	31/12/11			31/12/10
	Circulante		Não circulante	Reclassificado
	Encargos	Principal	Principal	Total
HSBC	814	41.179	134.341	-
BNDDES	-	-	-	155.323
	<u>814</u>	<u>41.179</u>	<u>134.341</u>	<u>155.323</u>

Em 23 de fevereiro de 2011 a ENTE emitiu debêntures, conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 190.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	41.336
2014	41.336
2015	41.336
2016	10.333
	<hr/>
	134.341

11. Taxas regulamentares

	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	323	420
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	268	192
Taxa de fiscalização - ANEEL	3.778	2.949
	<hr/>	<hr/>
	4.369	3.561

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Tributos e contribuições sociais

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.648	3.970
PIS E COFINS	415	360
Contribuição Social - CSLL	8.248	6.451
ICMS	219	147
Outros	191	222
	<u>14.721</u>	<u>11.150</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>29.388</u>	<u>29.002</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>26.130</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>2.872</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>29.002</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>386</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>29.388</u>

13. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 8, em processos trabalhistas, R\$ 973 em processos tributários e R\$ 198 em processos regulatórios.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 160.337, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas		% do capital
	Ordinárias	Votante	Total
ALUPAR Investimento S.A.	50.431.144	50,011051%	50,011051%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	50.408.844	49,988937%	49,988937%
Membros do Conselho de Administração	12	0,000012%	0,000012%
	<u>100.840.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

14.2 Reserva de lucro

14.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14.2.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002.

Em atendimento à Lei No 11.638/07 e CPC No 07 (IAS 20), o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia ENTE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo No 095/2005, em 75%.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Patrimônio líquido--Continuação

14.2 Reserva de lucro--Continuação

14.2.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

14.3 Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 24.112, valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da reserva legal e reserva de incentivo fiscal), que totalizaria R\$ 18.406.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.988.

	2011
Lucro líquido do exercício	95.082
Constituição da reserva legal	<u>(4.753)</u>
Base de cálculo de dividendos	90.329
Incentivo fiscal	(16.705)
Juros sobre capital próprio	(10.988)
Dividendos intermediários	(24.112)
Reserva de lucros retidos	<u>(13.838)</u>
Destinação para dividendos	<u>24.686</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	154.215	147.450
Receita de Operação e manutenção	14.926	12.914
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	(11)
Receita de remuneração dos ativos da concessão	139.289	134.547
Deduções da receita operacional	(10.817)	(9.880)
PIS	(993)	(905)
COFINS	(4.584)	(4.221)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.820)	(3.480)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.420)	(1.274)
Receita operacional líquida	143.398	137.570

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/11	31/12/10
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	1.858	1.846
Outros	4	87
	1.862	1.933
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(22.065)	(18.645)
Outros	(628)	38
	(22.693)	(18.607)
Resultado financeiro	(20.831)	(16.674)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, Juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.988. Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/11	31/12/10
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	108.473	108.752
Juros sobre capital próprio	(10.988)	(9.461)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(14.223)	(21.258)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	83.262	78.033
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	28.309	26.531
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(151)	(12)
Variação cambial tratada por regime de caixa	2.038	417
Variação cambial tratada por regime de competência	12	(237)
Despesas indedutíveis	410	263
Outras	(373)	(1.330)
	30.245	25.632
Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido	(499)	(109)
Incentivo Fiscal	(16.741)	(14.674)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.005	10.849
Taxa Efetiva	15,62%	13,90%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

18. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;
- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 639, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

20. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

22. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 371.

Demonstrações contábeis

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.- ERTE

31 de dezembro de 2011
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações do valor adicionado..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis 8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado


Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis


Em 14 de fevereiro de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis brasileiras, estamos reemitindo o nosso relatório também de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. Adicionalmente incluímos também em nosso relatório o exame das demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A referida alteração não requer modificação em nosso relatório de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 emitido anteriormente.

São Paulo, 18 de maio de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2011
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
	5		Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	289	1.763
Títulos e valores mobiliários	7	2.138	2.121
Contas a receber ativo financeiro	8	32.383	30.442
Estoques		3.106	1.043
Adiantamento a fornecedores		7.256	1.836
Outras contas a receber		765	523
		<u>45.937</u>	<u>37.728</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	8	78.990	67.410
Outros ativos		297	134
Imobilizado		98	38
Intangíveis		49	60
		<u>79.434</u>	<u>67.642</u>
Total do ativo		<u>125.371</u>	<u>105.370</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	5.277	5.217
Fornecedores		627	489
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	941	494
Dividendos declarados		22.213	14.370
Taxas regulamentares	10	813	674
Outras contas a pagar		372	302
		<u>30.243</u>	<u>21.546</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	14.695	19.564
Adiantamento de clientes		780	84
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	2.009	1.840
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	2.493
Outros passivos		46	-
		<u>17.530</u>	<u>23.981</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		36.941	23.400
Reservas de lucro		29.894	36.443
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		10.763	-
Total do patrimônio líquido	13	<u>77.598</u>	<u>59.843</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>125.371</u>	<u>105.370</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

		31/12/11	31/12/10
Receita operacional líquida	14	37.796	25.270
Custo operacional			
Pessoal		(659)	(531)
Material e serviços de terceiros		(1.768)	(1.552)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(134)	(123)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(12.485)	(816)
Outras		(38)	(31)
		<u>(15.084)</u>	<u>(3.053)</u>
Lucro bruto		22.712	22.217
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(488)	(371)
Pessoal e administradores		(419)	(458)
Depreciação e amortização		(44)	(25)
		<u>(951)</u>	<u>(854)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		21.761	21.363
Despesas financeiras	15	(2.687)	(2.929)
Receitas financeiras	15	593	300
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		19.667	18.734
Imposto de renda e contribuição social	16	(1.092)	(908)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(169)	(232)
		<u>(1.261)</u>	<u>(1.140)</u>
Lucro líquido do exercício		18.406	17.594
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,62	0,75
Quantidade de ações ao final do exercício		36.940.800	23.400.000

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	23.400	2.644	20.384	-	-	46.428
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.594	17.594
Destinação proposta à AGO						
Reserva legal	-	880	-	-	(880)	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(4.179)	(4.179)
Reserva de lucro do exercício	-	-	12.535	-	(12.535)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	23.400	3.524	32.919	-	-	59.843
Aumento de capital	13.541	-	-	-	-	13.541
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.406	18.406
Destinação proposta à AGO						
Reserva legal	-	920	-	-	(920)	-
Dividendos declarados	-	-	(9.821)	-	(4.371)	(14.192)
Reserva de lucro do exercício	-	-	2.352	10.763	(13.115)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	36.941	4.444	25.450	10.763	-	77.598

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Demonstrações de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	19.667	18.734
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	44	25
Despesa de juros e variação sobre empréstimos	2.629	2.834
Baixa de Ativos	20	-
	22.360	21.593
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	(17)	153
Adiantamentos a fornecedores	(5.420)	-
Contas a receber ativo financeiro	(13.521)	(2.428)
Estoques	(2.063)	(29)
Devedores diversos	(404)	(2.103)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	138	2
Tributos e contribuições sociais pagos	(645)	(761)
Taxas Regulamentares	139	116
Credores diversos	812	(1.683)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.379	14.860
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(84)	(8)
Aplicações no intangível	(29)	(49)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(113)	(57)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	13.541	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(2.493)	2.493
Pagamentos de dividendos	(6.350)	(7.877)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.438)	(8.070)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.740)	(13.454)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.474)	1.349
Saldo no início do exercício	1.763	414
Saldo no final do exercício	289	1.763
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(1.474)	1.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional	39.695	27.023
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	(12.485)	(816)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.247)	(1.927)
Valor adicionado bruto	24.963	24.280
Depreciação e amortização	(44)	(25)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	24.919	24.255
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	593	300
Valor adicionado a distribuir	25.512	24.555
Pessoal		
Remuneração direta	751	652
Benefícios	126	150
FGTS	41	37
	918	839
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	3.459	3.174
Estaduais	3	3
Municipais	1	1
	3.463	3.178
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	2.307	2.950
Aluguéis	38	16
Outras despesas financeiras	380	(21)
	2.725	2.945
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	4.371	13.325
Lucros retidos	14.035	4.268
	18.406	17.593
Distribuição do valor adicionado	25.512	24.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE (a “Companhia” ou “ERTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala C - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
83/2002	30	2032	28.359	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.171/2011.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de fevereiro de 2012. Em 17 de maio de 2012, o Conselho de Administração autorizou esta reapresentação das demonstrações contábeis, com a inclusão das demonstrações do valor adicionado (DVA).

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Normalmente, os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro

De acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia classifica os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificados como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

3.1.2 Contas a receber – Ativo financeiro--Continuação

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1 Ativos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

3.1.4 Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.4.1 Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5 Passivos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.5.1 Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

3.7.1. Correntes

A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.7.2. Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.9 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

3.12 Taxas regulamentares

3.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.12.2 Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Taxas regulamentares--Continuação

3.12.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

3.13 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.13.1 Receita de transmissão de Energia Elétrica

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do lucro diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.15.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.15.3 Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.4 Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.15.5 Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.6 Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento da infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.15.7 Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.15.8 Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.15.9 Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas

Novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações listadas a seguir foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às IFRS novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

4.1 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva.
- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011

Listamos a seguir as normas emitidas pelo IASB, que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contemplam aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis - Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia e suas controladas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações contábeis consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações contábeis em separado. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgações - Aumento nas Divulgações relacionadas a Baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas compreendam a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração: O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia e se suas controladas, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e não adotadas-- Continuação

4.2 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011--Continuação

- IFRS 10 - Demonstrações contábeis Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações contábeis consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013

5. Reclassificações realizadas nos saldos de 31/12/2010

Para melhor apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia procedeu às seguintes alterações nos saldos apresentados em 2010:

- Rubricas com saldos individualmente imateriais foram agrupadas em “Devedores Diversos” e “Outros Ativos”, nos ativos circulante e não circulante, respectivamente, e “Credores Diversos” e “Outras Obrigações”, nos passivos circulante e não circulante, respectivamente.
- Os saldos correspondentes às contas reservas vinculadas aos empréstimos junto ao BNDES, originalmente apresentadas como redutoras dos saldos de empréstimos no passivo circulante, foram reclassificadas para o ativo circulante como “Títulos e valores mobiliários”.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/11	31/12/10
		Reclassificado
Caixa	1	1
Bancos - depósitos a vista	65	47
Aplicações financeiras	223	1.715
	<u>289</u>	<u>1.763</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (98% a 101% em 2010)

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31/12/2011 a Companhia manteve saldo de R\$ 2.138, (R\$ 2.121, em 2010) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

8. Contas a receber - Ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - Ativo financeiro--Continuação

de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ERTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico, por falta de uma metodologia adequada à mensuração de seu valor.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	97.852
Receita de operação e manutenção	3.773
Receita de remuneração dos ativos da concessão	23.437
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	12.485
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(26.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	111.373

9. Empréstimos e financiamentos

	31/12/11			31/12/10
	Circulante		Não circulante	Reclassificado
	Encargos	Principal	Principal	Total
BNDES	90	5.187	14.695	19.972
	90	5.187	14.695	24.781

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os financiamentos tem 87% do saldo devedor atualizados pela TJLP e juros de 5% ao ano, e 13% atualizado pela Cesta de moedas e juros de 5% ao ano. A quitação ocorre em 126 prestações mensais, com vencimentos finais em 2015. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.

Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	5.187
2014	5.187
2015	4.321
	<u>14.695</u>

10. Taxas regulamentares

	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	50	62
Taxa de fiscalização - ANEEL	72	60
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	691	552
	<u>813</u>	<u>674</u>

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Tributos e contribuições sociais

	31/12/11	31/12/10
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	281	175
PIS e COFINS	15	73
Contribuição Social - CSLL	113	73
ICMS	21	21
Outros	511	152
	<u>941</u>	<u>494</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>2.009</u>	<u>1.840</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>1.608</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>232</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>1.840</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>169</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.009</u>

12. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No exercício de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 1, em processos trabalhistas.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 36.941, representado por 36.940.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas		
	% do capital		
	Ordinárias	Votante	Total
ALUPAR Investimento S.A.	18.475.367	50,013446%	50,013446%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	18.465.421	49,986522%	49,986522%
Membros do Conselho de Administração	12	0,000032%	0,000032%
	<u>36.940.800</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

13.2 Reserva de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

13.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

13.3 Dividendos propostos

A Companhia registrou distribuição de dividendos mínimos exigidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

	2011
Lucro líquido do exercício	18.406
Constituição da reserva legal	(920)
Base de cálculo de dividendos	17.486
Dividendos mínimos obrigatórios	(4.371)
Reserva de lucros retidos	(2.352)
Destinação para dividendos	10.763

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/11	31/12/10
Receita operacional bruta	39.695	27.022
Receita de Operação e manutenção	3.773	3.299
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	12.485	816
Receita de remuneração dos ativos da concessão	23.437	22.907
Deduções da receita operacional	(1.899)	(1.753)
PIS	(174)	(160)
COFINS	(805)	(739)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(671)	(616)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(249)	(238)
Receita operacional líquida	37.796	25.269

15. Receitas e despesas financeiras

	31/12/11	31/12/10
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	591	291
Outros	2	9
	593	300
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(2.307)	(2.950)
Outros	(380)	21
	(2.687)	(2.929)
Resultado financeiro	(2.094)	(2.629)

16. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/11		31/12/10	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	39.695	39.695	27.023	27.023
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(12.862)	(12.862)	(2.374)	(2.374)
Receita operacional ajustada	26.833	26.833	24.649	24.649
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	2.147	3.220	1.972	2.958
Receitas financeiras	848	831	510	510
Base de cálculo	2.995	4.051	2.482	3.468
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	725	366	596	312

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação da TJLP e cesta de moedas e se aproxima do valor de mercado.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e Cesta de Moedas;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;
- (V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18. Partes relacionadas

Em 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 113, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - ERTE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro.

21. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 73.

ANEXO M – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DAS SOCIEDADES DO GRUPO TBE (EATE, ETEP, ECTE, EBTE, ENTE E ERTE) RELATIVAS AO TRIMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2012 E RESPECTIVOS RELATÓRIOS DE REVISÃO DA ERNST YOUNG TERCO AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

**Informações Contábeis
Intermediárias**

**Empresa Amazonense de Transmissão de
Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias
(Não auditadas)

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias..... 1

Demonstrações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações do valor adicionado..... 7

Notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias..... 8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780

www.ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias Individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Amazonense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Amazonense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

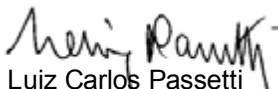
Outros assuntos

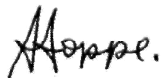
Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.915	5.901	14.782	16.688
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	21.485	20.957
Contas a receber ativo financeiro	6	364.117	332.361	462.404	418.587
Impostos a recuperar	7	13.468	10.594	22.949	18.453
Estoques		5.655	5.510	7.620	7.517
Dividendos a receber		20.460	15.658	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.373	966	14.556	13.089
Outras contas a receber		7.338	6.772	9.590	7.783
		<u>416.326</u>	<u>377.762</u>	<u>553.386</u>	<u>503.074</u>
Não circulante					
Aplicações financeiras		14.932	14.297	14.932	14.297
Contas a receber ativo financeiro	6	619.527	645.320	1.331.207	1.357.398
Outros ativos		5.232	2.566	9.118	6.207
Investimentos	8	291.699	280.808	-	-
Imobilizado		343	364	437	457
Intangíveis	9	16.819	16.916	16.955	17.012
		<u>948.552</u>	<u>960.271</u>	<u>1.372.649</u>	<u>1.395.371</u>
Total do ativo		<u>1.364.878</u>	<u>1.338.033</u>	<u>1.926.035</u>	<u>1.898.445</u>
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	79.109	79.606	109.073	108.968
Fornecedores		377	302	25.541	24.463
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	31.956	31.755	38.797	39.147
Dividendos declarados		11.507	9.461	17.858	14.611
Provisão para compensação ambiental	12	6.867	6.655	6.897	7.147
Taxas regulamentares	13	9.130	8.406	11.631	10.500
Outras contas a pagar		15.231	3.882	23.393	9.676
		<u>154.177</u>	<u>140.067</u>	<u>233.190</u>	<u>214.512</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	215.519	254.598	483.737	536.330
Adiantamento de clientes		891	8.446	1.572	10.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	88.822	87.323	119.229	113.020
Outros passivos		4.826	5.115	4.887	5.176
		<u>310.058</u>	<u>355.482</u>	<u>609.425</u>	<u>664.886</u>
Patrimônio líquido					
Capital social		386.837	355.697	386.837	355.697
Reservas de Capital		2.560	2.560	2.560	2.560
Reservas de lucro		402.525	433.665	402.525	433.665
Lucro líquido do período		108.721	50.562	108.721	50.562
		<u>900.643</u>	<u>842.484</u>	<u>900.643</u>	<u>842.484</u>
Participação de não controladores		-	-	182.777	176.563
Total do patrimônio líquido	15	<u>900.643</u>	<u>842.484</u>	<u>1.083.420</u>	<u>1.019.047</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.364.878</u>	<u>1.338.033</u>	<u>1.926.035</u>	<u>1.898.445</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
		30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional líquida	16	148.975	140.624	199.036	206.866
Custo operacional					
Pessoal		(2.799)	(2.248)	(4.975)	(4.592)
Material e serviços de terceiros		(5.489)	(6.321)	(6.717)	(7.950)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(766)	(695)	(977)	(849)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	-	(3.298)	(19.149)
Outras		(212)	(1.090)	(392)	(1.250)
		<u>(9.266)</u>	<u>(10.354)</u>	<u>(16.359)</u>	<u>(33.790)</u>
Lucro bruto		139.709	130.270	182.677	173.076
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(1.402)	(1.893)	(2.055)	(2.464)
Pessoal e administradores		(2.113)	(1.987)	(2.298)	(2.222)
Depreciação e amortização		(471)	(546)	(483)	(575)
		<u>(3.986)</u>	<u>(4.426)</u>	<u>(4.836)</u>	<u>(5.261)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	8	16.494	12.122	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		152.217	137.966	177.841	167.815
Despesas financeiras	17	(17.534)	(21.158)	(30.867)	(36.395)
Receitas financeiras	17	957	1.850	2.375	2.556
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		135.640	118.658	149.349	133.976
Imposto de renda e contribuição social	18	(11.883)	(14.531)	(13.122)	(16.263)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(1.499)	(4.069)	(6.210)	(10.143)
		<u>(13.382)</u>	<u>(18.600)</u>	<u>(19.332)</u>	<u>(26.406)</u>
Lucro antes da participação de não controladores		122.258	100.058	130.017	107.570
Participação de não controladores		-	-	(7.759)	(7.512)
Lucro líquido do período		122.258	100.058	122.258	100.058
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,68	0,56		
Quantidade de ações ao final do período (Lote mil)		180.000	180.000		

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2010	323.579	2.560	40.723	32.118	388.912	-	-	140.952	928.844
Aumento/Redução de capital	32.118	-	-	(32.118)	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	11.346	11.346
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	100.058	7.512	107.570
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(76.688)	-	-	-	(76.688)
Saldo em 30 de junho de 2011	355.697	2.560	40.723	-	312.224	-	100.058	159.810	971.072
Saldo em 31 de dezembro de 2011	355.697	2.560	50.939	31.140	351.586	50.562	-	176.563	1.019.047
Aumento de capital	31.140	-	-	(31.140)	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	(1.545)	(1.545)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	122.258	7.759	130.017
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(50.562)	-	-	(50.562)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(13.537)	-	(13.537)
Saldo em 30 de junho de 2012	386.837	2.560	50.939	-	351.586	-	108.721	182.777	1.083.420

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	135.640	118.658	149.349	133.976
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	471	546	483	575
Equivalência patrimonial	(16.494)	(12.122)	-	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	16.277	20.581	29.056	34.460
Baixa de Ativos	-	1	-	6
	<u>135.894</u>	<u>127.664</u>	<u>178.888</u>	<u>169.017</u>
(Aumento) redução no ativo				
Titulos e valores mobiliários	-	22.179	(528)	15.094
Contas a receber ativo financeiro	(5.963)	(13.465)	(17.626)	(57.983)
Impostos a recuperar	(2.874)	(2.826)	(4.496)	(3.619)
Adiantamentos a fornecedores	(407)	(491)	(1.467)	(999)
Estoques	(145)	(260)	(103)	(111)
Devedores diversos	(3.867)	(4.192)	(5.496)	(5.133)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	75	(13)	1.078	4.024
Tributos e contribuições sociais pagos	(13.713)	(16.077)	(15.503)	(16.565)
Provisão para compensação ambiental	212	200	(250)	200
Taxas Regulamentares	724	383	1.131	503
Credores diversos	11.061	887	13.427	925
Adiantamento de clientes	(7.555)	(1)	(8.787)	(496)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>113.442</u>	<u>112.483</u>	<u>140.268</u>	<u>104.857</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos líquidos	801	(12.643)	-	-
Aplicações no imobilizado	(79)	(151)	(92)	(204)
Aplicações no intangível	(274)	39	(314)	44
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>448</u>	<u>(11.289)</u>	<u>(406)</u>	<u>(160)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(60.023)	(144.678)	(60.223)	(145.044)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(55.853)	(305.372)	(81.545)	(318.123)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(115.876)</u>	<u>(89.700)</u>	<u>(141.768)</u>	<u>(90.174)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.986)</u>	<u>11.494</u>	<u>(1.906)</u>	<u>14.523</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.901	4.555	16.688	11.506
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.915</u>	<u>16.049</u>	<u>14.782</u>	<u>26.029</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.986)</u>	<u>11.494</u>	<u>(1.906)</u>	<u>14.523</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional	159.978	150.614	213.995	220.270
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	-	(3.298)	(19.149)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(6.869)	(9.273)	(8.746)	(11.437)
Valor adicionado bruto	153.109	141.341	201.951	189.684
Depreciação e amortização	(471)	(546)	(483)	(575)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	152.638	140.795	201.468	189.109
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	16.494	12.122	-	12.122
Receita financeira	957	1.851	2.375	2.556
Valor adicionado a distribuir	170.089	154.768	203.843	203.787
Pessoal				
Remuneração direta	3.338	2.891	4.842	4.758
Benefícios	512	503	840	804
FGTS	247	169	359	258
	4.097	3.563	6.041	5.820
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	25.979	29.973	36.536	41.672
Estaduais	10	8	16	8
Municipais	6	3	10	6
	25.995	29.984	36.562	41.686
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	16.277	20.582	29.056	35.353
Aluguéis	205	5	358	195
Outras despesas financeiras	1.257	576	1.811	1.042
	17.739	21.163	31.225	36.590
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos Propostos e JCP	13.537	-	13.537	-
Lucros retidos	108.721	100.058	116.478	119.691
	122.258	100.058	130.015	119.691
Distribuição do valor adicionado	170.089	154.768	203.843	203.787

As notas explicativas da são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A. - EATE (a “Companhia” ou “EATE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala A - São Paulo – SP.

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Contrato de concessão				índice de correção
		Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	
EATE		042/2001	30	2031	319.748	IGPM
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	19.783	IGPM
STC	80%	006/2006	30	2036	31.869	IPCA
EBTE	51%	011/2008	30	2038	36.915	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória nº 1.313/12.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os contratos de concessão da EATE, Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O contrato de concessão da EBTE dispõem RAP linear durante todo o prazo da concessão.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia, para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 compreendem:

- a) as informações contábeis intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.
- b) as informações contábeis intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (consolidado).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e incluem também as normas emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.1 Declaração de Conformidade--Continuação

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4 Critérios de consolidação--Continuação

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Razão Social	% de participação	
	2012	2011
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A – EBTE	50,9%	50,9%
Sistema de Transmissão Catarinense S.A – STC	80,0%	80,0%
Lumitrans Companhia de Transmissão de Energia Elétrica S.A	80,0%	80,0%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral a STC, Lumitrans e EBTE, destacando a parcela de não controladores na demonstração de resultado e na mutação do patrimônio líquido.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas Informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Caixa	4	4	13	12
Bancos - depósitos a vista	108	116	430	317
Aplicações financeiras	3.803	5.781	14.339	16.359
	<u>3.915</u>	<u>5.901</u>	<u>14.782</u>	<u>16.688</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2011).

5. Títulos e valores mobiliários

A Companhia mantém saldo de R\$ 21.485 e 20.957 consolidados em 2012 e 2011, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Contas a receber - ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	964.782	1.687.426
Receita de operação e manutenção	29.068	40.657
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	351.437
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	65.767
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(286.743)	(369.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	977.681	1.775.985
Receita de operação e manutenção	13.751	18.984
Receita de remuneração dos ativos da concessão	146.227	191.713
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	3.298
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(154.015)	(196.369)
Saldo em 30 de junho de 2012	983.644	1.793.611

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Imposto de renda retido na fonte	45	698	1.154	1.639
Imposto de renda - pessoa jurídica	700	3.760	2.596	5.059
Contribuição social sobre o lucro líquido	12.314	3.798	13.856	4.317
PIS e COFINS	8	8	4.494	4.743
Outros	401	2.330	849	2.695
	13.468	10.594	22.949	18.453

8. Investimentos

a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	30/06/12		
	STC	Lumitrans	EBTE
Dados das controladas:			
Total do ativo	244.203	105.072	524.184
Total do passivo	117.978	59.621	221.241
Patrimônio líquido	126.225	45.451	302.943
Receita líquida	16.684	8.742	24.635
Lucro líquido	9.713	5.003	9.535
Quantidade de ações	78.340.000	30.482.700	263.058.339
Participação da EATE:			
Quantidade de ações	62.671.990	24.386.150	134.159.748
no capital social	80%	80%	51%
no resultado	7.766	3.865	4.863
no patrimônio líquido	100.975	36.223	154.501

	Controladora			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	75.170	29.283	119.527	223.980
Aquisição de investimento	13.584	2.800	22.082	38.466
Resultado de equivalência patrimonial	9.913	6.207	8.029	24.149
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.970)	(2.816)	-	(5.786)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	95.697	35.474	149.638	280.809
Aquisição de investimento	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	7.766	3.865	4.863	16.494
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.488)	(3.116)	-	(5.604)
Saldo em 30 de junho de 2012	100.975	36.223	154.501	291.699

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Intangível

A Companhia apresentou saldo de intangível no valor de R\$ 16.819 (R\$ 16.916 em 31.12.2011), representa substancialmente o ágio gerado na operação de aquisição da controlada STC no valor líquido de R\$ 7.780 (R\$ 7.935 em 31/12/2011) e da controlada Lumitrans no valor líquido de R\$ 8.265 (R\$ 8.466 em 31/12/2011), que tiveram como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. Esses ágios são considerados como de vida útil finita e, dessa forma, passíveis de amortização durante o período remanescente do contrato de concessão daquelas controladas. Além do registro do ágio, os ativos intangíveis da companhia são compostos por marcas, licenças e softwares no total de R\$655 (R\$515 em 31/12/2011).

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

Controladora					
30/06/12				31/12/11	
Circulante		Não circulante			
Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
Debêntures	982	78.127	215.519	294.628	334.204
	982	78.127	215.519	294.628	334.204

Consolidado					
30/06/12				31/12/11	
Circulante		Não circulante			
Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
Itaú	1.099	8.139	72.057	81.295	84.178
BRDE	38	1.657	13.132	14.827	15.594
BNDES	655	18.376	183.029	202.060	211.322
Debêntures	982	78.127	215.519	294.628	334.204
	2.774	106.299	483.737	592.810	645.298

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

Em 23 de fevereiro de 2011 a EATE emitiu debêntures no valor de R\$ 360.000 no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Na STC os financiamentos são atualizados pela TJLP e juros de 8,41% ao ano, serão pagos em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em 2022. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.

Na Lumitrans os financiamentos são atualizados em 78% do saldo devedor pela TJLP e juros de 4,55% ao ano, serão pagos em 168 parcelas mensais e 22% do saldo devedor pelo IGP-M e juros de 9,85% ao ano, a ser quitado em 14 parcelas anuais. O vencimento final dos financiamentos será em 2022. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar e pela Auto Invest, além da constituição de conta reserva.

Na EBTE, 86% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano e 14% do saldo devedor por juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva.

Os contratos com o BNDES bem como a escritura de debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia e de suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

As cláusulas restritivas da EATE estão relacionadas à dívida líquida e as cláusulas restritivas de suas controladas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

As debêntures da EATE foram emitidas sem que fossem oferecidas quaisquer garantias.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2013	39.186	53.204
2014	78.370	105.955
2015	78.370	105.728
2016	19.593	46.951
2017		27.358
2018 até 2024	-	144.541
	<u>215.519</u>	<u>483.737</u>

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/6/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Passivo circulante				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	8.715	11.995	11.582	14.958
PIS e COFINS	1.003	1.278	1.787	2.190
Contribuição Social - CSLL	20.104	16.374	21.088	17.091
ICMS	1.564	1.594	3.490	3.562
Outros	570	514	850	1.346
	31.956	31.755	38.797	39.147
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	88.822	87.323	119.229	113.020

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	82.683	97.056
Imposto diferido reconhecido no resultado	4.640	15.963
Saldo em 31 de dezembro de 2011	87.323	113.019
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.499	6.210
Saldo em 30 de junho de 2012	88.822	119.229

12. Compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O saldo, em 30 de junho de 2012, no valor de R\$ 6.867 (R\$ 6.655 em 31/12/2011) ainda não foi destinado, pois aguardamos por parte do IBAMA, indicação do seu destino.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Taxas regulamentares

	Controladora		Consolidado	
	30/6/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Quota de reserva global de reversão - RGR	280	272	1.126	984
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.194	7.555	9.305	8.484
Taxa de fiscalização - ANEEL	656	579	1.200	1.032
	<u>9.130</u>	<u>8.406</u>	<u>11.631</u>	<u>10.500</u>

14. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores envolvidos estimados			
	EATE	STC	Lumitrans	EBTE
Trabalhista	222	9	6	10
Cível	292	19	18	78
Regulatório	-	-	201	
Total 2012	515	28	225	88
Total 2011	331	194	1	224

15 . Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 386.837, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.570	50,021902	50,017619
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.979.850	43.988.428	49,978098	49,982374
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000007
	<u>92.000.000</u>	<u>88.000.010</u>	<u>100,000000</u>	<u>100,000000</u>

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15 . Patrimônio líquido--Continuação

15.1 Capital social--Continuação

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes.

Em 19 de março de 2012 o capital social foi integralizado com R\$ 31.140 provenientes de reservas de incentivos fiscais, na proporção das participações societárias. Não houve alteração das quantidades de ações subscritas.

15.2 Variação na participação de não controladores

Corresponde à participação de acionistas não controladores nos aumentos de capital social, distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos, nas controladas STC e Lumitrans.

15.3 Reserva de lucro

15.3.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15 . Patrimônio líquido--Continuação

15.3 Reserva de lucro--Continuação

15.3.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, ao final do exercício, será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia EATE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 048/2004, em 75%.

15.3.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76.

15.4 Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na lei nº 9.249/95,a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no período , no montante de R\$ 13.537.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional bruta	159.978	150.614	213.995	220.270
Receita de Operação e manutenção	13.751	14.365	18.984	20.119
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-	3.298	22.648
Receita de remuneração dos ativos da concessão	146.227	136.249	191.713	177.503
Deduções da receita operacional	(11.003)	(9.990)	(14.959)	(13.404)
PIS	(1.024)	(930)	(1.473)	(1.354)
COFINS	(4.728)	(4.292)	(6.797)	(6.241)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(3.829)	(3.477)	(4.885)	(4.245)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.422)	(1.291)	(1.804)	(1.564)
Receita operacional líquida	148.975	140.624	199.036	206.866

17. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	952	1.842	2.360	2.383
Outros	5	8	15	173
	957	1.850	2.375	2.556
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(16.277)	(19.623)	(29.056)	(34.394)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(959)	-	(959)
Outros	(1.257)	(576)	(1.811)	(1.042)
	(17.534)	(21.158)	(30.867)	(36.395)
Resultado financeiro	(16.577)	(19.308)	(28.492)	(33.839)

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue apenas para a controladora:

	Controladora	
	30/06/12	30/06/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	135.640	118.658
Juros sobre capital próprio	(13.537)	-
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(26.779)	(23.036)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	95.324	95.622
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	32.410	32.512
Complemento de provisões	8	79
Variação cambial tratada por regime de caixa	-	4.026
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	53	119
Equivalência patrimonial	(2.805)	(4.122)
Despesas indedutíveis	145	242
Variação cambial tratada por regime de competência	-	19
Outras	(1.544)	(412)
	28.267	32.463
Reversão de crédito tributário diferido		
Constituição de passivo tributário diferido		
Incentivo Fiscal	(16.384)	(17.932)
Ajuste de lucro presumido		-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	11.883	14.531
Taxa Efetiva	17,08%	14,03%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Partes relacionadas

No 1º semestre de 2012 e 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 829 e 746 respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

20. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 22 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

21. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

22. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 24 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

23. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 586.

**Informações contábeis
intermediárias**

**Empresa Paraense de Transmissão de
Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias
(Não auditadas)

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias.....	1
Informações contábeis intermediárias	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório sobre revisão de informações contábeis intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.


Outros assuntos


Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SCO20036/O-8-T-SP

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
		30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.036	27.231	22.286	31.952
Contas a receber ativo financeiro	5	82.883	75.859	92.982	80.135
Impostos a recuperar	6	2.058	3.085	2.085	3.085
Estoques		1.956	1.922	1.956	1.922
Dividendos a receber		12	12	-	-
Adiantamento a fornecedores		98	355	23.089	18.153
Outras contas a receber		1.713	1.385	1.721	1.420
		<u>110.756</u>	<u>109.849</u>	<u>144.119</u>	<u>136.667</u>
Não circulante					
Partes relacionadas		4.900	-	-	-
Aplicações financeiras		2.659	2.537	2.659	2.537
Contas a receber ativo financeiro	5	123.333	130.361	134.503	138.894
Outros ativos		2.121	1.232	2.121	1.232
Investimentos	7	39.401	34.672	-	-
Imobilizado		80	139	563	515
Intangíveis		178	119	179	119
		<u>172.672</u>	<u>169.060</u>	<u>140.025</u>	<u>143.297</u>
Total do ativo		<u>283.428</u>	<u>278.909</u>	<u>284.144</u>	<u>279.964</u>
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	14.403	13.845	14.403	13.845
Fornecedores		337	709	357	1.351
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	4.601	7.108	4.629	7.236
Dividendos declarados		2.856	-	2.856	-
Taxas regulamentares	10	2.235	2.059	2.235	2.059
Outras contas a pagar		3.233	710	3.319	787
		<u>27.665</u>	<u>24.431</u>	<u>27.799</u>	<u>25.278</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	8	49.184	56.431	49.184	56.431
Adiantamento de clientes		203	1.924	203	1.924
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	20.927	20.656	21.509	20.863
Outros passivos		1.045	1.069	1.045	1.070
		<u>71.359</u>	<u>80.080</u>	<u>71.941</u>	<u>80.288</u>
Patrimônio líquido					
Capital social		97.188	89.390	97.188	89.390
Reservas de lucro		66.571	74.369	66.571	74.369
Lucro líquido do período		20.645	10.639	20.645	10.639
Total do patrimônio líquido	12	<u>184.404</u>	<u>174.398</u>	<u>184.404</u>	<u>174.398</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>283.428</u>	<u>278.909</u>	<u>284.144</u>	<u>279.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
		30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional líquida	13	32.633	31.491	41.093	32.181
Custo operacional					
Pessoal		(192)	(424)	(192)	(424)
Material e serviços de terceiros		(1.074)	(1.156)	(1.074)	(1.156)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(175)	(159)	(175)	(159)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	-	(7.357)	(518)
Outras		(1.016)	(939)	(1.016)	(931)
		<u>(2.457)</u>	<u>(2.678)</u>	<u>(9.814)</u>	<u>(3.188)</u>
Lucro bruto		30.176	28.813	31.279	28.993
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas e gerais		(336)	(535)	(336)	(535)
Pessoal e administradores		(649)	(616)	(649)	(616)
Depreciação e amortização		(22)	(43)	(22)	(43)
		<u>(1.007)</u>	<u>(1.194)</u>	<u>(1.007)</u>	<u>(1.194)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	728	119	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		29.897	27.738	30.272	27.799
Despesas financeiras	14	(3.706)	(2.761)	(3.706)	(2.761)
Receitas financeiras	14	1.272	1.483	1.272	1.483
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		27.463	26.460	27.838	26.521
Imposto de renda e contribuição social	15	(3.188)	(3.577)	(3.188)	(3.577)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(271)	(649)	(646)	(710)
		<u>(3.459)</u>	<u>(4.226)</u>	<u>(3.834)</u>	<u>(4.287)</u>
Lucro líquido do período		24.004	22.234	24.004	22.234
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,53	0,49	0,53	0,49
Quantidade de ações ao final do período (Lote mil)		45.000	45.000	45.000	45.000

Não houve outros resultados abrangentes nos períodos divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração dos outros resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010		82.544	-	9.662	6.846	50.065	3.297	-	152.414
Aumento de capital		6.846	-	-	(6.846)	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	22.234	22.234
Realização da reserva especial de dividendos		-	-	-	-	(312)	(3.297)	-	(3.609)
Saldos em 30 de junho de 2011		89.390	-	9.662	-	49.753	-	22.234	171.039
Saldos em 31 de dezembro de 2011		89.390	-	11.914	7.798	54.657	10.639	-	174.398
Aumento de capital		7.798	-	-	(7.798)	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	24.004	24.004
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(10.639)	-	(10.639)
Juros sobre capital próprio declarados		-	-	-	-	-	-	(3.359)	(3.359)
Saldos em 30 de Junho de 2012	12	97.188	-	11.914	-	54.657	-	20.645	184.404

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	27.463	26.460	27.838	26.521
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	22	43	22	43
Equivalência patrimonial	(728)	(119)	-	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	3.481	2.683	3.481	2.683
	<u>30.238</u>	<u>29.067</u>	<u>31.341</u>	<u>29.247</u>
(Aumento) redução no ativo				
Títulos e valores mobiliários	-	(33)	-	(33)
Contas a receber ativo financeiro	4	(2.221)	(8.456)	(2.911)
Impostos a recuperar	1.027	(1.221)	1.003	(1.221)
Adiantamentos a fornecedores	257	1	(4.936)	(9.150)
Estoques	(34)	(65)	(34)	(65)
Devedores diversos	(1.338)	(892)	(1.314)	(785)
Partes relacionadas	(4.900)	(10.020)	-	-
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(372)	31	(994)	(217)
Tributos e contribuições sociais pagos	(6.198)	(3.429)	(6.298)	(3.425)
Taxas Regulamentares	176	121	176	122
Credores diversos	2.499	267	2.507	295
Adiantamento de clientes	(1.721)	-	(1.721)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>19.638</u>	<u>11.606</u>	<u>11.274</u>	<u>11.857</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Investimentos líquidos	(4.001)	-	-	-
Aplicações no imobilizado	39	(86)	(68)	(310)
Aplicações no intangível	(62)	9	(63)	9
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.024)</u>	<u>(77)</u>	<u>(131)</u>	<u>(301)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(10.639)	(16.803)	(10.639)	(16.803)
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(10.170)	(8.443)	(10.170)	(8.443)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(20.809)</u>	<u>(25.246)</u>	<u>(20.809)</u>	<u>(25.246)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.195)</u>	<u>(13.717)</u>	<u>(9.666)</u>	<u>(13.690)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	27.231	27.122	31.952	27.147
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>22.036</u>	<u>13.405</u>	<u>22.286</u>	<u>13.457</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.195)</u>	<u>(13.717)</u>	<u>(9.666)</u>	<u>(13.690)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional	35.106	33.745	43.566	34.435
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	-	(7.357)	(517)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.400)	(1.655)	(1.400)	(1.655)
Valor adicionado bruto	33.706	32.090	34.809	32.263
Depreciação e amortização	(22)	(43)	(22)	(43)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	33.684	32.047	34.787	32.220
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	728	119	-	-
Receita financeira	1.272	1.483	1.272	1.483
Valor adicionado a distribuir	35.684	33.649	36.059	33.703
Pessoal				
Remuneração direta	595	740	595	740
Benefícios	77	89	77	89
FGTS	35	42	35	42
	707	871	707	871
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	6.265	6.826	6.640	6.887
Municipais	3	2	3	2
	6.268	6.828	6.643	6.889
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	3.481	2.683	3.481	2.683
Aluguéis	998	956	998	956
Outras despesas financeiras	225	77	225	77
	4.704	3.716	4.704	3.716
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos Propostos e JCP	3.359	-	3.359	-
Lucros retidos	20.646	22.234	20.646	22.227
	24.005	22.234	24.005	22.227
Distribuição do valor adicionado	35.684	33.649	36.059	33.703

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - (a “Companhia” ou “ETEP”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede esta localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala B - São Paulo – SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP da ETEP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Companhia	Número	Contrato de concessão			
		Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
ETEP	43/2001	30	2031	72.847	IGP-M
ESDE	25/2009	30	2039	11.128	IPCA

(*) A RAP da ETEP está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012. A RAP da ESDE está conforme o contrato de concessão, acrescida de PIS e COFINS e reajustada pelo IPCA de 07-2012 a 06/ 2013.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (Informações Contábeis) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting* (consolidado).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--continuação

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

- i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alteração s à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

- ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--continuação

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas--continuação

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

2.4 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: detém mais do que metade do poder de voto; governa as suas políticas financeiras e operacionais; e indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período das empresas controladas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--continuação

2.4 Critérios de consolidação--continuação

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral a ESDE.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Caixa	-	-	2	2
Bancos - depósitos a vista	175	79	203	101
Aplicações financeiras	21.861	27.152	22.081	31.849
	<u>22.036</u>	<u>27.231</u>	<u>22.286</u>	<u>31.952</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2011).

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Contas a receber - ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	203.713	205.735
Receita de operação e manutenção	8.843	8.843
Receita de remuneração dos ativos da concessão	59.416	59.938
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	10.265
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(65.752)	(65.752)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	206.220	219.029
Receita de operação e manutenção	3.703	3.703
Receita de remuneração dos ativos da concessão	31.403	32.507
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	7.356
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(35.110)	(35.110)
Saldo em 30 de Junho de 2012	206.216	227.485

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Imposto de renda retido na fonte	471	545	498	545
Imposto de renda - pessoa jurídica	479	720	479	720
Contribuição social sobre o lucro líquido	536	909	536	909
PIS e COFINS	334	334	334	334
Outros	238	577	238	577
	<u>2.058</u>	<u>3.085</u>	<u>2.085</u>	<u>3.085</u>

6. Investimentos

a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	30/06/12
Dados da controlada:	
Total do ativo	45.029
Total do passivo	5.628
Patrimônio líquido	39.401
Receita líquida	8.460
Lucro líquido	728
Quantidade de ações	38.291.000
Participação da ETEP:	
Quantidade de ações	38.291.000
no capital social	100%
no resultado	<u>728</u>
no patrimônio líquido	<u>39.401</u>
	ESDE
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>1.911</u>
Aquisição de investimento	32.419
Resultado de equivalência patrimonial	342
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>34.672</u>
Aquisição de investimento	4.001
Resultado de equivalência patrimonial	728
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>39.401</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

Controladora					
30/06/12				31/12/11	
Circulante		Não circulante			
Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
DEBÊNTURES	-	14.403	49.184	63.587	70.276

Em 30 de novembro de 2011 a Companhia emitiu debêntures conforme Instrução Normativa CVM nº 476, no valor de R\$ 70.000, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 58 parcelas mensais, com carência de 3 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em novembro de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	7.198
2014	14.395
2015	14.395
2016	13.196
	<u>49.184</u>

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/6/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Passivo circulante				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.213	2.797	2.214	2.820
PIS E COFINS	464	466	464	466
Contribuição Social - CSLL	1.714	3.607	1.714	3.607
ICMS	141	186	141	186
Outros	69	52	96	157
	4.601	7.108	4.629	7.236
Passivo não circulante				
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	20.927	20.656	21.509	20.863

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	19.804	19.831
Imposto diferido reconhecido no resultado	852	1.032
Saldo em 31 de dezembro de 2011	20.656	20.863
Imposto diferido reconhecido no resultado	271	646
Saldo em 30 de Junho de 2012	20.927	21.509

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Taxas regulamentares

	Controladora		Consolidado	
	30/6/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Quota de reserva global de reversão - RGR	119	112	119	112
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.969	1.817	1.969	1.817
Taxa de fiscalização - ANEEL	147	130	147	130
	<u>2.235</u>	<u>2.059</u>	<u>2.235</u>	<u>2.059</u>

10. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No 1º semestre de 2012 a Companhia não tem conhecimento de processos e em 31-12-2011, o valor envolvido estimado da ETEP foi de R\$ 4, em processos trabalhistas.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social até 30 de junho de 2012 é de R\$ 97.188, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.845	50,019074%	50,015533%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	13.494.850	8.998.153	49,980926%	49,984440%
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000027%
	<u>27.000.000</u>	<u>18.000.010</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido--continuação

12.1 Capital social--continuação

Em 19 de março de 2012 o capital social foi integralizado com R\$ 7.798 provenientes de reservas de incentivos fiscais, na proporção das participações societárias. Não houve alteração das quantidades de ações subscritas.

12.2 Reserva de lucro

12.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

12.2.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002.

Em atendimento à Lei No. 11.638/07 e CPC No 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia ETEP formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 003/2003 em 75%.

12.2.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.3 Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), vigente no período, no montante de R\$ 3.359.

13. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita operacional bruta	35.106	33.745	43.566	34.435
Receita de Operação e manutenção	3.703	4.122	3.703	4.122
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-	7.356	518
Receita de remuneração dos ativos da concessão	31.403	29.623	32.507	29.795
Deduções da receita operacional	(2.473)	(2.254)	(2.473)	(2.254)
PIS	(227)	(207)	(227)	(207)
COFINS	(1.048)	(955)	(1.048)	(955)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(873)	(796)	(873)	(796)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(325)	(296)	(325)	(296)
Receita operacional líquida	32.633	31.491	41.093	32.181

14. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	1.272	1.482	1.272	1.482
Outros	-	1	-	1
	1.272	1.483	1.272	1.483
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.481)	(2.828)	(3.481)	(2.828)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	145	-	145
Outros	(225)	(78)	(225)	(78)
	(3.706)	(2.761)	(3.706)	(2.761)
Resultado financeiro	(2.434)	(1.278)	(2.434)	(1.278)

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	30/06/12	30/06/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	27.463	26.460
Juros sobre capital próprio	(3.359)	
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(2.999)	(3.999)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	21.105	22.460
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	7.176	7.636
Complemento de provisões	(43)	172
Variação cambial tratada por regime de caixa		43
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(11)	26
Despesas indedutíveis		24
Variação cambial tratada por regime de competência		(42)
Outras	(1)	(18)
	7.121	7.841
Incentivo Fiscal	(3.933)	(4.264)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	3.188	3.577
Taxa Efetiva	15,09%	15,93%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 19 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

17. Partes relacionadas

No 1º semestre de 2012 e 2011 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 222 e R\$ 224 , respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

18. Benefícios a empregados

A Companhia e sua controladora, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

19. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 24 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

20. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 142.

**Informações contábeis intermediárias
(não auditadas)**

**ECTE - Empresa Catarinense de
Transmissão de Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias..... 1

Informações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais..... 3

Demonstrações do resultado do período 4

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstrações do valor adicionado.....7

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias..... 8

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da ECTE – Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE - Empresa Catarinense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECTE - Empresa Catarinense de transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

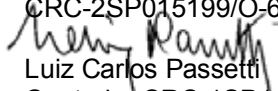
Outros assuntos

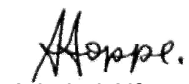
Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de Informações Contábeis Intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
		30/06/12	31/12/11	30/06/12
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.498	12.962	5.642
Contas a receber ativo financeiro	5	80.242	73.170	80.242
Impostos a recuperar	6	1.163	2.305	1.163
Estoques		3.372	3.338	3.372
Adiantamento a fornecedores		303	266	303
Outras contas a receber		1.784	1.080	1.784
		<u>92.362</u>	<u>93.121</u>	<u>92.506</u>
Não circulante				
Partes relacionadas		300	-	-
Contas a receber ativo financeiro	5	133.558	139.754	133.736
Outros ativos		1.053	496	1.053
Investimentos	7	1	-	-
Imobilizado		25	25	25
Intangíveis		205	108	205
		<u>135.142</u>	<u>140.383</u>	<u>135.019</u>
Total do ativo		<u>227.504</u>	<u>233.504</u>	<u>227.525</u>
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	8	16.458	16.558	16.458
Fornecedores		2.130	1.705	2.146
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	7.729	14.106	7.734
Dividendos declarados		1.398	285	1.398
Taxas regulamentares	10	2.371	2.216	2.371
Outras contas a pagar		3.439	912	3.439
		<u>33.525</u>	<u>35.782</u>	<u>33.546</u>
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	8	44.872	53.002	44.872
Adiantamento de clientes		197	1.865	197
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	19.586	18.621	19.586
Outros passivos		-	76	-
		<u>64.655</u>	<u>73.564</u>	<u>64.655</u>
Patrimônio líquido				
Capital social		42.095	42.095	42.095
Reservas de lucro		70.659	70.659	70.659
Lucro líquido do período		16.570	11.404	16.570
Total do patrimônio líquido	12	<u>129.324</u>	<u>124.158</u>	<u>129.324</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>227.504</u>	<u>233.504</u>	<u>227.525</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do período
30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
		30/06/12	30/06/11	30/06/12
Receita operacional líquida	13	32.086	29.066	32.264
Custo operacional				
Pessoal		(334)	(314)	(334)
Material e serviços de terceiros		(1.170)	(1.230)	(1.170)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(168)	(154)	(168)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	-	(178)
Outras		(53)	(47)	(53)
		<u>(1.725)</u>	<u>(1.745)</u>	<u>(1.903)</u>
Lucro bruto		30.361	27.321	30.361
(Despesas) receitas operacionais				
Administrativas e gerais		(392)	(391)	(392)
Pessoal e administradores		(528)	(606)	(528)
Depreciação e amortização		(13)	(35)	(13)
		<u>(933)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(933)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		29.428	26.289	29.428
Despesas financeiras	14	(3.731)	(4.003)	(3.731)
Receitas financeiras	14	275	522	275
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		25.972	22.808	25.972
Imposto de renda e contribuição social	15	(6.793)	(7.100)	(6.793)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(965)	(845)	(965)
		<u>(7.758)</u>	<u>(7.945)</u>	<u>(7.758)</u>
Lucro líquido do período		18.214	14.863	18.214
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,43	0,35	
Quantidade de ações ao final do período (Lote mil)		42.095	42.095	

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados e, portanto não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

	<u>Reservas de lucros</u>			Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	42.095	8.419	76.981	-	-	127.495
Lucro líquido do período	-	-	-	-	14.863	14.863
Distribuição de dividendos	-	-	(16.718)	-	-	(16.718)
Saldos em 30 de junho de 2011	42.095	8.419	60.263	-	14.863	125.640
Saldos em 31 de dezembro de 2011	42.095	8.419	62.240	11.404	-	124.158
Lucro líquido do período	-	-	-	-	18.214	18.214
Distribuição de dividendos	-	-	-	(11.404)	-	(11.404)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	(1.644)	(1.644)
Saldos em 30 de Junho de 2012	42.095	8.419	62.240	-	16.570	129.324

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	30/06/11	30/06/12
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	25.972	22.808	25.972
Itens que não afetam as disponibilidades			
Depreciação e amortização	13	35	13
Juros e variação monetária sobre empréstimos	3.391	3.854	3.391
	<u>29.376</u>	<u>26.697</u>	<u>29.376</u>
(Aumento) redução no ativo			
Títulos e valores mobiliários	-	5.568	-
Contas a receber ativo financeiro	(876)	(720)	(1.054)
Impostos a recuperar	1.142	(957)	1.142
Adiantamentos a fornecedores	(37)	-	(37)
Estoques	(34)	-	(34)
Devedores diversos	(1.260)	(120)	(1.260)
Partes relacionadas	(300)	-	(300)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores	425	(10)	441
Tributos e contribuições sociais pagos	(13.417)	(10.321)	(13.412)
Taxas Regulamentares	155	1	155
Credores diversos	2.451	202	2.451
Adiantamento de clientes	(1.668)	-	(1.668)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>15.957</u>	<u>20.340</u>	<u>15.800</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Investimentos líquidos	(1)	-	-
Aplicações no imobilizado	(10)	(30)	(10)
Aplicações no intangível	(100)	2	(100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(111)</u>	<u>(28)</u>	<u>(110)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	300
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(11.689)	(34.915)	(11.689)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	75.000	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(11.621)	(51.596)	(11.621)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(23.310)</u>	<u>(11.511)</u>	<u>(23.010)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.464)</u>	<u>8.801</u>	<u>(7.320)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	12.962	4.482	12.962
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>5.498</u>	<u>13.283</u>	<u>5.642</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(7.464)</u>	<u>8.801</u>	<u>(7.320)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	30/06/11	30/06/12
Receita operacional	34.464	31.250	34.642
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	-	-	(178)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.544)	(1.578)	(1.544)
Valor adicionado bruto	32.920	29.672	32.920
Depreciação e amortização	(13)	(35)	(13)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	32.907	29.637	32.907
Valor adicionado recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	-	-	-
Receita financeira	275	522	275
Valor adicionado a distribuir	33.182	30.159	33.182
Pessoal			
Remuneração direta	729	689	729
Benefícios	(55)	54	(55)
FGTS	32	29	32
	706	772	706
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	10.467	10.434	10.467
Estaduais	2	-	2
Municipais	1	1	1
	10.470	10.435	10.470
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações cambiais	3.391	3.853	3.391
Aluguéis	61	88	61
Outras despesas financeiras	340	148	340
	3.792	4.089	3.792
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos Propostos e JCP	1.644	13.048	1.644
Lucros retidos	16.570	1.815	16.570
	18.214	14.863	18.214
Distribuição do valor adicionado	33.182	30.159	33.182

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis Intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ECTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 08 de agosto de 2000 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Adolfo Melo, 38 – Sala 601 – Florianópolis – SC.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
88/2000	30	2030	70.610	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012.

Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (Informações Contábeis) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias— continuação

2.3 Critérios de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem a Companhia e sua controlada. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do período da empresa controlada.

A seguinte controlada está sendo incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas:

Razão Social	% de participação	
	2012	2011
Empresa de Transmissão Serrana S.A	99,9%	0,00%

O exercício social da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e a empresa controlada são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral, destacando a parcela de não controladores na demonstração de resultado e na mutação do patrimônio líquido.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias-- continuação

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	30/6/12	31/12/11	30/06/12
Caixa	-	3	-
Bancos - depósitos a vista	195	91	339
Aplicações financeiras	5.303	12.868	5.303
	5.498	12.962	5.642

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2011).

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Contas a receber – ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	213.069	213.069
Receita de operação e manutenção	6.519	6.519
Receita de remuneração dos ativos da concessão	57.048	57.048
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	(63.712)	(63.712)
Realização do ativo financeiro (recebimento)		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	212.924	212.924
Receita de operação e manutenção	2.846	2.846
Receita de remuneração dos ativos da concessão	31.618	31.618
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	178
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(33.588)	(33.588)
Saldo em 30 de junho de 2012	213.800	213.978

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	31/12/11	30/06/12
Imposto de renda	700	1.452	700
Contribuição social sobre o lucro líquido	339	740	339
Outros	124	113	124
	1.163	2.305	1.163

7. Investimento

a) Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

	30/6/12
Dados da controlada:	
Total do ativo	322
Total do passivo	321
Patrimônio líquido	1
Receita líquida	178
Participação da ECTE:	
no patrimônio líquido	1

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos, financiamentos, debêntures, e encargos de dívida

Controladora				
30/6/12				31/12/11
Circulante		Não circulante		
Encargos	Principal	Principal	Total	Total
HSBC	205	16.253	44.872	61.330
	205	16.253	44.872	61.330
				69.560

Em 23 de fevereiro de 2011 a ECTE emitiu debêntures conforme Instrução Normativa CVM nº 476 no valor de R\$ 75.000 em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses

a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	8.159
2014	16.317
2015	16.317
2016	4.079
	44.872

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	31/12/11	30/06/12
Passivo circulante			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.513	10.165	5.513
PIS E COFINS	189	194	189
Contribuição Social - CSLL	1.889	3.616	1.889
ICMS	24	38	24
Outros	114	93	119
	7.729	14.106	7.734
Passivo não circulante			
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	19.586	18.621	19.586

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.538	17.538
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.083	1.083
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.621	18.621
Imposto diferido reconhecido no resultado	965	965
Saldo em 30 de junho de 2012	19.586	19.586

10. Taxas regulamentares

	Controladora		Consolidado
	30/6/12	31/12/11	30/06/12
Quota de reserva global de reversão - RGR	62	92	62
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.187	2.017	2.187
Taxa de fiscalização - ANEEL	122	107	122
	2.371	2.216	2.371

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No 1º semestre de 2012 a Companhia não possuía processos possíveis. Em 31/12/2011 havia R\$ 4, em processos trabalhistas.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 42.095, representado por 42.095.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Controladora		
	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	17.896.575	42,514729%	42,514729%
MDU Resources Luxembourg II LLC, S.A	3.160.281	7,507497%	7,507497%
Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	13.001.025	30,884963%	30,884963%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	8.037.109	19,092788%	19,092788%
Membros do Conselho de Administração	10	0,000024%	0,000024%
	42.095.000	100,000000%	100,000000%

12.2 Reserva de lucro

12.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. Este limite foi atingido em 2010.

12.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido--continuação

12.3 Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$ 1.644.

13. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	30/06/11	30/06/12
Receita operacional bruta	34.464	31.250	34.642
Receita de Operação e manutenção	2.846	2.955	2.846
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-	178
Receita de remuneração dos ativos da concessão	31.618	28.295	31.618
Deduções da receita operacional	(2.378)	(2.184)	(2.378)
PIS	(218)	(201)	(218)
COFINS	(1.008)	(925)	(1.008)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(840)	(771)	(840)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(312)	(287)	(312)
Receita operacional líquida	32.086	29.066	32.264

14. Receitas e despesas financeiras

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Controladora		Consolidado
	30/06/12	30/06/11	30/06/12
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras	275	511	275
Outros	-	11	-
	275	522	275
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.391)	(3.847)	(3.391)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(6)	-
Outros	(340)	(150)	(340)
	(3.731)	(4.003)	(3.731)
Resultado financeiro	(3.456)	(3.481)	(3.456)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	30/06/12	30/06/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	25.972	22.808
Juros sobre capital próprio	(1.644)	-
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(3.322)	(2.424)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	21.006	20.384
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	7.142	6.931
Complemento de provisões	101	118
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(11)	31
Despesas indedutíveis	35	44
Outras	(474)	(24)
	6.793	7.100
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	6.793	7.100
Taxa Efetiva	32,34%	34,83%

a) Regime tributário de transição

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

16. Partes relacionadas

No 1º semestre de 2012 a remuneração da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 344, e R\$ 326, no 1º semestre de 2011 compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 18 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

18. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

ECTE - Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 21 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

20. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 128.

**Informações contábeis
intermediárias (não auditadas)**

**EBTE - Empresa Brasileira de
Transmissão de Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias.....1

Informações contábeis intermediárias revisadas

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado do período	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	8

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

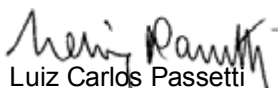
Outros assuntos

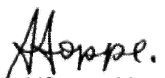
Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	31/12/11
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	2.581	7.591
Títulos e valores mobiliários	5	14.306	13.827
Contas a receber ativo financeiro	6	42.465	31.477
Impostos a recuperar		1.616	826
Estoques		22	-
Adiantamento a fornecedores	7	11.593	10.944
Outras contas a receber		1.531	34
		<u>74.114</u>	<u>64.699</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	6	449.306	451.235
Outros ativos		730	416
Imobilizado		24	23
Intangíveis		10	1
		<u>450.070</u>	<u>451.675</u>
Total do ativo		<u>524.184</u>	<u>516.374</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	14.376	14.434
Fornecedores		24.508	23.866
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	2.326	2.672
Dividendos declarados		3.408	3.408
Taxas regulamentares		1.069	894
Outras contas a pagar		5.653	4.845
		<u>51.340</u>	<u>50.119</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	149.171	156.097
Adiantamento de clientes		569	843
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	20.161	15.907
		<u>169.901</u>	<u>172.847</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		263.058	263.058
Reservas de lucro		30.350	30.350
Lucro líquido do período		9.535	-
Total do patrimônio líquido	11	<u>302.943</u>	<u>293.408</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>524.184</u>	<u>516.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado do período

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	30/06/11
Receita operacional líquida	12	24.635	43.172
Custo operacional			
Pessoal		(798)	(542)
Material e serviços de terceiros		(649)	(764)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(87)	(40)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(2.476)	(19.137)
Outras		(129)	(100)
		<u>(4.139)</u>	<u>(20.583)</u>
Lucro bruto		20.496	22.589
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(299)	(107)
Pessoal e administradores		(59)	(35)
		<u>(358)</u>	<u>(142)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		20.138	22.447
Despesas financeiras	13	(6.909)	(7.751)
Receitas financeiras	13	875	165
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		14.104	14.861
Imposto de renda e contribuição social		(315)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(4.254)	(4.107)
		<u>(4.569)</u>	<u>(4.107)</u>
Lucro Líquido do período		9.535	10.754
Lucro Líquido do período		9.535	10.754
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,04	0,04
Quantidade de ações ao final do período (Lote mil)		263.058	253.048

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Reservas de lucros				
		Capital social	Reserva legal	Especial de dividendos	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
						Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		219.759	718	-	13.889	-
Aumento de capital		24.791	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	10.754
Saldo em 30 de junho de 2011		244.550	718	-	13.889	10.754
Saldo em 31 de dezembro de 2011		263.058	1.505	-	28.845	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	9.535
Saldo em 30 de junho de 2012	11	263.058	1.505	-	28.845	9.535

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	14.104	14.861
Itens que não afetam as disponibilidades		
Juros e variação monetária sobre empréstimos	6.508	7.661
Baixa de Ativos	-	5
	<u>20.612</u>	<u>22.527</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	(479)	(6.970)
Contas a receber ativo financeiro	(9.059)	(42.337)
Impostos a recuperar	(790)	(234)
Adiantamentos a fornecedores	(649)	(153)
Estoques	(22)	-
Devedores diversos	(1.811)	(539)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	642	4.190
Tributos e contribuições sociais pagos	(661)	(493)
Taxas Regulamentares	175	310
Credores diversos	807	(267)
Adiantamento de clientes	(273)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>8.492</u>	<u>(23.966)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(1)	(5)
Aplicações no intangível	(9)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10)</u>	<u>(5)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	-	24.791
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.505
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(13.492)	(892)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamentos	<u>(13.492)</u>	<u>25.404</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.010)</u>	<u>1.433</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7.591	4.901
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.581</u>	<u>6.334</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.010)</u>	<u>1.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

EBTE – Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional	26.833	44.179
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	(2.476)	(19.137)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(931)	(847)
Valor adicionado bruto	23.426	24.195
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	23.426	24.195
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	875	165
Valor adicionado a distribuir	24.301	24.360
Pessoal		
Remuneração direta	550	566
Benefícios	111	11
FGTS	42	-
	703	577
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	7.024	5.155
Municipais	1	-
	7.025	5.155
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	6.508	7.661
Aluguéis	130	123
Outras despesas financeiras	400	90
	7.038	7.874
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	9.535	10.754
	9.535	10.754
Distribuição do valor adicionado	24.301	24.360

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “EBTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de julho de 2008 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala E - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL):

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
11/2008	30	2038	36.915	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente.

Os Contratos de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (Informações Contábeis) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico, bem como reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--

Continuação

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/6/12	31/12/11
Caixa	2	2
Bancos - depósitos a vista	185	106
Aplicações financeiras	2.394	7.483
	2.581	7.591

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2011).

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2012 a Companhia mantém saldo de R\$ 14.306, (R\$ 13.827 em 31 de dezembro de 2011) referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Contas a receber – ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às Informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	412.340
Receita de operação e manutenção	4.253
Receita de remuneração dos ativos da concessão	37.443
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	63.148
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(34.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	482.712
Receita de operação e manutenção	2.314
Receita de remuneração dos ativos da concessão	22.043
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	2.476
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(17.774)
Saldo em 30 de junho de 2012	491.771

As demais explicações referentes a essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 7 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Adiantamento a fornecedores

Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas pela sua área técnica.

Em 30 de junho de 2012 a companhia registrou um saldo de R\$ 11.593 (R\$ 10.944 em 31 de dezembro de 2011), esses valores serão baixados após a emissão dos respectivos documentos fiscais.

8. Empréstimos e financiamentos

	30/6/12			31/12/11
	Circulante		Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal	
BNDES	525	13.851	149.171	163.547
	525	13.851	149.171	170.531

Na EBTE, 86% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano e 14% do saldo devedor por juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 e 102 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024 e 2019, respectivamente. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição da conta reserva.

Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	6.926
2014	13.851
2015	13.851
2016	13.851
2017	13.851
2018 até 2024	86.841
	149.171

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Tributos e contribuições sociais

	30/6/12	31/12/11
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	247	64
PIS E COFINS	486	472
Contribuição Social - CSLL	86	-
ICMS	1.397	1.415
Outros	110	721
	2.326	2.672
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	20.161	15.907

- a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.392
Imposto diferido reconhecido no resultado	8.515
Saldo em 31 de dezembro de 2011	15.907
Imposto diferido reconhecido no resultado	4.254
Saldo em 30 de junho de 2012	20.161

10. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No período o valor envolvido estimado foi de R\$ 49 em processos cíveis e R\$ 218 em processos regulatórios. Em 31/12/2011 o valor estimado foi de R\$ 224 em processos regulatórios.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 263.058, representado por 263.058.339 ações ordinárias, sem valor nominal:

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	134.159.748	50,999998%	50,999998%
CEMIG Geração e Transmissão S.A.	128.898.583	48,999999%	48,999999%
Membros do Conselho de Administração	8	0,000003%	0,000003%
	<u>263.058.339</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

11.2 Reserva de lucro

11.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

11.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional bruta	26.833	44.179
Receita de Operação e manutenção	2.314	1.815
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	2.476	22.636
Receita de remuneração dos ativos da concessão	22.043	19.728
Deduções da receita operacional	(2.198)	(1.007)
PIS	(287)	(132)
COFINS	(1.324)	(606)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(435)	(199)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(152)	(70)
Receita operacional líquida	24.635	43.172

13. Receitas e despesas financeiras

	30/06/12	30/06/11
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	875	1
Outros	-	164
	875	165
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(6.508)	(7.661)
Outros	(401)	(90)
	(6.909)	(7.751)
Resultado financeiro	(6.034)	(7.586)

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/12	30/06/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	14.104	14.861
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(13.143)	(16.811)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	961	(1.950)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	327	(663)
Complemento de provisões	(106)	156
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	14	(286)
Outras	80	175
	315	(618)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	315	(618)
Taxa Efetiva	32,75%	31,67%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

15. Partes relacionadas

Em 30.06.2012, a Companhia não tinha contratos em aberto envolvendo operações com partes relacionadas.

EBTE - Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 16 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

18. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 18 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

**Informações contábeis
intermediárias (não auditadas)**

**Empresa Norte de Transmissão de
Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias
(não auditadas)

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias..... 1

Informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado do período	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

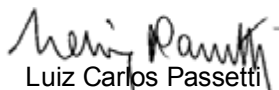
Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passeti
Contador CRC-1SP144343/O-3



Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	31/12/11
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.254	15.755
Contas a receber ativo financeiro	5	190.705	174.960
Impostos a recuperar	6	1.501	4.681
Estoques		7.080	7.088
Outras contas a receber		3.795	2.921
		<u>225.335</u>	<u>205.405</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	7	3.938	3.843
Contas a receber ativo financeiro	5	375.156	388.681
Outros ativos		2.829	1.598
Imobilizado		78	86
Intangíveis		367	257
		<u>382.368</u>	<u>394.465</u>
Total do ativo		<u>607.703</u>	<u>599.870</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	41.734	41.993
Fornecedores		718	952
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	10.665	14.721
Dividendos declarados		6.038	791
Provisão para compensação ambiental		493	369
Taxas regulamentares	10	4.787	4.369
Outras contas a pagar		8.030	2.095
		<u>72.465</u>	<u>65.290</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	113.724	134.341
Adiantamento de clientes		466	4.414
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	30.723	29.388
Outros passivos		3.518	3.575
		<u>148.431</u>	<u>171.718</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		177.042	160.337
Reservas de lucro		161.134	177.839
Lucro líquido do período		48.631	24.686
Total do patrimônio líquido	12	<u>386.807</u>	<u>362.862</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>607.703</u>	<u>599.870</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	30/06/11
Receita operacional líquida	13	78.072	70.697
Custo operacional			
Pessoal		(1.007)	(797)
Material e serviços de terceiros		(3.081)	(3.323)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(401)	(354)
Outras		(174)	(162)
		<u>(4.663)</u>	<u>(4.636)</u>
Lucro bruto		73.409	66.061
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(547)	(636)
Pessoal e administradores		(1.074)	(1.188)
Depreciação e amortização		(33)	(79)
		<u>(1.654)</u>	<u>(1.903)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		71.755	64.158
Despesas financeiras	14	(9.261)	(10.415)
Receitas financeiras	14	826	901
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		63.320	54.644
Imposto de renda e contribuição social	15	(7.181)	(7.507)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.335)	(752)
		<u>(8.516)</u>	<u>(8.259)</u>
Lucro líquido do período		54.804	46.385
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,54	0,46
Quantidade de ações ao final do período		100.840	100.840

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	145.663	17.046	14.674	158.829	-	-	336.212
Aumento de capital	14.674	-	(14.674)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	46.385	46.385
Distribuição de dividendos	-	-	-	(33.331)	-	-	(33.331)
Saldos em 30 de junho de 2011	160.337	17.046	-	125.498	-	46.385	349.266
Saldos em 31 de dezembro de 2011	160.337	21.799	16.705	139.335	24.686	-	362.862
Aumento de capital	16.705	-	(16.705)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	54.804	54.804
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(24.686)	-	(24.686)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	(6.173)	(6.173)
Saldos em 30 de junho de 2012	177.042	21.799	-	139.335	-	48.631	386.807

12

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	63.320	54.644
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	33	79
Juros e variação monetária sobre empréstimos	8.591	10.250
Baixa de Ativos	23	2
	<u>71.967</u>	<u>64.975</u>
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	-	12.704
Contas a receber ativo financeiro	(2.220)	(5.577)
Impostos a recuperar	3.180	(1.349)
Estoques	8	(1.020)
Devedores diversos	(2.200)	(2.668)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(234)	93
Tributos e contribuições sociais pagos	(12.164)	(7.733)
Provisão para compensação ambiental	124	-
Taxas Regulamentares	418	282
Credores diversos	5.879	510
Adiantamento de clientes	(3.948)	(1)
	<u>60.810</u>	<u>60.216</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
	60.810	60.216
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(42)	(68)
Aplicações no intangível	(116)	13
	<u>(158)</u>	<u>(55)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		
	(158)	(55)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(24.686)	(76.545)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	-	190.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(29.467)	(159.405)
	<u>(54.153)</u>	<u>(45.950)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		
	(54.153)	(45.950)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>6.499</u>	<u>14.211</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	15.755	2.653
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u>22.254</u>	<u>16.864</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>6.499</u>	<u>14.211</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional	83.748	75.714
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.614)	(3.887)
Valor adicionado bruto	80.134	71.827
Depreciação e amortização	(33)	(79)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	80.101	71.748
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	826	901
Valor adicionado a distribuir	80.927	72.649
Pessoal		
Remuneração direta	1.501	1.453
Benefícios	156	152
FGTS	101	73
	1.758	1.678
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	14.925	13.945
Estaduais	7	4
Municipais	3	3
	14.935	13.952
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	8.591	10.214
Aluguéis	170	219
Outras despesas financeiras	669	201
	9.430	10.634
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos Propostos e JCP	6.173	30.859
Lucros retidos	48.631	15.526
	54.804	46.385
Distribuição do valor adicionado	80.927	72.649

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (a “Companhia” ou “ENTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala D - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é reajustada anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		Índice de correção
		Vigência até	RAP (*)	
085/2002	30	2032	167.314	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias-- continuação

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias (Informações Contábeis) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem as informações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias-- continuação

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias do semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/12	31/12/11
Caixa	2	2
Bancos - depósitos a vista	136	93
Aplicações financeiras	22.116	15.660
	<u>22.254</u>	<u>15.755</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2011)

5. Contas a receber - ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. Contas a receber - ativo financeiro--continuação

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	558.092
Receita de operação e manutenção	14.926
Receita de remuneração dos ativos da concessão	139.289
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(148.666)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	563.641
Receita de operação e manutenção	6.796
Receita de remuneração dos ativos da concessão	76.952
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(81.528)
Saldo em 30 de junho de 2012	565.861

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

6. Impostos a recuperar

	30/06/12	31/12/11
Imposto de renda retido na fonte	181	506
Imposto de renda - pessoa jurídica	363	2.037
Contribuição social sobre o lucro líquido	856	2.038
PIS e COFINS	100	99
Outros	1	1
	<u>1.501</u>	<u>4.681</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Aplicações Financeiras

A Companhia manteve saldos de R\$ 3.938, (R\$ 3.843 em 31 de dezembro de 2011) referente a conta de aplicação do Banco da Amazônia, banco BASA.

8. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

	30/06/12		31/12/11
	Circulante	Não circulante	
	Encargos	Principal	Total
DEBÊNTURES	518	113.724	176.334

Em 23 de fevereiro de 2011 a ENTE emitiu debêntures no valor de R\$ 190.000 conforme Instrução Normativa CVM nº 476, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures serão amortizadas em 55 parcelas mensais, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016. Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

As escrituras com debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas à dívida líquida, ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	20.677
2014	41.354
2015	41.354
2016	10.339
	<u>113.724</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Tributos e contribuições sociais

	30/06/12	31/12/11
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	5.005	5.648
PIS E COFINS	411	415
Contribuição Social - CSLL	4.810	8.248
ICMS	217	219
Outros	222	191
	<u>10.665</u>	<u>14.721</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<u>30.723</u>	<u>29.388</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

Saldo em 31 de dezembro de 2010	29.002
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>386</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	29.388
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>1.335</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>30.723</u>

10. Taxas regulamentares

	30/06/12	31/12/11
Quota de reserva global de reversão - RGR	335	323
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	4.136	3.778
Taxa de fiscalização - ANEEL	316	268
	<u>4.787</u>	<u>4.369</u>

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No 1º semestre de 2012 o valor envolvido estimado foi de R\$ 4.333, em processos tributários. e em 31/12/2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 8, em processos trabalhistas, R\$ 973 em processos tributários e R\$ 198 em processos regulatórios.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 177.042, representado por 100.840.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
		Votante	Total
ALUPAR Investimento S.A.	50.431.144	50,011051%	50,011051%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	50.408.844	49,988937%	49,988937%
Membros do Conselho de Administração	12	0,000012%	0,000012%
	<u>100.840.000</u>	<u>100,000000%</u>	<u>100,000000%</u>

Em 19 de março de 2012 o capital social foi integralizado com R\$ 16.705 provenientes de reservas de incentivos fiscais, na proporção das participações societárias. Não houve alteração das quantidades de ações subscritas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Patrimônio líquido--continuação

12.2 Reserva de lucro

12.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

12.2.2 Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto nº 4.212/2002.

Em atendimento à Lei No 11.638/07 e CPC No 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, ao final do exercício será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia ENTE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo No 095/2005 , em 75%.

12.2.3 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2011, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.3 Juros sobre capital próprio

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, no montante de R\$ 6.173.

13. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional bruta	83.748	75.714
Receita de Operação e manutenção	6.796	6.948
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-
Receita de remuneração dos ativos da concessão	76.952	68.766
Deduções da receita operacional	(5.676)	(5.017)
PIS	(521)	(461)
COFINS	(2.405)	(2.126)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(2.005)	(1.772)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(745)	(658)
Receita operacional líquida	78.072	70.697

14. Receitas e despesas financeiras

	30/06/12	30/06/11
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	826	898
Outros	-	3
	826	901
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(8.591)	(10.250)
Outros	(670)	(165)
	(9.261)	(10.415)
Resultado financeiro	(8.435)	(9.514)

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/12	30/06/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	63.320	54.644
Juros sobre capital próprio	(6.173)	-
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(10.042)	(11.321)
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	47.105	43.323
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	16.016	14.730
Complemento de provisões	(32)	42
Variação cambial tratada por regime de caixa	-	2.367
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	6	43
Despesas indedutíveis	35	48
Variação cambial tratada por regime de competência	-	12
Outras	(25)	(352)
	16.000	16.890
Incentivo Fiscal	(8.819)	(9.383)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	7.181	7.507
Taxa Efetiva	15,24%	17,33%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Partes relacionadas

No 1º semestre de 2012 a remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 384, e R\$ 417, no 1º semestre de 2011, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

17. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 18 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

18. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

19. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 21 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

20. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 355.

**Informações contábeis
intermediárias (não auditadas)**

**Empresa Regional de Transmissão de
Energia S.A.**

30 de junho de 2012
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Informações contábeis intermediárias

30 de junho de 2012

Índice

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias.....	1
--	---

Informações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado do período	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado.....	7
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias.....	8



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

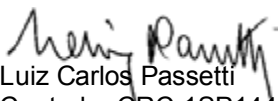
Outros assuntos


Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a elaboração de informações contábeis intermediárias e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de setembro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Aderbal Alfonso Hoppe
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais

30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	31/12/11
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.409	289
Títulos e valores mobiliários	5	2.076	2.138
Contas a receber ativo financeiro	6	42.325	32.383
Estoques		1.094	3.106
Adiantamento a fornecedores		11.504	7.256
Outras contas a receber		1.017	765
		<u>61.425</u>	<u>45.937</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	6	91.325	78.990
Outros ativos		1.015	297
Imobilizado		97	98
Intangíveis		65	49
		<u>92.502</u>	<u>79.434</u>
Total do ativo		<u>153.927</u>	<u>125.371</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	6.508	5.277
Fornecedores		11.015	627
Tributos e contribuições sociais a recolher	8	288	941
Dividendos declarados		20.585	22.213
Taxas regulamentares	9	891	813
Outras contas a pagar		1.486	372
		<u>40.773</u>	<u>30.243</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	33.030	14.695
Adiantamento de clientes		82	780
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.178	2.009
Outros passivos		-	46
		<u>35.290</u>	<u>17.530</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		36.941	36.941
Reservas de lucro		29.894	29.894
Lucro líquido do período		11.029	10.763
Total do patrimônio líquido	11	<u>77.864</u>	<u>77.598</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>153.927</u>	<u>125.371</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		30/06/12	30/06/11
Receita operacional líquida	12	35.696	13.537
Custo operacional			
Pessoal		(335)	(263)
Material e serviços de terceiros		(685)	(576)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(71)	(63)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(20.816)	(666)
Outras		(57)	(20)
		<u>(21.964)</u>	<u>(1.588)</u>
Lucro bruto		13.732	11.949
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais		(212)	(350)
Pessoal e administradores		(162)	(227)
Depreciação e amortização		(8)	(15)
		<u>(382)</u>	<u>(592)</u>
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		13.350	11.357
Despesas financeiras	13	(1.804)	(1.061)
Receitas financeiras	13	159	287
		<u>11.705</u>	<u>10.583</u>
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		11.705	10.583
Imposto de renda e contribuição social	14	(507)	(516)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(169)	(144)
		<u>(676)</u>	<u>(660)</u>
Lucro líquido do período		11.029	9.923
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,30	0,42
Quantidade de ações ao final do período		36.941	23.400

A Companhia não apurou outros resultados abrangentes nos períodos apresentados.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Reservas de lucros			Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	23.400	3.524	32.919	-	-	59.843
Lucro líquido do período	-	-	-	-	9.923	9.923
Distribuição de Dividendos	-	-	(9.821)	-	-	(9.821)
Saldos em 30 de junho de 2011	23.400	3.524	23.098	-	9.923	59.945
Saldos em 31 de dezembro de 2011	36.941	4.444	25.450	10.763	-	77.598
Lucro líquido do período	-	-	-	(10.763)	11.029	266
Saldos em 30 de junho de 2012	36.941	4.444	25.450	-	11.029	77.864

11

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	11.705	10.583
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	8	15
Juros e variação monetária sobre empréstimos	1.663	1.174
	13.376	11.772
(Aumento) redução no ativo		
Títulos e valores mobiliários	62	(26)
Adiantamentos a fornecedores	(4.248)	(3.096)
Contas a receber ativo financeiro	(22.277)	(1.963)
Estoques	2.012	(1)
Devedores diversos	(970)	(192)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	10.388	32
Tributos e contribuições sociais pagos	(1.160)	(713)
Taxas Regulamentares	78	47
Credores diversos	370	110
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(2.369)	5.970
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no imobilizado	(6)	(73)
Aplicações no intangível	(17)	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(23)	(71)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.777
Pagamentos de dividendos	(12.391)	(6.350)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	38.989	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(21.086)	(3.900)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	5.512	(6.473)
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	3.120	(574)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	289	1.763
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3.409	1.189
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	3.120	(574)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional	36.699	14.427
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo de desenvolvimento de Infraestrutura	(20.816)	(666)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(897)	(915)
Valor adicionado bruto	14.986	12.846
Depreciação e amortização	(8)	(15)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	14.978	12.831
Valor adicionado recebido em transferência		
Receita financeira	159	287
Valor adicionado a distribuir	15.137	13.118
Pessoal		
Remuneração direta	192	348
Benefícios	73	40
FGTS	55	19
	320	407
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.965	1.701
Estaduais	3	3
Municipais	1	
	1.969	1.704
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	1.399	1.208
Aluguéis	16	23
Outras despesas financeiras	404	(147)
	1.819	1.084
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos	11.029	9.923
	11.029	9.923
Distribuição do valor adicionado	15.137	13.118

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ERTE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala C - São Paulo - SP.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão:

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		
		Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
83/2002	30	2032	29.567	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.313/2012.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Em 24/06/2012 entrou em operação a SE Castanhal com investimento autorizado pela Resolução Autorizativa número 2028/09.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão destas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de agosto de 2012.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--continuação

2.1 Declaração de Conformidade

As informações contábeis intermediárias (Informações Contábeis) da Companhia para o semestre findo em 30 de junho de 2012, compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 foram elaboradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de junho de 2012. As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico, como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo na data de transição.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas

i. Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 30 de junho de 2012 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia.

A alteração da norma existente a seguir foi editada e estava em vigor em 30 de junho de 2012; entretanto, não teve impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias--continuação

2.3 Novas normas, alterações e interpretações de normas-- continuação

Pronunciame nto ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012

ii. Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações contábeis.

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 11	Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Consolidadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias para o semestre findo em 30 de junho de 2012 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/12	31/12/11
Caixa	1	1
Bancos - depósitos a vista	167	65
Aplicações financeiras	3.241	223
	<u>3.409</u>	<u>289</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 99% a 101% (99% a 101% em 2010)

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2012 a Companhia manteve saldo de R\$ 2.076, (R\$ 2.138, em 31 de dezembro de 2011) referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

6. Contas a receber - ativo financeiro

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

A Resolução Normativa ANEEL nº. 474 de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação anuais para ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis ao término da vigência do contrato de concessão do montante atribuível ao ativo financeiro, não resultando impactos relevantes às informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2012.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

6. Contas a receber - ativo financeiro--continuação

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	97.852
Receita de operação e manutenção	3.773
Receita de remuneração dos ativos da concessão	23.437
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	12.485
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(26.174)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	111.373
Receita de operação e manutenção	1.638
Receita de remuneração dos ativos da concessão	14.245
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	20.816
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(14.422)
Saldo em 30 de junho de 2012	133.650

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 8 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

7. Empréstimos e financiamentos

	30/06/12			31/12/11
	Circulante		Não circulante	Reclassificado
	Encargos	Principal	Principal	Total
BNDDES	226	6.282	33.030	39.538
				19.972

Os financiamentos tem 38% do saldo devedor atualizados pela TJLP e juros de 5% ao ano, e 6% atualizados pela Cesta de moedas e juros de 5% ao ano, a ser quitado em 126 prestações mensais, com vencimentos finais em 2015. E 56% do saldo devedor foi captado em maio de 2012 no valor de R\$ 21.839 para recursos do projeto SE Castanhal, no qual são atualizados pela TJLP e juros de 1,97% ao ano a ser quitado em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em 2026. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.

Além da captação de R\$ 21.839, houve a captação de empréstimos ponte, no montante de R\$ 17.150 destinados ao projeto SE Castanhal, porém, foram quitados no próprio semestre.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

7. Empréstimos e financiamentos--continuação

Os contratos com o BNDES exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 30 de junho de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), ao longo de todo o prazo do financiamento.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2013	3.401
2014	6.802
2015	5.928
2016	1.560
2017	1.560
2018 até 2026	13.779
	<hr/>
	33.030

8. Tributos e contribuições sociais

	30/06/12	31/12/11
Passivo circulante		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	148	281
PIS e COFINS	9	15
Contribuição Social - CSLL	75	113
ICMS	16	21
Outros	40	511
	<hr/>	<hr/>
	288	941
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	<hr/>	<hr/>
	2.178	2.009

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem integralmente do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 (IFRIC 12) – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

8. Tributos e contribuições sociais-- continuação

Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.840
Imposto diferido reconhecido no resultado	169
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.009
Imposto diferido reconhecido no resultado	169
Saldo em 30 de junho de 2012	2.178

9. Taxas regulamentares

	30/06/12	31/12/11
Quota de reserva global de reversão - RGR	55	50
Taxa de fiscalização - ANEEL	81	72
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	755	691
	891	813

10. Contingências

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como “possível” e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. No período o valor envolvido estimado foi de R\$ 27, em processos cíveis e R\$ 70, em processos trabalhistas e no ano de 2011 o valor envolvido estimado foi de R\$ 1, em processos trabalhistas.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado até 30 de junho de 2012 é de R\$ 36.941, representado por 36.940.800 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
ALUPAR Investimento S.A.	18.475.367	50,013446%	50,013446%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	18.465.421	49,986522%	49,986522%
Membros do Conselho de Administração	12	0,000032%	0,000032%
	36.940.800	100,000000%	100,000000%

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido--continuação

11.2 Reserva de lucro

11.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

11.2.2 Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76.

12. Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	30/06/12	30/06/11
Receita operacional bruta	36.699	14.427
Receita de Operação e manutenção	1.638	1.612
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	20.816	666
Receita de remuneração dos ativos da concessão	14.245	12.149
Deduções da receita operacional	(1.003)	(890)
PIS	(92)	(82)
COFINS	(425)	(377)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(354)	(314)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(132)	(117)
Receita operacional líquida	35.696	13.537

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

13. Receitas e despesas financeiras

	30/06/12	30/06/11
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	159	286
Outros	-	1
	159	287
Despesas Financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.399)	(1.208)
Outros	(405)	147
	(1.804)	(1.061)
Resultado financeiro	(1.645)	(774)

14. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/12		30/06/11	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional	36.699	36.699	14.427	14.427
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(22.519)	(22.519)	(1.850)	(1.850)
Receita operacional ajustada	14.180	14.180	12.577	12.577
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	1.134	1.702	1.006	1.509
Receitas financeiras	240	240	414	414
Base de cálculo	1.374	1.942	1.420	1.923
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15 % e 10%	9%	15% e 10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	332	175	343	173

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais)

15. Partes relacionadas

No 1º semestre de 2012 e 2011 a remuneração da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração foi o total de R\$ 82 e R\$ 87, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

16. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

As demais explicações referentes à essa nota explicativa não sofreram alterações significativas em relação às divulgações existentes na nota explicativa nº 17 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

18. Cobertura de seguros

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, os contratos de seguros não sofreram alterações relevantes em relação aos divulgados na nota explicativa 20 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

19. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 73.

[página intencionalmente deixada em branco]